Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Octávio Santiago Neto

A construção do preconceito contra o povo do Nordeste: jornalismo, estereótipos sociais e escrevivências

julho de 2024

A construção do preconceito contra o povo do Nordeste: jornalismo, estereótipos sociais e escrevivências
Octávio Santiago Neto
UMinho | 2024

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Octávio Santiago Neto

A construção do preconceito contra o povo do Nordeste: jornalismo, estereótipos sociais e escrevivências

Tese de Doutoramento em
Ciências da Comunicação

Trabalho efetuado sob orientação da
Professora Doutora Rosa Cabecinhas

julho de 2024

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho acadêmico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceitas, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.
Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.
Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

AGRADECIMENTOS

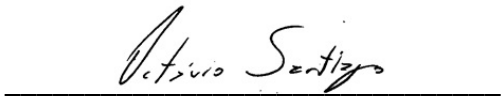
Ao Nordeste, que sempre me deu casa com rede estendida, comida boa do mar e sertão e roupa lavada secada ao vento. À Larissa, que compreendeu minhas motivações, me apoiou desde o início e, por vezes, disse a Vicente, com muita ternura, “papai vem já”. A Vicente, que entendeu e soube esperar. À Professora Rosa Cabecinhas, pelo “sim” ao meu propósito e por me guiar. À Julie e à Alice, pelos incentivos e pelas leituras. A todos os pesquisadores que vieram antes de mim. E a todos que não podem deixar de vir depois.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.
Declaro também que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 31 de julho de 2024.

Octávio Santiago Neto



A construção do preconceito contra o povo do Nordeste:
jornalismo, estereótipos sociais e escrevivências

Resumo

O preconceito contra o povo do Nordeste do Brasil segue presente e se manifesta tanto em abordagens sutis quanto em gestos escancarados. Essa discriminação é permeada por estereótipos antigos que são acessados com ou sem consciência, e que contribuem com a inferiorização dessa população. De comentários aparentemente inofensivos sobre uma suposta fisionomia comum aos nordestinos à negação de oportunidades acadêmicas e de trabalho, sua ocorrência se dá em diferentes contextos, mas sempre provocando danos.

Algumas perguntas, porém, ainda permaneciam sem respostas para muitas vítimas dessa discriminação: quando e como começou esse preconceito? E mais: a quais interesses atendeu? Este trabalho se debruçou sobre o tema, revisitando a história do Brasil até o início do século XX, quando um pedaço do "Norte", por força da seca, passou a ser chamado de Nordeste, e fazendo uma varredura na produção jornalística desse período com relatos sobre o "novo" espaço geográfico que se firmava e a sua população.

A partir da análise temática de conteúdo dos artigos das séries "Impressões do Nordeste", "Impressões de São Paulo", "Joaseiro do Padre Cícero" e "O banditismo no Nordeste", publicadas entre 1923 e 1927 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, foi possível entender a origem de caracterizações físicas e comportamentais atribuídas aos nordestinos, que perduram até hoje. A contribuição da imprensa na criação e disseminação desses estereótipos foi motivada por disputas de poder político e econômico, em meio à difusão de pensamentos eugenistas e à depreciação da mão de obra migrante. Esse contexto contribuiu para o silenciamento da população afetada, evidenciado pelo Complexo de Macabéa.

Para tanto, além da revisão histórica, o estudo foi embasado por teorias acerca dos seguintes temas: estereótipos, pertencimento, identidade e comparações sociais, além de conceitos ligados ao fazer jornalístico, como linha editorial e critérios de noticiabilidade, e ao jornalismo como construtor da realidade social. Também se avançou pelos discursos políticos e pela produção cultural do século XX para identificar as camadas depositadas sobre essas primeiras impressões.

Por meio de questionário submetido a pessoas nordestinas, foi possível identificar como esse preconceito se manifesta atualmente, traçando linhas de continuidade com os artigos de 1920, permitindo a compreensão sobre a gênese de uma rejeição que além de xenofóbica revelou-se, ao longo da pesquisa, fundamentalmente racista.

Palavras-chave: estereótipos sociais; jornalismo; nordestinos; preconceito.

The construction of prejudice against the people of the Northeast: journalism, social stereotypes and writings(experiences)

Abstract

The prejudice against the people of the Northeast of Brazil is still present and manifests itself in subtle approaches or blatant gestures. This discrimination is loaded with old stereotypes that are accessed with or without awareness, and which contribute to the inferiorization of this population. From apparently harmless comments about a supposed physiognomy common to northeasterners to denial of academic and job opportunities, it occurs in different contexts, but always causes damage.

Some questions, however, remain unanswered for many victims of this discrimination. When and how did this prejudice begin? And what interests did it serve? This study looked at the subject, reviewing the history of Brazil up to the beginning of the 20th century, when a part of the "North", due to drought, came to be called the Northeast, and scanning the journalistic production of that period with reports about the "new" geographical space and its population.

Based on a thematic content analysis of the articles in the series "Impressões do Nordeste", "Impressões de São Paulo", "Joaseiro do Padre Cícero" and "O banditismo no Nordeste", published between 1923 and 1927 by the newspaper *O Estado de S. Paulo*, it was possible to understand the origin of the physical and behavioral characterizations attributed to northeasterners to this day. This contribution by the press to the creation of those stereotypes was motivated by disputes over political and economic power, amid the spread of eugenicist thoughts and the depreciation of migrant labor. This context contributed to the silencing of the affected population, as evidenced by the Macabéa Complex.

To this end, in addition to a historical review, the study was based on theories about the following themes: stereotypes, belonging, identity and social comparisons, as well as concepts linked to journalism, such as editorial lines, newsworthiness criteria and journalism as a construct of social reality. We also looked at the political discourse and cultural production of the 20th century to identify the layers deposited on these first impressions.

Through a questionnaire submitted to northeasterners who have suffered discrimination because of their origin, it was possible to identify how this prejudice manifests itself today and its relationship with the 1920 articles, allowing understanding of the genesis of a rejection that, in addition to being xenophobic, revealed itself, throughout the research, to be fundamentally racist.

Keywords: journalism; northeasterners; prejudice; social stereotypes.

Índice Geral

Introdução **10**
1. A revisitação da história: um ato necessário **17**
1.1. A desconstrução de narrativas dominantes **18**
1.2. O Complexo de Macabéa e o levante tardio **21**
1.3. A *nordestinidad* e outras des(construções) **25**
2. O Nordeste antes de ser chamado assim e a sua "criação" **28**
2.1. Do açúcar ao café: conflitos "Norte" x "Sul" **29**
2.2. A seca de 1877: exposição e politização do tema **34**
2.3. O esforço para embranquecer o país **39**
2.4. Os "fanáticos" do "Norte" e outras percepções euclidianas **47**
2.5. O invento do espaço Nordeste **50**
3. A criação de estereótipos sociais, o fazer jornalístico e onde eles se encontram **57**
3.1. Identidade, pertencimento e comparações sociais **57**
3.2. Estereótipos sociais e estigma **63**
3.3. O jornalismo como construtor da realidade e a "operação midiográfica" **67**
3.4. Direcionamentos jornalísticos: relevância e abordagem de temas **72**
4. Investigação: processo metodológico **78**
4.1. Pergunta de partida **80**
4.2. Objetivo geral **81**
4.3. Objetivos específicos **81**
4.4. Perguntas de investigação **81**
4.5. Objeto empírico **81**
4.6. Coleta de dados **83**
4.7. Análise temática do objeto empírico **85**
4.8. Grelha de análise dos artigos **89**
4.9. Coleta de vivências **91**
4.9.1. Administração de questionários e amostragem **93**
4.9.2. Elaboração das perguntas **95**
4.9.3. Grelha de análise das vivências **97**
5. Análise dos artigos: a gênese do homem do "fim do mundo" **100**
5.1. Breve retomada do contexto histórico, político e midiático **100**

5.1.1. Moraes Barros e o apurado da primeira expedição 102
5.1.2. A expedição frustrada de Lourenço Filho 103
5.1.3. Textos não expedicionários e suas narrativas 104
5.2. Forças não tão ocultas 104
5.2.1. Os autores 105
5.2.2. Mais motivações e interesses 107
5.3. "A terra" e "o homem" 108
5.4. "Babel de sangue": os "bípedes" e a mestiçagem excessiva 110
5.4.1. Caracterizações físicas: homens, mulheres e crianças 112
5.4.2. Caracterizações comportamentais: indolência, fanatismo e violência 114
5.4.2.1. Indolência no trabalho 115
5.4.2.2. Fanatismo na "Meca dos Sertões" 117
5.4.2.3. Violência do cangaço 119
5.5. Comparações sociais, "raças" e regionalismo de superioridade 121
5.5.1. Nova colonização e injeção de sangue europeu 124
5.5.2. O "Sul" segundo o Nordeste 125
5.5.3. Comparações administrativas 126
5.6. (Des)necessidade de investimentos: "obras de Santa Engracia" 127
5.7. Conclusões e resultados 129
6. A reação do Nordeste e novas camadas de estereotipação 132
6.1. O *Livro do Nordeste* e a tentativa de Freyre 132
6.2. A conveniência do discurso da seca 137
6.3. O romance regional e validações de estereótipos 142
6.4. As contribuições do cinema, do rádio e da televisão 149
6.5. Migrações, subalternizações e inversões contemporâneas 159
6.6. Xenofobia no espaço virtual e novo enquadramento jurídico 165
7. Vivências: o passado se faz presente 172
7.1. Padrão físico: "Ah, mas você não tem cara de nordestino" 174
7.2. Inferiorização: "Comedor de cuscuz", "preguiçoso", "pau de arara" 176
7.3. Exotização: "Esse seu 'sotaque nordestino' é muito (...)" 180
7.4. Apagamento: "Apesar de você ser do Nordeste, você..." 184
7.5. Reducionismo como convergência: "Eu conheço outra pessoa do Nordeste" 187
8. Considerações finais 192
Referências bibliográficas 199

APÊNDICES **207**
APÊNDICE A – Grelha de análise dos artigos **207**
APÊNDICE B – Instruções sobre a grelha de análise dos artigos **208**
APÊNDICE C – Termo de Consentimento **210**
APÊNDICE D – Roteiro do questionário **211**
APÊNDICE E – Grelha de análise das vivências **212**

Lista de abreviaturas e siglas

MPB – Música Popular Brasileira

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ABL – Academia Brasileira de Letras

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

FGV – Fundação Getúlio Vargas

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

CPIs – Comissões Parlamentares de Inquérito

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

AIC – Academia Internacional de Cinema

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DDD – Discagem Direta à Distância

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Introdução

Nordeste é uma ficção
Nordeste nunca houve
"Conheço o meu lugar", Belchior

A cara do nordestino parece muito bem definida no imaginário de boa parte do Brasil. Como se fosse possível representar as milhões de pessoas que habitam os noves estados da região Nordeste do país (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) com um único rosto, elaborado a partir de um retrato falado genérico, com aspectos físicos e comportamentais assentados ao longo do tempo por estereótipos. Uma descrição respaldada por um repertório limitado e, em grande medida, falacioso de características supostamente comuns.

Para muitos brasileiros, o nordestino tem apenas uma feição possível e aqueles que contrariam esse entendimento são prontamente notificados pelos indiscretos que formam uma espécie de controle de pertencimento. Partem dessas pessoas frases que parecem inocentes e podem ter a pretensão de soarem elogiosas, ditas ainda à luz do dia, em bom som, com muitas variações, mas que encontram em "você não tem cara de nordestino", "nem parece nordestino" e "não tem quem diga que é nordestino" suas formas mais recorrentes.

Foi justamente essa recorrência que motivou, em parte, a presente investigação. Se as frases taxativas apresentadas acima são ouvidas de modo tão frequente, por tantos homens e mulheres do Nordeste, que cara é essa que não encontra em sua gente identificação? Além de contrariar o que se percebe na prática, pela alta ocorrência de frustações quanto à suposta ausência de Nordeste em rostos nordestinos, a ideia de reduzir essa população a uma imagem parece equivocada também em teoria. Isso porque a miscigenação inerente à história do Brasil, entre indígenas, brancos e negros, como entendida por Freyre (1937/2004), começou nessa região.

Apesar de não contemplar a diversidade étnica e cultural dos nordestinos, não está na descrição física limitante propriamente a razão maior para se buscar entendimentos com esta pesquisa. É que, como se confirmou ainda nas primeiras investidas para identificar a origem da construção dessa imagem reducionista, a rotulação do povo do Nordeste se deu em meio a um movimento perverso de arrasamento social, que foi capaz não somente de definir um padrão equivocado que se perpetuou no tempo, mas também de afirmá-lo como inferior e, por isso mesmo, demandante de superação.

Cabecinhas (2012) declara que “os estereótipos nunca são neutros” (p. 152). Então quando das primeiras caracterizações públicas do povo do Nordeste, houve tanta disposição para depreciar, que tudo o que foi dito depois só tratou de reforçar esse desserviço.

O nordestino foi definido quando o Nordeste foi definido, isso a partir de 1919, ano em que uma porção do país passou a ser chamada assim pelo governo federal e foram anunciados investimentos substanciais para obras de convivência com a seca em seu território. A imprensa do “Sul” – o Brasil se dividia entre “Norte” e “Sul”, sendo este último onde se situava São Paulo, o centro do poder (Adas, 1998) – então se deslocou à região renomeada, para apresentar ao país suas impressões sobre essa terra e a sua gente. As primeiras impressões.

Mais de cem anos depois, muito do que se ouve sobre o povo do Nordeste guarda relação estreita com o que foi escrito naquele tempo, quando o nordestino foi anunciado para o país como um indivíduo indigno, resultado de “excessiva miscigenação”: a caricatura de um mestiço, justo quem o Brasil que aspirava ser Europa, inclusive na cor da pele da população, acabara de decretar como inimigo da evolução nacional. Esse era o único habitante de uma terra árida, sucumbida pelas secas e condenada à decadência. É como se as primeiras impressões tivessem de fato ficado, do jeito que sugere o ditado conhecido.

Lippmann (1922/2008) evidencia em sua obra a rigidez das imagens mentais, sobretudo as que dizem respeito a grupos sociais com os quais se tem pouco ou nenhum contato, como era o caso do “Sul” em relação aos nordestinos. Essa resistência a mudar percepções visuais, ainda que novas informações as contradigam, ajuda a mensurar o seu peso nas conclusões e nos julgamentos. Segundo Lippmann, isso se deve à “economia do esforço” (p. 98), um processo no qual as pessoas simplificam e selecionam informações para lidar com a complexidade do mundo. Essa simplificação também serve como defesa de valores e dos próprios interesses, além de satisfazer a necessidade de definição que possui cada indivíduo.

Eis aqui a bússola desta investigação: apresentar as raízes do preconceito dirigido ao povo do Nordeste. Como e onde começou, por iniciativa de quem e quais interesses atendeu. Um embarque à origem da construção social do nordestino, logo após o conceito de Nordeste passar a ser adotado pelo governo federal; as primeiras impressões jornalísticas paulistas e o eco que provém delas; os estereótipos em sua gênese e as camadas subsequentes; e as vivências de quem sofre gestos discriminatórios, sem consciência sobre as verdadeiras motivações.

A resposta para essas perguntas vai além de uma mera inquietação pessoal, por não ser isolada, que dialoga com a perspectiva decolonial estabelecida por força do trabalho do Grupo Modernidade/Colonialidade (MC), com origem na América Latina. Uma reação tardia, mas eficaz na desconstrução de

padrões, conceitos e perspectivas impostos à população nordestina, além de garantidora da pluralidade de vozes, após anos de silêncio. Tudo isso a partir da ruptura com uma visão eurocentrista que remanesce no Brasil e da dissolução da raça como importante instrumento de dominação, conforme orienta Ballestrin (2013).

É preciso compreender, entretanto, que o preconceito objeto desta pesquisa permeia a própria história do país: a sua origem remete à disputa pelo poder político e econômico, que ganhou mais força no século XIX, e à depreciação da mão de obra migrante, com caráter classista, e segue presente pela insistência de quem o reproduz. De tempos em tempos, por força de declarações recalcadas, o tema ganha manchetes, em reedições que chegam a resvalar inclusive para o separatismo, sugerindo um Brasil sem o Nordeste e o seu povo.

O completo entendimento das razões que levaram a essa discriminação, portanto, exige uma visita aos primeiros capítulos da história do Brasil após 1500, quando do início da ocupação do território por Portugal, que se deu justamente no espaço geográfico que hoje se conhece como Nordeste. E ao momento em que o epicentro do poder político e econômico se desloca para o atual Sudeste, a partir do século XVIII, com a ascensão de novas economias e formas de trabalho livre e o início de um processo de desconstrução do passado e dos seus antigos protagonistas.

Garcia (1999) lembra que a escalada do café em São Paulo coincide com a chegada de imigrantes europeus e a experimentação da modernização e da industrialização no "Sul", o que, de acordo com ele, aumentou o contraste regional no Brasil, cuja centralização financeira histórica definiu onde os recursos deveriam ser buscados e permanecer. Além disso, "as secas periódicas (...) forçavam o êxodo e transformavam o Nordeste no grande fornecedor de mão de obra não qualificada às fazendas de café e indústrias do Centro-Sul" (p. 31).

A grande seca de 1877-1879, que causou, "em termos relativos, o drama de maior custo humano jamais registrado no Brasil" (Alencastro e Renaux, 2019, p. 240) é um marco nesse processo de deslocamento de trabalhadores, e é relevante também por ser "o ponto de partida para o desencadeamento de ações dos grupos de cangaceiros mais famosos do século XIX" (Facó, 1991, pág. 136). Fatos que ajudaram na construção imagética do "Norte" daquele tempo, a partir do jornalismo e da literatura, somando-se a eles, em 1896 e 1897, as marcas do fanatismo e da violência deixadas pela versão que foi apresentada da Guerra de Canudos[1].

[1] A Guerra de Canudos foi um conflito ocorrido entre 1896 e 1897 no interior da Bahia, envolvendo o movimento liderado por Antônio Conselheiro e as forças do governo republicano. Foi uma guerra sangrenta que resultou na destruição do arraial de Canudos e na morte de milhares de pessoas, refletindo tensões sociais, políticas e religiosas da época (Facó, 1991).

A exposição dessa porção de Brasil na imprensa teve uma reedição nos anos 1920 – com o abandono do tom piedoso, encontrado com alguma frequência anteriormente –, depois de os estados vitimados pela seca serem reunidos pelo Governo numa subdivisão do "Norte" chamada de Nordeste. Uma medida argumentada pela necessidade de investimentos e que fortaleceu um movimento regionalista, encabeçado pela elite política local, para reivindicar mais ações e se reposicionar no tabuleiro do poder. Esse uso da falta d'água para a conquista de recursos, segundo Ferreira (1982), é uma das faces da "indústria da seca", termo difundido ao longo do século XX bastante controverso em razão da simplificação do problema e da desconsideração das suas causas estruturais.

De todo modo, a repercussão da novidade geográfica por meio de uma imprensa já organizada, somada ao engajamento político local em favor de validar os efeitos severos da estiagem, fez com que, conforme Freyre (1937/2004), a palavra "Nordeste" fosse entendida pelas pessoas, quando passou a ser utilizada pelo Governo, como sinônima de "obras contra as secas". E mais: nutriu no imaginário do país "os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés", habitados por "figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco[2]" (p. 45), pintor espanhol que costumava exagerar e distorcer as proporções e formas de humanos e objetos.

Isso significa que a manifestação da representação social do povo do Nordeste, como "do Nordeste" propriamente, vai ser percebida de maneira ostensiva logo após o seu invento enquanto região, com amplo respaldo documental, por coincidir com o avançar do jornalismo impresso no Brasil, isto é, na década de 1920, período ao qual este estudo dedica maior atenção. Também é nos anos 1920 que as figuras de Lampião e Padre Cícero ganham fama nacional. Para Albuquerque Jr. (2007), é nesse momento que a região "vai sendo dotada de significados, (...) com imagens e textos que vão produzindo, em grande medida, a forma como vemos e dizemos o Nordeste ainda hoje, assim como seus habitantes" (p. 100).

Toda boa apuração exige o uso de lupas, ainda que no sentido figurado. O instrumento, que a literatura se encarregou de relacionar ao ato de investigar, permite a observação dos detalhes, uma melhor visão sobre as superfícies e até mesmo enxergar o que elas escondem. É por essa razão que a lente de aumento se tornou, para quem busca respostas, não somente uma alegoria, mas uma metáfora indispensável. O problema é que a lupa sugere que as elucidações se darão sempre em algum lugar externo e não em nós mesmos. E isso pode ser um engano.

[2] Conforme Cereja e Cochar Magalhães (2000), El Greco (1541-1614) foi um renomado pintor do período maneirista e um dos artistas mais importantes da Espanha do século XVI, conhecido por suas obras marcadas por cores vibrantes e formas bastante alongadas.

O espelho, numa investigação, ainda que científica, sobre o preconceito contra a origem de lugar e a discriminação social, é instrumento de igual ou maior valor, porque há análises que são possíveis somente interrogando a própria história, lançando luz sobre fatos ignorados e recuperando o que o tempo e narrativas parciais trataram de confiscar. A percepção da imagem refletida no espelho, livre de embaço, é capaz de evidenciar sobre as construções sociais que, mesmo sem consciência, populações oprimidas podem ajudar a preservar.

Nascido em Natal, capital do Rio Grande do Norte, um dos nove estados que compõem o Nordeste do Brasil, este investigador experimentou o preconceito baseado na sua origem geográfica. Como muitos nordestinos, além da discriminação em si, foi preciso enfrentar a necessidade de permanecer calado diante de insultos proferidos por indivíduos que se beneficiam da proteção inerente às relações hierárquicas historicamente moldadas.

"Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!", escreveu Belchior[3] em "Conheço o meu lugar", com versos contrários à tentativa de homogeneizar a região, de negar a ideia de Nordeste em uso comum. Uma resposta poética ao reducionismo amplamente disseminado no restante do país, por meio de uma criação deliberada que apaga processos históricos distintos e realidades diferentes, que etiqueta tudo e todos como "miséria" e "seca". Entender como os muitos Nordestes foram acomodados num só permite a consciência sobre o que sucedeu aos nordestinos. Reduzir o Nordeste e o seu povo é estratégia eficaz para encolhê-los.

Entre generalizações e reducionismos, estigmas e estereótipos, restou a vontade de compreender como a imprensa brasileira dos anos 1920 contribuiu para a construção social do preconceito contra a população do Nordeste. Por isso, esta investigação foi estruturada a partir da análise temática de conteúdos publicados nesse período, tendo como base empírica as coberturas jornalísticas das primeiras expedições da imprensa ao Nordeste, desde São Paulo, após a região receber essa denominação, e a manifestação concomitante de superioridade do "Sul", em artigos com julgamentos severos e a hierarquização dos diferentes Brasis.

Assim, a amostra foi composta por textos que integram as séries "Impressões do Nordeste" (1923), "Impressões de São Paulo" (1923-1925), "Joaseiro do Padre Cícero" (1925-1926) e "O banditismo no Nordeste" (1927), todas publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*[4]. Escritos anteriores e posteriores, com diferentes linguagens e não somente jornalismo, também foram contemplados de modo

[3] Belchior (1946-2017) foi um cantor e compositor cearense, figura icônica da Música Popular Brasileira (MPB), conhecido por suas letras poéticas e melódicas que abordavam temas sociais e existenciais e que deixou um legado marcante na cultura nacional, consoante informações do hotsite "Belchior 70 anos de vida e poesia", d'*O Povo* (acesso em 16 de abril de 2024).

[4] O *Estado de S. Paulo* é um dos principais jornais brasileiros, fundado em 1875, como pontua Mello e Souza (1986), e reconhecido pela sua cobertura jornalística abrangente e qualidade editorial, abordando assuntos diversos e gozando de credibilidade.

secundário, para uma melhor assimilação do tema dada a sua relevância, a exemplo do *Livro do Nordeste*, edição centenária do jornal *Diário de Pernambuco*[5], organizada por Freyre em 1925, como resposta à ofensiva da imprensa do "Sul".

A escolha também se deve à simultaneidade dessas séries, à possibilidade de comparações que elas proporcionam e ao fato de terem sido publicadas em um contexto muito específico. As séries coincidem com um período da história em que muitos intelectuais ganharam voz nos jornais para exaltar São Paulo como novo centro de poder, ao mesmo tempo em que frequentemente depreciavam o que não pertencia ao "Sul", especialmente o que estava se estabelecendo como Nordeste (Zaidan Filho, 2001). As comparações confrontavam diferentes Brasis e sugeriam qual deles deveria ser dominante.

A intenção de entender a mão do jornalismo nessa construção se desdobrou em pelo menos três diferentes questionamentos, aqui chamados de objetivos específicos: qual foi essa contribuição, considerando a ocorrência, como foi feita e as adjetivações utilizadas; qual era o contexto histórico e as motivações existentes; e qual relação se pode estabelecer entre essas primeiras impressões do Nordeste e a discriminação que persiste até os dias de hoje.

Seu referencial teórico está dividido em três capítulos, com a apropriação de conceitos estruturantes essenciais para o entendimento absoluto do tema. No primeiro, o foco está no pós-colonialismo e no pensamento decolonial, importantes para embasar o estudo, bem como justificá-lo. Além disso, devido ao atraso na experimentação desses processos no Brasil, busca-se entender por que essa população permaneceu em silêncio por tanto tempo, sem reagir à discriminação sofrida ou questionar a possibilidade de superação. No segundo, há um resgate histórico das relações entre os antigos "Norte" e "Sul", do Brasil eugenista dos séculos XIX e XX e da criação, ainda que oficialesca, da região Nordeste. Já o terceiro é marcado pelo encontro teórico entre estereótipos, identidade e representações sociais e noções da prática jornalística, para entender a atividade como construtora da realidade social, os critérios que definem o que será publicado e a capacidade do jornalismo de influenciar a opinião pública.

No quarto capítulo, são delineadas as etapas metodológicas do estudo: desde a preparação dos dados até a interpretação para uma avaliação crítica do material, passando pela codificação, categorização e identificação dos temas. No quinto capítulo, a análise dos artigos selecionados como amostra é realizada, organizando suas abordagens por temas e destacando suas convergências. O sexto capítulo traz um panorama do século XX, explorando como novas camadas de estereótipos foram sobrepostas às anteriores, tanto pela política quanto nas artes. Por fim, no sétimo capítulo, são tratadas as vivências

[5] Segundo Mello e Souza (1986), o *Diário de Pernambuco* é um dos jornais mais antigos em circulação na América Latina, hoje com mais de 190 anos de história. É reconhecido pela sua relevância na cobertura regional e nacional.

compartilhadas por pessoas nordestinas, identificando as manifestações contemporâneas do preconceito e suas relações com o que se entende como origem desse problema.

A relevância desta investigação vai além da análise de um fenômeno comunicacional, pois com o mergulho no que se apresenta como a gênese do preconceito em pauta, houve a necessária apuração das forças que atuaram com o propósito de desfazer aqueles que nasciam no Nordeste. Feito que permite que essa população deixe o fatalismo para ocupar lugar de paridade na guerra de narrativas, a partir do ganho de consciência sobre o seu valor e as intenções de quem teima em lhe desvalorizar. Cabe destacar que não foi encontrado um estudo que privilegiasse a inspeção detalhada do conteúdo analisado, reforçando não somente o seu caráter essencial, mas também a sua urgência.

Não há aqui, portanto, a intenção de desfazer tamanho preconceito sob o simples argumento do quão destacado é o povo nordestino, apresentando sua produção intelectual e científica – fala de resistência comum quando ofensas são recebidas – pois a superação da intolerância exige mais e passa pelo conhecimento das suas razões e origem, mesmo que implique conclusões espinhosas e difíceis apontamentos. Com a permissão de Conceição Evaristo[6], não se pretende ninar, e sim incomodar sonos injustos, para que a verdade liberte uma população inferiorizada por uma rejeição perversa que já dura mais de um século. A trama sobre os nordestinos que são, mas cuja cara não possuem, enfim desfeita. Em mais um verso oportuno de Belchior, "era uma vez um homem e o seu tempo".

[6] Como informa o portal *literafro* (acesso em 18 de abril de 2024), Conceição Evaristo é uma renomada escritora brasileira, de Minas Gerais, conhecida por suas obras que exploram as questões da negritude e da mulher negra na sociedade brasileira, destacando-se por sua escrita poética e engajada.

1. A revisitação da história: um ato necessário

Porque há o direito ao grito.
Então eu grito.
"A Hora da Estrela", Clarice Lispector

O Brasil não conhece o Brasil. Foi Elis Regina quem tornou essa frase sentenciosa conhecida, quando, em 1978, emprestou a sua voz para "Querelas do Brasil"[7]. Por mais que a motivação dos compositores da canção, Maurício Tapajós e Aldir Blanc, tenha sido dirigir uma crítica ao "Brazil" americanizado, o seu primeiro verso admite outras interpretações. E por isso mesmo, ele permanece oportuno e bastante atual.

O conhecimento raso ou equivocado sobre diferentes porções do "país continental", que segue insistente até este tempo, protegido em alguma medida por essa desculpa geográfica, é um dos mantenedores da atualidade do verso famoso. O Nordeste, para ilustrar, permanece no imaginário de muitos compatriotas como uma terra árida que evoca seca, miséria, fome e nada mais. Agora, se o Brasil ainda não conhece o Brasil, o brasileiro, por sua vez, ainda não conhece o brasileiro. Ou simplesmente não se empenha em conhecer.

O rompimento com a estrutura de poder colonial, isto é, com o legado do colonialismo ao qual foi submetido, até fez o brasileiro compreender melhor a sua própria identidade e avançar um pouco com a desconstrução de narrativas dominantes. Contudo, assim como o Nordeste é frequentemente reduzido a uma imagem estereotipada, sua população também sofre com o reducionismo, argumenta Zaidan Filho (2001). Como espelho dessa terra sofrida, o povo do Nordeste ocupa um só lugar no pensamento coletivo nacional, o que atesta a necessidade de um esforço revisional mais profundo, rumo ao autoconhecimento.

É justamente essa ignorância, seja ela consciente ou não, que faz persistir o tratamento de inferiorização dispensado à população nordestina. A desinformação atua na manutenção de preconceitos e na reprodução de entendimentos equivocados, razão pela qual deve ser combatida do Caburaí (e não do Oiapoque, como se diz erroneamente) ao Chuí[8]. Só assim enganos como esse da expressão popular poderão ser superados. Mas toda atualização provoca mudanças na composição do espaço, da mesa, e nem sempre quem está bem acomodado quer alterar o seu lugar de assento.

[7] "Querelas do Brasil" é uma música de Aldir Blanc e Maurício Tapajós, interpretada por Elis Regina, que retrata de forma poética as contradições e desafios enfrentados pelo Brasil, destacando questões sociais e políticas. Retirado de Cereja e Cochar Magalhães (2000).

[8] Apesar de muito conhecida, a expressão "Do Oiapoque ao Chui", que se refere à extensão geográfica do Brasil, não está correta. Isso porque o Oiapoque, no Amapá, não é o extremo norte do país, mas sim o Monte Caburaí, em Roraima, registrado em 1931.

1.1. A desconstrução de narrativas dominantes

Quando se trata de pós-colonialismo, tudo começa pelo fim. Isso porque o período que sucede à independência das colônias é, geralmente, marcado pela busca por uma desconstrução da narrativa que foi escrita pelos colonizadores. A esse momento da história, vivenciado pelo Brasil a partir do século XIX, no tempo da conquista da sua emancipação de Portugal, e que implica em mudanças sociais, culturais e políticas, dá-se o nome de pós-colonialismo.

Ao conflitar teóricos sobre o tema, Müller (2021) definiu pós-colonialismo como "um conjunto de práticas, (...), e de discursos que tem como objetivo desconstruir a narrativa escrita pelo colonizador e, em seu lugar, inserir uma narrativa escrita do ponto de vista do colonizado" (p. 34), permitindo que a sua versão sobre os fatos seja ouvida. Foi esse pensamento, tão necessário quanto inevitável, que atualizou a história do Brasil de "descoberto pelos europeus" para "ocupado pelos colonizadores", para citar apenas um exemplo.

A partir dessas novas conclusões, podem ser revisados tanto os sistemas de representação construídos ao longo do período colonial, que moldam o pensamento e regulam a dinâmica social, quanto os processos identitários, isto é, a forma como as pessoas se percebem e são percebidas pelos outros. Um *plot twist*[9] da própria história, capaz não apenas de surpreender, mas de mudar a percepção do enredo e reposicionar grupos sociais subalternizados.

Observa-se, porém, que esse processo aconteceu de maneira atípica no país. Isso porque os próprios colonizadores permaneceram no território e ocuparam espaços de poder nos primeiros anos pós-independência, com Dom Pedro I no cargo de imperador. Autores como Ribeiro (2011) defendem que o período pós-colonial teve início no país, na verdade, um pouco antes, em 1808, quando houve a transferência da Corte portuguesa para a colônia, com a migração da sua elite política e a designação do Rio de Janeiro como capital.

Tomando como base qualquer um dos marcos temporais, o desembarque da família real em 1808 ou a separação política com Portugal, em 1822, com Dom Pedro I, herdeiro legítimo do trono português, coroado imperador, sua ocorrência não significou uma ruptura com a estrutura social e econômica vigente, justamente pela permanência dos colonizadores e da não alteração de marcas do período anterior, como o latifúndio, a escravidão e a desigualdade social (Oliveira, 1981).

[9] Como explica Singleton e Conrad (2000), um "plot twist" é um elemento inesperado na trama de uma história que altera drasticamente a direção da narrativa ou revela informações surpreendentes, causando um forte impacto no público ou no leitor.

Outra barreira foi a persistência de narrativas como a do lusotropicalismo[10], criada pelo sociólogo Gilberto Freyre na década de 1930. Como registra Moreira e Venâncio (2000), essa narrativa tentava argumentar que Portugal teria adotado uma postura mais tolerante em relação às culturas locais durante seu processo de colonização, construindo, no Brasil, conforme seu entendimento, uma sociedade luso-brasileira harmoniosa e miscigenada. Cabecinhas (2002) acrescenta que uma das razões apontadas por Freyre seria a aceitação por parte dos portugueses dos valores culturais das populações que colonizou, "explicadas pelo próprio fundo étnico do povo português, já de si uma mistura de gentes de diversas origens" (p. 92). Uma teoria, portanto, que romantiza as relações coloniais e minimiza a exploração e a opressão presentes na história do país, retardando assim os processos necessários de ruptura.

Esses estudos pós-coloniais vão ganhar mais força, no mundo todo, nos anos 1970, com investigações aprofundadas sobre as relações de dominação e subordinação inerentes à exploração de um território por indivíduos estranhos. É desse período que datam obras que buscam romper com hierarquias persistentes e questionam pressupostos tradicionais, fazendo frente à superioridade europeia, ao imperialismo e ao racismo, a exemplo de *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, publicada por Edward Said em 1978.

Said (1978/2007) oferece uma análise crítica de como o Oriente foi percebido e representado, ao longo da história, pelo Ocidente, a partir de uma perspectiva arbitrária e preconceituosa, motivada por interesses políticos e ideológicos, que ajudaram a nutrir estereótipos e distorções. Essa relação de poder é reforçada pelo autor quando ele afirma, por exemplo, que se trata de "uma doutrina política, imposta ao Oriente porque esse era mais fraco que o Ocidente" (p. 277). Para ele, é a representação do Oriente pelo Ocidente que perpetua a dominação.

> O Orientalismo pode ser considerado um modo de escrita, visão e estudo regularizados (ou orientalizados), dominados por imperativos, perspectivas e vieses ideológicos ostensivamente adequados para o Oriente. O Oriente é ensinado, pesquisado, administrado e comentado segundo maneiras determinadas. (Said, 1978/2007, p. 275)

A abordagem de Said (1978/2007), referência nos estudos pós-coloniais, vem de encontro com o que se pretende desfazer sobre o povo do Nordeste, à medida em que, de acordo com ele, o Orientalismo nada mais é do que uma construção social. O Oriente (ou o Nordeste) seria, portanto, uma instituição presente no imaginário associado à difusão de conceitos errôneos e interesseiros, tais

[10] O lusotropicalismo é, segundo Moreira e Venâncio (2000), uma teoria social desenvolvida por Gilberto Freyre que sugere a existência de uma identidade cultural comum entre os povos de língua portuguesa, promovendo uma visão positiva da miscigenação racial e cultural nos territórios colonizados por Portugal.

quais o exotismo presente nas interações sociais e a necessidade, sob o ponto de vista do Ocidente (ou do "Sul"), da ocorrência de um processo "civilizador".

A revisão dessas relações insistentes estabelecidas no passado, por força da colonização, ganhou um novo empurrão no final dos anos 1990, em razão do trabalho de intelectuais integrantes do Grupo Modernidade/Colonialidade (MC)[11] com raízes na América Latina. Coube a eles, acrescentar aos estudos sobre o pós-colonialismo a importante noção de decolonialidade, que sugere, de acordo com Muller (2021), uma mudança de direção nos campos acadêmicos e discursivos por meio de uma oposição letrada e bem construída às estruturas de poder e à produção de conhecimento que têm o colonialismo como o seu genitor.

Aníbal Quijano, um dos membros do MC com obra mais disseminada, dá uma importante contribuição ao tema quando avança nas definições e apresenta o conceito de colonialidade do poder, segundo o qual as relações criadas pela exploração não acabam quando acontece a independência das colônias, principalmente nas áreas política e econômica. Quijano (2005) afirma que raça, gênero e trabalho ordenaram e seguem ordenando as relações de exploração, dominação e conflito, o que aconteceu (e acontece) no Brasil.

Por essa razão, as contribuições do MC são relevantes, já que mesmo num contexto temporal de pós-colonialismo, o que se vê na produção jornalística e intelectual dos anos 1920 sobre o povo do Nordeste, objeto desta investigação, é a tentativa de manter justamente as relações de exploração, dominação e conflito pontuadas por Quijano (2005), a partir de uma apresentação depreciativa daqueles que habitavam um recorte espacial que acabara de ser rebatizada e engatinhava sob o ponto de vista existencial.

Apesar de exercer na prática uma postura pós-colonialista, o Brasil ficou alheio à realização de investigações ligadas ao tema. Isso porque, como bem lembra Müller (2021), nos anos 1980, quando o desenvolvimento de teorias pós-coloniais avançou em diversos países, o Brasil vivia uma ditatura militar, com limitações ao livre pensamento, em especial à execução de pesquisas e estudos com potencial de serem consideradas "subversivos" pelo governo vigente. Além disso, é importante registrar que, na década seguinte, quando a perspectiva decolonial ganhou ainda mais força, o país seguiu um tanto excluído do processo, pois apesar da formação latina do MC, não havia pesquisadores brasileiros entre os integrantes do grupo.

[11] O Grupo Modernidade/Colonialidade (MC) é uma espécie de rede internacional de intelectuais que investigam as dinâmicas de poder, colonialidade e modernidade, destacando as interseções entre o legado colonial e as estruturas sociais contemporâneas, especialmente na América Latina, conforme explicado por Muller (2021).

Por mais que pareçam similar, o pós-colonialismo e o pensamento decolonial guardam diferenças importantes. Enquanto o pós-colonialismo analisa as consequências das narrativas dominantes e se propõe a desfazê-las, o pensamento decolonial vai além, buscando transformações substanciais nas estruturas sociais e na forma como se adquire e justifica conhecimentos. O pós-colonialismo é capaz de apontar as marcas da exploração, narradas por quem as sofreu. Já o pensamento decolonial quer redefinir as posições de protagonismo que a ocorrência dessa exploração estabeleceu.

Reposicionar o povo do Nordeste no tabuleiro do Brasil cumpre o propósito de revelar sobre a construção do preconceito dirigido a essa população, bem como o de retirá-la de uma subalternização ditada pelo externo e que foi internalizada. Para a desconstrução do colonialismo, é preciso disposição, para absorver, difundir e se ajustar ao que a história por trás da história é capaz de reorganizar. Isso porque toda revisão que é feita em uma sociedade gera desconfortos, principalmente para os que estão apegados às benesses que a configuração atual possibilita. O desconhecimento é escudo dos privilégios.

1.2. O Complexo de Macabéa e o levante tardio

Todo esse entendimento decolonial acabou por contagiar a produção cultural e acadêmica ao redor do mundo, com um caráter rompedor, buscando desfazer estruturas criadas pela colonização, que ainda beneficiam detentores de poder e elites apegadas às narrativas estabelecidas no passado. Mesmo tardio, o pensamento decolonial encontrou no Nordeste demandas de superação, ou seja, fertilidade para germinar.

A produção cultural e acadêmica impulsionada pela perspectiva decolonial, como é o caso desta investigação, cumpre o papel de superar estruturas cristalizadas por sentimentos presentes no regionalismo nordestino, que é atravessado por um complexo de inferioridade, lapidado por décadas e décadas de destrato moral e depreciação. Essa inferiorização sistêmica resultou em um estado de apatia e inércia, pilares do que, ao longo do estudo, pôde ser definido como o Complexo de Macabéa, ilustrado pela forma como esse Nordeste depreciado se enxerga diante do espelho.

Macabéa é uma clara referência a uma das personagens mais marcantes da obra de Clarice Lispector. A protagonista de *A Hora da Estrela*[12], de 1977, é uma mulher do Nordeste, migrante, maltratada pela vida, que enfrenta questões existenciais porque acha que não é "muito gente" (p. 48) e pede desculpas por tudo, inclusive "por ocupar espaço" (p. 27) e existir. Ela apresenta em suas linguagens

[12] Cereja e Cochar Magalhães (2000) definem *A Hora da Estrela*, lançado em 1977 por Clarice Lispector, como um romance que explora questões existenciais e sociais a partir da narrativa de Macabéa, uma jovem nordestina pobre que enfrenta desafios na vida urbana do Rio de Janeiro.

verbal e não verbal, conforme a prosa poética de Clarice Lispector, uma inocência pisada, uma miséria anônima e uma completa ausência da capacidade de reagir.

A personagem é uma das "nordestinas que andam por aí aos montes" (p. 12), enfrentando suas "fracas aventuras (...) numa cidade toda feita contra ela" (p. 15). Originária do sertão de Alagoas, com "maus antecedentes", de "lá onde o diabo perdeu as botas" (p. 28), sua história, porém, não é o que merece atenção nesta análise; o verdadeiro interesse está em seu estado emocional. Desprovida de consciência sobre seu lugar no mundo, ela caminha sempre curvada, "nunca de peito aberto" (p. 65), desculpando-se sem saber o porquê.

Esse comportamento característico da personagem dialoga com o abaixamento de cabeça que acompanhou o povo do Nordeste por muitos anos, suprimindo a sua possibilidade de réplica contra a ofensiva moral oxigenada pelo recalque e pela perversão. O Complexo de Macabéa, portanto, foi um dos responsáveis por silenciar vozes e buscar a verdade de modo tardio. Sua presença ainda não se dissipou por completo e se relaciona com o Nordeste da mesma forma que o Complexo de Vira-Lata[13], amplamente conhecido entre os brasileiros, se relaciona com o Brasil. Esta expressão, cunhada por Nelson Rodrigues, descreve a falta de autoestima dos brasileiros em comparação com outros países. Tal qual a conclusão do escritor e dramaturgo, longe de corresponder a uma densa pesquisa sociológica, é resultado empírico da observação.

A anti-heroína de Clarice Lispector vive uma existência de submissão e falta de autoconsciência. "Por que ela não reage? Cadê um pouco de fibra?" (p. 26). Macabéa se curva diante da sociedade, aceitando passivamente o papel que lhe é atribuído. Imersa em uma estrutura social tão enraizada que "não fazia perguntas" (p. 26), ela vive uma vida marcada pelo conformismo, resignando-se ao destino pré-determinado pelos outros e internalizando a ideia de que "é assim porque é assim" (p. 26).

Seu conformismo, portanto, surge como ponto relevante para esta análise. Macabéa "passava o resto do dia representando com obediência o papel de ser" (p. 36), aceitando o que era determinado pela sociedade para ela. A ideia de luta nunca lhe ocorria, pois não havia conhecido outra forma de existir além daquela que lhe era imposta, razão pela qual não tentava desafiar a ordem existente.

Macabéa desconhece sua própria identidade, a que existe por baixo das camadas depositadas pelos outros sobre si. "Nunca se viu nua porque tinha vergonha" (p. 22), e por isso mesmo "não sabia que ela era o que era" (p. 27). Com autoestima fragilizada, em um contexto no qual a opinião pública rotulava e limitava as possibilidades do povo nordestino para manter certos privilégios, discursos

[13] O Complexo de Vira-Lata é um termo criado pelo dramaturgo Nelson Rodrigues em 1958 para descrever um sentimento de inferioridade, autoaversão ou falta de autoestima por parte dos brasileiros em relação a outras nações, especialmente as consideradas mais desenvolvidas. Com informações do documentário *Complexo de Vira-Latas*, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

regionais também se apoiavam em estereótipos para sustentar vantagens. Disputas que deixavam Macabéa ainda mais marginalizada, em um jogo no qual ela não podia participar ativamente, mas era peça fundamental para que os outros mantivessem suas posições à mesa. A falta de consciência a impedia de reivindicar seus direitos ou de contestar essa ordem estabelecida. "Não tinha consciência de si", logo “não reclamava nada” (p. 69).

A invisibilidade de Macabéa é outra característica marcante, já que “a nordestina se perdia na multidão” (p. 40) e sua história comum de retirante é relegada a segundo plano em uma série de preterições, nos campos pessoal e profissional, para o “sul do país”. Macabéa não apenas é invisível para os outros, mas também para si mesma, lutando para compreender sua própria identidade e lugar no mundo. Apesar da monotonia e falta de aspirações, sua vida é marcada por um constante deslocamento, entre saudade e busca por pertencimento.

Acontece que os sucessivos apontamentos ofensivos têm suficiência para que haja a internalização de falsas percepções sobre si, o que será aprofundado mais adiante, no capítulo dedicado aos estereótipos. Conforme Moreira (2023), grupos podem internalizar esses estigmas e passar a perceber a si mesmos e os pares a partir deles. Estereótipos negativos constantes são fontes de tensões emocionais e sentimentos de conformidade e de inadequação, justamente o que forma o quadro psicológico da antiheroína de Clarice Lispector.

> A menina não perguntava por que era sempre castigada mas nem tudo se precisa saber e não saber fazia parte importante de sua vida. (...) Pois que vida é assim: aperta-se o botão e a vida acende. Só que ela não sabia qual era o botão de acender. (Lispector, 1977/1998, p. 28 e 29)

Em vista disso, a dificuldade imposta pelo Complexo de Macabéa para o enfrentamento de práticas discriminatórias merece atenção não somente por comprometer a consciência individual, mas sobretudo pelo quanto afeta o coletivo. Soma-se a isso a invalidação cultural sofrida pelo povo nordestino, na forma de epistemicídio, com a negação de conhecimentos e de quem os produz. Segundo Ribeiro (2019), pode-se resumir esse subproduto do colonialismo como “o apagamento sistêmico de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos” (p. 61).

A ocultação da produção social, cultural e científica nordestina se manifesta com nitidez quando as ofensas se estruturam em argumentos intelectuais, que negam qualquer contribuição dada pelo povo do Nordeste ao saber nacional. Na busca pelo contraponto, as vítimas mais reativas acessam à rota segura do relembre ao que foi “esquecido” pela ignorância alheia: a música de Gilberto Gil e Caetano Veloso, a obra de Jorge Amado e Ariano Suassuna, a abordagem educacional inovadora de Paulo Freire,

os feitos científicos nas universidades, as constantes notas máximas na redação do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, que garante o ingresso de estudantes no Ensino Superior gratuito no Brasil, e outros mais.

Quando não negado em sua totalidade, esse apagamento incide sobre o lugar de origem. Como se os nordestinos que não se relacionam com a seca, o forró e outros elementos tidos como "tradicionais", fossem menos nordestinos. Apesar de ter nascido na Ucrânia, Clarice Lispector se declarava pernambucana, por ter migrado ainda criança para o Brasil e se estabelecido em Recife. Mesmo assim, ela nunca foi identificada como "escritora nordestina". O cearense José de Alencar, embora reconhecido como um "intelectual da Corte" – e talvez por isso mesmo –, parece menos nordestino que Ariano Suassuna. É a mesma régua que torna Luiz Gonzaga mais nordestino que Chacrinha, apesar de os dois terem nascido em Pernambuco.

A definição do Nordeste e de sua população por meio de elementos como miséria, cangaço e messianismo ocorre em um contexto de uma vasta gama de outros aspectos, muitos dos quais são negligenciados durante esse processo de construção de imagem. Explorar essa temática leva ao questionamento se essas escolhas foram feitas de forma arbitrária ou intencional. Trata-se de uma narrativa que, pela repetição, tornou-se uma verdade imposta, obscurecendo outras perspectivas e impedindo a percepção de contraposições.

Essa negação do povo do Nordeste como sujeito de conhecimento ou a imposição de que seus homens e mulheres só podem acessar a mesma pasta de temas, o que limita a presença nordestina na formulação do saber, é epistémica, contribui para a edificação de muros sociais e ainda interfere na sua identidade. A nordestinidade não como inspiração, mas como único caminho possível é o que faz, até o presente, artistas sudestinos serem tratados como "nacionais", enquanto artistas nordestinos são etiquetados como "regionais", privilegiando o lugar de origem e o sobrepondo ao mérito do produto entregue.

> O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram. (Ribeiro, 2020, p. 65)

O Complexo de Macabéa, portanto, é sustentado pelo silenciamento decorrente do epistemicídio e pelos constantes discursos de inferiorização, à medida em que eles impõem julgamentos, inibem a capacidade de expressão e produção capazes de desconstruí-los. Esse ciclo alimenta uma autoimagem negativa e reduz a autoestima, levando as vítimas a se verem pela lente dos estereótipos, gerando ainda mais repressão. "Ela (Macabéa) falava, sim, mas era extremamente muda" (Lispector, 1977/1998, p.

29). Além de sufocar pelo apagamento, o epistemicídio também provoca impactos emocionais capazes de aprofundar o silêncio.

Clarice Lispector tinha outros propósitos para Macabéa, mas a personagem acabou personificando um sentimento de não aceitação que por anos subjugou os nordestinos, privando-os de iniciativa para questionar. Explorar a trajetória de Macabéa é reconhecer as complexas camadas de silenciamento e invisibilidade que não somente envolvem sua vida fictícia, mas também a realidade de muitos nordestinos. Não se trata apenas de quem Macabéa é na trama *A Hora da Estrela*, mas do que ela sente e do que a impede de reagir. É sobre os obstáculos que tardaram o direito de gritar e a conquista de um "grito puro e sem pedir esmola" (p. 13).

1.3. A *nordestinidad* e outras des(construções)

A origem da palavra nordestinidade, assim como de outros neologismos relativos ao Nordeste, é fonte de divergências, mas é possível compreendê-la, conforme Constant (2022), como o conjunto de informações, características e costumes que fazem com que um indivíduo seja considerado nordestino. Quase que um termômetro para medir a incidência de Nordeste em uma pessoa. Nessas características, estão incluídos, é claro, os estereótipos, que servem a todo o tempo como um reforço para assentar essa nordestinidade e torná-la naturalizada.

Em 1988, a escritora Rachel de Queiroz publicou um artigo no jornal *O Estado de S. Paulo* no qual trata a presença do povo do Nordeste na Paulicéia[14] como um fato "irreversível". Uma presença não de "mão de obra barata", pois, nas palavras dela, "já queimaram essas etapas" e "agora (os nordestinos) brigam pelas lideranças" (p. 40). Raquel apresenta uma geração desprendida dos muitos símbolos de miséria excessivamente explorados pela mídia e por produtos culturais. A *nordestinidad*, sem o "e", cuja aceitação é apontada logo no título como "inadiável", demanda respeito não pela valorização do regional, mas pelo entendimento de que a resistência a ele nega o próprio Brasil, ainda em formação, e pode ser colocada na conta do colonialismo.

Esses termos adquiriam força com o surgimento de estudos sobre a construção social do Nordeste, do entendimento de que a região foi criada a partir de interesses elitistas. De acordo com Bourdieu (2010), antes mesmo de ser geográfica, uma região é uma determinação simbólica que está tomada

[14] "Paulicéia" é um termo que se refere à cidade de São Paulo, remontando ao período colonial e ainda usado ocasionalmente para descrever a metrópole paulistana.

pelo poder: “o espaço (físico) é o lugar onde o poder se afirma e se exerce” (p. 163). Antes da geografia, conforme o sociólogo francês, vem o interesse.

Por isso mesmo, muito se fala sobre a construção simbólica do Nordeste, ou seja, a forma como essa região foi representada, interpretada e percebida tanto dentro quanto fora dos limites geográficos que para ela foram estabelecidos. Na perspectiva de Castro (1992), a própria ideia de Nordeste teria sido forjada pelas elites locais, interessada na sua conservação no poder, possuindo um caráter político, vinculado a interesses territoriais, nem sempre coletivos. Uma visão que acaba por responsabilizar o Nordeste pelo desgaste do Nordeste e livra o resto do país de qualquer parcela de culpa.

Os anos 1990 são marcados pela publicação de estudos importantes de autores nordestinos sobre a construção do discurso regional, como *A Invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em 1999. Por mais que credite parte da estigmatização da região à sua elite intelectual, também apresenta práticas e discursos “nordestinizadores” adotadas pelos sudestinos que fazem do Nordeste “uma produção imagético-discursiva (...) gestada historicamente” (p. 62) e as recorridas vezes em que essa porção do Brasil foi dada como exemplo, em um discurso “civilizatório”, do que o “Sul” não deveria ser.

A importância de estudos como esse está na sua capacidade de libertar a produção de conhecimento sobre o Nordeste da episteme eurocêntrica que ainda persiste em acontecer. Conhecimento que serve também como ferramenta para promover a libertação individual e coletiva dos próprios nordestinos de narrativas dominantes, muitas vezes disfarçadas pelo culto à nordestinidade, validadoras das mais diferentes formas de opressão, injustiça e desigualdade.

Como colheita, novas produções documentais, literárias, musicais e audiovisuais livres do masoquismo da aceitação da discriminação, e reações sociais, já que, com cada vez mais frequência, vê-se nordestinos reagindo a ataques, principalmente no ambiente digital, que incluem comentários preconceituosos, estereótipos e o que já passou a ser entendido como xenofobia virtual. Está em curso um rompimento de uma dinâmica de subalternização, com o abandono da ideia de periferia que nasceu por vontade de quem se apresentava como centro.

Porém, para maiores avanços nesse levante decolonial da população do Nordeste, são necessárias mais informações, como as capazes de lançar luz sobre a origem do preconceito e revelar quais interesses foram atendidos. Assim, será possível dar aos nordestinos melhores condições para o enfrentamento dessa discriminação muitas vezes lúcida e intencional, que mais do que xenofobia, como será possível aprofundar mais adiante, é atravessada pelo racismo. Entender a gênese fortalece o avistamento do fim.

A necessidade de uma consciência que teima em se arrastar não é novidade e remonta à própria institucionalização do termo "Nordeste", a partir de 1919, quando ele começou a ser mencionado em documentos públicos. Uma nota editorial publicada originalmente pelo jornal pernambucano *A Província*, na edição de 2 de setembro de 1920, e replicada em outros jornais do país, já convocava para o empoderamento dos nordestinos, destacando o contraste existente entre as regiões "Norte" e "Sul" do Brasil como motivação para esse levante.

> Incontestavelmente o sul do Brasil, isto é a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul, apresenta um tal aspecto de progresso em todas as manifestações da sua vida que forma um contraste doloroso com o abandono em que se encontra o Norte. (..) O Norte é composto de Estados escravos, mas ainda assim agradecidos por lhes deixarem viver para trabalhar para o seu senhor que é o Sul. (*A Província*, 02/09/1920, p. 2)

A nota defende que os estados do ainda "Norte" – confusão que persiste para alguns brasileiros – deveriam unir-se para fazer frente ao "Sul". Isso seria importante até para desmentir a justificativa dada pela imprensa do "Sul" em relação à disparidade de desenvolvimento entre as duas regiões, que atribui a culpa desse desequilíbrio ao próprio Nordeste, "que não tem homens de capacidade" e, portanto, "continua ao Deus dará". Segundo a publicação, caso a postura local fosse diferente:

> Nem o Maranhão estaria ainda sem porto e sem estrada de ferro, nem o Ceará continuaria a ser asfixiado (...), nem Pernambuco levaria dois anos assistindo ao desabamento das obras do porto, (...), ou ameaçado de morte pela anemia por falta de estrada que ligue os seus sertões com a capital, nem a Bahia estaria nos estertores da anarquia política. (*A Província*, 02/09/1920, p. 2)

Essa união de forças, conforme *A Província*, só aconteceria se fosse abandonada "a inconsciência ou a irracionalidade do boi" presente entre os nordestinos. Isso porque, como continua o texto, redigido na primeira pessoa do plural, "não conhecemos a força que possuímos e nos sentimos acovardados pela ponta do ferrão[15]". Para superar essa falta de consciência, representada pela metáfora do boi, é preciso conhecer a própria história, principalmente as suas nuances. Ao revisitar o passado e compreendê-lo, torna-se muito mais difícil ser intimidado por ferrões.

[15] O ferrão é uma ferramenta pontiaguda, geralmente feita de metal, usada para controlar o movimento do boi durante atividades como rodeios ou manejo pecuário.

2. O Nordeste antes de ser chamado assim e a sua "criação"

Lugar hostil de gente tão pacífica
Nordeste ficção científica
É pobre, é seca, é criança raquítica
Nordeste invenção política
"Nordeste ficção", Juliana Linhares

O Nordeste nem sempre foi Nordeste. A denominação oficial como tal só veio em 1942, com o estabelecimento das regiões geográficas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o Estado Novo[16] (1937-1945) de Getúlio Vargas, sob argumentos geográficos, sociais e econômicos. Antes, o que havia, era a divisão informal "Norte-Sul", uma das primeiras manifestações de regionalização no Brasil que, na prática, nunca foi desfeita.

Sene e Moreira (1998) destacam que a primeira proposta de divisão regional do Brasil foi apresentada em 1913, contemplando cinco regiões: Brasil Setentrional ou Amazônico, Brasil Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasil Meridional e Brasil Central. Depois, em 1938, alguns órgãos adotaram a divisão em uso pelo Ministério da Agricultura: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro. Oficialmente, foi somente em 1942 que o *Diário Oficial da União* publicou a primeira divisão regional do Brasil: Norte, Nordeste Oriental, Nordeste Ocidental, Leste-Setentrional, Leste-Meridional, Centro-Oeste e Sul. A configuração atual, com as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, foi estabelecida apenas em 1970.

Se é difícil imaginar que o Nordeste nem sempre foi chamado assim, talvez seja ainda mais custoso pensar que o Nordeste já foi a porção mais rica e prospera do Brasil. Isso no período colonial, quando existia basicamente a Capitania de Pernambuco e o resto da colônia. Fatores econômicos, sociais e políticos mudaram esse quadro ao longo da história, de modo que o que vai definir o Nordeste enquanto recorte espacial não é a riqueza de outrora, e sim as dificuldades correntes, derivadas das secas e da desatenção governamental.

O Nordeste é então apresentado ao Brasil como uma "questão" a ser resolvida, habitado por uma população descrita como espelho da aridez das suas terras, sobre a qual incide, além da falta d'água, uma miscigenação considerada excessiva, a violência do cangaço e manifestações de fé que recebem repreensão. Esse é o Nordeste que chega ao resto do país, um país encharcado de racismo e eurocentrismo e dominado por uma elite preocupada em não perder privilégios. Essa é a história que precisa ser conhecida, nos mínimos detalhes.

[16] O Estado Novo foi um período autoritário da história do Brasil, liderado por Getúlio Vargas de 1937 a 1945, caracterizado pela centralização do poder, censura política, controle econômico e repressão de opositores, conforme Napolitano (2022).

2.1. Do açúcar ao café: conflitos "Norte" x "Sul"

A ocupação do Brasil por Portugal começou pelo que hoje se entende como Nordeste. O local exato onde a expedição liderada por Pedro Álvares Cabral atracou no primeiro momento, porém, é fonte de divergência. Apesar de Porto Seguro, na Bahia, estar consolidada nas salas de aula como cenário do que supostamente se passou em 22 de abril de 1500, há uma outra versão que indica Touros, no Rio Grande do Norte, como sendo o verdadeiro local dessa passagem.

Guaracy (2015), por sua vez, ventila uma presença portuguesa pontual em território hoje paulista antes do desembarque controverso de Cabral. Trata-se do lendário João Ramalho, o Piratininga, que se estabeleceu na região de São Vicente, em São Paulo, e "tornara-se a ponta de lança da ocupação portuguesa continente adentro, justamente por adotar aquela vida semelhante à dos índios" (p. 34). Apesar dessa afirmação, as informações sobre a chegada de Ramalho ao Brasil são bastante limitadas.

Para Abreu (1907/1998), entretanto, que não escapou da visão pessimista que norteava os intelectuais da sua época sobre a sociedade mestiça que se constituía no país, até então o Brasil estava entregue a "degredados", "desertores" e "traficantes" da madeira que lhe deu o nome, não somente portugueses, mas também franceses e ingleses. É apenas em 1530, quando Dom João III toma medidas mais enérgicas relacionadas à colonização que, de acordo com ele, a ocupação acontece com efeito. Tanto a ocupação quanto a miscigenação. Ou seja: apenas a partir de 1530 e justo no recorte espacial que interessa, o hoje Nordeste, pois foi o que veio a prosperar.

O "Novo Mundo"[17] fora dividido por Dom João III em 15 capitanias hereditárias[18], cuja posse das terras foi garantida a 12 donatários pela Carta de Doação, com administração privada. Conforme relata Guaracy (2015), para implantar as fazendas de cana-de açucar – a ideia era repetir o projeto mercantilista já realizado nos Açores e na ilha da Madeira –, concluiu-se que era necessário utilizar mão de obra escravizada. No entanto, os portugueses enfrentaram dificuldades para cativar os indígenas, sobretudo pela sua resistência. Os próprios colonos também eram arredios aos donatários. Em uma capitania, exceção à regra, a experiência era diferente: na capitania de Pernambuco.

> Ao contrário do que acontecia no sudeste, havia no Brasil uma capitania onde as coisas davam certo, não por esforços da caroa, mas mais pela ação de seu donatário, Duarte Coelho (...) Diferente de outros donatários, Coelho não veio ao Brasil pensando em retornar tão cedo a Portugal. Instalou-se com toda a famíia. (Guaracy, 2015, p. 91-92).

[17] Guaracy (2015) explica que o termo "Novo Mundo", tradução do latim "Mundus Novus", foi cunhado pelo navegador e explorador italiano Américo Vespúcio em uma carta escrita por ele a um amigo na qual narra a identificação de um novo continente.

[18] Capitanias hereditárias, segundo Guaracy (2015), foram a forma de divisão administrativa do território brasileiro durante o período colonial, pela qual foram concedidas vastas áreas de terra a donatários, que deveriam colonizá-las e explorá-las em nome da coroa portuguesa.

Andrade (1973) registra que foi com Duarte Coelho, chegado a Pernambuco em 1535, que se iniciou, de fato, a colonização no Brasil. Competia a ele doar terras em sesmarias a cristãos e tentar escravizar indígenas para o trabalho. Com alguns se aliou, com outros travou lutas, fato que levou Pita (2011) a afirmar que "lhe foi necessário ir ganhando a palmos o que se lhe concedera a léguas" (p. 93).

Ainda de acordo com Andrade (1973), Duarte Coelho achou que a sua fortuna só seria conseguida com a agricultura em larga escala e, em 1542, ele solicitou ao rei autorização para importar pessoas escravizadas da África. "A escravidão negra e indígena", portanto, "coexistem desde o início da colonização" (p. 58). Com dinheiro emprestado de investidores portugueses, o donatário da Capitania de Pernambuco deu início à rota de sudaneses, da Guiné, e de bantos, de Angola e do Congo, escravizados para o Brasil. Nasciam os fundamentos da economia e da sociedade colonial brasileira, dentre eles estava a multifacetação étnica.

> O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica. (Freyre, 1933/2003, p. 91)

O clima tropical e o solo fértil massapê do litoral de Pernambuco agora contavam com um reforço substancial para fazer prosperar os interesses dos colonizadores: a mão de obra escravizada negra, isso porque "o Brasil era o açúcar, e o açúcar era o negro" (Freyre, 1933/2003, p. 342). Em pouco tempo, afirma Guaracy (2015), a capitania entregue a Duarte Coelho já reunia metade dos engenhos que havia em todo o território colonial e, por isso mesmo, avançaram com a economia do açúcar, permitindo a ocupação da terra e ainda o desenvolvimento dos primeiros aglomerados urbanos.

Como as outras capitanias não prosperavam, Dom João III foi convencido de que era preciso um poder central e nomeou Tomé de Sousa como primeiro governador-geral do Brasil, a quem também foi confiada a capitania de Todos-os-Santos. Por essa razão, em 1549, São Salvador foi instituída sede do governo-geral, hoje Salvador, uma das principais capitais nordestinas.

Com a prosperidade do açúcar, ergueu-se uma elite aristocrática, formada pelos senhores de engenho, com profunda influência no país e no seu futuro, que exploravam a mão de obra escravizada. Na outra ponta da estrutura de classe, tem-se um Nordeste expropriado que se organiza na busca da sobrevivência contra essa dinâmica social, e que vai manifestar-se a partir desse momento e pelos próximos séculos, em formas particulares de luta de classes e conflitos sociais na região.

Aos senhores de engenho, eram concedidos alguns privilégios, como o de não prestar contas ao governo-geral, e sim diretamente à Coroa portuguesa, como se fosse outra colônia, "o que mais tarde geraria rancor por parte dos demais donatários e do próprio poder central" (Guaracy, 2018, p. 66). O predomínio desse Nordeste açucareiro também era marcado pela hegemonia comercial de Pernambuco sobre os demais espaços que mais tarde comporiam o Nordeste que se conhece hoje, o que significava uma forma de capitalismo mercantil no interior da própria "região" (Oliveira, 1981). Mas esse não era o principal problema da colônia.

Em toda a costa do Brasil, nesse período, a resistência indígena crescia e, na Europa, outros países se adiantavam na corrida marítima, ameaçando a hegemonia portuguesa. Era preciso um novo governador-geral que fizesse valer o poder central de Salvador, cuja criação também foi justificada pela necessidade de expandir os interesses da Coroa. A missão foi incumbida a Mem de Sá, a partir de 1557. O seu maior desafio, conforme Guaracy (2015), era a conquista do "Sul", o que foi possível após ele liderar a vitória portuguesa sobre a Confederação dos Tamoios[19], em 1567, uma aliança entre tribos indígenas para resistir à invasão de Portugal.

Com a dizimação dos resistentes, a colônia portuguesa pôde ser estabelecida de acordo com os planos de além-mar, que nesse tempo já eram conduzidos pelo novo rei Dom Sebastião I. Mem de Sá permaneceu no cargo de governador-geral até 1572, quando faleceu, e após a sua morte, o Brasil experienciou o que seria sua primeira divisão geográfica.

> (Dom Sebastião I) nomeou para seu lugar Luiz de Brito Almeida, porém mais tarde repartiu o governo-geral em dois. O norte ficou com Luiz de Brito, com capital em Salvador, e a missão de controlar os índios de Sergipe, Paraíba e Maranhão (...). Para administrar o sul, ficou o antigo capitão de Pernambuco, Antônio Salema. Baseado em São Sebastião do Rio de Janeiro. (Guaracy, 2015, p. 225)

Essa primeira divisão da colônia litorânea durou pouco, apenas de 1572 a 1577, mas foi repetida entre 1608 e 1612 (Jancsó, 1994), com Bahia e Rio de Janeiro novamente no comando do "Norte" e do "Sul", respectivamente. Uma nova proposta foi colocada em prática no ano de 1621, com os estados do "Brasil", do Rio Grande a São Vicente, com capital em Salvador, e do "Maranhão", que ia do Ceará ao Grão-Pará, com capital em São Luís, que perdurou por mais de um século, de modo a acelerar a apropriação da Amazônia (Jancsó, 1994).

[19] A Confederação dos Tamoios foi uma aliança indígena liderada pelos Tamoios e Tupinambás contra os portugueses no Brasil colonial, na busca por resistir à colonização e proteger suas terras e modos de vida, como explica Guaracy (2015).

É apenas com as reformas promovidas pelo estadista Marquês de Pombal[20], na segunda metade do século XVIII, quando ele promove a extinção das últimas capitanias hereditárias, que vai haver, de acordo com Martins (2019), a unificação dos estados do "Brasil" e do "Maranhão".

Como se vê, longe da rasa historiografia escolar, o passado do Brasil colonial é atravessado pela oscilação entre poder dividido e centralizado. Essa divisão "Norte-Sul" não foi tão marcante quanto em períodos posteriores, mas não se pode ocultá-la, principalmente pela existência de diferenças entre as motivações envolvidas. Em linhas gerais, as partições tinham Pernambuco e Salvador na mesma subdivisão, cujo foco era a prosperidade do açúcar, e outra porção distinta, criada para facilitar a expansão da ocupação portuguesa.

É no contexto colonial também que Brasil e Portugal ficam, por seis décadas, sob o domínio espanhol, por força da União Ibérica[21] (1580-1640). O açúcar era um produto altamente lucrativo e notado pelas potências emergentes. Conforme Freyre (1937/2004), a cana foi tão importante na viabilização econômica da colônia que chamou a atenção de outras nações, a exemplo da Holanda.

O problema é que a Holanda era desafeta declarada da Espanha, a quem o Brasil estava subordinado. No início do século XVII, então, ela invade o que hoje se entende como Nordeste. "Como retaliação (...) ou simplesmente para abocanhar a riqueza brasileira, (...) tomaram a fonte emergente de lucros da época – os engenhos de Pernambuco – e as colônias africanas que forneciam mão de obra escrava" (Guaracy, 2018, p. 22).

O Nordeste foi Holanda por mais de 20 anos, entre 1630 e 1654, e a expulsão dos forasteiros[22], já bem entrosados com os senhores de engenho, lança luz novamente sobre um sentimento de despeito de parte da colônia. Quando a Coroa propôs aos desbravadores do "Sul", os bandeirantes, que eles entrassem no conflito para restabelecer o seu domínio, encontrou muita resistência. Segundo Guaracy (2018), os paulistas não tinham interesse nem sentiam obrigação para com Pernambuco, muito por causa daqueles privilégios dados pela Corte à elite local, vista como independente e recebedora de tratamento diferenciado.

Para convencê-los, foi preciso Portugal – que voltou a ser Portugal com o fim da União Ibérica em 1640 – oferecer perdão a crimes cometidos e, mesmo assim, não se obteve o resultado esperado, muito porque os bandeirantes apenas cumpriram o acordo firmado, sem entusiasmo, pontuando um

[20] O Marquês de Pombal, título de Sebastião José de Carvalho e Melo, foi um estadista português do século XVIII. Segundo Martins (2019), ficou conhecido por suas reformas políticas, econômicas e educacionais.

[21] A União Ibérica, pontua Guaracy (2015), foi um período entre 1580 e 1640, no qual Portugal e Espanha estiveram sob uma única coroa, em razão da ascensão de Filipe II da Espanha ao trono português, gerando uma união política temporária entre os dois reinos.

[22] De acordo com Heróncio (2015), a expulsão dos holandeses do Brasil ocorreu após uma série de conflitos entre colonos holandeses e portugueses, culminando na reconquista de território hoje nordestino por Portugal no ano de 1654, com o apoio da população local e a ajuda militar da metrópole portuguesa, assegurando a retomada do seu controle sobre a região.

movimento de animosidade entre o "Norte" e o "Sul". Apesar disso, o episódio da expulsão dos holandeses é apontado como um marco no início da formação da identidade coletiva, importante para a integração colonial.

A história do Brasil Colônia ganha um novo capítulo a partir de 1690, com a "descoberta" de ouro na serra do Espinhaço, majoritariamente localizada no atual estado de Minas Gerais, após várias investidas da Coroa, como lembra Sampaio (2019). Esse fato marcou uma nova fase da economia colonial e o alastramento da população para o interior. Começava uma verdadeira corrida que tornaria o Brasil diferente no novo século que estava para iniciar e "gestava-se assim uma nova geografia econômica" (p. 316).

Foi no Brasil de 1700 que a colônia deixou de ser reduzida ao Nordeste e a balança comercial – e política – começou a desequilibrar em favor do "Sul", com impacto não somente na fonte do metal de alto valor, mas ao longo do seu trajeto e na área de escoamento. Era o início do "ciclo do ouro", como lembra Sampaio (2019), que "reflete-se também na demanda por cativos" (p. 311), e como consequência, "o Rio de Janeiro ultrapassou a Bahia como principal destino dos escravos" (p. 313). Isso porque "a maior proximidade do Rio (...) em relação às regiões mineradoras fez com que (...) a cidade se impusesse como porto de destino do ouro" (p. 316).

> Rio de Janeiro e Salvador dividiam até meados da década de 1720 a primazia no comércio em Portugal. As frotas de Pernambuco e Paraíba (...) eram já claramente secundárias. No entanto, na década seguinte o porto carioca desprende-se (...) do patamar baiano. (...) Na década de 1740, a diferença já se situa acima de 60%. (Sampaio, 2019, p. 317).

O movimento inferior das frotas de Pernambuco apontado por Sampaio (2019) é reflexo, também, da concorrência para o açúcar brasileiro aberto nas Antilhas pelos holandeses após a expulsão. A colônia é afetada por essa crise econômica, obrigando Portugal a buscar nova rentabilidade e o ouro surge de modo providencial, com tanta força que fez com que a capital do Brasil mudasse de endereço. Em 1763, Salvador é preterida em favor do Rio de Janeiro, por iniciativa do Marques de Pombal, certifica Martins (2019), para "racionalizar o controle quanto ao acesso à região das minas e zelar pela integridade das fronteiras" (p. 690).

O Nordeste açucareiro passou a ser excluído dos novos circuitos de produção e o "Sul", a acessar infraestrutura e investimentos. Para acentuar, o século seguinte traria agravantes para o Nordeste: uma maior desaceleração da economia do açúcar e a família real portuguesa faria da nova capital – o Rio de Janeiro assumiu essa condição em 1763 – a sua morada no Brasil. A instalação da Corte no Rio em 1808, aponta Martins (2019), provocou uma profunda alteração na estrutura da colônia.

A chamada "inversão brasileira" incrementou a capital e consolidou o hoje Sudeste como novo centro de poder. Além disso, foi também no século XIX que as províncias "de baixo" firmaram fortuna com um novo ouro, dessa vez verde, aprofundando os abismos regionais: era chegado o tempo do café.

As primeiras grandes lavouras surgiram nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo e, conforme Napolitano (2022), o café se tornou o principal produto econômico de ligação entre o Brasil e os mercados mundiais a partir de 1840, mantendo-se assim ao longo do século XIX, com ganhos que enriqueciam os seus barões, claro, mas também sustentavam o processo de modernização.

Segundo Oliveira (1981), acontecia, naquele momento, a "constituição de outra 'região' no contexto da nação que se independentizava", a do café, formada pela mesma determinação externa que engrandeceu o Nordeste no passado, ou seja: "pelas suas relações com as potências imperialistas" (p. 34), confirmando a vocação do Brasil para um nomadismo interesseiro que dotou o país de ilhas transitórias de prosperidade. Tanto que a Confederação do Equador[23], em 1824, que conclamou a separação das províncias do "Norte", teve como impulso a pouca atenção dada pelo governo imperial, diferente do que acontecia no auge do açúcar e, agora, os gordos impostos serviam apenas para investimentos no outro lado do Brasil.

A constituição dessa "região do café" fez com que o espaço Nordeste avançasse em se tornar periférico em relação ao novo centro econômico e de poder do Brasil, inaugurando uma relação centro-periferia que explica muito da carga preconceituosa dirigida à sua população. Levine (1980) chega a afirmar que o deslocamento do eixo econômico do "Norte" para o "Sul" transformou o Nordeste numa espécie de colônia interna. Não por acaso, é desse período que data o início de um acirramento mais evidente entre os Brasis, acentuado pela desigualdade econômica e por outro fenômeno mais percebido no século XIX, com grande potencial de agravar ainda mais esse contraste: as secas.

2.2. A seca de 1877: exposição e politização do tema

Enquanto o café prosperava no "Sul", na segunda metade do século XIX, uma porção territorial ainda tratada como "Norte" experienciou, a partir de 1877, aquela que ficou conhecida como a maior seca da sua história e, como decorrência, a expulsão de muitos trabalhadores do campo.

Estima-se que, entre 1877 e 1879, a falta de água e de alimentos, além de doenças, matou 500 mil brasileiros, a metade da população que habitava a região semiárida atingida pelo

[23] A Confederação do Equador, resume Vianna (1994), foi uma revolta separatista que ocorreu em 1824, onde hoje se situa o Nordeste do Brasil, liderada por membros da elite local em oposição ao centralismo político imposto pelo governo imperial brasileiro, resultando em uma tentativa de criação de um estado independente na região.

fenômeno (Garcia, 1999). Embora esses dados sejam imprecisos, as menções existentes são, no mínimo, indicativas da proporção da catástrofe.

Conforme Alencastro e Renaux (2019), por exemplo, "ocorrendo no tempo cíclico de vinte a trinta anos que já havia ocasionado as secas de 1825 e 1846, ambas acompanhadas de migração para outras áreas do Império, (...) a seca de 1877-8 causou, provavelmente, em termos relativos, o drama de maior custo humano jamais registrado no Brasil" (p. 240).

No livro *A Fome – Violação*, publicado em primeira edição no ano de 1890, o escritor Rodolfo Teófilo apresenta os efeitos dessa seca, a partir da sua visão em Fortaleza, no Ceará. Dentro da linha regionalista, que já começava a ganhar as páginas da literatura nacional, tem-se a tragédia da família sertaneja acossada pela estiagem como fio condutor da narrativa, por meio da qual o autor lança um protesto contra o descuido dos governos em relação à população local.

> A peste e a fome matam mais de quatrocentos por dia! O que te afirmo é que, durante o tempo em que estive parado em uma esquina, vi passar vinte cadáveres: e como seguem para a vala! Faz horror! (...) O terror era geral! Por toda a parte via-se o pranto, a desolação. Raro era o dia em que os urubus não denunciavam uma carniça humana, um corpo que apodrecia nos arrabaldes da cidade. (Teófilo, 1890/1979, p. 100 e 156)

Esse quadro funesto e de abandono no Ceará, descrito por Teófilo em sua obra, teria motivado a frase "Se não há mais dinheiro, vamos vender as joias da Coroa. Não quero que um só cearense morra de fome por falta de recursos" atribuída ao imperador Dom Pedro II, conforme registrado por Xavier (1991). Àquela altura, ele já tinha assumido o trono, onde permaneceria até 1889.

No reinado de Dom Pedro II, chegou a ser formado um grupo de trabalho para desenvolver medidas que pudessem atenuar os efeitos de futuras secas. A Imperial Comissão Cientifica da Exploração das Províncias do Norte foi responsável por experimentos que incluíam até mesmo a viabilidade do uso de camelos trazidos da Argélia no sertão nordestino, dadas as condições áridas da região (Moreira, 2021). O fato, de tão curioso, foi levado para a Marques de Sapucaí em 1995, pela escola de samba carioca Imperatriz Leopoldinense, com o samba-enredo "Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube, lá no Ceará". A Imperatriz foi consagrada campeã naquele ano.

Além da utilização de camelos como meio de transporte, foram tratados pela comissão a construção de ferrovias e açudes e o tópico que viria a ser considerado o ponto de partida da transposição do rio São Francisco, com a abertura de um canal para levar água para o rio Jaguaribe, no Ceará. Porém, muito pouco desses planos saiu do papel.

Até existem escritos sobre secas anteriores à de 1877, como as que aconteceram no início da colonização, com a disputa de tribos indígenas pelas safras de caju do litoral, conforme relata o cronista Fernão Cardim[24]. Entre os anos de 1721 e 1727, há outras incidências registradas do fenômeno, documentadas pelo historiador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, com a morte não somente de animais, mas também de populações indígenas (Garcia, 1999). À medida que o interior do "Norte" foi sendo ocupado pelos colonos e seus descendentes, a documentação sobre as secas na região se tornou possível, em parte, também, pelo desenvolvimento da imprensa, apesar da censura existente.

No primeiro ano da Grande Seca, em 1877, foi publicada uma série de artigos no *Jornal do Commércio*[25], no Rio de Janeiro, na qual o engenheiro André Rebouças compara a seca vivida pelo Ceará com a que estava em curso na Índia, e tenta extrair feitos exitosos do estrangeiro para replicação nas províncias do "Norte". Souza (2008) afirma que a comparação estava no fato de que, enquanto a Inglaterra se padecia da Índia e assistia o país "habitado por um povo que não tinha nas veias uma gota do seu sangue" (p. 266), no Brasil, o governo inicialmente "vedava aos jornais divulgarem no Rio de Janeiro as mesmas misérias", contribuindo para que "faltassem socorros que eram urgentes e que estavam tardando" (p. 266).

Mesmo com as restrições, contudo, foi a primeira vez que a seca ganhou amplitude nacional, também porque a imprensa estava minimamente estruturada, com condições de repercutir o fenômeno para além do seu local de ocorrência. O período que antecedeu a Proclamação da República, conforme Sodré (1999), foi marcado pela aparição de muitos jornais, aquecidos pelas tendências republicanas e abolicionistas. Em 1875, por exemplo, surge *A Província de São Paulo*, que mais tarde passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*, veículo importante para esta investigação. Um ano antes, na cidade do Rio de Janeiro, o "acontecimento jornalístico de 1874 será o aparecimento da *Gazeta de Notícias*[26]" (p. 257).

Esse jornal carioca também tem grande relevância ao tema por ter sido a vitrine de uma das maiores coberturas jornalísticas da seca de 1877, realizada pelo escritor e ativista político José do Patrocínio. Por meio da série "Viagem ao Norte", com dez artigos publicados entre junho e setembro de 1878, Patrocínio expõe as feridas abertas pela estiagem e apresenta a aplicação dos recursos governamentais a serem usados como alívio. No ano seguinte, em 1879, ele volta a escrever sobre o assunto,

[24] Fernão Cardim foi um padre jesuíta e historiador português do século XVI, conhecido por suas obras que relatam a experiência missionária dos jesuítas no Brasil, incluindo detalhes sobre populações indígenas encontradas na colônia (Garcia, 1999).

[25] O *Jornal do Commercio*, registra Sodré (1999), foi um importante jornal brasileiro, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Fundado em 1827, circulou por 189 anos, até encerrar suas atividades em 2016.

[26] A *Gazeta de Notícias* foi um influente jornal brasileiro do século XIX, fundado em 1875 no Rio de Janeiro. Reconhecido pela defesa dos interesses republicanos, pontua Sodré (1999), teve papel significativo na história política e cultural do país.

com foco na inclemência da seca sobre os habitantes do "Norte", entre junho e dezembro, em estilo de folhetim. Surgia, com essas narrativas serializadas, a primeira versão do livro *Os Retirantes*. Surgia a literatura da seca[27].

> A fome deu alarma nas cidades, vilas e povoados, como nos mais humildes casais esparsos pelos tabuleiros e pelas charnecas do sertão, e o povo, rápido e ruidoso como a enxurrada, afluiu às estradas em demanda do litoral e da sede do governo. (Patrocínio, 1879/2018, sem numeração)

Data igualmente de 1877 a publicação de fotos de duas crianças vítimas da Grande Seca na revista carioca *O Besouro*[28], enviadas por José do Patrocínio, o que, na visão de Andrade e Logatto (1994), foi uma das iniciativas pioneiras da imprensa brasileira na utilização de fotografias como documentos comprobatórios de um fato. Com o título "páginas tristes" e a apresentação do "estado da população retirante", o chargista Rafael Bordalo Pinheiro publicou as imagens dos infantes ostentadas pela mão de um esqueleto humano vestindo paletó, para reforçar as denúncias feitas pelo remetente. O crédito das imagens, apesar de ausente na publicação original, é do fotógrafo Joaquim Antônio Correia.

> São dois verdadeiros quadros de fome e miséria. E´ naquele estado que os retirantes chegam à capital, aonde quase sempre morrem, apesar dos apregoados socorros, que segundo informações exatas são distribuídos de maneira improficua. (...) Repare o governo e repare o povo, na nossa estampa, que é a cópia fiel da desgraça da população cearense. *(O Besouro*, 20/07/1878, número 16)

O tratamento da seca na imprensa e na literatura vai ajudar a definir o recorte espacial do "Norte" que passaria a ser denominado Nordeste. Das páginas dos jornais e dos livros, o assunto se estendeu, até com maior veemência, aos discursos políticos, a partir da certeza de que os seus efeitos econômicos confirmariam perda de poder. Para Albuquerque Jr. (2011), o ano de 1877, em razão da grande estiagem e dos prejuízos causados, é um marco da decadência regional, "como um momento decisivo para a derrota do Norte diante do Sul" (p. 72).

Enquanto o controle político da nação avançava para escapar das mãos do "Norte", o poder dentro do que se tornaria Nordeste também mudava de mãos, com a falência dos engenhos e a emergência, no século XIX, da pecuária e do algodão. É quando "o Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodoal" (Oliveira, 1981, p. 47), deslocando o comando das decisões do litoral para o interior. É nesse

[27] A literatura da seca refere-se a obras literárias que abordam as consequências sociais, econômicas e culturais das secas no nordeste brasileiro, destacando as condições de vida e as lutas dessa população frente à aridez do clima e à escassez de recursos (Cereja e Cochar Magalhães, 2000).

[28] A revista *O Besouro* foi uma publicação mensal brasileira lançada em 1901, no Rio de Janeiro, com foco no humor e na sátira política. Andrade e Logatto (1994) contam que ela se destacou pelas caricaturas e textos satíricos, abordando questões políticas e sociais de forma crítica e irreverente.

contexto que a opulência das propriedades dos senhores do açúcar deixa de habitar a imaginação do Brasil para dar lugar aos latifúndios áridos dos coronéis. É nesse rastro, com a exposição da estiagem de 1877, e os prejuízos sentidos sobretudo no interior, que vai surgindo o Nordeste das secas.

O contexto, portanto, era de disputa inter-regional, com o confronto bem aquecido entre as elites ascendentes do "Sul" e as que estavam em falência no "Norte", que viram o seu prestígio político encolher com a crise do açúcar e do algodão, e de disputa intra-regional, com a rivalidade entre os mandantes dessas duas economias. Porém, era preciso somar forças, para impedir prejuízos maiores, para além dos pequenos interesses provincianos, e a questão da seca deixa de ser tratada como cearense ou pernambucana para ser regional.

É justamente nessa fragilidade que emerge nas províncias atingidas pelo fenômeno, como conta Albuquerque Jr. (2011), a unificação de interesses regionais. O entendimento de que havia pautas em comum e a preterição e negligência por parte do Império dá partida a um movimento capitaneado pela elite política local para reivindicar ações do poder público e se reposicionar no tabuleiro do poder. O quadro de horror experienciado (e exposto pela mídia), "faz da seca a principal arma para colocar no âmbito nacional (...) interesses dos Estados do Norte" (p. 72), baseado na percepção da capacidade que o tema tinha de mobilizar recursos.

Os discursos sobre os Brasis de diferentes realidades, cuja desigualdade se aprofundava pela forma como as províncias do "Norte" eram tratadas, com discriminação, ganham constância no Congresso Nacional, com a formação do Bloco do Norte[29]. Para entender essa aliança entre parlamentares, Oliveira (1981) pondera que se deve pesar o fato de as elites terem sido atingidas em 1877, com danos às propriedades e colheitas e a evasão de eleitores, pois, segundo ele, o problema era secular, o que existiu de novo foi a sua politização. A rotulação dos pleitos do "Norte" como interesseiros, entretanto, – incluídos no que passou a ser chamado de "indústria da seca" – generaliza e se impõe como mais um obstáculo à superação de adversidades.

A Grande Seca, de fato, marcou o início desse entendimento. Segundo as narrativas levadas aos jornais e aos plenários do Congresso Nacional, o poder público organizava a ajuda, mas diante da existência de tantos intermediários em busca de lucro, o socorro era desidratado pelo caminho antes de chegar à ponta. A crítica aos discursos reivindicatórios era baseada na acusação de que políticos tinham transformado a questão regional em uma plataforma eleitoral, para garantir a sua própria sobrevivência, inclusive com o uso de recursos públicos em função de interesses paroquiais.

[29] Oliveira (1981) explica que o Bloco do Norte foi uma coalizão política formada por deputados e senadores representantes dos estados do Norte e Nordeste do Brasil, durante a Primeira República (1889-1930). Foi criado com o objetivo de defender os interesses dessas regiões.

Dando um pequeno salto a 1919, pouco antes do Nordeste ser assim denominado pela burocracia estatal, a revista *Spartacus*[30], na edição de 9 de agosto daquele ano, questionou o discurso da seca, tratando-o como uma artimanha e afirmando que os investimentos para amenizar seus efeitos seriam, na verdade, "uma tremenda orgia à custa da nação" que sem assistir de fato os "desgraçados do Norte", só serviam para "enriquecer meia dúzia de patifes".

Apesar das reações contrárias ao discurso das elites do "Norte", a seca de 1877 foi tão violenta que Gilberto Freyre a dimensiona, no *Livro do Nordeste*, em 1925, como uma aceleradora do processo de abolição nacional. De acordo com ele, isso se deu em razão do envio substancial de pessoas escravizadas ao "Sul" e da escassez dessa mão de obra na economia do açúcar, que dependia dela para prosperar. A migração em massa de trabalhadores livres também seguiu o mesmo itinerário. A questão é que o Brasil tinha outras motivações para a libertação da gente escravizada, assim como outros planos para a substituição dessa mão de obra. Planos dos quais nem a população africana nem a de origem nordestina fazia parte.

2.3. O esforço para embranquecer o país

A história do Brasil após o início da ocupação portuguesa revela que, ao longo do seu curso, os detentores do poder estabeleceram grupos populacionais como inimigos, e reuniram esforços para eliminá-los, na busca por fazer valer os seus interesses. Primeiro, foram os saqueadores franceses. Depois, os indígenas resistentes. Na sequência, vieram os holandeses, invasores. Os separatistas também tiveram o seu momento. Mas o século XIX maturou pensamentos perturbadores sobre a melhoria genética dos brasileiros por meio de intervenções estatais e um novo inimigo entrou na mira do poder. Era a vez da população negra se tornar o alvo.

É preciso entender que a sociedade do Brasil, por ser escravista, já era hierarquizada de acordo com a cor da pele. "Todos os homens brancos, quaisquer que fossem suas origens sociais, funções ou riquezas, ocupavam, porque livres, uma posição preeminente e se davam ares de nobreza" (Mattoso, 2019, p. 117 e 118). Guaracy (2018) chega a afirmar que "ser branco, numa terra onde não havia nobres, (...) tornou-se uma forma de nobiliarquia racial. (...) Para a elite brasileira, seria a cor, mais que a origem social, a marca diferenciadora da nata detentora do poder, do dinheiro e dos privilégios" (p. 367).

[30] *Spartacus* foi um periódico anarquista publicado no Rio de Janeiro no início do século XX. Sua primeira edição data de 2 de agosto de 1919 e a última, de 10 de janeiro de 1920, totalizando 24 números. Com informações da Fundação Biblioteca Nacional (visita em 03 de agosto de 2023).

A ideia de supremacia branca, disseminada no Brasil desde o início da ocupação portuguesa, foi refinada no século XIX pelo darwinismo social[31], como relata Schwarcz (1993). Essa teoria, em ebulição na Europa, aplicava equivocadamente conceitos evolutivos no contexto social. Teóricos como os franceses Joseph Arthur de Gobineau e Georges Vacher de Lapouge, além do inglês naturalizado alemão Houston Stewart Chamberlain, estavam empenhados em fazer "dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais, definidores de moralidade e do devir dos povos" (Schwarcz, 2012, p. 20).

Trata-se, portanto, de um modo de pensar que pregava que as características que levam ao sucesso de uma população seriam selecionadas naturalmente, enquanto as menos bem-sucedidas deveriam ser eliminadas. Além disso, argumentava que algumas raças ou grupos sociais eram biologicamente superiores. Ao chegar ao Brasil, conta Schwarcz (2012), esse pensamento encontrou um lugar onde o conceito de raça não era neutro e a mestiçagem existente era apontada como razão da falência da nação e definidora do seu futuro.

> Legitimados pela biologia, a grande ciência desse século, os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas e, mais uma vez, o Brasil surgia representado como um grande exemplo – desta feita, um "laboratório racial". (Schwarcz, 2012, p. 20)

Alencastro e Renaux (2019) apontam que o debate governamental sobre raça no Brasil nasceu antes mesmo da Independência, proclamada em 1822, nos tratados anglo-portugueses de 1810, que previam a abolição do tráfico negreiro. A partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queirós[32], o comércio transatlântico de pessoas escravizadas para o Império do Brasil passou a ser oficialmente proibido, e era preciso pensar na substituição da mão de obra, sobretudo nas lavouras de café. "O freio imposto à entrada de africanos devia ser acompanhado de medidas estimulando a chegada de europeus" (p. 221). Era essa população que o Brasil queria cooptar.

> Se o imigrante viesse trabalhar por conta de outra pessoa, para os fazendeiros, poderia ser de qualquer raça. Em compensação, se viesse cultivar terras por conta própria, deveria preencher as características étnicas e culturais desejadas pelos funcionários do Império. (Alencastro e Renaux, 2019, p. 222)

[31] De acordo com Schwarcz (1993), o darwinismo social foi uma teoria aplicada às sociedades humanas baseada em uma interpretação equivocada da ideia de seleção natural proposta pelo cientista Charles Darwin (1809-1882). Essa teoria pregava a sobrevivência do mais apto e justificava desigualdades socioeconômicas e políticas injustas como resultado natural de uma suposta evolução.

[32] A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibiu o tráfico transatlântico de escravos no Brasil, tornando-o ilegal e estabelecendo penas para quem o praticasse. Conforme pontuado por Schwarcz (1993), é considerada uma medida importante para o fim gradual da escravidão no país.

Essa diferenciação refletia as correntes contrárias que se enfrentavam no Brasil oitocentista, como bem explica Alencastro e Renaux (2019). De um lado, os fazendeiros e os comerciantes buscavam angariar proletários de qualquer parte do mundo, sem considerar o fator raça. Do outro, a burocracia e a intelectualidade tentavam fazer da imigração um instrumento de "civilização", considerando toda a subjetividade que residia nessa palavra à época. A busca do segundo grupo era por iniciar um projeto eugenista para a população do Brasil se tornar mais "europeia" na cor da pele. O esforço era pela promoção do branqueamento do país.

Para entender melhor o conceito de eugenismo, é necessário recorrer a Del Cont (2008), que revisou a produção bibliográfica do antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911), responsável pela criação do termo. Segundo ele, Galton o fez com o propósito de aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural[33] do naturalista Charles Darwin (1809-1882) aos seres humanos. Por isso mesmo, "a partir desse momento, eugenia passou a indicar as pretensões galtonianas de desenvolver uma ciência genuína sobre a hereditariedade humana" (p. 202). A ideia era identificar, através da matemática e da biologia, os melhores membros "como se fazia com cavalos, porcos, cães ou qualquer animal" (p. 202), e estimular a sua reprodução. Aqueles que apresentavam características tidas como degenerativas, por sua vez, deveriam ser desencorajados a se reproduzir.

Martins (2019) resgata trechos de um relatório assinado por Paulo Fernandes Viana, que exerceu o cargo de intendente-geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, datado de 1821, no qual ele dá ênfase à questão do embranquecimento a partir do proveito dos que fugiam da guerra na Europa para colaborarem com as lavouras brasileiras. Proposta que se justificava, nas palavras dele, pela "péssima impressão que o predomínio de uma população 'de cor' sempre causara aos novos e ilustres moradores" (p. 707).

O Censo de 1872, também conhecido como Primeiro Recenseamento Geral do Império[34], revelou onde esse predomínio se dava com maior intensidade no Brasil. As províncias da Bahia e do Piauí, cujos territórios se encontravam no sertão, possuíam a maior porcentagem daqueles que se declaravam pretos e pardos. Uma informação importante para que os pontos sejam ligados corretamente à medida que esta investigação avança.

Isso posto, pode-se concluir que a libertação das últimas pessoas escravizadas e a vinda massiva de trabalhadores estrangeiros para substituir a mão de obra são fatos indissociáveis. Conforme Adas (1998),

[33] Del Cont (2008) explica que a teoria da seleção natural postulava que organismos com características vantajosas para a sobrevivência e reprodução têm maior probabilidade de passar essas características para as gerações seguintes, levando à evolução das espécies.

[34] O Primeiro Recenseamento Geral do Império foi realizado em 1872, durante o reinado de D. Pedro II no Brasil. Foi uma iniciativa para coletar dados demográficos e sociais detalhados da população brasileira, contribuindo para políticas públicas e o planejamento do governo. As informações estão no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (acesso em 12 de maio de 2023).

o período entre 1850 a 1930 foi o de maior entrada de imigrantes no Brasil: as principais correntes imigratórias foram formadas por portugueses, italianos, espanhóis, alemães, sírio-libaneses, poloneses, ucranianos e japoneses, com os três primeiros totalizando mais de 80%. Napolitano (2002) registra que quase todos se instalaram onde hoje está definido como Sul e Sudeste, impactando no perfil étnico dessas partes do Brasil.

Com a abolição oficial – a Lei Áurea[35] foi assinada em 13 de maio de 1888 – foi aberto um caminho para se questionar hierarquias sociais e raciais construídas ao longo dos séculos, desagradando quem estava no topo. Consoante Napolitano (2022), a ideia de uma população negra e livre reivindicando direitos sociais alarmou parte da elite que sonhava com um país branco, em moldes eurocentristas, e esse preconceito contra o negro alimentou as políticas imigrantes em maior escala, para se criar uma espécie de estoque genético no país.

> O imigrante deveria não apenas substituir a mão de obra escrava, mas também o próprio negro como componente racial da sociedade brasileira. Imigrantismo e ideologia de branqueamento andavam de mãos dadas. Por isso, a preferência por imigrantes europeus latinos e católicos (espanhóis e italianos), embora não se dispensasse a vinda de alemães. (Napolitano, 2022, p. 18)

A presença desse pensamento nas rodas sociais e políticas se estendeu aos primeiros anos pós-abolição e, como pontua Schwarcz (2012), não se sabia ao certo "o lugar que ocuparia a população negra recém-saída da escravidão" (p. 22). Alinhado com o que escreveu Guimarães (1997), ainda que a liberdade conquistada fosse negra, a igualdade pertencia exclusivamente aos brancos.

Ademais, na transição do Império para a República, surgiu o debate sobre a identidade brasileira, incluindo, na pauta, a superação dos "males de origem" do Brasil, ressalta Napolitano (2022). Dentre os quais, estava a "'degeneração racial' produzida pela miscigenação étnica" (p. 42), na conta da qual foram postos os atrasos do país. E isso era legitimado por várias frentes, inclusive pela arte.

A tela "A Redenção de Cam", que faz parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, pintada pelo artista espanhol Modesto Brocos, em 1895, apresenta a busca pelo embranquecimento gradual das gerações de uma mesma família, por meio da miscigenação. Na obra, uma mulher parda, com uma criança branca no colo, encontra-se entre um homem branco, o pai, e uma senhora preta, a avó, que dá graças aos céus como que em sinal de gratidão pela "evolução" familiar.

[35] Em consonância com o registrado por Silveira (2007), a Lei Áurea, promulgada em 1888 pela Princesa Isabel, aboliu oficialmente a escravidão no Brasil, concedendo liberdade aos escravos. Entretanto, como ressalva Schwarcz (2012), apesar de ser um marco histórico no processo de emancipação dos cativos, a legislação não resolveu os problemas sociais e econômicos enfrentados pela população negra pós-abolição.

O próprio nome da tela faz alusão ao capítulo nove do primeiro livro da *Bíblia*, Gênesis, no qual é apresentado a história de Cam, filho de Noé, que após o cometimento de um erro, tem a sua descendência amaldiçoada. Essa passagem, incluisve, foi utilizada erroneamnete para justificar a subaltrnização de grupos étnicos e a escravidão. Por nascer branco, o neto da família representada por Brocos foi livrado da "maldição" de ser negro, razão pela qual a avó agradece a Deus. A tela rendeu uma medalha de ouro a Brocos no Salão Nacional de Belas Artes no ano da sua produção.

Coincidentemente, o ano de 1895 concentra a maior entrada de italianos no Brasil naquele século: 85 mil. Em sua maioria dirigida a São Paulo e financiada por subvenções do governo provincial. São informações adquiridas no Museu da Imigração do Estado de São Paulo, instalado na antiga Hospedaria de Imigrantes do Brás. Este local, construído em 1886 com recursos da Província de São Paulo, servia para recebimento, abrigo e encaminhamento de trabalhadores, e sua utilidade é destacada na exposição permanente, visitada em abril de 2023.

> A crise do sistema escravocrata colocou a questão da mão de obra no centro das atenções, no mesmo momento em que se pretendia definir quem era o brasileiro, e que "embranquecê-lo" era questão de ordem. Assim, a vinda de estrangeiros, principalmente de famílias europeias para povoar e trabalhar as terras nacionais, foi uma solução apoiada pelos governos. (Exposição permanente do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, visita realizada em 19/04/2023)

A chegada do século XX encorpou as teorias darwinistas sociais. O diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, José Batista de Lacerda, durante o I Congresso Internacional das Raças, em 1911, pre-nunciou que em cem anos a população brasileira seria majoritariamente branca: "Na entrada do novo século, os mestiços terão desaparecido no Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós" (Schwarcz e Starling, 2015, p. 343). Pela sua projeção, na virada para os anos 2000, a população negra seria extinta e os mestiços representariam, no máximo, 3% da população nacional.

O ambiente, narra Schwarcz (2012), estava carregado de ideias pessimistas com relação à misci-genação, "que por vezes previam a falência da nação, por vezes o (necessário) branqueamento" (p. 28), com instituições, como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na figura do seu catedrático Renato Khel, favorável à esterilização da população mestiça nacional, sob o argumento de se construir uma nação saudável. Khel, inclusive, foi um dos fundadores, no ano de 1918, da primeira sociedade eugênica da América Latina, a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), da qual faziam parte nomes conhecidos como o poeta Olavo Bilac e o escritor Monteiro Lobato[36].

[36] Olavo Bilac e Monteiro Lobato, importantes figuras literárias brasileiras dos séculos XIX e XX, respectivamente, expressaram visões eugenistas em alguns de seus escritos, apoiando ideias de seleção genética para aprimorar a sociedade. Informação registrada por Schwarcz (2012).

A concepção de que o futuro do Brasil dependeria das raças que seriam incorporadas à sua população também impregnou muitas obras literárias e um dos maiores exemplos é *Os Sertões*, publicado em 1902, após o escritor Euclides da Cunha embarcar para o interior da Bahia, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, para cobrir a Guerra de Canudos. Em seus escritos sobre "o homem" do "Norte" que encontrou na missão jornalística – ele dividiu a cobertura entre "a terra", "o homem" e "a luta" –, Euclides "oscilava entre considerar o mestiço um forte ou um desequilibrado, mas acabava julgando 'a mestiçagem extremada um retrocesso' em razão da mistura de 'raças mui diversas'" (Schwarcz, 2012, p. 24).

Como a maioria dos intelectuais da sua época, Euclides acreditava numa "raça superior" e na sua relação com a pele clara, e entendia que para o embranquecimento dos brasileiros, era preciso evitar a miscigenação com "raças inferiores". "O sertanejo é, antes de tudo, um forte", escreveu Euclides (1902/1973, p. 128), mas advertindo que esse mesmo mestiço "é um decaído, sem a energia física dos ancestrais selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores" (p. 123). Nos seus argumentos pela "estabilidade" e definição sistematizada da "raça brasileira", excessos de preconceitos e reducionismo.

> Hoje, quem atravessa aqueles lugares observa uma uniformidade notável entre os que os povoam: feições e estaturas variando ligeiramente em torno de um modelo único, dando a impressão de um tipo antropológico invariável. (...) O homem do sertão parece feito por um molde único. (Cunha, 1902/1973, p. 122)

Essas declarações de Euclides sobre o sertanejo que habitava a região posteriormente denominada Nordeste vão de encontro com a própria definição de racismo, com base na bibliografia consultada. Schwarcz (2012), por exemplo, apresenta o racismo como um sistema que "anula a individualidade para fazer dele apenas o resumo das vantagens ou defeitos de seu 'grupo racial de origem'" (p. 22). Lima (2020), por sua vez, define o racismo como uma tentativa de dividir pessoas em raças, com o objetivo de estabelecer uma hierarquização entre elas.

> Uma ideologia que propõe que os seres humanos estão divididos e separados em entidades biológicas exclusivas chamadas "raças" e que existe um elo causal entre trações físicos geneticamente herdados e caracteres de personalidade, intelectuais e morais, fazendo com que uma determinada "raça" possa ser superior a outra. (Lima, 2020, p. 78)

Com relação a essa motivação, Lima (2020) reforça que o racismo "pressupõe um sistema de acessos desiguais ao poder, pois permite ao perpetrador infringir prejuízo à vítima para promover e preservar status e privilégios" (p. 79). No mesmo sentido, Moreira (2023) avança ao afirmar que se

trata de “um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo racial dominante” (p. 40). Para preservar e legitimar esse sistema de privilégios, ele ressalta a necessidade da “circulação continua de estereótipos que representam minorias raciais como pessoas incapazes de atuar de forma competente na esfera pública” (p. 32).

Ribeiro (2019) também oferece uma rica contribuição ao retirar o racismo da esfera das manifestações individuais e contextualizá-lo como um fenômeno coletivo, capaz de atravessar e influenciar estruturas sociais aparentemente estáveis. Ela argumenta que o racismo serve para manter direitos de alguns em detrimento de outros, funcionando como “um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de vontade de um indivíduo” (p. 12). Essa perspectiva amplia a concepção do racismo, mostrando que ele não é apenas uma questão de atitudes pessoais, mas uma dinâmica social enraizada que perpetua subjugamentos e desigualdades.

No campo normativo, Silveira (2007) lança luz sobre o passado ao destacar que o racismo é consciente e voluntário. Ele argumenta que, sempre que o racismo se manifesta, há uma intenção intrínseca de agir de forma preconceituosa e discriminatória. Silveira (2007) corrobora que o objetivo do racismo é reiterar hierarquizações baseadas em características que limitam oportunidades. Por essa razão, conforme ele, a *Constituição de 1988* do Brasil enquadra os crimes que envolvem racismo como inafiançáveis e imprescritíveis.

Tem-se, portanto, no racismo, um sistema de exclusão que opera por meio da estigmatização de grupos populacionais que são racializados por supostas características fenotípicas ou comportamentais comuns. Cabecinhas (2002), ao revisitar Jones (1972), lembra que o racismo pode ser cultural. De acordo com ela, “na opinião dos indivíduos preconceituosos, as minorias discriminadas sê-lo-iam (...) por partilharem uma cultura que não lhes permite uma boa adaptação às exigências do sistema económico capitalista” (p. 69). Esse entendimento pode ser melhor compreendido ao se contrastar duas formas de categorização de grupos humanos: a categorização racial e a categorização cultural.

> De um modo sintético, a categorização racial seria baseada nas diferenças profundas (genotípicas) que estariam na origem das diferenças de superfície (fenotípicas), ambas percebidas como naturais e inalteráveis, e consequentemente com elevado potencial indutivo. Por sua vez, a categorização cultural seria baseada nas diferenças culturais e comportamentais, vistas como adquiridas e menos estáveis, mas na maior parte dos casos sofrendo igualmente um processo de essencialização (Cabecinhas, 2002, p. 253)

Além de racializar os sertanejos do antigo “Norte”, agrupando-os sob características fenotípicas e culturais, Euclides também se orienta, em *Os Sertões*, pelo determinismo geográfico. Segundo essa

perspectiva, as características destacadas nessa população e, sobretudo, as diferenças de desenvolvimento observadas por ele, em comparação aos habitantes do "Sul", eram explicadas pelas condições naturais ou físicas dos seus respectivos lugares de origem.

A permanência do modo de pensar eugenista, e a sua ingerência na formulação de políticas de Estado, ainda perdura por um período prolongado no Brasil. A *Constituição de 1934*, em seu artigo 138, por exemplo, incumbia à União, aos Estados e aos municípios "estimular a educação eugênica", condicionando a instrução como prática de "melhoramento" racial.

É justamente nesse contexto de forte incidência do pensamento eugenista, no início do século XX, que o Nordeste é entendido como uma parte diferente do "Norte", ainda que burocraticamente, e a imprensa trata de apresentar a sua gente ao Brasil, a partir do relato de como a miscigenação exagerada afetou a formação de uma "raça" de brasileiros, marcada por "todos os graus de sub-mestiçagem". Algumas das províncias que passam a fazer parte do novo recorte espacial, como já visto, figuravam entre as maiores detentoras de autodeclarados pretos e pardos do país. De acordo com os registros do IBGE, em 1872, as pessoas podiam declarar-se "brancos", "pardos", "pretos" e "caboclos", opções disponibilizadas no item "raças" do questionário.

Nesse mesmo momento histórico, os fluxos migratórios estão em alta, como consequência das secas, e os nordestinos, que começavam a ser identificados como "nordestinos", pela ótica da racialidade, não se limitam às divisas recém-definidas e percorrem a nação. A série "Retirantes", do pintor Cândido Portinari[37], retrata justamente a situação dos trabalhadores migrantes com origem no Nordeste. Na tela produzida em 1936, diferente das posteriores, tem-se exclusivamente a retratação de pessoas pretas, indicando qual imagem dos primeiros grupos chegados do "Norte" era percebida pela gente do "Sul". Os miscigenados, condenados a desaparecer, não apenas existiam no "Brasil de cima", correspondente às atuais regiões Norte e Nordeste, como também se deslocavam para somar com outros "pretos" e "pardos" onde esses já não eram bem-vindos.

Enquanto o Brasil tentava fugir do passado escravocrata – como versado no próprio Hino da Proclamação da República[38], que data de 1890: "Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país" – e se afastar da população negra e miscigenada, o recém-batizado Nordeste, presente por meio da sua reivindicação político-econômica e dos migrantes, contrariava interesses, reposicionando no centro da sala o que se tentava esconder debaixo do tapete. Conforme os relatos de Euclides da

[37] A obra do paulista Cândido Portinari, um dos mais renomados artistas brasileiros do século XX, destaca-se por sua representação da vida e cultura do povo brasileiro, retratando temas como o trabalho rural, a religiosidade e a injustiça social (Cereja e Cochar Magalhães, 2000).

[38] O Hino da Proclamação da República é uma composição musical que celebra o momento histórico da Proclamação da República do Brasil, ocorrida em 15 de novembro de 1889. A letra exalta valores como liberdade, igualdade e progresso, enquanto a música evoca o patriotismo e transformação do país. Informações e letra disponibilizadas pela página oficial da Presidência da República do Brasil (acesso em 17 de julho de 2023).

Cunha, porém, ainda pesaria mais uma característica indesejada contra os miscigenados do "Norte": o alegado fanatismo religioso.

2.4. Os "fanáticos" do "Norte" e outras percepções euclidianas

As mesmas páginas do livro *Os Sertões*, que faziam o Brasil tomar ciência, pela escrita naturalista e determinista de Euclides da Cunha, do sertanejo do "Norte" como sequela de uma mestiçagem extremada, pontuavam outras características de igual impacto desse "homem" de Canudos. Pela prosa euclidiana, capitulada sob a divisão "a terra", "o homem" e "a luta", a violência era uma resposta para as condições adversas e o fanatismo religioso, próprio da ausência de sobriedade.

> O homem dos sertões – pelo que esboçamos – mais do que qualquer outro, está em função imediata da terra. É uma variável dependente no jogar dos elementos. Da consciência da fraqueza para os debelar resulta, mais forte, este apelar constante para o maravilhoso, esta condição inferior de pupilo estúpido da divindade. (Cunha, 1902/1973, p. 153)

A Guerra de Canudos, narrada por Euclides, transformou o interior da Bahia no cenário de um dos maiores conflitos armados da história do Brasil, logo após a Proclamação da República. Enquadrada como messiânica, por força do seu líder, Antônio Conselheiro, a luta no sertão ainda nortista correu o país tanto pelo número e pela resistência dos seus seguidores quanto pela resposta violenta do Exército para cessá-los.

De um conflito local entre camponeses e o governo baiano, como atesta Napolitano (2022), a Guerra de Canudos assumiu uma importância nacional, com o envolvimento das Forças Armadas na repressão ao arraial, pela suposta ameaça à nova ordem republicana. Conselheiro seria um crítico à República nascente, apontando-a como responsável pelo sofrimento do povo da região, o que deu ao movimento a pecha de monarquista.

Apesar da reputação de última resistência à República brasileira, segundo Napolitano (2022), a imprensa da época apresentou o evento como "mera manifestação do fanatismo religioso arcaico do meio rural brasileiro" (p. 23). Uma publicação da revista *Superinteressante* de novembro de 1993, a respeito do tema, mostra que, quando da ocorrência do conflito em Canudos, doze jornais alarmavam o público com relatos sangrentos da ação de seguidores descritos como "fanáticos primitivos, mestiços, miseráveis e supersticiosos", empenhados apenas em puxar o Brasil para o passado imperial.

Um dos correspondentes que se propôs a difundir versões da luta em Belo Monte foi Euclides, designado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* com o intento de acompanhar uma expedição militar ao

povoado, em 1897, para reportar ao "Sul", a partir daquele ano, os acontecimentos no "Norte". Os "despachos do front" foram o embrião de *Os Sertões*. A encomenda do jornal rendeu uma série de publicações maltratantes que serviu de base, após abrandamento, à escrita da obra que figura como uma das mais influentes da sua geração e é considerado o primeiro livro-reportagem do Brasil.

O tom preconceituoso adotado por Euclides no jornal até foi atenuado na produção do livro, fato que foi tratado pelo seu biógrafo, Luís Cláudio Villafañe Santo. Se durante o conflito, quando reportava quase que diariamente, sua visão era "oficialesca", pró-Exército, na obra literária ele se coloca numa postura de denúncia da violência impetrada contra os sertanejos. Apesar de lançar luz sobre as motivações de Canudos e os termos hediondos do seu desfecho, ajudando a desmentir a versão oficial, Euclides não poupou a tal gente do "Norte".

Mesmo com atualizações e subtrações, muito do que se publicou no jornal segue no livro, a exemplo da narração depreciativa da fé dos moradores de Canudos, descrita por Euclides como parte de um "misticismo bárbaro" (p. 210). São palavras de julgamento a partir de uma observância parcial que exagera e categoriza o diferente como demandante de superação. Essa conduta está presente quando ele compara "o 'beija' das imagens", instituído por Conselheiro, a um "ritual fetichista" (p. 209), quando caracteriza momentos compartilhados de prece pela comunidade como uma "nevrose coletiva" (p. 210) e em diversos outros trechos.

> Estalavam gritos lancinantes, de desmaios. Apertando ao peito as imagens babujadas de saliva, mulheres alucinadas tombavam escabujando nas contorções violentas da histeria, (...) e, invadido pela mesma aura de loucura, o grupo varonil (...) vibrava no mesmo ictus assombroso". (Cunha, 1902/1973, p. 210)

Como pontua Schwarcz (2012), Euclides seguiu os determinismos da época ao começar o seu livro falando da "terra" e de suas limitações e depois tratando do "homem" e das suas fraquezas, sendo a distância da razão uma delas e a explicação para a existência do que ele chega a chamar de "Jerusalém de taipa". Para se ter uma ideia da influência de *Os Sertões*, o escritor foi eleito no ano seguinte ao lançamento do livro, em 1903, para a Academia Brasileira de Letras (ABL), com esta única publicação, e até hoje a palavra "sertão" perdeu o seu significado amplo de interior para remeter apenas ao semiárido nordestino.

Na perspectiva de Facó (1980), a motivação maior de revoltas como Canudos não está nos céus, e sim na terra. A mistura de crenças e práticas religiosas, segundo ele, é uma tendência natural das massas rurais espoliadas e servem como instrumento na luta pela libertação social. "Nas condições de isolamento em que viviam, (...) era natural que as populações interioranas criassem seus próprios

conceitos de vida, de organização social" (p. 42). Submetidos às privações estabelecidas pela ordem dominante, o "fanatismo" era, na verdade, uma espécie de ideologia.

Ao ser iniciada em 1896 a campanha contra Canudos, Facó (1980) resgata que insistiram em explicar a sua popularidade entre as massas pelo atraso das populações rurais e pela crença nos feitos miraculosos do seu líder maior. Entretanto, "não há um só testemunho de que o Conselheiro se arvorasse em fazedor de milagres" (p. 85). Canudos foi, sob a capa de misticismo religioso, uma luta de classes aquecida pelo monopólio da terra, pontua ele, e por isso mesmo, não era um fenômeno isolado, existindo outras revoltas similares pelo Brasil.

Napolitano (2022) reforça que esse tipo de conflito social, que mistura valores religiosos populares e revolta política, também ocorreu no sul do país, tendo como exemplo a Guerra do Contestado[39] (1912-1916). Ou seja: o Sul do Brasil, mais precisamente uma região disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, também serviu à história com conflitos de caráter messiânico. Em comum, camponeses em situação de vulnerabilidade, organizados em comunidades alinhavadas por motivações religiosas e combatidos por força militares apoiadas por fazendeiros.

Anos antes, em 1874, na colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, explodiu o levante dos Mucker[40], outro movimento reputado como messiânico liderado por um curandeiro e sua esposa profetiza, ambos de origem germânica. O conflito se desdobrou em choques armados entre as tropas e os colonos. Como observou Queiroz (2003), é interessante pontuar que o levante místico, restrito ao Nordeste na imaginação de brasileiros daquele tempo e, por isso mesmo, atribuído à instabilidade psicológica dos mestiços, aconteceu justo na comunidade imigrante mais prestigiada da administração imperial.

Para que não restem dúvidas sobre a relação que foi estabelecida entre o "fanatismo" e a mestiçagem, Adas (1998) registra que o médico e antropólogo Nina Rodrigues recebeu a cabeça de Antônio Conselheiro após o massacre de Canudos, para avaliar se ela apresentava alguma anormalidade. Em seus ensaios, ele admitiu "a indolência dos mestiços e a relacionou ao menor desenvolvimento de seu cérebro" (p. 456).

Como conta Rodrigues (2015), Nina Rodrigues seguiu, por um período, uma prática comum entre os eugenistas de sua época: examinava crânios de contraventores na tentativa de identificar

[39] A Guerra do Contestado foi motivada principalmente por questões socioeconômicas, como a disputa por terras entre posseiros e grandes proprietários, além de injustiças sociais e religiosas, alimentadas pela insatisfação popular com as condições de vida precárias na região (Napolitano, 2022).

[40] O levante dos Muckers, como conta Queiroz (2003), foi um movimento de cunho religioso e social ocorrido no sul do Brasil, entre 1873 e 1874. Liderado por Jacobina Maurer, conhecida como a "Profetisa dos Muckers", o grupo contestava as autoridades religiosas e sociais estabelecidas, promovendo um estilo de vida comunitário e uma interpretação alternativa da *Bíblia*. O levante foi violentamente reprimido pelo governo, resultando em conflitos armados e na prisão e execução de diversos membros.

características físicas que pudessem ser indicativas de desvios de caráter. Assim, buscava fundamentar a ideia de que certos traços corporais poderiam prever comportamentos criminosos, o que conferia relevância ao estudo do crânio à época, a craniometria.

> Era por meio da medicina legal que se comprovava a especificidade da situação ou as possibilidades de "uma sciencia brasileira" que se detivesse nos casos da degeneração racial. Os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade passaram a comprovar os modelos darwinistas sociais em sua condenação do cruzamento, em seu alerta à "imperfeição da hereditariedade mista". (Schwarcz, 1993, p. 211)

De volta a Canudos, é importante enfatizar o quanto a organização da mídia foi fundamental para a sua visibilização, como o primeiro grande acontecimento com cobertura diária nos jornais, como expõe Facó (1980), garantindo ao evento um caráter de interesse ainda não visto no Brasil. E *O País*[41], o principal órgão de imprensa do Rio de então, passava a noticiar diariamente os acontecimentos sangrentos dos sertões da Bahia sob um título geral bastante expressivo – "A Catástrofe". (p. 101) e, assim, "o país inteiro vivia em função dos acontecimentos de Canudos" (p. 107).

Isso significa que o final do século XIX também reservou um espaço midiático ao "Norte" para a exploração do aspecto religioso, sob a ótica da excentricidade e da reprovação, além da violência e de mazelas da seca, matéria-prima para outros julgamentos e internalizações. Esse tema será reforçado, mais tarde, pela Revolta de Juazeiro[42], nos anos 1910, e pelo Massacre do Caldeirão[43], nos anos 1930, participando decisivamente da construção da imagem do povo que habitava o recorte espacial que, nesse novo momento, pós-1919, já era chamado de Nordeste.

2.5. O invento do espaço Nordeste

A adoção do termo "Nordeste" para denominar a fatia do "Norte" vitimada pelas secas não se deu como um repente. No contexto da estiagem de 1915, uma das mais severas do século XX, e que originou o livro *O Quinze*, da escritora Rachel de Queiroz, essa porção de Brasil maltratada pelo fenômeno

[41] *O País* foi um periódico brasileiro do século XIX, fundado em 1876 no Rio de Janeiro. Foi um importante veículo de imprensa durante a transição do Brasil imperial para o republicano. Com informações de Sodré (1999).

[42] De acordo com Trindade (2021), a Revolta de Juazeiro foi um conflito armado que ocorreu em 1914, no Ceará, liderado pelo padre Cícero Romão Batista e pelo coronel Floro Bartolomeu, em oposição às medidas do governo republicano que interferiam nas práticas religiosas e sociais da região. O conflito envolveu forças militares e civis e teve um desfecho negociado, preservando a influência do padre Cícero na região.

[43] Conforme relatado por Gomes (2009), o Massacre do Caldeirão foi um episódio de violência ocorrido em 1937, no Ceará, contra o movimento liderado pelo beato José Lourenço, que promovia práticas comunitárias e igualitárias em uma comunidade rural. As forças estaduais reprimiram violentamente o movimento, resultando em muitas mortes e na perseguição aos seus membros.

já era referenciada desse modo em algumas publicações feitas pela imprensa, antes mesmo de constar com o novo nome em documentos oficiais.

Como exemplo, tem-se a edição de 16 de outubro daquele ano do jornal *O Estado de S. Paulo*. Em nota intitulada "A seca", é narrado que "a imprensa em geral clama contra o descaso do governo do Estado e sobretudo da União relativamente à seca que assola o nordeste do Brasil" (p. 2). A mesma edição traz novamente a denominação "Nordeste" quando compartilha informações sobre um "longo editorial" publicado no jornal argentino *La Razón*, que:

> Faz comentários sobre a tremenda seca que assola os sertões do nordeste brasileiro e propõe que seja organizado aqui um comitê pró-flagelados que se incuba de angariar os donativos com que a caridade argentina certamente contribuirá para cooperar no socorro das vítimas de uma calamidade numa nação amiga como é o Brasil. (*OESP*, 16/10/1915, p. 2)

A repetição do termo que abria uma cisão geográfica no "Norte" aconteceu, ainda que de maneira espaçada, até 1919, antes de ganhar um caráter oficialesco. A primeira mensagem do presidente Epitácio Pessoa[44] ao Congresso Nacional, em 3 de setembro de 1919, como conta Souza (2008), rendeu uma série de artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, a partir de 20 de setembro do mesmo ano, sob o título "O Problema do Nordeste". A intenção do chefe maior da nação era viabilizar "a revalidação de uma das nossas regiões mais suscetíveis de produzir", trecho extraído da mensagem, o que atiçou uma problematização na imprensa. Quer dizer: antes mesmo de nascer no papel, o Nordeste já tinha ou era um problema.

As menções seguiram acontecendo, com maior intensidade. Em outubro de 1919, na Câmara dos Deputados, com o fundamento de voto de Cincinato Braga na Comissão de Finanças sobre projeto relativo à região publicizado como "As secas do Nordeste". No mês seguinte, em apelo público da Liga Nacionalista de São Paulo, divulgado pela imprensa com o título "Pelo Nordeste". Em dezembro do mesmo ano, junto à promoção de concerto beneficente realizado na Sala do Conservatório de São Paulo em favor dos "patrícios vítimas da seca no Nordeste". Com o uso do termo cada vez mais frequente para definir o espaço onde o fenômeno incidia, a alcunha que distinguia um pedaço do "Norte" pelo flagelo se firmou.

Ainda assim, 1919 representa um marco nessa denominação porque foi neste ano, mais precisamente em 25 de dezembro, que pela primeira vez um documento público utilizou o termo "Nordeste" para designar a região, quando da concepção da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS),

[44] Epitácio Pessoa, paraibano e político brasileiro, serviu como Presidente da República de 1919 a 1922. Segundo Napolitano (2022), no momento da sua indicação, ele chefiava a delegação brasileira na Convenção de Paz de Versalhes, no contexto do término da Primeira Guerra Mundial. Defensor do civilismo republicano, Pessoa nomeou civis para ministérios militares. Seu governo também foi marcado pela agitação social, efeito da Revolução Russa de 1917.

que advém da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), durante o governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-22). Trata-se do Decreto nº 3.965, assinado pelo chefe do executivo, que autorizava "a construção de obras necessárias à irrigação de terras cultiváveis no nordeste brasileiro" (caput). O Nordeste estava, pelo menos no papel, criado.

O estabelecimento da sua dimensão geográfica, porém, viria de modo indireto, logo no artigo 1º, no qual é expresso que as terras em questão estão inseridas no espaço do qual trata outro decreto, expedido anteriormente, em 9 de julho daquele mesmo ano, que regulamentou o IFOCS. O Decreto nº 13.687 diz que a Inspetoria se destina "a construir obras e fomentar serviços que atenuem ou previnam os efeitos das secas no Ceará, Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Piauí, em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, na Bahia e no norte de Minas" (Artigo 1º). Observa-se a presença do estado de Minas Gerais e a ausência do Maranhão.

Portanto, o Nordeste nasce de uma submissão, da necessidade de intervenção imediata do governo federal para socorrê-lo. As despesas com a construção, custeio e conservação das obras elencadas como necessárias passam a correr por conta de um caixa especial, chamado de "Caixa das Secas", conforme o Artigo 2º do decreto de dezembro de 1919. São obras desse período açudes como o de Orós, no Ceará, e o Gargalheiras, no Rio Grande do Norte, estradas de ferro e de rodagem, portos como o de João Pessoa, barragens submersíveis e poços. Não há como entender a dimensão do deslocamento dessa quantia volumosa de recursos sem lançar lupas sobre o autor do gesto, o presidente Epitácio Pessoa.

No Brasil republicano, valia a *Constituição de 1891*, inspirada na norte-americana, que estabelecia o federalismo amplo no Brasil, segundo o qual boa parte da arrecadação ficava nas mãos dos governos estaduais. Ou seja: os estados em prosperidade reuniam as condições para avançar mais, enquanto os que amargavam declínios, não conseguiam reagir. Estrutura que explica a política do "Café com Leite"[45], vigente naquele momento, com São Paulo e Minas Gerais se revezando na presidência da República.

Napolitano (2022) conta que, na perspectiva da historiografia mais tradicional, o período situado entre 1902 e 1930 é apresentado como uma sucessão monótona de fazendeiros oriundos, em sua maioria, das oligarquias paulista e mineira, no poder, fazendo com que as outras oligarquias regionais menos poderosas gravitassem em torno do eixo São Paulo-Minas Gerais. Na historiografia mais recente, porém, é percebido que o jogo político nacional passava por outras oligarquias regionais e uma dessas exceções – além do carioca Nilo Peçanha (1909-1910) e do gaúcho Hermes da Fonseca (1910-1914) – foi a presidência do

[45] Como explica Napolitano (2022), "Café com Leite" foi uma expressão usada para descrever o domínio político nacional alternado entre São Paulo (representado pelo café) e Minas Gerais (representado pelo leite) durante a República Velha (1889-1930) no Brasil.

paraibano Epitácio Pessoa. “Sem chegar a um consenso para um nome escolhido entre suas fileiras, as oligarquias mais importantes escolheram (Pessoa) para ser presidente” (p. 39).

Ou seja: a política do “Café com Leite”, que garantia a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais, revezando governadores paulistas e mineiros na Presidência em detrimento das aspirações e interesses dos outros estados é interrompida por um filho da Paraíba, consciente do quanto a sua passagem pelo cargo poderia melhorar as condições de desenvolvimento da sua terra natal. Foi exatamente Epitácio Pessoa quem avançou com as obras para convívio com as secas, encanando investimentos vultosos para restabelecer o Nordeste na prosperidade.

O IFOCS foi uma das ações compiladas em 1919 por Pessoa como resposta à dura seca de 1915. Para se ter uma ideia da sua severidade, até campos de concentração foram construídos no Ceará com a intenção de conter a massa de trabalhadores que migravam para Fortaleza, a capital. As terras irrigadas pelas obras deveriam ser cedidas ou arrendadas, sempre em pequenos lotes, para os agricultores locais, de acordo com o Artigo 6° do decreto autorizativo, como forma de livrar as vítimas da estiagem da deslocação.

Conforme quadro que integra a exposição permanente do Museu da Imigração, com dados do Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, da Secretaria de Agricultura de São Paulo, 1915 foi o ano até então, com a maior chegada de trabalhadores nacionais em São Paulo e o menor desembarque de trabalhadores estrangeiros, mesmo a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) estando em curso. Todos atracavam em Santos, a bordo da Companhia Nacional de Navegação Costeira. Percurso descrito por Rachel de Queiroz em sua obra célebre:

> Chico Bento fitava o navio, escuro e enorme, com sua bandeira verde de bom agouro, tremulando ao vento do Nordeste, o eterno sopro da seca. Sentia como que um ímã o atraindo para aquele destino aventuroso, correndo para outras terras, sobre as costas movediças do mar. (...) Iam para o destino, que os chamara de tão longe, das terras secas e fulvas de Quixadá, e os trouxera entre a fome e mortes, e angústias infinitas, para os conduzir agora, por cima da água do mar, às terras longínquas onde sempre há farinha e sempre há inverno. (Queiroz, 1930/2023, p. 120 e 121)

Garcia (1999) acrescenta que essa é a fase dos “itas”, quando nordestinos, em navios com prefixo tupi “ita”, que significa pedra, chegaram ao Rio de Janeiro e a São Paulo para trabalhar na indústria e nos serviços urbanos, presente nos versos de “Peguei um ita no Norte” de Dorival Caymmi, que ajudou a cantar o Nordeste, composta nos anos 1940 e que também virou samba-enredo de escola de samba, pela Acadêmicos do Salgueiro, em 1993.

Os nordestinos que chegaram ao "Sul" no pós-guerra se depararam com um ambiente menos favorável à ascensão social que os imigrantes europeus desembarcados anos antes, registram Nóbrega e Daflon (2008). Isso porque já havia sido entregue aos estrangeiros os cargos mais qualificados, restando postos de menor prestígio. A disputa entre nordestinos e europeus perdurou ao ponto de o presidente Getúlio Vargas, a partir de 1930, restringir a entrada de imigrantes e exigir a contratação mínima de brasileiros no setor privado.

Esse início do século XX coincide com o momento da industrialização de São Paulo, de volta à Garcia (1999), com demandas por mão de obra no "Sul" e egressão no "Norte", que não dispunha de uma economia substituta ao açúcar e ao algodão e ofereceu trabalhadores de baixa qualificação.

Do ponto de vista racial, como já visto, a maioria dos que chegavam eram mestiços. Albuquerque Jr. (2007) estima que 60% (p. 97) dos migrantes do Brasil de cima que desembarcavam na terra dos bandeirantes, na década de 1920, eram baianos e negros. Isso explica, em parte, por que os nordestinos são invariavelmente chamados de "baianos" até hoje, mesmo que sejam de outros estados do Nordeste, principalmente em São Paulo.

A presença desse grupo, formado por negros e sem grande escolaridade, que o pensamento eugenista apontava como mazela nacional, numa São Paulo que ambicionava "civilidade" e ares europeus, desperta sentimentos de rejeição. O estereótipo do flagelado vai dando lugar ao do retirante, associado ao "fanatismo", à violência e a outras características reducionistas e homogeneizadoras. Um terreno fértil para a disseminação de preconceitos contra pessoas e seus lugares de origem.

Oliveira (1981) busca explicar esse processo de constituição das regiões à luz dos movimentos de formação capitalista no espaço do país, tomando as distintas formas de reprodução do capital como a base material que dá origem às regiões. Nesse marco, elas se explicam pelas contradições da expansão capitalista no Brasil, e os processos distintos da acumulação de capital em todos o país.

> O que preside o processo de constituição das "regiões" é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as "regiões" são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a "região" exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma que que são personas do capital e de sua contradição básica. (Oliveira, 1981, p. 30)

Esse argumento indica o entendimento de que a elaboração do conceito de "região" se relaciona melhor com a dimensão política, fundamentado nas relações de produção, do que com aspectos geográficos, baseados em características físicas. Zaidan Filho (2001) complementa: "'região' não é uma

positividade geográfica, mas, ao contrário, um produto sociocultural das disparidades geográficas no processo de desenvolvimento econômico capitalista" (p. 43). A intenção dos detentores do poder de conservar desigualdades se apresenta como uma prova disso.

Após a saída de Epitácio Pessoa da presidência da República, em novembro de 1922, houve a extinção da "Caixa das Secas" e o IFOCS perdeu o impulso anterior, com a diminuição sensível das suas ações por conta da falta de numerário, o que provocou uma desorganização nas obras (Vasconcelos Sobrinho, 1982). Souza (2008) vai classificar essa feita do novo presidente Arthur Bernardes[46] como "maldade", "ignorância" e um "ato desumano", adjetivando-o como um "colaborador do flagelo", em razão da suspensão dos investimentos (p. 269 e 270).

> Apesar de ter vencido a eleição em todos os Estados do Nordeste (...), pagou-nos os sacrifícios desta fidelidade suspendendo as obras defensivas contra os efeitos das secas (...). Não houvesse ele extinguido, com golpe de pena, a Caixa das Secas, e paralisado abruptamente todos os serviços com prejuízo direto e ruinoso para a aparelhagem de alto preço adquirida pelo Dr. Epitácio Pessoa, (...), pode-se afirmar que a região já estaria hoje redimida. (Souza, 2008, p. 304)

Ainda segundo Souza (2008), nos debates que sucederam contra a solução do problema pela açudagem de todos os tipos e os canais de irrigação surgiram "as mais estapafúrdias ideias, com atualidade ou não, e todas elas de uma improcedência que conjugava a má fé com a ignorância" (p. 272). Consumada a espoliação, vários estados do "Sul" foram beneficiados. Só para Minas Gerais, terra de Bernardes, "foram transferidos da Caixa das Secas 35.000 contos, ao que se disse na época e não foi contestado, para estradas de ferro" (p. 270).

No ano seguinte após o paraibano Epitácio Pessoa transmitir o cargo para o mineiro Artur Bernardes, em 1923, dá-se início à produção jornalística que interessa esta investigação, tendo como ponto de partida o questionamento da necessidade das obras no Nordeste. Também em 1923, tem-se o maior pico até então do século XX de migrantes nordestinos no "Sul", pelos dados do Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, coincidência que não se pode ignorar.

O Nordeste não existia, então não se pensava no recorte espacial Nordeste e, por isso mesmo, não se pensava nos nordestinos. Agora, o Nordeste que se formava à distância, com a demanda de investimentos, também se fazia presente no resto do país, por meio da sua gente.

[46] Arthur Bernardes é mineiro e foi um político brasileiro que exerceu a Presidência do Brasil de 1922 a 1926, enfrentando desafios como a Revolta Tenentista. Conforme Napolitano (2022), sua gestão foi marcada por medidas repressivas e autoritárias, como a decretação do estado de sítio.

É importante registrar também que, na passagem do Império para a República, as províncias transformadas em estados federativos puderam fazer valer suas histórias e, conforme Napolitano (2022), cultuar seus "tipos humanos", seu folclore e suas paisagens. Segundo ele, o gaúcho e o bandeirante, por exemplo, transformam-se em atores históricos e sociais positivos, o que não pôde acontecer nos estados do Nordeste.

Enquanto o Rio Grande do Sul e São Paulo organizavam suas vitrines, com o melhor que possuíam, de acordo com as próprias perspectivas, o que se tornava Nordeste passou a ser representado nacionalmente, de modo generalizado, por um anti-herói. Nascia o Nordeste e o seu verdadeiro problema: a rejeição. As primeiras (novas) impressões sobre a região e o seu povo estavam por vir.

3. A criação de estereótipos sociais, o fazer jornalístico e onde eles se encontram

- Cearense ou alagoano?
- Paraibano.
- É tudo a mesma coisa.
"O homem que virou suco", João Batista de Andrade

A busca pela gênese do preconceito contra o povo do Nordeste, razão de ser deste estudo, e que o colocou frente a frente com a produção jornalística da década de 1920, demanda um olhar atento para além das páginas dos jornais. Entendido o contexto histórico no qual se deu a sua ocorrência, é preciso imergir, em igual profundidade, em conceitos teóricos à volta da criação de estereótipos e do exercício do jornalismo e iluminar o local onde eles se encontram.

É essa compreensão que vai validar a resposta da pergunta de partida, ao mesmo tempo que possibilita a análise dos primeiros escritos públicos sobre um pedaço do "Norte" que passa a ser identificado como "Nordeste", com declarações acerca dessa terra, das obras do governo federal que nelas eram realizadas e da sua gente. Tudo isso num Brasil atravessado por preconceitos e desigualdades, antes da Era do Rádio[47] e ainda mais distante da popularização da televisão, quando os jornais desempenhavam um papel decisivo e solitário na disseminação de informações.

Identidade, pertencimento e comparações sociais; estereótipos e estigmas; construção da realidade social e "operação midiográfica"; critérios do jornalismo e linha editorial. Conceitos merecedores de atenção e que se entrosam para desfazer miopias, facilitando a capacidade de enxergar o quanto a amostra da pesquisa impactou na construção da imagem do nordestino que persiste até o presente, mesmo estando temporalmente tão distante.

3.1. Identidade, pertencimento e comparações sociais

Foi o filósofo francês Michel de Montaigne[48] que expressou um pensamento, ainda no século XVI, que segue bastante atual e pertinente para o entendimento dos conceitos que serão tratados neste capítulo: "Cada qual considera bárbaro o que não pratica em sua terra". A ideia de que o lugar de origem de

[47] O termo "Era do Rádio" se refere ao período entre as décadas de 1920 e 1960, quando o rádio foi o principal meio de comunicação de massa, exercendo significativa influência na cultura, no entretenimento e na política. No Brasil, especificamente, o auge do rádio se deu entre 1930 e o início da década de 1960. Com informações do Memorial da Democracia (acesso em 19 de junho de 2024).

[48] De acordo com o portal *ebiografia*, Michel de Montaigne foi um escritor, político e filósofo francês, e o inventor do gênero ensaio. Foi considerado um dos maiores humanistas franceses. Sua obra exerceu profunda influência sobre o pensamento moral europeu dos séculos XVII e XVIII (acesso em 20 de junho de 2024).

cada um é senhor da verdade e da razão, em relação ao que é percebido no outro, presente na reflexão de Montaigne, dialoga com a necessidade de apontar o que é diferente e de se reconhecer.

A história permite constatar que as civilizações buscaram, ao longo das suas trajetórias, definir as próprias identidades a partir do estabelecimento de diferenças em relação a outros povos, fossem parceiros ou adversários. O que também se encontra na formação de países e na construção de regionalismos, caso do Brasil. Para Tajfel (1974), essa dinâmica foi e ainda é percebida por que as ideias de identidade e pertencimento andam de mãos dadas.

Antes mesmo do Nordeste ser pretendido, o "Norte", que englobava basicamente tudo o que estava acima do estado de Minas Gerais, tinha recorrência negativa na imprensa por meio da seca, do cangaço e de episódios marcantes como a Guerra de Canudos. A visibilidade nacional que recebeu a estiagem de 1877, as notas sobre o surgimento do banditismo no interior, os artigos de Euclides da Cunha sobre a comunidade de Conselheiro... Tudo isso já era preparatório para um ambiente de distinção. As perspectivas do "Sul" sobre um espaço que destoava nas suas rotinas e práticas: o "Norte".

A definição de identidade proposta por Tajfel (1982) começa no autoconceito, ou seja, no conjunto de percepções e sentimentos que uma pessoa tem sobre si. A identidade, portanto, segundo Tajfel (1974), deve ser entendida como parte do autoconceito de um indivíduo, fundamentada no seu conhecimento sobre a realidade ao redor (conhecimento de mundo), seu reconhecimento como parte de um grupo e os sentimentos que procedem dessa participação.

O entendimento do conceito de identidade a partir de Tajfel (1972) inclui outro ponto muito importante: o reconhecimento dos outros. No que se refere aos grupos, por exemplo, sejam eles nacionais, raciais ou de outra natureza, sua definição só faz sentido em relação a outros grupos. "Um grupo só é percebido enquanto tal (...) se outros grupos estiverem presentes no ambiente" (p. 295). Para o autor, o indivíduo não é "uma ilha" e, por isso mesmo, "a única maneira de atribuir valores positivos ao seu próprio grupo (...) é comparando com outros grupos" (Tajfel, 1982, p. 24).

É Tajfel (1972) que estabelece uma ligação entre três conceitos fundamentais para esta pesquisa: categorização social, identidade social e comparação social. Com base nessa relação, Cabecinhas (2007) afirma que "uma vez que a identidade social está associada ao conhecimento da pertença, evocado pela categorização, o significado emocional e avaliativo que resulta dessa pertença exprimir-se-ia no favoritismo pelo grupo de pertença em detrimento do outro" (p. 86 e 87).

Pelo que se pode apreender, uma vez estabelecido o autoconceito, que são as definições sobre si, é possível conceituar o outro e conceituar o outro é prática que valida a autoconceituação. Em outras palavras: por mais que uma pessoa (ou uma população) se conheça, é na observância do diferente que ela valida

suas próprias características, habilidades e realizações. Essas percepções sobre si, a partir do que é percebido como presente ou ausente no outro, são, conforme Tajfel (1982) destaca, a base das comparações sociais e da oposição entre o "nós" e o "eles".

Essa oposição é explicada pela noção de grupo de pertença (endogrupo), e do grupo externo (exogrupo), formulada pelo próprio Tajfel (1964). O primeiro grupo se refere ao qual uma pessoa entende que pertence, ao qual ela supostamente se considera parte. Já o segundo, é percebido como o que está fora e, por isso mesmo, como diferente, como distante do grupo entendido como de pertença. A partir dessa distinção, abre-se caminho para seus membros se tornarem objeto de estereótipos e discriminação.

Festinger (1954), autor da Teoria da Comparação Social, argumenta que os indivíduos usam as comparações para avaliar suas próprias capacidades sempre que são confrontados: como os outros são, o que podem realizar e o que podem conquistar. Segundo ele, essas reflexões são inerentes ao ser humano, que recorre a informações externas para compreender a si mesmo e o mundo. Uma das possibilidades de comparação sugeridas por Festinger (1954) é a descendente, na qual o indivíduo se compara com aqueles que considera estar em uma situação pior ou menos competentes nos aspectos comparados. Nessa dinâmica, sentimentos positivos e alívio podem emergir dessa comparação.

Essa perspectiva tem persistido desde o início da ocupação, quando os primeiros exploradores lamentavam a estranheza da nossa gente, como registrado por Pêro de Magalhães Gândavo[49] em *Tratado da Terra do Brasil* e tantos outros. Ao descrever a terra como promissora e os indígenas como "muito desonestos e dados à sensualidade" e como seres que "vivem como brutos animais sem ordem nem concerto de homens" (p. 68), ele mesclava o Éden com o inferno no mesmo lugar. Essa narrativa ecoou pelos séculos seguintes, perpetuando uma visão mais inclinada ao exótico do que à aceitação da diversidade e relegando o povo do "Novo Mundo" à condição de "outro", cuja marca maior era a estranheza dos seus costumes. A construção da primeira identidade brasileira se deu, então, a partir do apontamento de ausências e da maximização de diferenças.

Sobre esse tema, Cabecinhas (2012) aborda o "efeito da homogeneidade do exogrupo" (p. 153). Segundo ela, esse fenômeno descreve a tendência de perceber o grupo alheio como mais homogêneo que o grupo ao qual se pertence. Isso significa uma falsa percepção de homogeneidade externa, enquanto se reconhece como parte de um grupo heterogêneo e plural. Assim, alagoanos, paraibanos e cearenses frequentemente são vistos por meio de uma única representação, com o atropelo das diferenças individuais em favor de um pensamento simplista de que "é tudo a mesma coisa".

[49] Pêro de Magalhães Gândavo foi um cronista português do século XVI, conhecido por suas obras que descrevem o Brasil colonial, nas quais ele faz relatos sobre a flora, a fauna, populações indígenas e aspectos culturais, como registra Capistrano de Abreu na Introdução de *Tratado da Terra do Brasil* (Gândavo, 2008).

É importante destacar que esse fenômeno não se limita à mera diferenciação, mas também reflete as relações de poder. A discussão não se resume ao pertencimento e inclui a análise da estrutura social atual e das dinâmicas históricas de dominação. Ao explorar essa temática, Cabecinhas (2012) observa que o próprio efeito de homogeneidade do exogrupo é observado com maior intensidade entre os membros dos grupos dominantes, evidenciando que "estes enviesamentos perceptivos não são simétricos ou universais, mas estão dependentes do contexto e da estrutura das relações entre os grupos" (p. 153 e 154).

As afirmações depreciativas sobre o povo do Nordeste feitas logo após a região receber essa denominação, por exemplo, serviam ao "Sul" no seu movimento de autoproclamar-se como o Brasil "civilizado". Por mais que o "Sul" enxergasse mérito e valor nos próprios atributos, foi apoiado na existência do "nós" e do "eles", isto é, no conflito entre Brasis, que as suas características puderam se firmar. A existência do "eles", portanto, foi determinante para a definição do "nós". Ao se colocar como superior e ao apontar o "Norte" como um mau exemplo, o "Sul" estabeleceu a sua forma e incutiu nas pessoas a vontade de lhe pertencer.

Nessa perspectiva de dominação, Albuquerque Jr. (2007) serve que, no decurso do tempo, diversas conquistas de povos e nações foram justificadas recorrendo à atribuição de qualidades negativas aos rivais, com o intento único de atender a disputas de poder. Isso porque, como mostra ele, o sentimento de pertencimento a um grupo se dá, em grande medida, a partir do embate, da disputa e da competição com um outro.

> Ocorrerá com frequência na história humana: o grupo estranho não precisará ser descrito ou conhecido com precisão; bastará para ele uma breve descrição, uma assertiva ou um conjunto de afirmações que o definirá previamente ou definitivamente, antes que qualquer contato se faça e nenhum contato, muitas vezes, vai desfazer ou questionar a definição previamente dada. (Albuquerque Jr., 2007, p. 10)

Não se pode omitir aqui o conflito de poder em curso entre o "Norte" e o "Sul" do Brasil, não apenas pelo deslocamento geográfico do domínio econômico do país, em razão da falência e da ascensão das economias de cima e de baixo, respectivamente, mas sobretudo pelo súbito envio de recursos para a realização de obras nas terras dos antigos protagonistas. Um hiato na política do "Café com Leite", com a eleição de um paraibano para a Presidência da República, que tratou de agir para "revalidar" o Nordeste em formação, conforme dito pelo próprio Epitácio Pessoa e comentado no segundo capítulo.

A atribuição de qualidades negativas aos rivais, inclusive, explica o fato de muitas denominações de grupos sociais que seguem utilizadas hoje terem origem em depreciações. A palavra "alemão", por

exemplo, significa “pagão” ou, dentro do Brasil, os tupis designaram de “tapuias”, o equivalente a “bárbaro”, as tribos originárias com costumes diversos aos seus.

Os rivais, em certos casos, não estão necessariamente envolvidos em um contexto de guerra, podendo surgir em disputas sociais. Cabecinhas (2020) lembra que em períodos de crise profunda, grupos sociais subalternizados, como migrantes, são frequentemente acusados de maneira injusta por problemas pelos quais não têm responsabilidade, o que implica na exacerbação das fronteiras simbólicas entre grupos e em processos de estigmatização e até mesmo de desumanização[50]. Esta, segundo ela, é inerente a diferentes formas de discriminação, incluindo xenofobia e racismo, cujas manifestações incluem a objetivação e a animalização.

Nesse contexto, do mesmo modo que características definidas como positivas podem criar aproximação, as que são assentidas como negativas podem distanciar grupos e pessoas e gerar novas conexões. Como é o caso do bárbaro, conceito ampliado por Montaigne, mas que, em princípio, habitava o imaginário dos gregos e romanos como todos aqueles que eram estrangeiros e, portanto, não falavam grego ou latim. “Bárbaro”, de apenas alheio, passou à condição de reprovável e deu aos não bárbaros um ensejo para se distinguir.

As comparações sociais, logo, podem abrir um caminho para a inferiorização, encarregando-se, ao mesmo tempo, de fortalecer quem deprecia o outro. A alegação de que os integrantes de um certo grupo padecem de um defeito comum livra aqueles que não fazem parte dele de possuí-lo. É mesmo nas definições do outro, especialmente como antítese, e no lastro das autoafirmações que se pode alicerçar o sentimento de pertença. E assim, nessa esteira, o brasileiro se intitula com frequência como o povo “mais feliz” e “mais misturado” do mundo, frases ouvidas quando a brasilidade e o sentimento de identidade nacional estão em discussão.

O conceito de pertencimento de Tajfel (1974), à vista disso, refere-se justamente à sensação de conexão ou identificação com um grupo, uma comunidade ou um lugar. Essa ligação emocional com uma determinada geografia, história ou cultura, então, desempenha um papel fundamental na formação da identidade pessoal, na maneira como cada um se percebe, confirmando que as duas ideias – identidade e pertencimento – trabalham em cooperação.

Essa colaboração recíproca é possível por feito do modo de pensar dos seres humanos. Seguindo o fio de Moreira (2023), entende-se que o pensamento humano funciona da seguinte forma: ele está submetido a um processo constante de percepção, generalização e categorização, o que permite que

[50] Cabecinhas (2020) explica que a desumanização consiste no ato de negar a humanidade a outros seres humanos. De acordo com ela, ao longo da história, a desumanização tem sido determinante para o cometimento de violências e atrocidades entre grupos sociais.

sejam construídos esquemas mentais, até complexos, por meio dos quais se compreende a si e o mundo. Esses esquemas, pontua ele, "não são necessariamente neutros, pois são produto de valores culturais desenvolvidos em uma realidade marcada por vários tipos de hierarquias" (p. 58). O seu caráter desigual está associado ao fato de serem permeados por relações assimétricas de poder, podendo privilegiar grupos majoritários e desfavorecer os diferentes.

No entanto, isso não é uma regra absoluta. Em certos casos, indivíduos que internalizam sua condição de subordinação podem avaliar o grupo externo (exogrupo) de maneira mais positiva em comparação ao próprio grupo (endogrupo), como visto no caso do Complexo de Vira-Lata. Ao revisar a teoria da auto-categorização, Cabecinhas (2004) destaca que um grupo emerge quando os indivíduos incorporam em sua autodefinição a identidade de pertencer a uma categoria social definida pelo processo de categorização. Isso pode implicar em reconhecer ou aceitar a própria posição como inferior em relação ao outro, muitas vezes por força de relações assimétricas de poder, nas quais um é dominante e o outro é subordinado. Afinal, "embora todos os indivíduos sejam ativos na construção das suas representações, a estrutura social determina que nem todos têm igual margem de liberdade no processo de negociação das representações (sociais)" (p. 15).

> É, por outro lado, a dimensão histórica da relação de dominação que faz com que os indivíduos internalizem estas representações no seu autoconceito, e as reproduzam nos seus comportamentos em diferentes situações. (Amâncio, 1994, p.?).

Sobre a etapa da categorização, especificamente, Müller (2021) vai explicá-la como um sistema de orientação que cria e define o espaço das pessoas na sociedade, "o que acarreta uma série de consequências em relação à participação dentro e entre grupos distintos" (p. 27), por atribuir traços negativos a grupos inteiros com base nas categorias criadas. Paulistas e nordestinos, por exemplo, não raras vezes, são tachados de "acelerados" e "preguiçosos", nessa ordem, ignorando as trajetórias individuais dos que integram esses grupos populacionais e os condenando a uma mesma sina.

Apesar da possibilidade de mudança dessas concepções, Lippmann (1922/2008) expõe a rigidez das imagens mentais, sobretudo aquelas relacionadas a grupos sociais com os quais há pouco ou nenhum contato, como o "Sul" em relação ao "Norte" no início do século XX. Essa resistência em alterar percepções visuais, mesmo diante de novas informações que a contradigam, já mencionada anteriormente, ajuda a mensurar seu impacto nas conclusões e nos julgamentos. Uma prática motivada pela "economia do esforço", pela defesa de interesses e pela necessidade de estabelecer definições que possui cada indivíduo.

> Há uma imagem do mundo mais ou menos ordenada e consistente, à qual os nossos hábitos, nossos gostos, nossas capacidades, nossos confortos e nossas esperanças se ajustaram. Elas podem não ser uma imagem completa (...), mas são uma imagem de um mundo possível ao qual nós nos adaptamos. Naquele mundo as pessoas e as coisas têm seus lugares bem conhecidos, e fazem certas coisas previsíveis. (Lippmann, 1922/2008, p. 96)

O que existe, na verdade, quando dessas definições, é uma forte tendência a generalizações e simplificações que, por sua vez, é muito influenciada por experiências passadas, motivações, interesses, necessidades e propósitos (Tajfel, 1963, p. 8). E do individual, estende-se ao coletivo. É essa tendência de extrapolar uma experiência particular para afirmar em sentido amplo sobre um grupo de pessoas, sinaliza Müller (2021), que nutre de forma substancial a construção dos estereótipos sociais e seus estigmas.

3.2. Estereótipos sociais e estigma

A primeira coisa que se precisa entender é que os estereótipos sociais não surgem do nada. Não há geração espontânea quando se trata de um fundamentador da discriminação social. Eles são produtos de ações humanas, de discursos, de interesses, por isso a importância de entender a sua origem e os conflitos nos quais estão inseridos. A tentativa de identificar o outro a partir de traços resumidos, que são ao mesmo tempo exagerados, expõe a vontade de diminuí-lo.

Walter Lippmann, autor de Opinião Pública, de 1922, foi o responsável por importar para a ciência social o conceito de estereótipo. De acordo com o autor, trata-se de um padrão de comportamento firmado culturalmente que impõe uma visão hiper simplificada da realidade, formada a partir dos valores do indivíduo e utilizada para que se possa atribuir significados aos acontecimentos sociais. Lippmann, portanto, apresenta os estereótipos como meios para reter as crenças, princípios e ideais de uma pessoa, ou seja, para manter o seu status quo.

Ao visitar teóricos sobre o tema e o legado de Lippmann, Cabecinhas (2012) afirma que “os estereótipos nunca são neutros, pois dependem mais do observador do que do objeto observado” (p. 152), confirmando o pensamento dele de que o indivíduo atua de maneira ativa na construção e na manutenção desses conceitos, entendidos como “seletivos” e “parciais”. Lippmann (1922/1961) também vai dizer que as pessoas apenas percebem o que foi previamente definido pela cultura na qual estão imersas, numa tendência de assimilar e reproduzir a realidade de forma estereotipada.

Quanto a essa reprodução dos estereótipos, quase que automática, parte se explica pela necessidade natural do ser humano de dar sentido às suas experiências e ao que está ao seu redor, e as

simplificações se mostram fontes de uma sensação de compreensão da realidade. Ou seja: os estereótipos podem ser replicados pelas limitações de acesso aos fatos, tais como restrições de tempo para realizar uma investigação pessoal ou o distanciamento dos acontecimentos sociais. O que não se pode perder de vista é que essa reiteração soma forças à perversidade de quem os criou.

> Segundo Lippmann, os estereótipos funcionam como "mapas", guiando o indivíduo e ajudando-o a lidar com informação complexa, mas também são "defesas" que permitem ao indivíduo proteger os seus valores, os seus interesses, as suas ideologias, em suma, a sua posição numa rede de relações sociais. (Cabecinhas, 2012, p. 152)

Quando se trata dos estereótipos referentes ao povo do Nordeste, o "Sul" foi guiado pelos "mapas" desenhados pela imprensa dos anos 1920, suspeita que motivou este estudo, com uso de uma caneta carregada de interesses para além do fazer jornalístico. Como se tratava de uma hiper simplificação, o entendimento por parte dos leitores foi facilitado, mas também porque a má definição feita pelos jornais protegia vantagens e convicções. Os estereótipos do povo do Nordeste encontraram, no desconhecimento e na conveniência, meios para se alastrar.

Lippmann (1922/2008) vai além e afirma que os estereótipos permitem que as pessoas tenham a sensação de compreensão da realidade e que grande parte do que se entende como uma interpretação precisa do real é, na verdade, uma construção mental, uma realidade ficcional que ele vai chamar de "pseudoambiente". Um dos motivos que explica o caráter permanente dos estereótipos, inclusive, seria "precisamente a necessidade do indivíduo de proteger a sua definição de realidade" (Cabecinhas, 2012, p. 153), na qual cabem os seus interesses.

Como efeito, "os estereótipos acabam por fazer com que se minimizem as diferenças entre pessoas do mesmo grupo, e se exagerem as mesmas diferenças entre essas pessoas que pertencem a outros grupos" (Müller, 2021, p. 28), o que permite que a sua ocorrência abra portas para uma série de problemas sociais, sendo a discriminação um dos mais arrasadores.

Caberá a Tajfel (1963) estabelecer a relação entre estereótipos e preconceitos, por meio do que ele chama de "jogo do estereótipo", nada mais do que o movimento de recorrer à rotulagem para classificar o outro, feito por indivíduos ou mesmo pela imprensa. Esse julgamento, segundo Tajfel, pode ser considerado uma companheira inevitável da capacidade humana de categorizar – a mesma que fez do nordestino um "preguiçoso" – e tem no preconceito um dos seus pilares. Isso porque quando esse julgamento ocorre, a adjetivação de vastos grupos humanos com características "grosseiras" se faz presente.

No entendimento de Albuquerque Jr. (2011), o estereótipo nasce de uma caracterização tosca e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas em nome de semelhanças superficiais de grupo (p. 30). O preconceito e os estereótipos, então, alinham-se como uma maneira de desqualificar, de sobrepor-se ao outro, a partir do rebaixamento social.

É por isso que Moreira (2023) vai afirmar que estereótipos não são meras percepções inadequadas sobre certos grupos de indivíduos. Trata-se de generalizações abusivas sobre membros de determinados segmentos sociais, uma presunção incorreta, e devem ser entendidos pela sua dimensão política, já que são meios de legitimação para arranjos sociais extremamente excludentes.

Os estereótipos cumprem, assim, "uma função ideológica, porque permitem a reprodução de relações assimétricas de poder" (Moreira, 2023, p. 60). Por essa razão, são sempre usados para a manutenção de processos de estratificação social, pelo qual a sociedade se organiza e distribui oportunidades de modo desigual, exatamente por permitirem que desvantagens e privilégios fiquem onde estão, sem qualquer chance de mudança.

Soma-se aqui o apagamento de fatos igualmente capazes de contraposição. Apenas como amostra, o nordestino vai afamar-se, também, pelo machismo e pela violência nas figuras do coronel e do cangaceiro, justo quando o feminismo ganhou corpo no Brasil, nos anos 1920. Esse filtro tendencioso esquece que o primeiro voto feminino registrado no país se deu em 1928, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, por Celina Guimarães[51], e naquele mesmo ano, Alzira Soriano[52] ganhou as eleições no município potiguar de Lajes, tornando-se a primeira mulher prefeita da América Latina.

Essa anulação pode ser epistêmica: mesmo os escritos preliminares sobre o feminismo e o direito das mulheres no Brasil terem acontecido pelas mãos de Nísia Floresta[53], no século XIX, o tema é associado ao Nordeste com tom jocoso de insinuação de masculinização, com as figuras de Luzia-Homem, do romance homônimo de Domingos Olímpio, de 1903, e de Maria Bonita, maior nome feminino do cangaço. Um desvirtuamento que provoca internalizações e direciona para caminhos equivocados, como nos anos 1940, quando o cantor e compositor Luiz Gonzaga declama "Paraíba masculina, muié macho, sim sinhô", e o verso é compreendido como um ateste desse estereótipo dessa mulher pouco feminina. Porém, Luiz Gonzaga se referia, na verdade, ao próprio estado da Paraíba, que tem um substantivo feminino como nome: a Paraíba. O estado é que era a "muié macho" da canção.

[51] Celina Guimarães tornou-se a primeira mulher a votar no Brasil, em 1928, após conquistar esse direito por meio de um habeas corpus, desafiando as leis da época que proibiam o voto feminino (Brito, 2024).

[52] Alzira Soriano foi a primeira mulher a ser eleita prefeita na América Latina, em 1928, na cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte. Sua vitória desafiou as normas sociais e políticas da época e abriu caminho para a participação das mulheres na política no Brasil (Brito, 2024).

[53] Nísia Floresta destacou-se como educadora, escritora e feminista brasileira, no século XIX, renomada por suas ideias progressistas sobre a educação das mulheres e seus esforços em favor da igualdade de gênero no Brasil. Com informações de Trindade (2023).

Isso acontece, também, porque a construção dos estereótipos é escoltada por um processo de inferência, de conclusões precipitadas, muito bem descrito por Tajfel (1963). Segundo ele, quando da elaboração de um rótulo, há um grau de significado presente e características são anexadas a ele. É essa dedução que vai determinar o que será notado ou ignorado e são esses rótulos que vão definir, na cabeça do observador, o pertencimento do observado a um certo grupo. Ou seja: os rótulos vão definir "que tipo de pessoa ela é". A interpretação que parece aleatória se dá, na verdade, por um encaixe em estereótipos (Müller, 2021, p. 28). É o que acontece com o nordestino, que comumente escuta não ter a cara da sua gente, mesmo tendo origem e raízes bem definidas na região.

A permanência dos estereótipos por meio da sua reprodução é o que garante que as desigualdades reforçadas por eles se mantenham inalteradas. Moreira (2023) vai lembrar que essa constante incidência provoca a internalização de percepções negativas que operam na forma de "automatismos mentais", como por exemplo atribuir características perversas aos nordestinos de forma automática, sem pensar. E à medida em que os estereótipos são repetidos, tornam-se conhecimento compartilhado. Um grande problema, já que provém dele a aprendizagem coletiva.

Outro exemplo intrigante que ilustra essa discussão é a alcunha de "cabeças chatas" atribuída aos naturais do estado do Ceará. Essa expressão pejorativa pode ter suas origens associadas aos índios tapuias, que tinham o costume de modelar os crânios de seus bebês por meio de faixas ou amarrações. Outra versão sugere que o apelido surgiu devido à aparência dos gorros militares usados pelos combatentes cearenses durante a Independência do Brasil, em contraste com os barretes[54] pontiagudos dos portugueses. Barroso (1956) é quem lança luz sobre a questão. Embora a origem desse termo seja incerta, ele persiste ao longo do tempo. O mais curioso é que há pessoas no próprio estado e na região que internalizaram essa ideia de forma tão profunda que conseguem enxergar essa característica em si mesmas.

É importante compreender outrossim que os estereótipos dialogam de modo estreito com os estigmas. São essas marcas as responsáveis pela construção de identidades sociais e culturais desprezadas pelo fato de abarcarem pessoas tratadas como diferentes ou mesmo inferiores. Esses estigmas vão aparecer em falas corriqueiras, discursos e produtos culturais, nestes, por meio do "nordestino de folhetim", sobre o qual haverá aprofundamento mais adiante.

Por ora, para melhor compreendê-los, Moreira (2023) apresenta como eles funcionam: "os estigmas operam como elementos que limitam o acesso a oportunidades sociais" (p. 63), visto que perpetuam desvantagens que afetam oprimidos e mantém o status privilegiado de quem os reproduz. A

[54] Peça de vestuário usada para cobrir a cabeça, de tecido mole e formato variável.

contribuição desse autor é mais um indicativo de que, consciente ou não, a subalternização do povo do Nordeste com o uso de afirmações depreciativas corrobora com um projeto no qual está muito claro com quem está a vantagem e a desvantagem. E o pior: com quem elas devem permanecer.

Por fim, a construção mental a partir dos estereótipos, trabalhada por Lippmann (1922/1961), torna-se ainda mais delicada quando as informações são difundidas por intermédio dos meios de comunicação. Ao fazer essa ponderação, Lippmann aponta que a imprensa influencia de forma significativa a percepção dos cidadãos sobre os fatos e, por essa razão, os meios de comunicação e seus produtos jornalísticos podem criar e reforçar estereótipos e potencializar o que designou como "pseudoambiente", isto é, a realidade ficcional. Principalmente se essa realidade forjada for favorável para o público que a consome.

3.3. O jornalismo como construtor da realidade e a "operação midiográfica"

A partir dos conceitos explorados até aqui, fica evidente que a produção jornalística, como qualquer outra forma de expressão humana, é carregada de subjetividade. Além disso, desempenha um papel significativo na formação das percepções individuais. Esse ponto foi enfatizado por Lippmann (1922/2008), que argumentou que a imprensa pode amplificar os "pseudoambientes" e moldar a forma como as pessoas percebem o mundo ao seu redor. Isso porque, segundo ele, "a imprensa é o principal meio de contato com o ambiente invisível" (p. 275), destacando que "as opiniões públicas precisam ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa" (p. 42). Isso sugere que a maneira como as pessoas elaboram os fatos é grandemente influenciada pelos meios de comunicação.

Uma forma eficaz de exercer essa influência sobre as pessoas, avança Lippmann (1922/2008), é perpetuando e fortalecendo estereótipos, especialmente em relação a um contexto desconhecido, no qual elas ainda não formaram suas próprias opiniões. O conjunto de ideias construído a partir de relatos de terceiros sobre o desconhecido teria o poder de se solidificar como verdades difíceis de serem contestadas.

> As mais sutis e difundidas de todas as influências são aquelas que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Conta-nos sobre o mundo antes de nós o vermos. Imaginamos a maior parte das coisas antes de as experimentarmos. E estas preconcepções, a menos que a educação tenha nos tornado mais agudamente conscientes, governam profundamente todo o processo de percepção. (Lippmann, 1922/2008, p. 91)

Não há como observar o fenômeno da elaboração mental sem considerar a noção de construção social da realidade, de Berger e Luckmann (2014), que permeia o jornalismo. Segundo esse entendimento, o modo cotidiano e particular pelo qual as pessoas definem a sociedade, percebem as suas ações e interagem com os outros molda o mundo social. A percepção do indivíduo, portanto, é construída pelos sentidos subjetivos que foram atribuídos às experiências objetivas vividas por ele. Não é sobre o que aconteceu, é sobre o que ele sentiu. E a prática jornalística tem parte nisso.

Uma das definições mais consensuais sobre o tema entre os pesquisadores do campo é a de Jodelet (2002, p. 22): "As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". Definição pela qual se pode concluir que, apesar de remeter a experiências individuais, trata-se de um fenômeno coletivo.

Caberá a Jodelet (2018), ainda, reforçar a proximidade desse conceito com o jornalismo. De acordo com ela, as representações sociais são sistemas de significações criados a partir da interação e em contato com os discursos que circulam no espaço público, que permitem que o curso dos acontecimentos e a experiência das relações sociais sejam interpretados. O jornal, por exemplo, apresenta-se como a materialização desse discurso em circulação.

Desse modo, à atividade jornalística é atribuído um "papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes" (Alsina, 1996, p. 18), ou seja, ao jornalista é dada a incumbência de recolher os acontecimentos e temas importantes e atribuir-lhes sentido e só assim repassá-los à sociedade.

A partir dessa constatação, é possível entender o jornalismo não simplesmente como um mero divulgador de fatos, mas sobretudo como um ofício capaz de produzir conhecimento e, ainda, de construir realidade. Em sua obra, Traquina (1993) faz uma afirmação pertinente sobre o papel de protagonismo exercido pelos profissionais da notícia nessa elaboração mental.

> Os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção de realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento. (Traquina, 1993, p. 168)

Pela afirmativa de Traquina (1993), constata-se o jornalismo não apenas como consequência das ocorrências, mas também, por vezes, como a sua causa. Alinhando-a com este estudo, é válido destrinchar que quando as obras realizadas pela União para amenizar os efeitos da seca eram reportadas, nos

anos 1920, e o jornal se mostrava como meio para a sua ampla divulgação, também era instituído um debate nacional sobre a relevância dos investimentos. Debate esse que nasce junto às caracterizações um tanto cruéis acerca da população contemplada pelas obras.

Ainda sobre o tema, Farhat (1992) colabora ao reforçar o papel essencial da imprensa como geradora de conhecimento e de uma realidade que o público não se contenta apenas em absorver, mas também quer experienciar. Na perspectiva dele, a imprensa é a "fonte primordial de novos hábitos, modos de falar e de ser, bem assim de introdução ou de aceitação de novos padrões morais e de conduta" (Farhat, 1992, p. 174). Além disso, ela é apresentada como o meio pelo qual a sociedade se apropria do estado da arte e da ciência.

Apesar de parecer reducionista e um tanto ultrapassada pelo avançar das tecnologias – e o que esse avanço provocou na difusão das informações na contemporaneidade –, a teoria de Farhat se acomoda de maneira satisfatória nesta pesquisa pelo fato de o recorte temporal selecionado ser a década de 1920. Nesse período, as fontes de conhecimento e informação eram bastante limitadas e pouco questionadas pela própria sociedade, além de subordinadas a monopólios e sem qualquer compromisso com a pluralidade de ideias.

As contribuições da imprensa à criação da imagem do povo do Nordeste na cabeça dos brasileiros se deram, em primeiro lugar, pelas palavras, e depois adquiriram outros recursos que foram oferecidos pela evolução tecnológica da comunicação, além da parte que coube, é claro, em tempos recentes, às novas mídias. Esses avanços e possibilidades contribuíram com outras camadas de estereótipos, que serão pontuadas mais à frente. O foco, por enquanto, segue na origem.

Albuquerque Jr. (2011) destaca que é na década de 1920 que as identidades regionais vão ser lapidadas no Brasil. Esse período, pontua ele, marcou uma representação social da modernidade versus o atraso, do futuro em contraste com o passado, e do que deveria ser adotado em oposição ao que deveria ser descartado no país. Uma dualidade cuja construção contou com a participação da imprensa, que foi capaz não apenas de influenciar, mas também de perpetuar essas narrativas. A escrita da história e a determinação dos seus rumos pelos meios de comunicação se entrelaçam com o conceito de "operação midiográfica".

É Silva (2011) quem apresenta o conceito merecedor de atenção. Trata-se de um processo que atua desde a formulação do evento no espaço público até a sua permanência enquanto fato memorável, isto é, uma notícia, uma informação ou um conhecimento, que produz um saber e que, mesmo submetido ao passar do tempo, consegue perdurar, por força de uma metodologia. Assim, o que poderia ser efêmero já surge no caminho certeiro da perpetuidade.

A segunda fase da "operação midiográfica", segundo ela, a da permanência, é denominada de "inscrição do evento na duração", ou seja, é quando o acontecimento vai progressivamente sendo tecido como evento memorável. Isso a partir de uma dinâmica bem realizada entre esquecimento e evocação. Para tanto, por meio das páginas do jornal, o acontecimento passa a ser configurado em um novo ciclo narrativo no qual lhes serão agregados outros sentidos e representações. A imprensa dá espaço e atenção suficientes para que permaneça.

Durante a própria produção da notícia, destaca ela, há elementos que acentuam a permanência de seus conteúdos no tempo, por meio dos quais é possível influenciar para que um dado evento consiga transpor a condição de efemeridade e se situe como objeto de apropriação para além do momento de sua "acontecência"[55]. Conforme Silva (2011), três fatores dão a sua contribuição: a predisposição, influenciada pela história; o momento no qual o evento se manifesta; e o que é apresentado como uma espécie de tomada do evento em ciclos, capazes de ordenar significados diferentes a ele.

Alinhando novamente com este estudo, e com base no capítulo dois, sabe-se que havia uma predisposição para o firmamento da depreciação contra os nordestinos, em razão das disputas inter-regionais vigentes, dos deslocamentos crescentes de migrantes, do pensamento eugenista que pautava políticas públicas e do elitismo classista impregnado no Brasil. O momento, por sua vez, era de acirramento dessas disputas, por força do remanejamento de recursos federais para obras no Nordeste. Os ciclos, terceiro fator, explicam-se pelo caráter seriado das publicações, além da repetição de abordagens e termos.

Outro ponto que não se pode negar numa construção midiática com efeitos a longo prazo é a presunção da verdade, da qual goza o jornalismo. O postulado da veracidade do fazer jornalístico, amparado pela ideia da fidelidade aos acontecimentos, pesa nesta análise, porque atribui incontestabilidade à sua produção.

Ao visitar o disposto em manuais de redação, há como concluir que a própria divulgação pressupõe a antecedência de um trabalho fidedigno. Ou seja: parte-se sempre da premissa do jornal como lugar de verdade, que acaba por exercer um forte poder de coerção social, uma vez que "o simples ato de publicar (...) pode transmitir aparência de veracidade" (Folha, 2001, p. 27).

Com esse pressuposto, agrega-se à notícia uma pretensão de objetividade e isenção como qualidades intrínsecas ao ofício jornalístico: constrói-se uma ideia de informação legítima e a partir da "construção do meio de comunicação como instituição produtora de verdade", o passo seguinte é "conduzir

[55] Silva (2011) define "acontecência" como um termo que pode ser usado para se referir ao ato de acontecer, a ocorrência de eventos ou situações. Segundo ela, é o estado ou a condição de algo que está acontecendo ou ocorrendo em um determinando momento.

a forma sob a qual o conhecimento sobre as ocorrências imediatas é distribuído na sociedade" (Silva, 2011, p. 64).

É por isso que a credibilidade da informação é necessária para a existência do jornalismo, indo de encontro ao conceito de poder simbólico de Bourdieu (2010), o poder que precisa ser reconhecido pela sociedade para ser exercido. No entendimento de Giddens (1991), de tão incontestável, o jornalismo se encaixa no grupo dos sistemas peritos, a exemplo dos carros, os quais as pessoas não precisam saber nem mesmo como funcionam para confiar neles.

A relação jornalistas-destinatários, portanto, acontece a partir de uma espécie de contrato de confiança (Alsina, 2009). Esse contrato, que é social e histórico, e dialoga com a noção de contrato de comunicação trabalhada por Charaudeau (2012), pontua a convicção dos leitores no testemunho dado pelos jornalistas. Logo, em 1920, se os correspondentes relatam o que viram, com objetividade e isenção, e se suponha que tudo era verdade, o que ganhava as páginas dos jornais tinha a força de um decreto.

Ainda sobre a construção da notícia e da realidade e suas interseções, tem-se a visão de Hall et al. (1999), que afirmam que os fatos são sempre ineridos em um contexto social familiar ao público para que se tornem compreensíveis. Esse movimento seria pensado para facilitar o entendimento das pessoas, e assim, o que poderia parecer confuso nas páginas dos jornais se transforma em uma "representação com sentido".

Essa contextualização leva em conta supostos conhecimentos culturais partilhados pelo coletivo, partindo da ideia de Hall et al. (1999) de que os pontos de vista consensuais são uma característica básica da vida cotidiana e a imprensa é justamente uma das instituições que baseiam suas práticas em uma noção do que acredita ser consenso. Esse é um norte para tornar um fato compreensível pelas pessoas, que também ajuda a compreender formas dominantes ou pelo menos pouco plurais de enxergar o mundo.

O que se observa, então, é uma imposição da verdade pela repetição e por uma única voz, tornando até difícil que outras verdades possam ser consideradas, o que se confunde um pouco com a própria definição de opinião pública de Lippmann (1922/2008). Afinal, ele rechaça a ideia de que ela seja produto da opinião expressa pelos cidadãos, mas sim produto de gerenciamentos. Na visão desse autor, são os intelectuais que assumem o papel de guias da opinião pública, moldando as imagens que formam os chamados "pseudoambientes", ou seja, uma realidade construída de acordo com suas intenções. É quem determina "que grupo dos fatos nós veremos, e sob que luz nós enxergaremos" (p. 120).

> Na ausência de instituições e educação através das quais o ambiente seja tão bem reportado que as realidades da vida pública se coloquem agudamente contra a opinião autocentrada, os interesses comuns muito amplamente escondem a opinião pública inteiramente, e podem ser administradas somente por uma classe especializada cujos principais interesses pessoais chegam além da localidade. (Lippmann, 1922/2008, p. 267)

A população de um pedaço do "Norte" foi reapresentada ao Brasil como "povo do Nordeste", com repetidas descrições físicas e comportamentais, sem contraposições, construindo a partir de um jornalismo atravessado por interesses uma realidade moldada pelo conveniente, que se firmou para além da mera "acontecência". Agora, é importante entender como esses interesses se apresentaram (e se apresentam), na prática, no fazer jornalístico.

3.4. Direcionamentos jornalísticos: relevância e abordagem de temas

Nem todo tema entendido como relevante, capaz de merecer destaque pela imprensa, acaba por receber essa atenção. Do mesmo modo, nem todo assunto que ganha amplo espaço em meios de comunicação encontra respaldo quanto à sua relevância social. Essa filtragem que é feita dentro das redações, do que é e do que não é notícia e da abordagem com a qual ela será conduzida, é orientada por conceitos jornalísticos que interessam esta investigação.

Isso porque, como já pontuado, durante a década de 1920, a porção de Brasil que hoje conhecemos como Nordeste – e que acabara de receber quase que oficialmente essa denominação – passou a ocupar espaço midiático com perspectivas depreciativas sobre a sua gente. Até então, as secas e os seus efeitos, quando eram tratados pelos jornais, recebiam um tom piedoso, como que para mobilizar o país em favor da população tratada como "flagelada".

Conforme pincelado no capítulo anterior, até 1919, encontra-se com facilidade manifestações de solidariedade em relação aos nordestinos nas páginas dos jornais. Para exemplificar, há o apelo da Liga Nacionalista de São Paulo, em novembro daquele ano, para que os paulistas levem aos "patrícios do Nordeste o amparo e o conforto de que carecem", já que se encontravam em "situação muito mais risonha, segura e próspera", chegando a propor a seguinte reflexão:

> Imaginemos por um momento que o terrível cataclismo ocorresse em nosso Estado, que o nosso interior fosse ressecado pela combustão horrível, que as nossas populações em caravanas andrajosas e famintas tivessem que fugir para o litoral (...) Será o bastante para compreendermos o imperioso dever moral que temos de levar agora o lenitivo que minore a fome, a miséria, a sede aos nossos irmãos do Nordeste. (*OESP*, 21/11/1919, p. 3)

Mas, subitamente, após a iniciativa da União de transferir recursos para o Nordeste em razão das estiagens, com vistas à construção de obras estruturantes, a frequência do tema nas mesmas páginas mudou e o tratamento dado aos nordestinos, também. Enquanto passível de caridade, o Nordeste recebia um olhar preocupado, mas quando passa a ser contemplado oficialmente pelo governo federal, a sua gente já não parece mais merecedora de atenção. É esse novo tratamento dado a essa população e seus efeitos que se pretende averiguar.

Num meio de comunicação, a notícia é antecedida pela pauta e a pauta tem como precedente a linha editorial. De acordo com Pena (2005), ela deve ser entendida como uma política predeterminada pela direção do veículo de comunicação que impõe "a lógica pela qual a empresa jornalística enxerga o mundo; ela indica seus valores, aponta seus paradigmas e influencia decisivamente na construção de sua mensagem" (p. 31), definindo, inclusive, quais termos podem e devem ser usados no conteúdo jornalístico que é produzido.

A classificação atribuída aos meios de comunicação, seja pela historiografia ou pelos debates contemporâneos, está diretamente ligada a esse conceito. Durante o Brasil Império[56], como conta Sodré (1999), existiam jornais identificados como monarquistas e defensores da escravidão, assim como republicanos e abolicionistas. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, que data do período e ainda segue em atividade, define em sua página de memórias na internet que "seus fundadores foram um grupo de republicanos (...), que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão". Hoje, as mídias podem ser categorizadas como progressistas ou conservadoras, de direita ou de esquerda, e isso tem a ver com a sua linha editorial.

Não se pode esquecer também a busca pela performance comercial, já que o veículo de comunicação é uma empresa produtora de conteúdo que o vende a partir de uma lógica de mercado. Bucci (2008) vai ao extremo ao apontar jornais e revistas do Brasil que agiam por interesses escusos, publicavam matérias pagas e cometiam inclusive crimes para atingir seus objetivos. Mesmo ressalvando que, onde há conflito de interesse não há informação com boa qualidade, ele admite a ingerência do mercado na linha editorial. Uma ingerência, aliás, determinante.

Vale a pena rememorar que, nesse período, a economia do Brasil tinha no café o seu produto mais importante e que os ganhos com a produção cafeeira não enriqueciam apenas os barões proprietários de fazendas. Era o café que sustentava a modernização e a industrialização em curso, que confirmavam São Paulo como o centro de poder. A ideia de restabelecer o "Norte", a porção do Nordeste, no

[56] Segundo Xavier (1991), o Brasil Império compreende o período de 1822 a 1889, durante o qual o país foi governado por uma monarquia constitucional, desde a independência em relação a Portugal (1822) até a Proclamação da República (1889).

caso, por meio de investimentos, como era o desejo de Epitácio Pessoa, não parece fácil de ser acomodada nesse contexto.

Pois bem, com o rumo editorial definido, que corresponde ao macro, os profissionais que atuam na redação se voltam ao varejo, à miudeza, com a seleção rotineira de quais fatos serão divulgados, além do espaço que será dedicado a cada um deles. Uma filtragem tratada pelos teóricos de comunicação como critérios de noticiabilidade e utilizada pelos jornalistas para a escolha dos acontecimentos a serem divulgados. Em uma explicação sucinta, é por meio desses critérios que se define o que é e o que não é notícia.

Hall et al. (1999) sugere que os valores-notícia, uma terminologia alternativa para esses critérios, são os aspectos considerados por repórteres e editores ao decidirem se um evento merece ser publicado e qual destaque ele deve receber. Esses critérios não são formalmente documentados, mas são amplamente compartilhados entre os profissionais que trabalham nas redações.

A tarefa de identificação de fatores importantes ou interessantes exige dos profissionais uma avaliação sobre a noticiabilidade do acontecimento, ou seja, "a sua 'aptidão' para ser transformado em notícia" (Wolf, 1987, p. 168). Para aferir se um fato possui ou não esses requisitos, os critérios ponderados entram em cena, os valores-notícia. Muitos pesquisadores, em diversos contextos, empenharam-se a sistematizá-los, e algumas das propostas apresentadas por eles são fundamentais para a compreensão deste estudo. No entanto, esses valores-notícia não constituem regras fixas, pois variam conforme aspectos midiáticos e até mesmo geográficos.

Hall et al. (1999), por exemplo, argumentam que as notícias são o resultado de um processo complexo, no qual há uma tendência de enfatizar elementos extraordinários, dramáticos e trágicos para realçar seus valores-notícia. Segundo esses autores, um evento que satisfaz múltiplos critérios tem maior probabilidade de se tornar uma notícia do que aquele que atende a apenas um, refletindo a natureza cumulativa de sua relevância na seleção jornalística.

Apesar de distante no tempo, a definição de Galtung e Ruge (1965) se firmou como uma referência por terem estruturado uma série de critérios com base no que entendiam como facilitadores ou dificultadores da percepção, o que fazia com que um fato tivesse mais chances de se tornar divulgável. A partir da metáfora do ouvinte de rádio, ao se perguntarem como os acontecimentos se transformavam em notícias, eles chegaram a doze critérios: frequência, amplitude, clareza ou ausência de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.

Os 12 critérios apresentados por Galtung e Ruge (1965) não são independentes, havendo uma relação entre eles. Quanto mais um evento atende aos critérios mencionados, maior a probabilidade de se tornar uma notícia. Essa inter-relação entre os elementos determina o foco da produção jornalística, influenciando diretamente no que é levado ao público.

Ao adotar uma abordagem construcionista, Traquina (2005) concebe as notícias como resultado de um processo de produção que envolve a percepção, a seleção e a transformação de uma matéria-prima, isto é, o acontecimento, num produto, como resultado de uma construção. Esse entendimento dialoga com a estrutura proposta por Wolf (1987), que distingue os valores-notícia em valores de seleção, relacionados aos elementos que determinam se um fato pode tornar-se notícia, e os de construção, focados em componentes do acontecimento que merecem ser inseridos na notícia. A proposta de Traquina (2005), portanto, parte da estruturação de Wolf (1987).

Müller (2021) explica que os valores de seleção em questão se dividem em dois subgrupos: os critérios substantivos e os contextuais. No primeiro subgrupo, estão aspectos ligados à avaliação da importância de um acontecimento, como relevância, a notoriedade do ator envolvido e o inesperado. Já no segundo subgrupo, está o contexto de produção das notícias, que contempla a disponibilidade; a concorrência; o equilíbrio, que mede a quantidade de notícias já publicadas sobre o tema; e o "dia noticioso". Este diz respeito ao total de acontecimentos que ocorrem em um dia e o quão relevante é o evento analisado em relação aos demais que também sucederam.

Já os valores de construção, ainda de acordo com Müller (2021), contemplam a busca por acontecimentos menos ambíguos e, portanto, mais compreensíveis (simplificação), inclusive com tendência ao uso de estereótipos; a possibilidade de amplificação do ato e das suas consequências; o significado do evento para o público (relevância); a valorização do fator pessoa (personalização); o reforço de aspectos mais emocionais e conflituais (dramatização); e a inserção da notícia em uma narrativa já conhecida pelo público.

Segundo Lage (1985), numa perspectiva mais simplista, são seis os critérios de noticiabilidade que norteiam o trabalho curador da imprensa: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana. Ainda conforme esse autor, porém, a postura ética de quem escreve a notícia é distinta e "sua preocupação é saber se a informação tem importância ou desperta interesse bastante para ser publicada e como ressaltar essa importância ou interesse mantendo a conformidade com os fatos" (Lage, 1985, p. 25), tirando a discussão do campo técnico para ganhar outros terrenos bastante subjetivos.

Wolf (1987) segue o mesmo caminho e rompe o pensamento de que a adoção desses critérios é um ato exclusivo do jornalista, levando em consideração apenas o interesse do leitor, ao apresentar o próprio meio de comunicação como definidor do que é ou não é notícia. Para ele, a noticiabilidade é "o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos" (Wolf, 1987, p. 173).

Observa-se, com isso, que a linha editorial e os critérios de noticiabilidade dialogam entre si. Erbolato (1991) avança nesse sentido quando assume a política ou a linha editorial do meio de comunicação como um valor-notícia. Valor esse que atende unicamente ao posicionamento das empresas jornalísticas diante dos fatos, ou seja, ao seu interesse quanto à publicação deles e ainda à profundidade com a qual serão apresentados ao público, admitindo que o tratamento dado às informações varia de acordo cada órgão informativo. Ou seja: se a mão do jornal não agiu antes do acontecimento chegar à redação, vai atuar na construção da notícia.

Erbolato (1991) defende igualmente que os critérios de noticiabilidade acompanham todo o processo de construção da notícia, não ficando restritos à seleção dos fatos, reforçando o quanto eles incidem no produto e no que será levado – e como será levado – ao conhecimento do público. Uma vez selecionado, o critério que torna aquele episódio publicável costuma ser acentuado, em um processo de distorção (Galtung e Ruge, 1965) e, assim, é entregue ao leitor uma imagem "diferente do que realmente acontece" (p. 71).

Além disso, há um trabalho constante nas redações de ordenação sobre o conteúdo que será disponibilizado para organizar as informações e construir uma lógica a ser compreendida pelo público, o que implica em outras escolhas que vão impactar na sua configuração e posterior absorção. Para a realização do ofício de reportar, pontua Silva (2011), o meio de comunicação se ampara em um repertório de conceitos que definirão, em parte, como as ocorrências serão selecionadas e significadas a partir da sua publicação.

Na visão dessa autora, antes de se tornarem notícia, os eventos foram submetidos a um conjunto de hierarquizações e escolhas que tentaram ordenar-lhe os sentidos, sendo necessário situá-los dentro de um universo de significação complexo e variado que os inscreve muito além da condição de "acontecência". Não se pode deixar de acrescentar aqui o pensamento de Hall et al. (1999) de que os valores-notícia são um elemento essencial na prática e na ideologia dos jornalistas. A ideologia a qual eles se referem é o conjunto de crenças e valores subjacentes que orientam a prática jornalística e a percepção de seu propósito na divulgação de informações.

Essas decisões corriqueiras e aparentemente sem importância são justamente o contrário, pois vão guiar como os temas serão apresentados à sociedade. Apesar da conhecida expressão que diz que o jornal de hoje vai embrulhar o peixe de amanhã, é a versão apresentada com os filtros da linha editorial, dos valores-notícias e das hierarquizações diárias que vai elaborar o pensamento, moldar a opinião pública e subsistir no tempo, ainda que após cem anos.

4. Investigação: processo metodológico

Após uma parte do "Norte" receber, ainda que de modo oficialesco, a denominação de Nordeste, foi notada uma reação social significativa, especialmente no campo midiático. A presente investigação lançou lupas sobre essa repercussão, de modo a empreender uma análise dos temas abordados pela imprensa sulista sobre o "novo" espaço geográfico e sobre a sua população.

O esforço ocorreu para tentar entender a origem do preconceito contra o povo nordestino, intento que demandou uma varredura pela produção jornalística dos anos 1920, com foco no que foi publicado no Rio de Janeiro e em São Paulo, por constituírem o centro de poder político e econômico nacional no contexto histórico de então.

Durante o trajeto, observou-se a incidência de conteúdo mais relevante proveniente da imprensa paulista, com manifestações expressas em maior volume sobre o povo do Nordeste, alinhadas, também de forma explícita, a interesses que, além de declarados no próprio texto, materializaram-se na condição de patrocinador de algumas publicações.

Nos capítulos anteriores, foi possível percorrer os referenciais teóricos que foram utilizados para embasar esta investigação, os quais também guiaram as escolhas metodológicas, de forma que tudo estivesse alinhado aos objetivos da pesquisa. Pesaram igualmente nessas escolhas fatores capazes de afetar a exequibilidade do projeto, a exemplo do tempo para a sua realização, da disponibilidade do objeto empírico e do processo de coleta de dados.

Após a pesagem de vantagens e desvantagens, este estudo teve a sua proposta metodológica estruturada em duas etapas: primeiro, a análise temática dos artigos publicados pela imprensa do "Sul" na década de 1920 com afirmações sobre o Nordeste e a sua população; e depois, num segundo momento, a observação das respostas obtidas a partir da coleta de vivências com pessoas da região, com a intenção de averiguar possíveis paralelos entre as primeiras declarações a respeito do povo nordestino, no início do século XX, e o que, ainda hoje, é sofrido por essa população.

A análise temática do material jornalístico, associada à das vivências, mostrou-se um caminho bem pavimentado para se chegar à resposta da pergunta de partida. Isso porque o uso dessa técnica de pesquisa qualitativa bastante difundida nas ciências sociais é eficiente quando se busca analisar padrões e temas recorrentes. A dupla realização, por sua vez, permitiu que o objeto empírico fosse analisado a partir de diferentes olhares, do passado e do presente, o que tornou possível um exame com mais profundidade, levando em conta a sua ocorrência e a sua permanência no tempo.

Sobre o percurso metodológico escolhido, pode-se recorrer a Godoy (1995) para entender a pesquisa qualitativa como aquela capaz de auxiliar o pesquisador a compreender as pessoas e seus contextos sociais, históricos e culturais e a interpretar o fenômeno observado. Isso porque a sua estrutura sugere:

> A obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, para compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (Godoy, 1995, p. 58)

Para Santos (2013), o entendimento social é mais relevante do que a preocupação com a representatividade numérica, o que serve para atestar a qualidade do corpus de análise desta investigação e validar a sua realização enquanto fonte produtora de conhecimento.

Com relação à estratégia, a decisão foi pela abordagem exploratória, a qual Gil (1999) pontua ter como finalidade proporcionar maiores informações sobre um assunto pouco analisado, para entendê-lo melhor, e facilitar a delimitação do tema, além de orientar a fixação dos próprios objetivos do trabalho. Com essa abordagem, o interesse maior do pesquisador é descobrir padrões que possam emergir durante o processo investigativo.

Queiroz (1992) complementa esse pensamento ao afirmar que a pesquisa exploratória tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto em que ela se insere. Pressupõe-se que o comportamento humano é mais bem compreendido no contexto social onde ocorre e leva o pesquisador, com frequência, à descoberta de enfoques, percepções e terminologias novas para ele, contribuindo para a mudança do seu próprio jeito de pensar.

No que tange à coleta de dados, a opção foi pelos procedimentos técnicos bibliográficos e documentais, com a leitura e o exame pormenorizado de livros, artigos e teses sobre conceitos e fatos históricos relevantes, além de publicações jornalísticas de diferentes momentos da história, mas sobretudo de textos que ganharam as páginas noticiosas dos anos 1920.

Fonseca (2002) define o procedimento documental como o que recorre a fontes mais diversificadas, dispersas e até mesmo primárias, que ainda não foram tratadas científica ou analiticamente, a exemplo dos jornais, firmados como fonte básica de conhecimento. A pesquisa documental se revela, conforme orienta ele, um rico complemento à pesquisa bibliográfica, pela qual o pesquisador busca obras relevantes já publicadas para conhecer e analisar a questão que motivou a pesquisa. Os dois procedimentos combinados favorecem a compreensão de uma realidade e a sua contextualização social, cultural e histórica.

Na parte dedicada aos relatos coletados, alternativamente, a análise contou com a escrevivência como método para recolher e interpretar os dados. Popularizado pela escritora Conceição Evaristo, esse processo combina "escrita" e "vivência" para promover reflexão e autoconhecimento. Nesse sentido, Melo e Godoy (2017) afirmam que resistir por meio da literatura é também reexistir, e "para um povo cuja voz foi e é constantemente sufocada, a escrevivência se torna um recurso de emancipação" (p. 1289).

Nas palavras de Evaristo, impressas em *Olhos D'água*, de 2005, escreviver é "um modo de ferir o silêncio imposto" (p. 202). É por meio desse processo que a mudez de Macabéa, do complexo silenciador apresentado ainda no início do referencial teórico desta pesquisa, será (inter)rompido. Ao escreviver-se, acrescenta ela, "toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida" (p. 202).

A aposta no uso da noção de escrevivência como ferramenta metodológica tem ainda um outro motivo além dos já elencados: o contributo de Conceição Evaristo à academia se presta a uma subversão da produção de conhecimento quando ela introduz uma inovação de caráter artístico na escrita científica. Além disso, a escrevivência que se intenciona é para desenrolar fios de experiências múltiplas, em tempos de intolerância e de profundos retrocessos, como metodologia capaz de fazer da própria pesquisa uma forma de resistência.

Antes de maiores avanços, é necessário pontuar a importância do debate sobre a implicação do pesquisador no processo construtivo de um estudo como este, aspecto que deve ser sempre considerado, independentemente da área da pesquisa. Conforme sugere Jovchelovitch (2008), o pesquisador precisa reconhecer suas pertenças e os limites que elas impõem, ao mesmo tempo em que deve estabelecer um diálogo estreito, porém imparcial, com seu campo de investigação.

Um desafio constante durante todo o processo, com a imposição da imparcialidade, apesar das "vivências" e da autoexploração evocada por elas, para que a condução da pesquisa se desse com absoluto comprometimento e honestidade intelectual. Por mais exigente que a missão tenha se revelado, não houve travas para que fluísse dentro da ética e pudesse atingir seus objetivos.

4.1. Pergunta de partida

- A partir da análise de textos publicados pela imprensa do "Sul", mais especificamente de São Paulo, nos anos 1920, pergunta-se: de que modo a imprensa paulista daquela década contribuiu para a construção do preconceito contra o povo do Nordeste?

4.2. Objetivo geral

- Compreender a origem da construção do preconceito contra o povo do Nordeste a partir da análise de artigos jornalísticos publicados logo após a região receber essa denominação em documentos públicos em razão da seca e de investimentos de emergência.

4.3. Objetivos específicos

- Mapear o padrão editorial da cobertura de fatos que ocorreram no Nordeste nesse período.
- Identificar o tratamento dispensado ao povo do Nordeste e a caracterização física e psicológica atribuída a essa população.
- Compreender como as primeiras impressões colaboraram com a construção social de estereótipos que persistem até hoje.

4.4. Perguntas de investigação

- Quais temas relativos ao Nordeste foram abordados de modo recorrente pela imprensa paulista na década de 1920 quando da (re)apresentação da região ao resto do país?
- Como o povo do Nordeste foi retratado nesse contexto em termos de adjetivações, considerando características físicas e comportamentais?
- Qual é a relação entre a estereotipação disseminada a partir dos anos 1920 e a persistência da discriminação ao longo do tempo, percebida nos dias de hoje?

4.5. Objeto empírico

A escolha da década de 1920 como recorte temporal desta análise se dá por uma razão justificável: o Nordeste, enquanto espaço geográfico assim reconhecido, firmou-se após a União começar a designá-lo dessa forma em documentos oficiais, a partir do final de 1919. Os relatos sobre a região que se estabelecia pelas divisas da seca e sobre a sua população ganharam espaço nos jornais, com percepções devidamente documentadas, tornando-se uma fonte confiável e válida de informação, razão pela qual foram tomadas como Eixo 1 desta pesquisa.

A partir daí, foi realizada uma busca cuidadosa pelas publicações da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo que datam desse período e que fazem menção ao Nordeste e à sua gente. Uma busca que se deu nos arquivos dos jornais ainda ativos ou cujo acervo segue disponível para consulta e em livros e publicações acadêmicas, nos quais foram encontradas menções a artigos e outros gêneros jornalísticos com potencial de se tornarem conteúdos pertinentes.

Ainda assim, por se tratar de um intervalo de tempo extenso, e considerando que a imprensa já estava encorpada e os meios de comunicação existiam em número significativo, foi preciso recorrer à restrição. Levando em conta ademais o fato já explicado neste capítulo de as manifestações sobre o Nordeste na imprensa paulista terem sido mais regulares e incisivas que na fluminense e o entendimento de que, por mais que o Rio de Janeiro fosse a capital do país, pela conjuntura, São Paulo possuía uma capacidade maior de moldar a opinião pública.

Por força do café e da industrialização, São Paulo detinha o protagonismo econômico, o que lhe dava uma autoridade discursiva para além das questões ligadas à economia. Outrossim, era o estado do Brasil que recebia o maior contingente de mão de obra com origem no Nordeste, em razão dos deslocamentos migratórios impostos pela seca, além de ser um grande interessado na importação de trabalhadores europeus para laborar na cidade e no campo (Lanza, 2021).

Para que o estudo fosse exequível, então, decidiu-se pela escolha de quatro séries de artigos publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que ostentava, àquela altura, a maior circulação de um impresso no país e cujos escritos não ficavam limitados à terra dos bandeirantes, alcançando, no que se refere ao fator influência, boa quilometragem pelo Brasil.

À vista disso, a decisão foi pela análise temática dos artigos das séries: "Impressões do Nordeste" (1923), "Joaseiro do Padre Cícero" (1925-1926) e "O banditismo no Nordeste" (1927) e de uma sequência não ordenada de publicações que se assemelha a uma série pela repetição do tema e por se apresentar com o título comum "Impressões de São Paulo" (1923-1925), totalizando 32 artigos, todos publicados pelo mesmo meio de comunicação e atravessados por regionalismos de superioridade e inferioridade, estabelecendo mais uma relação entre eles.

Soma-se a isso o fato de muitos jornais terem findado e seus exemplares, na falta de um acervo que os mantivesse para consulta, perderam-se no tempo. Alguns até podem ser encontrados em meio físico e de modo disperso, porém são condições desfavoráveis para torná-los parte de uma pesquisa que segue um cronograma para cumprir o seu objetivo. Pelo exposto sobre as limitações, assim como sobre a relevância da imprensa paulista e a reiteração com a qual tratou a caracterização do povo nordestino, é possível tomar os artigos objeto de análise como uma amostra substancial.

No Eixo 2 da pesquisa, que não deixa de ser um desdobramento do Eixo 1, tem-se a observação das respostas obtidas a partir das vivências coletadas com 27 pessoas do Nordeste sobre as experiências discriminatórias que viveram. A intenção de utilizar ferramentas próprias da análise temática para dados coletivos detalhados foi averiguar a existência de uma relação entre as primeiras impressões manifestadas nos anos 1920 e o que se percebe no tempo presente. As informações coletadas com os questionários se mostraram complementares, à medida que foram capazes de proporcionar uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado.

4.6. Coleta de dados

O processo de recolha de dados desta investigação foi relevante e deve ser partilhado porque dele decorreu o primeiro contato com os artigos definidos como a sua amostra. Por se tratar de uma análise de conteúdo, Neuendorf (2002) vai dizer que a sua exposição é pertinente, não devendo ficar restrito à solitude do pesquisador.

Como a busca se deu em edições antigas de jornais, e poucos deles estão ativos e possuem acervos digitais, o caminho percorrido também pode interessar quem visa a realizar um trabalho com a mesma natureza exploratória. É importante dizer que muitos impressos desabrigados de espaço virtual e aparentemente perdidos no tempo encontram na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, um lugar seguro para a sua conservação e permanência.

O *Jornal do Brasil*[57], para ilustrar, um dos verificados por esta iniciativa, está disponível em sua totalidade desde os exemplares iniciais, que datam de 1891, assim como achados mais dificultosos, a exemplo de edições da revista *Spartacus*, de 1919, da qual foram extraídos trechos de "O problema do Nordeste", um dos artigos que não estão na amostra, mas que colaboraram com o embasamento teórico que antecedeu a sua análise.

Pela Hemeroteca, a contar do início da pesquisa, já era possível realizar a busca por palavra no arquivo de cada jornal, revista ou periódico disponível, um grande facilitador para o rastreio de textos com potencial. No caso de *O Estado de S. Paulo*, entretanto, de onde provém a nossa amostra após feita a varredura, as edições anteriores estão reunidas em acervo próprio, mas a procura tinha de ser feita uma a uma, o que foi um obstáculo a princípio, mas que veio a ser superado após modernização da ferramenta, facilitando esta e futuras investigações.

[57] Ribeiro (2016) destaca o *Jornal do Brasil* como um dos principais periódicos brasileiros. Fundado em 1891, o jornal reportou os principais acontecimentos do Brasil por mais de um século, encerrando sua versão impressa em 2010.

Outra questão que precisa ser dividida é a da ilegibilidade de grande parte do material examinado, incluindo muitos fragmentos dos artigos escolhidos para análise. Problema que foi resolvido com os préstimos do Arquivo Edgard Leuenroth, centro de pesquisa e documentação social vinculado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que dispõe dos exemplares do jornal paulista em microfilme, uma das formas de armazenamento mais seguras quando se trata de preservação documental.

Também foram realizadas buscas enérgicas em bibliotecas e repositórios, entre livros e produções acadêmicas, por menções não somente ao Nordeste e ao povo nordestino, como também ao contexto histórico e a conceitos sobre estereótipos, identidade e jornalismo, a fim de construir um entendimento teórico capaz de subsidiar o estudo, e que acabaram por indicar o caminho a textos merecedores de atenção, como as "Impressões de São Paulo".

Além de pesquisas à distância, houve visitas de campo às seguintes unidades museológicas: Museu da Imigração do Estado de S. Paulo, em São Paulo, e Museu do Homem do Nordeste, em Recife, assim como aos acervos documentais da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, em Campinas.

Com relação ao português encontrado nos textos, merece registro a presença de variações na ortografia e na gramática que eram utilizados em 1920 de maneira diferente do padrão atual, a exemplo do uso de letras não mais necessárias e diferenças de acentuação. Muitas palavras possuíam grafias divergentes, especialmente em relação ao uso de consoantes dobradas, como na palavra "secca", que era escrita com dois cês. Para facilitar a leitura dos trechos apresentados, essas e outras divergências foram resolvidas por meio de atualizações gramaticais, com exceção do título da série "Joaseiro do Padre Cícero", que permaneceu com essa grafia, ao invés de "Juazeiro", como é usado atualmente. Essa escolha foi feita porque o título é importante para assegurar a sua fácil identificação.

No Eixo 2, que pode ser identificado como o das vivências, a recolha de dados se deu por meio da aplicação de questionário virtual estruturado, contendo questões abertas e fechadas. As questões abertas, sem limite de espaço, permitiram assim liberdade na auto expressão de vivências, aproximando-se de uma entrevista. Esse método foi escolhido devido à abrangência dos nove estados do Nordeste, razão pela qual foi optado pelo meio digital em vez da modalidade presencial para a sua realização.

Como qualquer método, a entrevista virtual carrega vantagens e desvantagens. De acordo com Vieira, Castro e Schuch Júnior (2010), entre seus pontos positivos, destacam-se: o alcance de um número maior de pessoas de diferentes lugares, importante para atingir os nove estados nordestinos (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), como pretendido; o baixo custo com deslocamentos, já que não há a necessidade da presença do pesquisador; e

a facilidade de tabulação dos dados, isso porque, à distância, sem as concessões presenciais, o formato se torna menos flexível.

Dentre as desvantagens, destacam-se a impessoalidade, a dependência de recursos tecnológicos e o risco de baixa adesão e de uma taxa de respostas reduzida. Vale ressaltar que, nesta investigação, as duas últimas dificuldades não se confirmaram, o que pode ser atribuído ao forte apelo do tema e ao desejo das pessoas abordadas de compartilhar suas experiências de discriminação.

Ao considerar haver mais vantagens, avançou-se então para o questionário pela internet, construído com base no referencial teórico e no objeto empírico documental, com a realização de pré-testes, a fim de aperfeiçoá-lo, de modo a garantir a adequação dos itens ao conteúdo almejado (Rojas Soriano, 2004). Adicionalmente, planejou-se a realização de encontros virtuais para explorar mais profundamente algumas experiências compartilhadas.

De posse dos dados extraídos dos artigos tomados como amostra e dos que foram retirados das vivências, obteve-se um material substancialmente rico para as análises pretendidas, que não deixam de convergir para uma repetição de padrões e estereótipos. Apesar de remeterem a momentos distintos da história, separados por um século, os dois grupos de dados obtidos, sobre os quais foram lançadas lupas, apontam para uma repetição de padrões capaz de desnudar a rejeição de parte do Brasil e de parte do seu povo.

4.7. Análise temática do objeto empírico

Tanto os dados extraídos dos artigos selecionados de 1920 quanto os que foram coletados por meio dos questionários submetidos para o estudo foram organizados e examinados levando em conta preceitos da análise temática de conteúdo, que pode ser compreendida, a partir dos escritos de Braun e Clarke (2006), como um método de pesquisa qualitativa oportuno para identificar, analisar e reportar padrões no objeto empírico.

Ainda conforme Braun e Clarke (2006), a análise temática de conteúdo pode ser conduzida de duas formas: de modo dedutivo, guiada pelos pressupostos teóricos do pesquisador acerca dos dados examinados, ou de modo indutivo, caso em que é direcionada pelos próprios dados coletados, opção que foi adotada por esta investigação.

Nesse método de pesquisa, a grelha de análise se apresenta como uma ferramenta interessante, por acudir o pesquisador na organização e categorização dos dados obtidos de acordo com o que se encontrou

de mais relevante. Trata-se de uma espécie de matriz na qual os conteúdos considerados cruciais são listados e as informações mais importantes relativas a eles são inseridas nos espaços correspondentes.

A partir da lógica indutiva, buscou-se verificar os temas que imperavam nos artigos e nas vivências e não os encaixar em noções pré-concebidas, usando como norte no processo de identificação, claro, as perspectivas teóricas trabalhadas.

Uma das maiores vantagens da análise temática é a sua flexibilidade, que permite que esse método seja utilizado de diferentes formas, associado a perspectivas teóricas diversas. Porém, essa característica é justamente a razão pela qual a análise temática sofre críticas. Diante disso, como forma de orientar minimamente o processo, Braun & Clarke (2006) propõem um guia de seis fases, o qual os pesquisadores que optam pela realização do método devem seguir.

A primeira fase é a da familiarização dos dados, que contempla a transcrição do material, quando necessário, e a sua exaustiva leitura e releitura, para fins de domínio completo do que se tem em observação. Na sequência, como fase dois, deve ser procedida a produção dos códigos iniciais, ou seja, a criação de um sistema de símbolos próprio para representar as informações coletadas de forma rápida e eficiente. A fase dois nada mais é do que o processo de atribuição de etiquetas aos trechos entendidos como relevantes, transformando-os em unidades de significado que capturam conceitos, ideias ou padrões.

A terceira fase é a da procura por temas, isto é, quando é feito o agrupamento dos códigos iniciais em guarda-chuvas, que vão servir para abrigar o conteúdo selecionado em categorias maiores. A revisão desses temas, que pode ser entendida como uma verificação da sua pertinência com relação aos trechos que foram codificados e ao conjunto de dados como um todo, corresponde à fase de número quatro. A averiguação é para confirmar se é possível seguir pelo caminho traçado. Na fase subsequente, a quinta, deve ser realizada a nomeação final dos temas, para favorecer o entendimento e a exploração do material produzido.

A última fase do guia proposto por Braun & Clarke (2006) diz respeito à escrita do trabalho final, com a análise dos temas selecionados, exemplificando cada um deles com trechos dos dados que ilustrem o seu conteúdo. Não se pode esquecer aqui do diálogo necessário com os pressupostos teóricos adotados, de forma a indicar como esses temas escolhidos auxiliaram na resposta das perguntas de investigação.

É importante pontuar que essas fases não são necessariamente lineares, sendo possível ir e voltar quantas vezes forem necessárias. Apesar de orientar a execução do processo, o guia não deve

engessar o pesquisador, mas sim indicar uma sequência lógica e não dispersa para a plena realização da análise temática.

Sobre a criação dos códigos, que aparece na segunda fase do guia, Bardin (2016) é taxativa: tratar o material analisado é codificá-lo. Como explica a autora, a codificação corresponde a uma transformação, por recorte e agregação, dos dados brutos obtidos em representações do conteúdo. O intuito dessa prático é orientar o investigador sobre as características do objeto empírico e fazê-lo compreender temas existentes nos dados.

A codificação, portanto, é um processo, com regras precisas, pelos quais os dados brutos são transformados em representações, chamadas de unidades, que permitem uma descrição precisa do conteúdo a quem está procedendo a análise. Trata-se de uma estratégia de redução de dados, por meio da qual eles são categorizados, de modo que se possa captar seus conceitos importantes, como a identificação de padrões.

Nesse contexto, apresenta-se a unidade de registro, que corresponde à unidade de base, a partir da qual a análise de dados pode ser realizada. Ela deve ser compreendida como um recorte, um segmento do conteúdo examinado, a exemplo de uma palavra, uma frase ou uma citação, identificada durante a coleta de dados e que atua como ponto de partida, podendo ser de natureza e dimensões variáveis.

Uma dessas variações de natureza da unidade de registro permite a execução de recortes a nível semântico, a exemplo dos "temas", apropriados para a análise que se propõe a realizar nesta investigação. A variante consiste, na verdade, em uma unidade analítica, que exige interpretação e atribuição de sentido aos dados. O seu uso tem a serventia de viabilizar a identificação de temas, claro, e ainda padrões e significados.

> O tema, enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma). (...) O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças. (Bardin, 2016, p. 135)

Dentre as possibilidades de execução da análise, portanto, existe a apoiada em recortes a nível semântico, relativo ao sentido, quando se tem o tema como unidade de registro. Esse, por sua vez, foi definido por Berelson (1971) como uma afirmação acerca de um assunto: uma frase por influência da qual pode ser afetado um vasto conjunto de formulações singulares. Trazendo essa definição para a pesquisa, o tema está presente em enunciados dotados de significações que servem de guia para o leitor e ajudam a moldar o seu pensamento.

Outra variação da unidade de registro que muito interessa a esta investigação é o personagem, ainda em conformidade com as explicações de Bardin (2016), que distingue menções feitas a pessoas, no caso em tela, à população com origem no Nordeste. Sua presença é sentida em função da indicação de características ou atributos do personagem. Esta unidade se encaixa com facilidade por poder ser combinada com outros tipos de unidade e por permitir que a sua adoção se configure dentro do campo analítico, assim como a unidade tema.

Logo, orienta Bardin (2016), o texto pode ser recortado em ideias constituintes e em proposições portadoras de significações isoláveis, ainda que sobre pessoas, e realizar uma análise temática dessa natureza consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode levar o pesquisador a entender o que motivou o seu estudo.

É a análise temática também que vai apontar que a relevância de um tema nem sempre é diretamente proporcional à quantidade de vezes que ele figura entre os dados, mas sim à sua importância em apresentar aspectos essenciais para responder às perguntas de investigação (Brasil, 2016). Entendimento que abriu portas para que se privilegiasse, neste estudo, a relevância dos temas e não somente a contagem da sua aparição.

A escolha dos temas no Eixo 1 se deu após minuciosa (re)leitura dos artigos tomados como amostra, e no Eixo 2, foi empreendido o mesmo esforço nas respostas obtidas por meio dos questionários e dos encontros virtuais. Na sequência, avançou-se com a criação dos códigos, a procura por temas, a revisão cuidadosa deles e a sua denominação, usando como base o guia detalhado nesta seção. O personagem como unidade analítica, entretanto, ainda que codificado pelo mesmo processo, foi definido com o surgir da investigação, já que a sua razão de ser está no povo do Nordeste.

No tocante aos resultados obtidos a partir da análise de conteúdo – em seu sentido mais amplo e não levando em conta apenas o caso da análise temática –, ainda segundo Bardin (2016), é certo que eles não podem ser tomados como uma prova inquestionável. Porém, apesar das críticas, seus resultados constituem "uma ilustração que permite corroborar, pelo menos parcialmente, os pressupostos em causa" (p. 81). Não por acaso, agora sim no caso específico da análise temática, trata-se da mais antiga e frequente metodologia adotada em pesquisas qualitativas.

Com relação às vivências, em particular, a utilização de práticas da análise temática se firma na vantagem de identificar padrões em um conjunto de dados, alinhada à sua perspectiva construcionista, que examina de que modo experiências, eventos e significados são o resultado de uma série de discursos que operam na sociedade (Braun & Clarke, 2006).

Da mesma forma que na codificação dos artigos, foi seguida a lógica indutiva na hora de tratar as respostas aos questionários e as que foram aprofundadas durante os encontros virtuais, com os temas identificados após a leitura exaustiva do material, sem o objetivo de inseri-los em códigos pré-existentes. Esse trabalho foi realizado para que fosse considerado exatamente o que os dados apresentam ao investigador.

É no encontro da análise temática com a pesquisa histórica, que requer ao investigador, muitas vezes, escavar as entrelinhas dos textos, que é possível ir "contra as intenções de quem os produziu, pois podemos fazer emergir vozes incontroladas (Ginzburg, 2007, p. 11). São essas vozes que interessam o estudo em questão, para que se possa ouvir sobre como o personagem e os temas observados se relacionaram a ponto de se tornarem indissociáveis.

4.8. Grelha de análise dos artigos

Para a execução da análise temática da primeira leva de dados coletados, orientada pelas fases do guia proposto por Braun & Clarke (2006), foi elaborada uma grelha (Apêndice A) que permitiu a organização e a categorização deles. Presente em muitas investigações que compartilham dessa técnica de pesquisa qualitativa, a ferramenta tornou possível a sistematização do que foi rastreado como pertinente nos jornais dos anos 1920 e facilitou a definição da amostra.

Como a preparação da grelha de análise implica a tomada de uma série de decisões, devem ser levadas em conta algumas diretrizes. Essas escolhas, claro, provocam limitações, o que não chega a ser negativo, já que a pesquisa precisa seguir o cronograma estabelecido. Neste caso, o próprio desenho da investigação, que se propõe a identificar a gênese de um fenômeno social; conceitos relativos à identidade e à estereotipação; e especificidades ligadas ao fazer jornalístico, principalmente ao jornalismo impresso, foram orientativos.

A decisão, portanto, foi por priorizar variáveis que possuíssem relação direta com o referencial teórico, como as comparações sociais presentes nos estudos sobre estereótipos e processos identitários, estruturantes desta investigação, e elementos essenciais ao exercício do jornalismo, como autoria, abordagem e gênero. Além disso, foram contemplados guarda-chuvas referentes a temas recorrentes e de interesse: "seca/migração", "obras de convivência", "violência" e "fanatismo", assim como a unidade analítica "personagem", com a caracterização da população do Nordeste. A ferramenta contempla ainda informações sobre o jornal, a data da publicação, o seu título e se ela faz parte de uma série.

De acordo com Neuendorf (2002), a grelha deve prezar pela sua clareza e, por esse motivo, pode apresentar muitas possibilidades de realização, desde que cumpra esse requisito de entendimento facilitado. Formulou-se, então, um modelo com 12 variáveis e um roteiro com instruções aos codificadores (Apêndice B). Mesmo esta pesquisa contando com apenas um, foi pensado que ela pode servir de base a outros que queiram desdobrá-la ou apenas realizar uma metodologia semelhante.

Para a seleção dos 32 artigos tomados como amostra e analisados neste estudo, foram lidas 162 publicações dos impressos *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *A Gazeta e A Noite*, filtradas pelas seguintes menções: "povo do Nordeste", "gente do Nordeste", "população do Nordeste", "povo nordestino" e "população nordestina", entre os anos de 1919 e 1929. Ainda que não encontrada a frase exata, as palavras-chaves deveriam estar presentes. Todos os textos foram submetidos à mesma grelha e os que não foram identificados pela busca, chegaram por citação em outro artigo ou indicação durante a pesquisa bibliográfica.

Nas variáveis, a ferramenta oferece espaço para que sejam expressas as unidades de registro pelas quais foram coletados conceitos, ideias e padrões, essenciais para a compreensão e análise dos dados de forma instrutiva. Abaixo, uma breve explicação sobre cada uma delas, até como justificativa para terem sido consideradas quando da sua formatação:

1) Autoria: O objetivo é identificar a autoria do texto para determinar se ele pertence a uma série, analisando publicações anteriores do mesmo autor sobre o mesmo tema, mesmo que não sejam reconhecidos pelo jornal como parte de uma série formal.
2) Patrocínio: O objetivo é revelar as empresas que financiavam a produção de conteúdo sobre o Nordeste, visando a expor seus interesses e suas intenções.
3) Gênero jornalístico: Apesar das variações na prática jornalística dos anos 1920, essa identificação ajuda a compreender a presença de opiniões além dos fatos objetivos. Muitas vezes, o próprio autor indica o gênero no texto de forma expressa.
4) Abordagem: De modo subjetivo, classifica-se a perspectiva da abordagem ao Nordeste e à sua população como "positiva" ou "negativa".
5) Orientação geográfica: O objetivo é identificar se existe variação no uso dos termos "Norte" e "Nordeste", através das opções de resposta "Norte", "Nordeste" ou "Norte e Nordeste".
6) Equilíbrio na cobertura: O objetivo é verificar se foram consideradas outras fontes de informação ou argumentos contrários à ideia central para incluir diferentes pontos de vista, oferecendo uma cobertura imparcial e equilibrada, através das opções de resposta "há equilíbrio" ou "não há equilíbrio".

7) Reprodução de padrões: Verifica se as afirmações sobre o Nordeste e a sua população dialogam com outros textos, literários e jornalísticos, buscando determinar se são análises originais ou simples reproduções sem reflexão crítica.
8) Interesse: De forma analítica, pontua-se momentos dos textos nos quais interesses sociais, políticos e/ou econômicos foram postos em evidência.
9) Caracterização da população nordestina: Busca identificar se houve caracterização da população nordestina e apresenta as unidades relativas, dividindo-a em aspectos físicos e comportamentais.
    9.1) Caracterização física: Reúne adjetivações relativas ao físico.
    9.2) Caracterização comportamental: Reúne adjetivações relativas ao comportamento.
10) Racialização do povo nordestino: Visa identificar se houve a categorização da população do Nordeste como pertencente a uma "raça" diferente dos demais brasileiros.
11) Comparações sociais: Objetiva registrar a ocorrência de comparações sociais que manifestem um regionalismo de superioridade do "Sul" em relação ao Nordeste ou ao "Norte".
12) Temas: O objetivo é identificar e pontuar as temáticas exploradas no texto, a partir dos temas que se revelaram mais recorrentes durante o trabalho de busca nos jornais orientado pelas menções à população do Nordeste.
    12.1) Seca/migração: Escritos sobre a problemática da seca, a miséria por ela provocada e as migrações do Nordeste para o "Sul".
    12.2) Obras de convivência: Escritos que questionam a realização das obras de convivência com a seca e levantam dúvidas sobre a sua viabilidade e a honestidade na sua execução.
    12.3) Violência: Escritos sobre o banditismo social e o uso da violência para atingir objetivos pessoais e coletivos.
    12.4) Fanatismo: Escritos que questionam a racionalidade e expõe a fé e a devoção sob o aspecto da intolerância e da discriminação religiosa.

4.9. Coleta de vivências

Conforme já mencionado, a estruturação deste estudo contempla a análise de dois conjuntos de conteúdo, com o objetivo de observar o fenômeno da origem do preconceito contra o povo do Nordeste sob as perspectivas do passado e do presente. O primeiro grupo contempla a amostra da produção jornalística do início do século XX, selecionada após uma ampla pesquisa, com artigos sobre a região e a sua população. O

segundo agrupa as respostas a questionários realizados com pessoas do Nordeste, a propósito de conhecer suas vivências, ou seja, experiências ou situações vividas por elas que envolvam discriminação.

Para o levantamento dessas vivências, buscou-se apoio metodológico na entrevista, amplamente difundida no campo da pesquisa e capaz de fornecer diretrizes importantes. De acordo com Deslandes (1994), a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo, pois por meio dela, o pesquisador consegue obter informações importantes contidas nas falas de indivíduos que interessam à investigação. Longe de ser uma conversa despretensiosa e neutra, já que "se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa" (p. 57), a entrevista é, na verdade, uma conversa com propósitos bem definidos.

Por meio desse procedimento, "podemos obter dados objetivos e subjetivos" (Deslandes, 1994, p. 57). Por se tratar de uma abordagem qualitativa, é na oferta dos dados subjetivos que se deve focar, principalmente pela possibilidade de estabelecer um paralelo entre o seu apurado e o que foi extraído da primeira amostra, a jornalística. O entendimento sobre a relação existente entre as afirmações de 1920 e o que se vivencia hoje é um dos intentos desta iniciativa.

Deslandes (1994) vai explicar que, em geral, as entrevistas podem ser estruturadas, "quando dirigidas", e não-estruturadas, "correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas" (p. 58). A escolha deste estudo pelas estruturadas, que pressupõe perguntas previamente formuladas, deu-se em razão de alguns motivos, a saber: a padronização da abordagem e da sequência das perguntas, a intenção de comparar as respostas e vivências dos participantes, o receio de o pesquisador influenciar os colaboradores e a facilidade de análise, permitindo que sejam identificados padrões e tendências entre as respostas. Mesmo durante os encontros virtuais de aprofundamento, os questionamentos se concentraram exclusivamente nas experiências previamente compartilhadas nos questionários, o que deliberadamente restringiu o escopo de atuação do pesquisador.

Apesar da rigidez aparente, a entrevista estruturada permite a exploração de respostas subjetivas de sujeitos em relação a uma situação ou a um fenômeno particular (McIntosh & Morse, 2015). O seu uso também é sugestivo quando o investigador tem algum conhecimento objetivo sobre determinada experiência ou fenômeno e busca conhecimento subjetivo sobre ele.

Aprofundando as possibilidades de uso desse procedimento, encontra-se a distinção das entrevistas feita por Deslandes (1994), segundo a estratégia de compreensão da realidade, que as diferencia entre discussão de grupo e história de vida. Na explicação dela, a primeira acontece de modo coletivo, enquanto a segunda é realizada de forma individual, tendo como função mais relevante permitir que as experiências vivenciadas sejam retratadas pelas pessoas.

Ao abordar o tema, Minayo (1992) discorre sobre a tipificação da história de vida em completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida, ou tópica, cujo foco está em uma etapa ou em um determinado setor da experiência em questão, que é a que se encaixa melhor com esta investigação. De todo modo, é a história de vida que vai ofertar "um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato" (Deslandes, 1994, p. 59), fornecendo um material rico para análises, com as quais se pode compreender a dimensão coletiva de uma questão a partir do relato individual.

Com relação à formatação e à submissão do questionário, cujo processo de construção será explicado ainda neste capítulo, a busca foi por participantes nordestinos voluntários, com origem nos noves estados do Nordeste, em número igualitário entre eles, sem considerar as diferentes proporções populacionais. Uma decisão que implica em vantagens e desvantagens, conforme detalhado na próxima seção.

4.9.1. Administração de questionários e amostragem

Uma das decisões práticas sobre a realização de entrevistas na pesquisa qualitativa diz respeito à definição dos entrevistados, isto é, a escolha dos participantes. Desde quando foi pensada a sua realização neste estudo, firmou-se a ideia de contemplar pessoas de todos os noves estados que integram a região Nordeste do Brasil: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

A quantidade de pessoas ouvidas, com base no que foi percebido em estudos similares, aos quais foram feitas consultas, é sempre fonte de reflexão. Isso porque na busca por melhor analisar o fenômeno estudado, tenta-se encontrar o razoável entre o pouco que não dá volume suficiente à análise e o muito que acaba por inviabilizar a sua execução. Por mais que as entrevistas sejam estruturadas, é na subjetividade das respostas que está o que interessa à investigação.

Definiu-se então como satisfatória a participação de 27 pessoas do Nordeste na pesquisa, por meio da resposta a questionários, sendo três delas de cada um dos estados que integram a região. Este procedimento não permite a generalização dos resultadas a toda a população do nordeste, mas foi considerado suficientemente ilustrativo das formas atuais de discriminação que podem afetar essa população, até pela vontade existente de analisar o material obtido com mais profundidade.

A divisão igualitária entre os estados e não orientada pelo critério populacional se deu para que fosse possível analisar como o preconceito contra o povo do Nordeste acontece em todo o espaço geográfico, sem tentar hierarquizar contra quem ele incide com mais veemência, até por não ser esse o

intento da investigação. A ideia é mostrar como essa discriminação se manifesta e não em qual medida ela acontece nos diferentes estados da região.

O que se buscou, porém, foi um equilíbrio entre os participantes nas seguintes definições: gênero, cor da pele, e renda individual, além de assegurar em cada estado a participação de pelo menos um residente do interior, quando os outros dois fossem da capital, ou um da capital, quando os outros dois fossem do interior, para que as histórias de vida tópicas analisadas pudessem ser mais plurais e, por isso mesmo, representativas.

As indicações de participantes partiram de pessoas conhecidas do investigador, que residem ou residiram nos estados do Nordeste ou que possuem familiares e/ou amigos nessas unidades da federação, e que se disponibilizaram de imediato a contribuir com o estudo, após contato inicial por telefone, constituindo-se, portanto, como uma amostra de conveniência. Ou seja: a seleção se deu com base na disponibilidade e na facilidade de acesso. Em grande medida, essa decisão foi motivada pela dificuldade, nesse caso, de selecionar uma amostra aleatória ou probabilística.

A coleta de vivências foi realizada por meio do Google Forms[58], aplicativo de gerenciamento de pesquisas do Google, pelo qual se pode criar formulários online, que se assemelham a inquéritos por questionário, para coletar informações e respostas de outras pessoas, sem limite de caracteres para perguntas subjetivas. Foi dado um tempo de finalização não superior a 30 dias corridos, para fins de cumprimento do cronograma estabelecido, mas também respeitando a presteza dos participantes.

Ao sinalizarem positivamente sobre a participação no estudo, os participantes receberam informações relativas ao consentimento livre e esclarecido (Apêndice C). Foi explicado que o documento estaria disponível para preenchimento junto ao formulário e seria considerado assinado pelo aplicativo após a confirmação da submissão das respostas. Também foram socializados o objetivo da coleta, qual seja: conhecer melhor a incidência e a forma atual de manifestação do preconceito contra o povo do Nordeste, assim como orientações sobre a possibilidade de responder "Não tenho vivência para declarar" ou "Não me sinto à vontade em declarar" a qualquer uma das perguntas abertas.

O questionário foi construído após a revisão da análise temática da amostra dos artigos de 1920, levando em conta ainda o referencial teórico desta investigação, e é dividido em três blocos de perguntas: perfil do participante, suas percepções e suas vivências, cujas perguntas de cada um serão apresentadas na sequência.

[58] De acordo com a página oficial do Google, o Google Forms é uma ferramenta online para criar formulários personalizados, usada para coletar informações de forma eficiente e organizada pela internet (acesso em 1° de julho de 2024).

Os participantes que ofereceram vivências consideradas mais significativas foram convidados a participar de um encontro virtual individual mais aprofundado, visando explorar suas experiências, os sentimentos envolvidos e as consequências dos episódios relatados. Essas entrevistas foram agendadas por telefone e realizadas pelo Google Meet[59], plataforma de videoconferência desenvolvida pelo Google utilizada para realizar reuniões online e videochamadas. Nove participantes contribuíram de modo mais aprofundado, isto é, um terço do número total da amostra inicial, respondendo às perguntas focadas nas vivências que foram compartilhadas nos questionários.

4.9.2. Elaboração das perguntas

O processo de elaboração das perguntas do questionário levou em conta o que se apurou com a análise temática dos artigos tomados como amostra, assim como a grelha de análise utilizada para a sua realização, o referencial teórico e uma das perguntas de investigação: "Qual é a relação entre a estereotipação disseminada a partir dos anos 1920 e a persistência da discriminação ao longo do tempo, percebida nos dias de hoje?".

A proposta foi criar um roteiro de questionário (Apêndice D) que permitisse a exposição das ocorrências preconceituosas atuais e que pudesse apontar para a relação existente entre as depreciações do passado e as discriminações do presente. Por se tratar de um questionário estruturado e com um número de participantes limitado, porém não reduzido, optou-se por não restringir os caracteres das respostas subjetivas, dando condições para uma análise mais aprofundada.

As questões iniciam com tópicos pessoais, para que seja traçado um perfil do participante, e para garantir o equilíbrio entre gênero, cor da pele e renda individual desejado, além de pelo menos um residente do interior e um da capital, em cada um dos nove estados do Nordeste. Diretrizes que visam a garantir a pluralidade das perspectivas apresentadas, o que é capaz de ampliar o entendimento sobre o tema e dotar a pesquisa de confiabilidade e validação.

Em seguida, as questões avançam sobre o terreno das percepções, para que os participantes se expressem sobre como entendem que o Nordeste e a sua população são percebidos no restante do país. Também há espaço para que eles compartilhem episódios de discriminação experienciados por conterrâneos aos quais estejam relacionados, pergunta com potencial de expandir o número de narrativas visitadas pela pesquisa.

[59] De acordo com a página oficial do Google, o Google Meet é uma plataforma de videoconferência que permite reuniões online, oferecendo integração com outras ferramentas Google, compartilhamento de tela e colaboração em tempo real (acesso em 1° de julho de 2024).

A fase três do roteiro do questionário foca nas experiências individuais, isto é, nas vivências dos participantes, para que se possa acessar eventos discriminatórios pessoais. Essas informações foram fundamentais para identificar as nove histórias que foram aprofundadas em reuniões virtuais, permitindo uma coleta detalhada e específica. Detalhes que proporcionaram ao pesquisador a oportunidade de entender as diferentes camadas presentes em casa episódio e analisar toda a subjetividade refletida nas respostas das histórias de vida compartilhadas.

A ordem de compartilhamento das respostas – primeiro as percepções para só depois serem abordadas as vivências – foi proposital. A intenção com esse arranjo foi assegurar que os entendimentos sobre o todo fossem fornecidos de forma imparcial, sem receber a interferência emocional passível de acontecer quando se relembra experiências pessoais.

A seguir, as questões que integram o roteiro e estão contempladas nos blocos das percepções e vivências, respectivamente:

Percepções:

- Como você entende que o povo do Nordeste é percebido pelo restante do país?
- Você considera que a visão de fora sobre o Nordeste é reducionista ou as diferenças internas da região são contempladas por essa perspectiva? Comente.
- Cite cinco temas que você entende como determinantes na construção da ideia de Nordeste e da sua população na imaginação dos brasileiros?
- Você já ouviu relato(s) de discriminação social/racial vivido(s) por outro(s) nordestino(s)? Se sim, qual/quais característica(s) física(s) e/ou psicológica(s) e/ou comportamental(is) foi/foram objeto de apontamento(s) contra essa pessoa?
- Se sim, quais razões você acredita que motivam discriminações como essa(s)?

Vivências:

- Como você se reconhece parte do grupo nordestino?
- Você já sofreu discriminação social/racial por ser do Nordeste? Se sim, quando, onde e como ocorreu/ocorreram esse(s) episódio(s)?
- Se sim, qual/quais característica(s) física(s) e/ou psicológica(s) e/ou comportamental(is) foi/foram objeto de apontamento(s) contra você?
- Ainda se a resposta for sim, você identificou a presença de algum desses elementos (pode marcar mais de uma opção ou nenhuma) no(s) episódio(s) vivenciado(s)?

( ) confusão entre os espaços geográficos “Norte” e “Nordeste”

( ) racialização do povo do Nordeste (categorização do nordestino como uma raça)

( ) superioridade do "Sul" (regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste)

( ) apagamento da produção intelectual da população nordestina

Com o roteiro construído, foi realizado um teste com dois participantes com o intuito de perceber a sua fluidez e capacidade de ser compreendido, além de permitir a identificação de problemas em potencial. Prática necessária para a validação do instrumento e para a garantia da qualidade dos dados obtidos a partir da sua utilização.

4.9.3. Grelha de análise das vivências

Dado o caráter semelhante do questionário de perguntas abertas a entrevistas, o tratamento dos dados obtidos teve como referência a metodologia de análise temática, sobre a qual já foi discorrido neste capítulo, e que é comumente utilizada nesse método de coleta de dados. Embora não se configure como uma análise exaustiva conforme exigido pela metodologia, uma vez que não se trata da investigação central deste estudo, realizada com os artigos de 1920, essa escolha foi feita para assegurar consistência na abordagem. Com um olhar atento às convergências das colaborações dos participantes, buscou-se identificar elementos em comum com condições de auxiliar a compreensão do fenômeno motivador da investigação.

Assim como na análise da amostra dos artigos jornalísticos, foi elaborada uma grelha (Apêndice E) igualmente baseada nas fases do guia proposto por Braun & Clarke (2006) para o processo, que permitiu a organização e a categorização dos dados obtidos com os questionários e as entrevistas virtuais de aprofundamento. Essa ferramenta, mais uma vez, tornou possível a sistematização do que foi coletado pela pesquisa – neste caso, a partir dos relatos dos participantes – e facilitou o seu exame.

Além da sistematização das respostas em conformidade com as perguntas, o que é feito automaticamente pelo Google Forms, e que possibilitou uma fácil visualização para que se avançasse às fases seguintes inerentes ao processo de análise, foram esquematizados os tópicos pessoais, para a identificação do nível de atendimento à cada aspecto definido como estratégico: gênero, cor da pele, renda individual e local de residência (capital ou interior).

Ou seja: por meio do extrato gerado de modo automático pelo Google Forms, as respostas de cada participante puderam ser facilmente consultadas. Foram compiladas as informações pessoais em gráficos para verificar se a diversidade pretendida e suas contribuições foram alcançadas. A grelha elaborada, portanto, teve como foco a codificação das percepções e das vivências.

Conforme já tratado anteriormente, Neuendorf (2002) afirma que essa ferramenta pode apresentar muitas possibilidades de realização, desde que cumpra o propósito de ser de fácil entendimento. Para tanto, foi formulada uma grelha com cinco variáveis.

Sobre essas as variáveis, que dialogam com as próprias perguntas do questionário e com o aprofundamento posterior via Google Meet e, por isso mesmo, possuem uma dinâmica mais dedutiva, a grelha oferece ao lado de cada uma delas um espaço para acomodações. É nesse local que foram expressas as unidades de registro pelas quais foram capturados conceitos, ideias ou padrões, essenciais para a procedência da análise dos dados. Na sequência, tem-se uma rápida explicação sobre os seus objetivos:

1) Percepções coletivas: A intenção é captar como os participantes entendem que o povo do Nordeste é percebido pelo resto do Brasil, identificando se as afirmações apresentadas sobre o Nordeste apontam para um quadro único generalizador ou se dão margem para entendê-las apenas como fragmento.
2) Temas definidores: Busca pontuar as temáticas indicadas como determinantes para a construção da imagem que se tem do Nordeste e da sua população e como esse ponto se relaciona com as razões para a ocorrência do preconceito.
3) Experiência discriminatória: O propósito é identificar os apontamentos presentes em episódios discriminatórios, sejam eles pessoais ou sofridos por terceiros, subdividindo em atribuições “físicas” e “psicológicas/comportamentais” e frases marcantes.
    3.1) Atribuições físicas: Reúne adjetivações relativas ao corpo.
    3.2) Atribuições comportamentais: Reúne adjetivações relativas ao comportamento.
    3.3) Frases marcantes: Reúne declarações discriminatórias entre aspas.
4) Elementos em comum: Busca verificar se as vivências compartilhadas podem ser enquadradas em uma das seguintes categorias: “padronização”, “inferiorização”, “exotização”, “apagamento” e “reducionismo”.
5) Ideia de pertencimento: Busca entender o que fazem os participantes se perceberem nordestinos e como isso se relaciona com conceitos de pertencimento e identidade.

A análise das respostas ainda permitiu a estruturação de dados com a indicação dos locais onde se deram os episódios discriminatórios pessoais relatados e das datas de quando os mesmos aconteceram. Também foi possível esquematizar o resultado sobre a presença, nesses eventos, dos elementos questionados no formulário: confusão entre os espaços “Norte” e “Nordeste”,

racialização[60] do povo do Nordeste, superioridade do "Sul" e apagamento da produção intelectual da população nordestina.

As informações relacionadas à análise das vivências compartilhadas, porém, serão disponibilizadas mais adiante. Antes de se aprofundar no presente, é preciso fazer a última visita desta investigação ao passado, para a apresentação dos resultados obtidos a partir da análise dos artigos publicados na década de 1920 que foram tomados como amostra. Uma viagem no tempo há mais de cem anos, com o intuito de identificar a origem do fenômeno e, consequentemente, tentar compreender se existe relação entre ela e as discriminações sentidas no tempo presente.

[60] Ao citar Miles (1982), Brown (2004) apresenta o conceito de racialização como um sinônimo para categorização racial, definido como "um processo de delimitação de fronteiras e alocação de grupos de pessoas fora desses limites, pela referência primária para características (supostamente) inerentes e/ou biológicas (geralmente fenotípicas)" (p. 100).

5. Análise dos artigos da impressa paulista: a gênese do homem do "fim do mundo"

Após a varredura feita pelos jornais da década de 1920 em busca de menções ao povo do Nordeste, a escolha dos textos que fariam parte da amostra e a leitura exaustiva do material selecionado, foi viável proceder a análise temática, tendo como suporte a tabela elaborada para esse fim. Neste capítulo, serão partilhados os resultados encontrados a partir das variáveis levadas em conta quando da realização do método adotado para viabilizar esta pesquisa.

As informações resultantes da análise serão disponibilizadas de acordo com temas comuns e não por texto selecionado, aproximando-se da própria tabulação criada em função das variáveis, de modo a mapear padrões e estabelecer relações entre trechos do material tomado como amostra. Algumas variáveis estão juntas e outras separadas, em tópicos específicos, acomodação pensada para melhor organizar os dados obtidos e facilitar a compreensão.

Conceitos teóricos que integram o referencial do estudo foram revisitados ao longo do percurso e novas pesquisas bibliográficas realizadas, na tentativa de respaldar a análise à medida que ela avançava e novas camadas eram acessadas, desvendando questões que antes estavam além da sua percepção.

A amostra é composta pelos textos que integram as séries "Impressões do Nordeste" (1923), "Impressões de São Paulo" (1923-1925), "Joaseiro do Padre Cícero" (1925-1926) e "O banditismo no Nordeste" (1927), todas publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Além do fator temático e da repetição dos temas, por se tratar de publicações seriadas, a definição se orientou também pelo fato de os escritos em foco já denominarem o Nordeste com essa designação, atrelando diretamente o exposto ao "novo" pedaço de Brasil.

5.1. Breve retomada do contexto histórico, político e midiático

A chegada dos anos 1920 foi marcada por mudanças significativas no "Norte" do Brasil. O Nordeste agora existia enquanto recorte espacial, demarcado pela seca e pelas obras a serem realizadas pela União com o intento de atenuar os efeitos da irregularidade de chuvas. Uma soma de investimentos que há muito não se via nessa porção do país. Foi na presidência do paraibano Epitácio Pessoa, exceção ao rodízio da política do "Café com Leite", que o IOCS deu lugar ao IFOCS e o Nordeste passou a ser chamado assim em documentos públicos e a receber um tratamento menos negligente por parte do governo federal.

Mesmo não significando uma aquisição territorial para o Brasil, o Nordeste – que era entendido, até então, como parte do "Norte" e, portanto, já pertencia ao país – representou uma novidade geográfica e o termo adotado pela burocracia estatal começou a ser difundido na sociedade, apesar de persistir certa confusão até hoje. A imprensa da época contribuiu com o espalhamento do novo nome, pois já se dirigia ao espaço dessa forma eventualmente e ficou mais à vontade em designá-lo assim, principalmente para reportar sobre as grandes obras, o que pode ser constatado em consultas aos jornais em atividade naquele tempo.

Napolitano (2022) conta que no começo da República, a imprensa brasileira cresceu de maneira notável se comparada aos tempos do Império e se tornou um espaço importante para o debate intelectual. Em geral, segundo ele, os jornais diários eram ligados a famílias tradicionais, expressavam opiniões e tinham intenção de intervir na vida política. Análise que corrobora com o que pontuou Sodré (1999): os meios de comunicação dessa época eram importantes mecanismos de discussão e debate e possuíam um papel ativo nas disputas políticas acirradas, além de um forte caráter opinativo em suas publicações.

Passando a vista na produção jornalística do início do século XX até 1919, nota-se a presença não rara de um tom de solidariedade quando o Nordeste, já com essa denominação, e o seu povo ganham espaço na mídia. Não somente na divulgação de informações relativas à ocorrência de secas, mas também de eventos beneficentes realizados "para expulsar a miséria e a fome do lar dos nossos irmãos do Nordeste", como na edição de 24 de dezembro daquele ano do jornal *O Estado de S. Paulo*. É digno de registro o espírito de generosidade encontrável muitas vezes até aqui, que indicava um ambiente nacional propício para que as obras do governo fossem admitidas, sem espaço para a depreciação dos "irmãos" em dificuldade.

O novo tratamento firmado pela União em relação ao Nordeste e à sua população, porém, coincide com uma atualização da abordagem dos jornais. "Nascia" uma região cujo ato de "criação" já veio acompanhado do envio significativo de recursos federais. Era natural que diferentes sentimentos fossem despertados por essa mudança no resto do país. Curiosidade e desconfiança, para citar apenas dois dos mais inofensivos. E a imprensa, pautada em alguma medida pelos interesses daqueles que a patrocinavam, tratou de apresentar ao Brasil que lugar favorecido era esse e quem era a gente que o habitava: as primeiras novas impressões sobre um espaço já conhecido, mas que, por força política, foi transformado em novidade.

5.1.1. Moraes Barros e o apurado da primeira expedição

Era 10 de agosto de 1923 quando o jornal *O Estado de S. Paulo* fez circular, a partir da Paulicéia enamorada da indústria, da urbanização e de tudo o que defendeu a Semana de Arte Moderna[61], realizada no ano anterior, as primeiras "Impressões do Nordeste". Título que foi dado a uma série de artigos assinados quase todos pelo político e médico sanitarista Paulo de Moraes Barros, após realizar uma "expedição" de 32 dias à região pouco antes estabelecida, chamada por ele, logo nas linhas iniciais do texto de estreia, de "terra do sofrimento".

O intento do correspondente, conforme manifestado também no primeiro artigo, era o de lançar luz sobre as obras que visavam a amenizar a seca no Nordeste: portos, açudes e estradas de ferro e de rodagem, bancados pela União. Entretanto, de modo quase que inaugural, esses escritos permitiram que o conceito de Nordeste, trabalhado por intelectuais e pela burocracia do Estado, ganhasse pela primeira vez um conjunto de imagens na cabeça dos leitores, fazendo com que representações mentais fossem concebidas no seu imaginário.

Moraes Barros seguiu de barco até Recife, de onde acessou o interior pernambucano e cidades da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. A "expedição" do enviado, "era desejo do supremo magistrado da nação, para que fosse informado ao país" sobre os investimentos feitos na terra dos "esquálidos retirantes" (*OESP*, 10/08/1923, p. 3). O "supremo magistrado da nação" era Arthur Bernardes, mineiro que sucedeu ao paraibano Epitácio Pessoa na Presidência da República a partir de 1922. E a terra dos retirantes, logo, era o Nordeste do Brasil.

A viagem que teve início na capital de Pernambuco, conforme dito no texto de estreia, "ponto inicial da visita às grandes obras contra as secas", é mais bem detalhada na quinta publicação, de 19 de agosto, na qual ganha a caracterização de "trupe", apesar de "minguada", formada por homens e mulheres. Juntos, conforme registrado, eles bateram a marca de 6.678 quilômetros percorridos por ferrovias e estradas e caminhos de rodagem da região.

A série rendeu dez longas publicações, que eram, de acordo com o cabeçalho, a reprodução de quatro conferências realizadas no Club Commercial, que ficava no Rio de Janeiro, capital do país. A primeira delas foi apresentada integralmente em 10 de agosto de 1923. A segunda, em duas publicações, feitas nos dias 15 e 16. A terceira conferência também chegou ao impresso paulista em duas

[61] Cereja e Cochar Magalhães (2000) destacam que a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922, iniciou o movimento modernista no Brasil ao romper com as formas tradicionais de arte e literatura. Seus objetivos principais eram renovar e valorizar as expressões artísticas nacionais, representando "um divisor de águas na cultura brasileira" (p. 349).

partes, em 18 e 19 do mesmo mês. Já a quarta e última foi dividida em cinco publicações, nos dias 22, 23, 24, 25 e 26. Todas ganharam o papel em agosto de 1923.

5.1.2. A expedição frustrada de Lourenço Filho

Para que se possa entender melhor a série "Joaseiro do Padre Cícero", publicada nos anos de 1925 e 1926, que integra a amostra deste estudo, é preciso revisitar, ainda que de modo superficial, o que foi a Revolta do Juazeiro e quem foi o padre Cícero Romão Batista. Além disso, também vale entender o que fazia o autor da série, o educador e pedagogista Lourenço Filho, no Ceará, e o conflito existente entre ele e o sacerdote católico com fama de milagreiro.

Nobre (2014) explica que em 1889, quando o "Padim Ciço" "ministrou a comunhão a uma beata chamada Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo, a hóstia consagrada verteu sangue" (p. 16), narrativa que inaugurou o que ela define como "história oficial" de Juazeiro. Isso porque, o sangramento do pão consagrado logo passou a ser considerado um milagre pela população local e a reputação do padre (e não da beata, a verdadeira protagonista do episódio) se espalhou pela região.

"Como as notícias do milagre correram o Brasil de ponta a ponta, atraindo novamente forasteiros de várias localidades para o lugarejo", relata Trindade (2021), "em pouco tempo milhares de famílias (...) chegaram a Juazeiro levantando poeira nos caminhos abertos pelos carros de boi" (p. 78) e transformaram o pequeno povoado num centro de peregrinação. E o sacerdote passou a ter prestígio e influência sobre a vida política, social e religiosa do Ceará.

É justo em meio a uma disputa de poder que a revolta acontece, em 1914. Trindade (2021) vai explicá-la como um fato histórico de resistência contra o poder central, no qual a elite agrária dos coronéis do sertão cearense, dentre eles o Padre Cícero, o "coronel de batina", entrou em confronto armado contra a elite comercial da capital. As forças do interior levaram vantagem, representando uma vitória significativa para o movimento liderado pelo religioso.

Lourenço Filho, em 1925, então diretor de instrução pública do Estado, deixa Fortaleza para tentar desfazer mais uma resistência do Padre Cícero, dessa vez contra a sua reforma educacional. Sem sucesso no propósito da viagem, ele transforma parte dessa expedição (ou frustração) em textos. Na série "Joaseiro do Padre Cícero", o educador reporta a localidade em dez artigos, publicados entre novembro de 1925 e agosto de 1926, como um recuo no tempo, onde se encontra um "fanatismo cego e doentio" de "povos primitivos", marcado pela "rude superstição" (*OESP*, 18/11/1925, p. 3).

Os relatos de Lourenço Filho lhe renderam ainda um livro premiado pela Academia Brasileira de Letras: "Juazeiro do Padre Cícero", que evoca semelhanças com descrições de viajantes naturalistas, a exemplo de Euclides da Cunha, que percorreram as vastidões dispersas do território, dando lugar ao nascimento de uma etnografia sobre o Brasil (Monarcha, 2010). Ou seja, tem-se de novo o tratamento do diferente como exótico e inferior, o que permeia, na verdade, todas essas publicações assinadas pelo educador sobre o interior do Ceará.

5.1.3. Textos não expedicionários e suas narrativas

Os outros textos analisados não são produtos de expedições formais, mas sim relatos assinados por diferentes pessoas que estiveram em São Paulo e no Nordeste em momentos distintos e colaboraram com as "Impressões de São Paulo", entre 1923 e 1925, e "O banditismo no Nordeste", em 1927, respectivamente.

Apesar da possibilidade de oferecerem perspectivas plurais e até divergentes, o que se tem, na verdade, é uma repetição da mesma tecla. Isto é: a insistência em abordar o mesmo ponto, argumento ou problema, mesmo já tendo sido tratado anteriormente. Cada texto, ao compartilhar visões que somavam na mesma direção, contribuiu de maneira específica para a construção da imagem do povo do Nordeste, que passava a existir no inconsciente nacional atrelado ao reprovável e ao negativo.

O que une os textos das "Impressões de São Paulo", quase sempre transcrições de outros jornais, são os elogios exagerados ao estado paulista e a presença de um exacerbado regionalismo de superioridade. Já "O banditismo no Nordeste" se assemelha a uma novela, quase como uma ficção seriada para entretenimento dos leitores, ainda que escrita por autores diferentes.

5.2. Forças não tão ocultas

Ainda seguindo o fio da análise dos fatores que influenciaram as produções tomadas como amostra, com base no que foi aprofundado durante o embasamento teórico sobre o fazer jornalístico, é indispensável mencionar que uma das séries se diferencia ao expressar que contava com o apoio de um patrocinador.

Conforme registrado no subtítulo de cada artigo das "Impressões do Nordeste", o patrocínio era da Sociedade Rural Brasileira[62] (SRB), fundada em 1919, ano em que o Nordeste foi burocraticamente assim definido, com o propósito de fomentar a agropecuária do país, leia-se o café e o leite.

[62] Segundo o site da Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919, essa organização representa o setor agropecuário do Brasil com o propósito de promover os interesses dos produtores rurais e advogar por políticas públicas que beneficiem o agronegócio. Ao longo dos anos, tem desempenhado um papel importante na formulação de políticas agrícolas e na defesa dos interesses rurais no cenário político nacional (acesso em 20 de agosto de 2023).

No próprio site da entidade, na seção "História", é possível encontrar a seguinte informação: "Produzido principalmente em São Paulo, o café era o produto mais importante da pauta de exportações brasileira, representando 75% dos embarques, seguido pela pecuária leiteira de Minas Gerais" (acesso em 11 de janeiro de 2024).

São informações que podem parecer a princípio secundárias, mas que ganham relevância à medida que o conteúdo dos artigos dessa série é analisado. Como pontuado por Moraes Barros, a sua "expedição" foi um chamado do presidente Arthur Bernardes, primeiro integrante de retorno à política do "Café com Leite" após a interrupção com a passagem do paraibano Epitácio Pessoa pela Presidência. Foi um presidente do "Café com Leite", portanto, quem convocou Moraes Barros para inspecionar as obras que representavam um remanejamento de recursos que poderiam ser de São Paulo e Minas Gerais para outra região do país.

Não por acaso, essa série recebe o patrocínio da SRB, criada para defender os interesses das economias "sulistas". Sociedade que teve como um dos seus fundadores o jornalista Júlio de Mesquita Filho, que vem a ser herdeiro do jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual o material foi publicado. Após o aprofundamento sobre linha editorial realizado no capítulo três, não seria precipitado afirmar que o Nordeste da seca, enquanto novidade geográfica, foi apresentado ao Brasil com a tinta da caneta do café, do leite e de um interesse difícil de ocultar.

5.2.1. Os autores

É preciso conhecer ainda um pouco melhor a biografia dos articulistas que assinam parte do material analisado antes de maiores avanços. As séries "Impressões do Nordeste" e "Joaseiro do Padre Cícero" são de autoria exclusiva. Nas outras sequências, os autores são diversos.

Na linha de frente das "Impressões do Nordeste" está Paulo de Moraes Barros, que era sobrinho do ex-presidente Prudente do Moraes. Com origem em Piracicaba, ou seja, paulista como o tio, ele era político e médico sanitarista. No início do século XX, respondeu pela Secretaria dos Negócios da Agricultura do estado de São Paulo. Mais tarde, foi deputado federal, senador e ministro da Agricultura. Além disso, representou o Brasil em eventos internacionais sobre imigração.

De acordo com informações prestadas pela Câmara Municipal de Piracicaba, por meio da sua página oficial na internet, a fazenda Pau-d'alho, de sua propriedade e onde ele se firmou como um destacado produtor de café, acolheu como trabalhadores os primeiros imigrantes japoneses do

município, no ano de 1918. Sanitarista, produtor de café e defensor da imigração estrangeira: três características de Moraes Barros que não podem ser ignoradas.

Apesar do nome dele figurar sozinho no cabeçalho de todos os dez artigos da série em questão, na publicação de número oito, de 24 de agosto de 1923, as linhas finais sugestionam uma assinatura coletiva. O trecho identifica "Candido S. M. Rondon, general; Ildefonso Simões Lopes e Paulo de Moraes Barros, relator" (p. 2) como se uma comissão fosse responsável. Simões também foi ministro da pasta da Agricultura e presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) entre 1926 e 1943.

Nas publicações de número oito, nove e dez da mesma série, de 24, 25 e 26 de agosto de 1923, respectivamente, surgem trechos sinalizados como adendos de terceiros. Em um deles, assina André Veríssimo Rebouças, que chegou a ser prefeito de Ribeirão Preto, e em outros, o fluminense Saturnino de Brito, apresentado como "mestre respeitado da engenharia sanitária brasileira", autor do primeiro volume do relatório "Saneamento de Recife" (1917), e que se assume "admirador" de Moraes Barros, a quem se refere como "velho amigo".

Já Lourenço Filho, que assina a série "Joaseiro do Padre Cícero", também era paulista, natural de Porto Ferreira, e pertencia à família Bergström, com origem sueca. Profissões: educador e pedagogista. D'ávila (1970) reforça que a sua relação com o Nordeste se dá a partir de 1922, quando ele assume o cargo de diretor de instrução pública do Ceará e passa a lecionar na Escola Normal de Fortaleza, onde montou um laboratório para o estudo biológico e psicológico dos alunos. No cargo maior, promoveu marcantes reformas educacionais.

Como já pontuado, a autoria nas outras séries é diversa, mas vale registro de que no conteúdo mais enfático sobre a superioridade de São Paulo, nas impressões que tratam do estado paulista, tem-se o pensamento do sociólogo Oliveira Vianna. A publicação é, na verdade, uma entrevista feita com ele.

Fluminense de Saquarema, Vianna foi um dos ideólogos da eugenia racial no Brasil. Ele acreditava na hierarquia de raças e no darwinismo social. Em um dos seus livros, *Raça e assimilação* (1932), nota-se a influência da ideia de que a evolução da sociedade seguia regras similares à evolução de organismos biológicos. Conforme consulta feita junto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o sociólogo entendia que as diferentes raças humanas se encontravam em estágios distintos na escala evolutiva e a "raça paulista", a nível de Brasil, é a que levava vantagem.

5.2.2. Mais motivações e interesses

É logo no artigo inaugural, de 10 de agosto de 1923, ou seja, na primeira impressão do Nordeste, que Moraes Barros define a natureza da sua viagem e corrige, ele mesmo, essa definição. Apesar de apresentar o deslocamento a princípio como uma "expedição", o autor emenda que, na verdade, consiste em uma "inspeção". O que vai ser ratificado no segundo texto, que data de 15 de agosto de 1923, quando ele afirma que "ainda há muito que bisbilhotar sobre as coisas do Nordeste" (p. 2).

De volta ao artigo inaugural, Moraes Barros confirma que a viagem tem relação direta com as grandes obras direcionadas ao novo recorte espacial, "sobre as quais era desejo do supremo magistrado da nação, 'fosse informado ao país'" (p. 3). O recorte era o espaço compreendido "do Ceará a Bahia", que ele mesmo identifica como "área do flagelo".

Na segunda publicação, de 15 de agosto, após desimportante comentário sobre a culinária local, ele retoma o tema ao expressar que "não foi para inspecionar capoeiras e cozinhas que o governo custeava, com cama, mesa e correrias, tão alongada excursão" (p. 2). As referências à iniciativa do governo e aos seus propósitos seguem em outros momentos da série.

> Nossa excursão ao Nordeste teve por objetivo utilitário, informar o país sobre as grandes obras contra as secas, e "informar lealmente, quer o resultado da visita seja a meu favor, quer contra mim", nos precisos e nobres termos em que nos foi cometida a honrosa incumbência pelo chefe da Nação". (*OESP*, 22/08/1923, p. 4)

As aspas presentes nesse trecho extraído de um dos relatos de Moraes Barros seriam do presidente Arthur Bernardes. Pelo que o correspondente deixa entender mais adiante, na sexta publicação, de 22 de agosto de 1923, elas faziam parte de um telegrama do próprio chefe do executivo nacional, etiquetado como "urgente" e enviado a ele em outubro do ano anterior.

Lourenço Filho, por sua vez, expõe o seu vínculo político e a relação causa e efeito por ele estabelecido. O educador admite ser "temporário auxiliar da administração do Ceará" no texto publicado em 21 de abril de 1926, e não esconde o quanto isso animou a sua interação com o Padre Cícero. A Reforma do Ensino Primário Cearense, que ficou conhecida como Reforma Lourenço Filho, encontrou como obstáculo a resistência do sacerdote, que era contrário às suas diretrizes e, por isso mesmo, chegou a negar colaboração do município de Juazeiro do Norte.

Segundo Monarcha (2010), o deslocamento do educador de Fortaleza ao interior era uma tentativa de convencer o Padre Cícero a renunciar ao boicote. Embora hospitaleiro à comitiva, o esforço,

como já pontuado, foi em vão. Os artigos seriados publicados por ele em São Paulo tiveram início nesse acontecimento.

Na publicação de 18 de novembro de 1925, na qual Lourenço anuncia a série "Joaseiro do Padre Cícero", ele assume o compromisso de aprofundar o universo em torno do Padrinho, com uma advertência: "Muita gente, por aqui, pensa que o Padre Cícero é um sacerdote católico em pleno exercício de suas funções. Não o é" (p. 3). Já em 21 de abril de 1926, em mais uma publicação, ele garante que, apesar do contexto pessoal, são "despretensiosos escritos", sendo o seu único objetivo conclamar uma ação de políticos nacionais contra o que ele chama de "chaga dos sertões".

Com relação às "Impressões de São Paulo", convém registrar que o estado paulista e a sua capital viviam, nos anos 1920, um processo de validação como centro de poder político e econômico do Brasil, e a manifestação de um orgulho exagerado, da crença na superioridade local e da discriminação quanto a outras origens faziam parte de um processo de autoafirmação. Nesse sentido, a ocorrência de impressões depreciativas sobre o Nordeste e de impressões valorizantes com relação a São Paulo, no mesmo intervalo temporal, não parece coincidência. Depreciar expressamente o Nordeste e o nordestino era elogiar, ainda que silenciosamente, o "Sul".

5.3. "A terra" e "o homem"

Assim como em *Os Sertões*, estruturado por Euclides da Cunha de modo a apontar a terra árida como razão para os sucessos e insucessos do "homem" sertanejo do "Norte", as "Impressões do Nordeste" avançam primeiro sobre as características físicas da região antes de adentrar no mérito do que o próprio Moraes Barros define como "formação étnica" da população. Claramente afetado pelo determinismo geográfico euclidiano, ele entrega a sua crença no poder que o ambiente exerce sobre os aspectos físicos e comportamentais dos seres humanos.

Logo no texto de estreia, de 10 de agosto de 1923, apesar de o autor falar em "poupar o Nordeste de julgamentos prévios", a terra Nordeste, uma novidade discursiva, é apresentada ao "Sul" como "a terra do sofrimento", "a terra onde a água é quase um mito", "a terra da desolação". Um lugar onde "um sol de fogo incide a prumo" e se sente um "calor que requeima a própria alma" (p. 3 e 4).

São declarações que refletem como um espelho os sertões descritos por Euclides, ainda que Moares Barros tente convencer do contrário, quando lamenta sobre "como se esvaem as impressões de outiva diante do cenário adusto" (*OESP*, 10/08/1923, p. 3). Quer dizer: segundo o correspondente, até havia uma expectativa diferente, com base em declarações que ele ouviu, mas essa expectativa que não

é detalhada foi desfeita diante da paisagem seca e severa que lhe apareceu. Na verdade, em não raras passagens, o que se nota é uma vontade imensa de encontrar retratações de Euclides da Cunha, com trechos que mais parecem extraídos de *Os Sertões*.

Esse discurso preambular de combate ao preconceito acaba por dotar os escritos de certa credibilidade, muito baseado no que foi exposto sobre a presunção da verdade jornalística no capítulo três deste estudo. Ao fazer essa afirmação em meio a observações aleatórias sobre a geografia do lugar, o autor legitima a sua visão como isenta e realista. "Pouca gente do Sul conhece o Norte do nosso Brasil", diz ele nas linhas inaugurais do dia 10 de agosto, como diz que, vencida a "irrefreável curiosidade que temos pelas coisas de nossa terra" (p. 3), será possível compreender com justeza a região a partir do que será exposto por ele nas impressões a seguir.

O primeiro tópico apresentado pelo enviado, como esperado, foi dedicado às secas. Na verdade, conforme as buscas realizadas para a identificação da amostra, o Nordeste, antes mesmo de receber de forma oficialesca essa denominação, já estava um tanto resumido na mídia do "Sul" à pauta da estiagem. As obras que motivaram a visita de Moraes Barros deram mais fomento a essa monotematização. O autor, ainda no primeiro texto, parece definir o fenômeno em imagens, "tudo parece esturricado e morto" (p. 4). E continua:

> É grandiosa e triste esta opulência da desolação! (...) Na atmosfera candente, nem um sopro de brisa a arrefecer-lhe o rigor. Prosseguia vagarosa a avançada, fazendo-nos respirar ar de fogo, que requeimava lábios e narina. Encaixados, como estávamos, entre muralhas de rocha que redobravam o calor, urgia escapar daquela fornalha, de labaredas difusas. No vasto boqueirão ao fundo começa o temeroso sertão que evoca a seca, a miséria, o pavor! (*OESP*, 10/08/1923, p. 4)

A palavra "sertão", inclusive, difundida por Euclides, reaparece insistentemente nessas primeiras impressões sobre o Nordeste, quando se precisa descrever a terra, reforçando a ideia errônea de que ela remete apenas à porção interiorana dessa região do país. Na terceira publicação da série, de 16 de agosto de 1923, por exemplo, tem-se o "sertão calcinante". Já na quinta, de 19 de agosto do mesmo ano, o "sertão com todos os seus farrapos" e a versão gestada para enfatizar o ponto de vista do autor e criar um efeito dramático: o "pavoroso sertão".

É nesse texto também, de 19 de agosto, que Moraes Barros vai expressar mais uma adjetivação depreciativa entregue ao Nordeste: "fim do mundo". A expressão idiomática é usada para denotar espaços tidos como altamente negativos. O sertão, então, de acordo com essa perspectiva, é uma exclusividade nordestina e "fim do mundo" é sinônimo disponível para identificá-lo. Agora, se a terra determina a sociedade, conforme

a visão prevalente, e essa terra remete à intensa negatividade, já se pode deduzir qual tipo de indivíduos ela é capaz de definir.

5.4. "Babel de sangue": os "bípedes" e a mestiçagem excessiva

Ainda que não tenha sido a encomenda original da "inspeção" de Moraes Barros, já que foi divulgado apenas o intento de mostrar as grandes obras, a caracterização dos que viviam no "novo" recorte de Brasil permeia muito das "Impressões do Nordeste". E assim, boa parte dos artigos publicados em agosto de 1923 corresponde, na verdade, a linhas e mais linhas dedicadas às piores impressões sobre a população nordestina.

É possível afirmar inclusive que, desde os artigos de Euclides da Cunha em 1897, antes de serem adaptados (e abrandados) para virarem *Os Sertões*, o povo do Nordeste – "Norte" quando o material foi publicado – não era vítima de tamanho reducionismo. Entre as duas sequências de textos, separadas por 26 anos, constata-se o mesmo entendimento de que a mestiçagem extremada era sinônimo de retrocesso.

Após os comentários iniciais dedicados à terra, na primeira publicação, de 10 de agosto de 1923, Moraes Barros inicia um esboço sobre a população local. Apesar de admiti-la como "relativamente vultosa", ele parte rápido para a redução ao apresentá-la de forma limitada: "nômade por força das circunstâncias", tendo que buscar abrigo "quando acossada pelo rigor do flagelo" (p. 3). Do muito que é dito logo no texto de estreia sobre os habitantes da região em exposição, demanda destaque a fala proferida sobre a sua suposta formação étnica:

> Essa população, genuinamente nacional, é ainda amalgama informe de cruzamento entre brancos, pretos e aborígenes, em todos os graus de sub-mestiçagem, com as tonalidades intermedias de cor, sem predominância coletiva de tipo étnico caracterizado. Apenas a denominação de caboclo, que a abrange, é uniforme. (*OESP*, 10/08/1923, p. 3)

Aqui, começa a ser evidenciado o entendimento eugênico e determinista de que a incidência de elevada miscigenação, como fato particular do Nordeste e não próprio do Brasil, tem sua responsabilidade na regressão econômica e na perda de conquistas da região. Nesse contexto, ao citar a existência de "branco alourado" e de "moreno de nariz grego ou romano" entre os locais, o autor chega a afirmar que eles estão "traindo origem europeia" (p. 3), isto é, perdendo o que possuem de mais valoroso em meio à mistura de sangue em andamento.

Ao avançar sobre esse caboclo[63] nordestino, produto da mestiçagem, Moraes Barros recorre à *Bíblia* para definir a região como "esta Babel deprimida de tipos tão variados". O episódio da Torre de Babel[64] do texto religioso entra em cena para expressar confusão e desordem. Ainda que reconheça na população do Nordeste uma "notável resistência orgânica, apesar dos fatores degenerativos que a assoberbam", passando mais um recibo de determinismo, ele declara se tratar de uma gente "supersticiosa", "fatalista" e "indolente", que "vive de farinha e rapadura" e "vegeta por contemplação", "com o espírito sempre voltado para o seu pequenino mundo desolador" (*OESP*, 10/08/1923, p. 3).

Na segunda conferência das impressões de agosto de 1923, publicadas em duas partes, nos dias 15 e 16, há nova referência à passagem bíblica do Antigo Testamento, para afirmar categoricamente que "o Nordeste é Babel de sangue". É na segunda conferência também que a estereotipação encontra um entroso cruel entre aspectos físicos e comportamentais. Paulo de Moraes Barros volta a disparar sobre a tal "raça" do homem do Nordeste e o "movimento regressivo" que por si só ela representa. E, novamente, acusa aqueles com cabelos loiros perdidos entre os caboclos de estarem "traindo a remota origem batávica" (p. 2).

Nessa conferência, fica mais evidente a intenção de racializar as pessoas do Nordeste, isto é, de atribuir significados raciais a elas, para distingui-las e estereotipá-las, com base em características pré-determinadas. O tópico "Dissertando sobre a raça", que ganhou o jornal em 15 de agosto, é um dos mais incisivos de toda a série com relação ao tema por referenciar a população local como uma "raça em formação" e assinalar que "é patente a sua degeneração, que se afirma em taxa progressiva, quer considerada pelo lado físico, quer pelo intelectual" (p. 2). Levando em conta o exposto, essa alegada raça nordestina era uma ameaça, pois representava um "movimento regressivo", não somente à região, mas também ao país.

Essas declarações encontram eco em uma das "Impressões de São Paulo", a publicada no dia 17 de fevereiro de 1924, em uma das convocações feitas por Oliveira Vianna durante a entrevista que concedeu. Além de defender a importação populacional, sob justificativas raciais, ele chega a insinuar a possibilidade de abolir os presentes que não se encaixem com o padrão desejado. Afirma o sociólogo: "devíamos fazer todo o possível para evitar a acumulação em nosso meio daquelas raças, que assim se revelarem pouco ricas de eugenismo", e insiste que os leitores devem ser "implacáveis" nesse propósito

[63] Conforme o dicionário *Michaelis*, a palavra "caboclo" é usada no Brasil para se referir a pessoas de ascendência mista, geralmente de origem indígena e branca, embora admita que o termo tenha outros significados em diferentes regiões do país.

[64] Na *Bíblia*, a Torre de Babel é uma narrativa encontrada no livro de Gênesis, capítulo 11. Ela descreve uma tentativa dos descendentes de Noé de construir uma torre que chegasse até os céus na planície de Sinear. De acordo com o texto, Deus, porém, confunde as línguas dos construtores, fazendo com que não se entendam, e dispersa-os pela face da terra, dando origem às diferentes nações e línguas.

(p. 6). Conforme às "Impressões do Nordeste", uma dessas raças "pouco ricas de eugenismo" é justamente a dos nordestinos.

É na desumanização da população do Nordeste, entretanto, que se alojam as sentenças mais incômodas quando se trata das suas representações, capazes até mesmo de apequenar todas as vezes que o povo da região é chamado de "matuto" ou recebe adjetivações similares, por serem declaradamente possíveis de serem atribuídas a pessoas. Em uma das negações de dignidade humana aos nordestinos que chamam a atenção, já no primeiro artigo, eles são referenciados como "bípedes", apenas como "bípedes", num tratamento bem diferente da abordagem empática em favor dos "irmãos do Nordeste" que pouco antes ocupou as mesmas linhas do jornal.

> Os bípedes, caminheiros ou estacionados, tanto os grandes, como os médios e os miúdos, eram mestiços acaboclados, que não primavam nem pelo esmero da tez nem pelo apuro das coinas. Era o primeiro indício da seca... (*OESP*, 10/08/1923, p. 4)

Por mais que o termo faça referência a animais que possuem a capacidade de se locomover usando duas patas ou pés, grupo do qual os seres humanos fazem parte, sabe-se que a sua utilização é mais apropriada quando se quer fazer referência a outras espécies animais.

A desumanização ressurge em diferentes momentos das impressões de agosto de 1923, de forma mais elaborada, como no segundo texto, publicado no dia 15 daquele mês, no qual o autor narra uma cena com muitas minúcias estéticas, ainda que não testemunhada por ele: "Na via dolorosa da retirada são mais espectros do que corpos, os que alcançam os mortíferos campos de concentração, sob a aparência de frangalhos de gente" (p. 2). Essa prática, que flerta com a objetificação, escancara portas perigosas, pelas quais se acessa facilmente a discriminação, o desrespeito e a exclusão social.

5.4.1. Caracterizações físicas: homens, mulheres e crianças

Ao abordarem especificamente as características físicas das pessoas que habitam o Nordeste, para apresentá-las ao "Sul", os articulistas dos textos analisados se expressam de maneira impiedosa. Não é sobre inferir ou apreender o dito nas entrelinhas: as descrições são diretas, sem eufemismos ou disfarces. É nas "Impressões do Nordeste" de 15 de agosto de 1923 que os nordestinos ganham, pela primeira vez, uma imagem detalhada na imprensa paulista.

> O homem é geralmente pequeno e descarnado, com tendência à fixação de esqueleto defeituoso, como normal, sobretudo da ossatura toráxica, cervical e craneana. A mulher, raramente atraente, envelhece precocemente pela prematura concepção e excessiva prolificidade, não sendo rara a mãe de quinze filhos e, como resultado, a decrepitude aos quarenta anos. (*OESP*, 15/08/1923, p. 2)

Como se pode perceber, tem-se uma imagem estereotipada e depreciativa do corpo do homem e da mulher do Nordeste. Um corpo supostamente disforme, que não segue os padrões de beleza que, pela própria postura acusatória da análise, seriam encontrados no "Sul". A baixa estatura, a má formação esquelética e o tamanho da cabeça são alguns dos elementos presentes nessa caracterização, que impõe ao nordestino o papel de um Quasimodo, figura central do livro *Notre-Dame de Paris*, de autoria de Victor Hugo, publicado em 1831. O personagem inspirou a Disney[65] a produzir a animação *O Corcunda de Notre-Dame*[66] nos anos 1990 e em *Os Sertões* foi maneira encontrada por Euclides para descrever o sertanejo do "Norte": um "Hércules-Quasimodo", "forte", porém, "torto" e "desengonçado" (1902/1973, p. 128).

Após a definição dessa imagem na cabeça do leitor, Moraes Barros estabelece relações entre a miscigenação e a ocorrência de doenças congênitas, o que explicaria o fato de as pessoas do Nordeste terem a aparência representada. O articulista chega a pontuar o que seriam os quatro "elementos básicos da degeneração" dos nordestinos, que incluíam, além da diversidade genética, questões sociais e de saúde e a ação do meio, recorrendo ao determinismo geográfico, mais uma vez, para explicar o porquê de o Nordeste padecer de certos problemas.

> Não é de estranhar, pois, a consequente elevada porcentagem de homúnculos, cretinos, surdos-mudos, cegos e atrofiados, como produto de tais fatores, visíveis por toda a parte. São elementos básicos da degeneração os seguintes: 1.0 o cruzamento de indivíduos de raças extremas e a subi-mestiçagem; 2.0 a miséria habitual, agravada pelo flagelo periódico; 3.0 o clima quente, sem o ambiente moderador da vegetação; 4.0 as moléstias endêmicas, das quais resultam a anemia linfática e a multiplicação das taras mórbidas nas famílias. (*OESP*, 15/08/1923, p. 2)

As mulheres recebem uma crítica mais nociva que os homens nas impressões de Moraes Barros, o que pode ser observado em diversas menções desrespeitosas, como no texto de largada, de 10 de agosto de 1923, no qual, ao falar sobre as crianças que se aglomeravam à beira da estrada para ver a comitiva passar, ele define as suas mães como "desgrenhadas matrizes". Na criação de animais,

[65] A Disney, abreviação de The Walt Disney Company, é uma das maiores e mais conhecidas empresas de entretenimento do mundo, fundada em 1923. A empresa é famosa por suas produções cinematográficas, parques temáticos e produtos de consumo (Galber, 2020)

[66] *O Corcunda de Notre-Dame* é um filme de animação produzido pela Walt Disney Pictures, lançado em 1996. Baseado no romance *Notre-Dame de Paris*, de Victor Hugo (1831), o filme conta a história de Quasímodo, um corcunda que vive nas torres da catedral de Notre-Dame em Paris.

como gado, o termo "matriz" é usado para se referir a fêmeas adultas capazes de reproduzir. Essa animalização da mulher é parte da prática de desumanização presente em outras passagens dos textos e estabelece conexão direta com o primitivo e o irracional.

Nas narrativas de Lourenço Filho sobre Juazeiro, as críticas ostensivas dirigidas à população feminina estão igualmente presentes, como as que foram publicadas em 19 de novembro de 1925: "mulheres, (...), despenteadas, do aspecto repulsivo, quase todas com a miséria estampada nas faces, dão-se à tarefa de catar insetos à cabeça dos filhos" (p. 3).

As crianças, por sua vez, também têm o seu aspecto visual descrito nos relatos de agosto de 1923. No mesmo trecho do artigo de estreia de Moraes Barros, doa dia 10, que narra os infantes à beira da estrada para visualizar a passagem da comitiva, eles são caracterizados como "peraltas maltrapilhos". Trata-se de um adjetivo usado para referenciar algo ou alguém em estado de desleixo ou sujeira. Somado aos "insetos à cabeça" destacados por Lourenço Filho, forma-se a reduzida imagem preliminar de total descuido das crianças nordestinas.

O diretor de instrução pública do Ceará, ao narrar os fiéis presentes nos domínios do Padre Cícero em sua série de artigos, dá a sua contribuição sobre os traços da população em geral, a exemplo da publicação de 18 de novembro de 1925, ao assegurar que ela apresenta "aspecto de degradação física, de sujeira, de imundice" em "condições de penúria e abjeção": "uma verdadeira síntese da patologia nacional" (p. 3). Na publicação de 19 de novembro de 1925, ele acrescenta que nem mesmo as plantas escapam, pois "parecem também contaminadas da pobreza ambiente". E como as pessoas ao redor, "semelham mendigos" (p. 3).

5.4.2. Caracterizações comportamentais: indolência, fanatismo e violência

Os supostos aspectos comportamentais das pessoas do Nordeste são, do mesmo modo, revelados à medida que os textos avançam, buscando traçar um perfil psicológico daqueles que habitam a região.

No segundo número das impressões de agosto de 1923, por exemplo, Moraes Barros vai visibilizar a relação fraterna encontrável entre as pessoas e o jumento que, segundo ele, "depois da mulher e dos filhos, é o melhor companheiro do homem, com a vantagem de não precisar que se lhe dê de comer". O correspondente chega a alegar que "se o jerico não existisse, seria preciso inventá-lo, pois, sem ele estaria a família humana incompleta nessas ingratas paragens" (*OESP*, 15/08/1923, p. 2).

Sobre a nutrição, pontuada no texto inaugural do médico sanitarista quando ele afirma que o nordestino "vive de farinha e rapadura", o tema ressurge na segunda publicação, de 15 de agosto de

1923, com o fornecimento de mais detalhes: “A alimentação corrente (...) consiste em farinha de mandioca e rapadura, reforçado de quando em quando por um naco de carne de bode” (p. 2). É interessante registrar que, embora o articulista mencione por alto os banquetes oferecidos à comitiva ao longo da “inspeção”, pouco se pormenoriza sobre as iguarias servidas nessas ocasiões, deixando na vitrine apenas a farinha e o naco de bode.

Até a natalidade das famílias é objeto de comentários, em alfinetadas que se repetem, como no segundo texto das “Impressões do Nordeste”, de 15 de agosto, na passagem em que as habitações locais visitadas são explicadas “com média de 9 habitantes por fogão” (p. 2).

Hábitos dos mais simples também recebem maximização, como quando Lourenço Filho faz notar, em 25 de novembro de 1925, na sua série, que as mulheres descansavam de cócoras e os homens, encostados à parede, “deixavam cair o peso do corpo sobre uma das pernas e levavam o pé da outra também à parede”. Hábito esse tão comum, avança ele, que “são poucas as paredes de esquinas, de mercados, de corredores e até de igrejas que não mostrem, à altura de meio metro, as marcas dos pés descalços e os arranhões do salto dos calçados” (p. 3).

Porém, de tudo o que é escrito sobre o comportamento do povo do Nordeste, três características se sobressaem por sua ênfase e repetição: a indolência, o fanatismo e a violência.

5.4.2.1. Indolência no trabalho

Desde o primeiro texto das “Impressões do Nordeste”, publicado em 10 de agosto de 1923, a associação do trabalhador local à indolência, isto é, à falta de disposição para a labuta e outras atividades, é feita reiteradas vezes. Seja de modo expresso, referindo-se ao “estado de apatia, peculiar ao espírito deprimido das populações do sertão” (p. 4) ou por meio de frases que apontem nesse sentido, a exemplo das já pontuadas “vegeta por contemplação” e “com o espírito sempre voltado para o seu pequenino mundo desolador”, todas da mesma publicação.

Ainda é possível pescar metáforas que fazem referência a esse tema, como a utilizada no mesmo artigo para reduzir os nordestinos a pessoas que “se embalam na rede, à espera que o verão passe” (p. 3). Com a comparação simbólica, é descrita uma atitude de passividade das pessoas do Nordeste em relação aos próprios problemas, como que preferissem esperar o tempo passar a empreender grandes esforços ou se preocupar com questões urgentes.

Essa suposta preguiça do trabalhador nordestino reaparece também no texto final dessa série, de 26 de agosto de 1923, acrescida de uma instabilidade, quando é dito que “o operário do Nordeste,

acostumado a meio ano de inação forçada na estação seca, é inconstante, volúvel (...), contentando-se em ganhar o suficiente para não morrer de fome" (p. 4). Em uma única sentença, é posto nesse trabalhador os rótulos generalizantes da inconstância e do conformismo.

Já no texto de número seis de Moraes Barros, publicado em 22 de agosto de 1923, é colocada mais uma desqualificação à mão de obra com origem no Nordeste, quando ele comenta os recursos humanos empregados nas "grandes obras contra as secas". O enviado conta que essas intervenções estruturais utilizaram o "serviço precário da população masculina flagelada" (p. 4). Além de não servirem para a labuta em questão, ele estende essa inadequação do trabalhador nordestino para várias outras atividades, inclusive agrícolas.

Em um dos artigos da sua série, com data de 19 de novembro de 1925, Lourenço Filho dedica linhas para destacar o que seria um costume local das pessoas do Nordeste, manifestado em um indivíduo que se perde "com o olhar fixo num ponto, aparvalhado: idiota" (p. 3), ele mesmo dá o sinônimo. Palavras com significados pejorativos que são usadas para descrever alguém considerado estúpido, tolo, ignorante ou pelo menos que age de maneira insensata.

Se o trabalhador do Nordeste é "indolente" e detentor de outras desqualificações, aqueles com origem na Europa, por sua vez, são apresentados em outra sequência de textos como diferenciados. Quando o general, político e engenheiro Dionísio Cerqueira emite suas "Impressões de São Paulo", em 28 de outubro de 1923, ele justifica a necessidade de importar mão de obra com origem estrangeira utilizando o exemplo paulista: "sem população que servisse avisadamente o seu populoso território, buscou São Paulo o braço europeu, em particular o italiano, o irmão latino cuja alegria é um hino ao trabalho" (p. 4).

Na visão de Moraes Barros, a indolência e a inconstância dos nordestinos poderiam ser vencidas usando do mesmo expediente. De volta ao texto final das suas "Impressões do Nordeste", encontra-se a indicação de que "à medida que for aprendendo no convívio e no exemplo de gente mais aperfeiçoada é que se adaptará a novo regime de trabalho" (p. 4). A "gente mais aperfeiçoada" em questão é a que provém da Europa e a adaptação, claro, seria experienciada pelos trabalhadores do Nordeste. Entre as impressões ora citadas, vale nota, há um intervalo de pouco mais de dois meses, entre 26 de agosto e 28 de outubro de 1923.

É interessante resgatar do capítulo dois que 1923 foi o ano com maior chegada de trabalhadores do Nordeste ao "Sul" até então no século XX, conforme dados do Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração. Essas declarações, portanto, atuam como uma espécie de propaganda negativa do trabalhador com origem nordestina, atestando que as relações de trabalho e o preconceito classista têm a sua parcela de culpa na dinâmica da discriminação em foco. Para além disso: elas foram capazes de definir, de certo modo, quais oportunidade as pessoas do Nordeste poderiam ter no "Sul". Ou nenhuma sequer.

5.4.2.2.Fanatismo na "Meca dos Sertões"

A face "supersticiosa" da gente do Nordeste, referida ainda na primeira impressão de Moraes Barros, é detalhada por ele mais adiante, na sua terceira publicação, em 16 de agosto de 1923, junto da partilha da visita realizada a Juazeiro do Padre Cícero. O enviado relata ter avistado nos domínios do religioso uma "massa de gente soez", isto é, grosseira, formada por "fanáticos boçais". Uma aglomeração tomada como a "maior promiscuidade", "à espera do momento em que possa beijar os pés do santo" (p. 3), alvo de críticas do início ao fim:

> Da gente e do lugar, é medíocre a impressão. (...) Da turba que o assediava, homens e mulheres do aspecto alucinado, olhos esbugalhados, com os braços estendidos atiravam-se por terra, tentando tocar-lhe a barra da batina! (*OESP*, 16/08/23, p. 3)

A "turba" é mais um sinônimo encontrado pelo articulista para reportar a multidão presente à porta do sacerdote. A impressão "medíocre" que ele teve das pessoas e levou para as páginas do jornal deu a sua contribuição à representação do nordestino que se criava no imaginário dos leitores, agora com condições de visualizar mentalmente também um "aspecto alucinado" e "olhos esbugalhados", traços presentes na sua descrição.

Por ter como foco justamente "Joaseiro do Padre Cícero", Lourenço Filho traz em seus artigos muitos pontos sobre o lugar onde se concentrou a sua expedição. Ao longo da série, nas palavras dele, Juazeiro é apresentada como o "reino da insânia", o "império do abracadabra", a "Meca do fanatismo religioso", a "Meca dos Sertões"[67]. Juízos que não ficam restritos ao espaço e ao seu líder. Ao atirar no religioso, com as palavras publicadas em 18 de novembro de 1925, por exemplo, mencionando a saga dos romeiros em busca do "milagreiro" do Ceará, o educador atinge em cheio os nordestinos:

> A maioria passa esquálida, semimorta de cansaço e de privações, alentados só com a ideia de benção do padrinho, o "Padim Ciço", que é, para tais inteligências embotadas, meio ingresso no céu. (*OESP*, 18/11/1925, p. 3)

Lourenço Filho, no impulso de desqualificar o Padre Cícero, colabora com a criação da imagem mental do nordestino estereotipado no "Sul", ao descrever com generalismos aspectos dos fiéis do Nordeste. Na publicação de 25 de novembro de 1925, para ilustrar, ele resume os devotos como "sujos e abatidos", que se apresentam com "os seus largos chapéus de couro ou de palha de carnaúba, os seus

[67] Meca é uma referência à cidade localizada na Arábia Saudita. Conforme Blainey (2008), é considerada o lugar mais sagrado do Islã. É o suposto local de nascimento do profeta Maomé e, por isso mesmo, um destino de grande importância espiritual para muçulmanos de todo o mundo.

bordões e os seus bentinhos, o rifle inseparável e as 'pracatas'" (p. 3) – representação do erro ao pronunciarem sandálias percatas, como é possível deduzir.

O romeiro, para Lourenço Filho, está imerso em "um misto de superstições grosseiras e de feiticismos", num "pesado e avassalador ambiente de demência", onde se tem nada mais que "degradação humana", conforme expresso por ele no mesmo artigo. Ou seja: de acordo com a perspectiva lourenciana, o Nordeste em exibição é um ambiente onde a lógica, o raciocínio e o bom senso estão ausentes, onde predominam comportamentos e situações que não são entendidas como racionais.

> Não vendo ao redor senão rostos macerados, fisionomias impressionantes de iluminados e pertinentes, o que se tem não é nenhuma vontade de rir, mas um furioso apelo à razão, que nos levaria a protestar, a gritar, a chamar à realidade aquele estúpido rebotalho humano. (*OESP*, 25/11/1925, p. 3)

Apesar das balas mal direcionadas que acertam diretamente os nordestinos – como o uso da palavra "rebotalho", um sinônimo para refugo, usado para classificar a população local como resto humano – não falta munição contra o padre. Em "Ecce homo!", "eis o homem" em latim, título do artigo publicado em 27 de novembro de 1925, Lourenço Filho define o sacerdote como "um doente de espírito" que firmou suas "ideias delirantes" no "atraso do povo". Embora a gravura integrada ao texto no jornal represente o Padim, ele não deixa de mencionar a sua cabeça "chata". Depreciação que persegue nordestinos – sobretudo cearenses – até o tempo presente.

Os comentários diretos sobre o "milagreiro" voltam a aparecer ao longo da série, como em 21 de abril de 1926, sem inibições relativas a temas da Igreja Católica ou à idade avançada do sacerdote. Padre Cícero é colocado como o "pontífice do fanatismo" e um "octogenário megalômano, em completa ruína física e mental" (p. 3).

Há um outro ponto que merece igual atenção. Ao afirmar, logo quando anuncia a série, em 18 de novembro de 1925, que em Juazeiro se encontra "a mesma rude superstição, o mesmo fanatismo cego e doentio" (p. 3), Lourenço Filho parece querer acessar uma memória nacional, como que para fazer o leitor estabelecer um paralelo dos eventos em curso com outro episódio religioso marcante. A suspeita, claro, recai sobre Canudos, o que é mais tarde confirmado pelo autor.

É em 23 de abril de 1926, quando Lourenço Filho discorre "sobre a ignorância e o fundo supersticioso do caboclo", e cola mais uma etiqueta estigmatizante sobre os nordestinos, que ele vai mencionar como parte da cultura local "uma tradição indestrutível de messianismo e de sebastianismo" (p. 4). Na publicação de 13 de agosto de 1926, o que antes era sugestão se torna explícito e, de fato ele compara

Juazeiro a Canudos, atestando o Nordeste como um espaço de fanatismo, no qual não é incomum que aconteça eventos semelhantes a uma "guerra santa".

5.4.2.3.Violência do cangaço

O cangaço já era uma realidade no Nordeste antes mesmo da região receber essa denominação. "A grande seca de 1877-1879 é o ponto de partida para o desencadeamento de ações dos grupos de cangaceiros mais famosos do século XIX" (Facó, 1991, p. 136). Trata-se de um fenômeno social complexo, que propicia narrativas distintas, mas que admite ser sintetizado pela presença de bandos nômades que praticavam delitos pelo semiárido nordestino.

Facó (1991) afirma que em 1878, os jornais já "reclamavam enérgicas providências contra salteadores, que continuavam a infestar o interior. Formavam-se todos os dias novos grupos" (p. 136). Reflexo de questões sociais agravadas pelo ciclo das secas, o cangaço durou cerca de 70 anos e tomou maior corpo nos anos 1920 e 1930, com a figura emblemática e temida de Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião[68].

Durante o seu auge, porém, alguns jornais passaram a retratar o fenômeno de forma equivocada, o que contribuiu para uma percepção distorcida segunda a qual as suas práticas eram aceitas pela sociedade local. Uma narrativa estigmatizante que fez como vítimas os muitos nordestinos contrários ao cangaço, mas que foram tachados de violentos a partir de uma associação irresponsável, que criou estereótipos prejudiciais e generalizações injustas.

Uma dessas associações se deu no campo da fé. Na terceira publicação de "Impressões do Nordeste", de 16 de agosto de 1923, Moraes Barros relaciona o que ele mesmo chama de "fanatismo religioso" ao cangaço quando narra a sua visita a Juazeiro do Norte, ainda Juazeiro do Ceará. "E dizem que essa gente, com as 20.000 cabeças a mais que vivem extramuros, são mantidas à socapa do cangaço", fenômeno que ele descreve como a ação de homens que "exercem o banditismo como profissão normal" (p. 3).

Lourenço Filho, na série "Joaseiro do Padre Cícero", faz a mesma conexão. No texto publicado em 19 de novembro de 1925, o educador garante que, na terra do famoso sacerdote, "não há, nas pobres habitações, nem cadeiras, nem mesas, nem camas. Em nenhuma delas faltam, porém, pendurados à parede da sala, o rifle e a efígie do Padrinho" (p. 3). A razão para os habitantes terem apenas

[68] De acordo com Facó (1991), Lampião, cujo nome verdadeiro era Virgulino Ferreira da Silva, foi um famoso líder cangaceiro, conhecido por suas habilidades de combate e por desafiar as autoridades durante o período entre as décadas de 1920 e 1930. Sua figura é envolta em mitos e lendas, representando um tipo de resistência e a luta pela justiça social na região.

uma arma, a imagem do "milagreiro" e nada mais é explicada mais adiante, no mesmo artigo, quando ele acrescenta que se trata de um "arraial sórdido e miserável, sem higiene e sem trabalho, abrigo de peregrinos e de cangaceiros da pior espécie" (p. 3).

Em outras oportunidades, Lourenço Filho volta a estabelecer a ligação fé-cangaço. Não quando narra a visita de Lampião e seu bando ao Padre Cícero, afinal foi fato que aconteceu, ainda que ele tempere com o adendo extraído de um jornal cearense que afirmou que o cangaceiro "estava no Juazeiro com a confiança e a calma de um cidadão que nada deve à justiça e quase com honras de triunfador" (*OESP*, 21/04/1926, p. 3). O problema maior está em ele sustentar no artigo de 27 de novembro de 1925 que os milagres relativos à beata Maria de Araújo, nos anos 1890, marcaram a chegada dos romeiros e de "gente da pior espécie que procurava a nova Jerusalém, como um couto para todos os crimes" (p. 3).

A pecha de violência, logo, não se limita ao fenômeno do cangaço em si, que poderia ser considerado como um evento distante para a maioria da população, mas ao apresentar associações como essa, os articulistas fizeram com que o banditismo ganhasse status de coisa comum. O reforço dessa ideia se alimentou das narrativas sobre a indiferença dos governos locais, que pareciam participar, ainda que pela postura negligente, do movimento, conforme a série "O banditismo no Nordeste" expôs, quase que como um folhetim, com muita violência, fugas e emboscadas.

Já na primeira publicação, em 4 de fevereiro de 1927, que corresponde na verdade a trechos de carta enviada por pessoa não identificada do Nordeste, é exposto que "os facínoras têm saqueado diversas localidades, matando gente e animais, incendiando propriedades, desonrando famílias", praticando, portanto, "crimes dos mais perversos e hediondos" (p. 6). O governo local é dado como inerte e a polícia, "estafada e covarde", o que permite que o bando avance sem obstáculos.

Em 16 de junho de 1927, a mesma série traz novas acusações de "indiferença" e "descaso" entre os governadores, apesar do cenário detalhado de cidades aterrorizadas, com famílias deixando suas casas em busca de refúgio mais seguro. A denúncia segue em 23 de junho de 1927, com mais uma publicação. Dessa vez, autoridades cearenses acusam a polícia paraibana de conivência, creditando a ela parcela de culpa na "grande horda que flagela os sertões do nordeste brasileiro" (p. 2).

Nos relatos que chegaram ao jornal e ganharam as páginas do impresso em 11 de julho de 1927, declarações prestadas pelo senhor José Ribeiro da Costa com mais acusações. Afirma o correspondente em relação a Lampião: "O Ceará oficialmente entende-se com ele e o protege", "o governador Moreira da Rocha e o Padre Cícero garantem-lhe plena liberdade de locomoção" e "a polícia do meu Estado não

se incomoda" (p. 3). Ribeiro da Costa apresenta a conivência de uma porção de Nordeste onde "ninguém se mexe" e, assim, expõe o Ceará como asilo invulnerável de Lampião.

Existem duas visões que explicam o cangaço na historiografia brasileira: a primeira o classifica como forma de resistência social e luta contra a opressão; a segunda o define como crime organizado, sem qualquer orientação política e social (Facó, 1991). O fato é que o cangaço reforça a ideia do Nordeste como terra violenta e sem lei e o universo em torno do movimento foi incorporado à representação imagética do povo da região.

É desse contexto do Nordeste violento do cangaço e dos coronéis que advém a expressão "cabra macho", referente a um homem valente, destemido, que não demonstra fraqueza, que resolve tudo na bala ou na ponta da peixeira e não leva desaforo pra casa. Com origem na oralidade, a expressão se tornou um símbolo de virilidade e posteriormente foi muito difundida pela produção cultural, principalmente em expressões artísticas tomadas como tradicionais, a exemplo da literatura de cordel e de letras de músicas de forró e baião.

A compreensão desse tópico passa pelo entendimento de que as identidades de gênero são formadas com base nas relações de poder, conforme explicado por Connell (2016). A cultura, por meio de discursos, desempenha um papel relevante na produção dessas identidades, definindo o que significa ser "homem" e o que significa ser "mulher". As normas tradicionais de masculinidade refletem e perpetuam hierarquias de poder, valorizando características como a força. Trata-se, portanto, de uma construção social de afirmação e autoafirmação, fermentada por um contexto de violência e de medição de forças, sobretudo com o determinismo a dizer que o meio ambiente hostil é que torna o ser humano dessa maneira.

5.5. Comparações sociais, "raças" e regionalismo de superioridade

Uma das convergências percebidas entre os textos analisados é que, quando os autores se dão ao trabalho de comparar o "Sul" com esse "novo" recorte de Brasil, o Nordeste, e os habitantes das duas regiões, há uma forte carga de regionalismo de superioridade, em diálogo estreito com o conceito de "nós" e "eles" e a procura de distintividade positiva (Tajfel, 1964). Tudo percebido pelos "nossos olhos sulinos" (p. 3), como admitido na estreia das "Impressões do Nordeste", que ganhou as ruas em 10 de agosto de 1923.

Nesse primeiro texto da série, por exemplo, Moraes Barros demarca o "Sul" como lugar de redenção, quando afirma que muitos nordestinos "em busca de arena mais propícia", deslocaram-se

para “fundir os seus labores” (p. 3). Muito mais que uma simples comparação, é interessante observar como o contraste surge com o fatalismo da graça do “Sul” e da desgraça do Nordeste, sem qualquer relação com a mão do poder público. Ou a ausência dela.

> Acossado pela ingratidão do candente berço, em levas de esquálidos retirantes, viera curtir saudades infindas na operosidade do generoso seio sulino, quem sabe se ainda em dúvida, entre a miséria de lá e a abundância daqui, “se não seria um agridoce pungir de acerbo espinho” deixar os ossos calcinando na fornalha natal. (*OESP*, 10/08/1923, p. 3)

Mas nem todas as impressões publicadas naquele ano foram depreciativas. Estava em curso uma outra sequência de textos, não uma série propriamente, porém com conteúdo que interessa esta análise e, não por acaso, com nome similar: “Impressões de São Paulo”. Mesmo São Paulo não representando uma novidade, principalmente para os leitores do próprio estado, onde o jornal era editado, tratou-se de garimpar elogios feitos em outros órgãos de imprensa com relação à sua gente, estrutura e administração para compartilhá-los nas páginas paulistas.

Em 28 de outubro de 1923, como exemplo, foram publicadas as impressões de Dionisio Cerqueira, que visitou São Paulo com uma turma de doutorandos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e escreveu sobre a excursão científica originalmente para o *Jornal do Commercio*, editado na capital fluminense. São Paulo, nas palavras de Cerqueira, é “este grande Estado, o primeiro do Brasil, é sempre o da vanguarda” (p. 4). Para ele, “basta uma análise comparativa da terra dos Andrades com o resto do país para mais belo realce do brilhante Estado” (p. 4).

Ao mencionar “a história aventureira e heroica dos bandeirantes”, Dionísio Cerqueira adentra o mérito da racialização e credita o “progresso incontestável” de São Paulo ao paulista: “o homem é bom, o descendente da raça forte que desbravou o sertão” (p. 4). Declaração que dialoga com os “tipos humanos” apresentados por Napolitano (2022) e que aponta para uma “raça” diferenciada em relação às que se pode encontrar no resto do país. O bandeirante foi moldado como ator histórico e social positivo. O herói aparece nas impressões sobre São Paulo, já o anti-herói é o que se apresenta nas impressões do Nordeste.

Esse pensamento é mais bem explorado nas “Impressões de São Paulo” de 17 fevereiro de 1924, numa reprodução de entrevista do “ilustre sociólogo” Oliveira Vianna à *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, a qual é justificada logo na abertura, pois “não podemos fugir ao prazer de transcrevê-las” (p. 6). Além de todo o “deslumbramento” do entrevistado sobre a “maravilhosa capital” paulista, ele expõe detalhes de uma “política de arianização intensiva da nossa raça” (p. 6), tendo São Paulo, a partir da contribuição dada por trabalhadores da Europa, como exemplo a ser seguido pelo Brasil.

> Os velhos paulistas foram sempre uma raça exuberantemente fértil em tipos moral e fisicamente eugênicos – e é este, precisamente, um dos traços que mais os distinguem dos outros grupos nacionais. O afluxo moderno dos colonos europeus tenderá a reforçar ainda mais essas aptidões eugenísticas da gente paulista. (*OESP*, 17/02/1924, p. 6)

Conduzido pelas perguntas, Oliveira Vianna então conclama o país para unir forças em favor do branqueamento da população e do melhoramento racial. "Devemos fazer todo empenho em aumentar o 'quantum' de sangue ariano no nosso povo" (p. 6), como sendo um dos pontos capitais de uma política – por mais contraditório que possa parecer – verdadeiramente nacional. Isso porque ele estaria "absolutamente convencido de que o Brasil será tanto maior, quanto mais arianizado o seu povo" (p. 6).

A convocação de Vianna não para por aí. Além da importação populacional, ele considera a ideia de o país se prevenir daqueles que não atendem ao padrão desejado. O sociólogo afirma o seguinte: "devíamos fazer todo o possível para evitar a acumulação em nosso meio daquelas raças, que assim se revelarem pouco ricas de eugenismo" (p. 6), uma causa pela qual todos devem unir forças e ser "implacáveis". Vianna fala ainda em estudar com mais profundidade o tema pois, assim, "poderíamos saber qual a corrente imigratória que nos seria mais conveniente intensificar e favorecer" (p. 6), apesar de ele manifestar uma preferência:

> Tenho pela raça italiana a mais viva admiração. É uma raça ativa, inquieta, ardente, exuberante e considero-a um dos mais preciosos elementos de refusão da nossa velha raça. Destas raças arianas, a raça italiana é uma das mais sadias e mais ricas em eugenismo. (*OESP*, 17/02/1924, p. 6)

Ao comparar, ainda que indiretamente, o Nordeste com São Paulo, as vozes presentes nas séries intituladas de "Impressões" atribuem ao maior eugenismo da suposta raça paulista as vantagens dessa população e do espaço geográfico que habita. Admiradores declarados da alegada superioridade dos imigrantes europeus e confessos possuidores de uma visão depreciativa do nacional, Moares Barros e Vianna enxergam no nordestino o próprio exemplo da degeneração racial, por se tratar de uma população com excesso de mestiçagem. Ou seja: para eles, o Nordeste era inferior por sua própria natureza e pela natureza da sua gente.

Merece atenção a concomitância dessas séries e o momento da história em que elas acontecem. As afirmações de Vianna e Cerqueira se deram justamente quando São Paulo buscava se consolidar na liderança político-econômica nacional. Foi a partir dessa necessidade que intelectuais foram aproveitados em meios de comunicação, com narrativas comparativas carregadas de inferiorização e valorização, muitas vezes na forma de regionalismo, para que o Brasil que dá certo, como queriam convencer,

pudesse ser legitimado pelos brasileiros. O contraponto com o Nordeste, claro, ajudava São Paulo a construir essa narrativa.

5.5.1. Nova colonização e injeção de sangue europeu

A vontade de branquear a população e de melhorar as supostas raças nacionais presente nos escritos que apresentavam as "Impressões de São Paulo" também atravessa as "Impressões do Nordeste" e se manifesta nas recomendações expostas para que a região pudesse superar as dificuldades ocasionadas pela alegada degeneração da sua gente.

É na segunda publicação de Moraes Barros, de 15 de agosto de 1923, que os seus escritos flertam com o que havia de mais racista no Brasil do início do século XX: a tentativa de mudar o perfil étnico da população, cujo movimento maior foi o incentivo agressivo à imigração de trabalhadores brancos da Europa. Com origem principalmente italiana e alemã, eles desembarcavam para trabalhar nas lavouras de café do Sudeste e Sul do país, com a intenção, como visto no capítulo dois, de fazer valer uma ideologia racista e melhorar a genética dos brasileiros.

É com base nesse pensamento eugênico que um remédio é receitado para o Nordeste, ainda na segunda impressão, pelo médico sanitarista: "faz-se mister que ao par das grandes obras, que assegurarão a labuta sadia e remuneradora, se faça naquelas populações depauperadas, injeção consentânea de sangue restaurador, europeu" (*OESP*, 15/08/1923, p. 2) contra a deterioração populacional. Ou se faz isso, avança o articulista, ou continuará "a progressão do aniquilador amalgama" atuando de modo indesejado "até o completo abastardamento étnico da região" (idem).

A raça degenerada de nordestinos precisava, na visão do correspondente, de sangue europeu. E uma das maneiras de tornar isso possível, conforme diferentes trechos dos seus escritos, era por força de um processo de nova colonização. Na oitava publicação, de 24 de agosto de 1923, o tema é trabalhado com afinco, com a declaração de que "a colonização parcial, como escola, impõe-se como decisivo" (p. 2) para a obtenção de resultados esperados com as intervenções das grandes obras. A chegada de imigrantes, logo, surge como "providências premonitórias", mesmo porque a ineptidão local poderia arriscar os investimentos estruturantes.

> Falamos em colonização, como elemento imprescindível à exploração econômica do solo do Nordeste, porque estamos convencidos de que o braço trabalhador local é temporariamente inapto, e só na escola do trabalhador exótico poderá habilitar-se para produzir economicamente. (*OESP*, 24/08/1923, p. 2)

No texto final, de 26 de agosto, ainda com a intenção de convencer sobre o remédio prescrito, discorre-se sobre um "cotejo necessário", quer dizer, uma comparação necessária, entre o Nordeste e os estados do "Sul" onde houve uma presença mais recente do colono europeu, para reforçar as vantagens da metodologia eugenista. A ideia apresentada para o Nordeste seria implantar núcleos coloniais, a começar pelas serras, para "desfazer os primeiros obstáculos que a fama do clima opõe" (p. 4). A entrada do trabalhador estrangeiro, segue o fio, tornaria possível a criação de "núcleos de propaganda, núcleos chamarizes" (p. 4). E então, das serras, os estrangeiros passariam para as vargens enxutas.

A explicação de todo o plano é encerrada com um arremate: "sugerimos o colono como elemento educador para adaptação e aproveitamento dos nossos operários nativos" (*OESP*, 26/08/1923, p. 4). Ou seja: pela observância do enviado do "Sul", o que faltava no Nordeste não era propriamente atenção governamental, mas sim a presença recente europeia, de uma raça entendida como superior, e capaz, por isso mesmo, de mudar a realidade da região.

5.5.2. O "Sul" segundo o Nordeste

Merece ser mencionado que, enquanto as "Impressões do Nordeste" esmiuçavam a "nova" região sob o olhar crítico do "Sul", as "Impressões de São Paulo" destacavam as qualidades do estado paulista a partir da fala de atores de diferentes localidades do país, inclusive nordestinos.

Para ilustrar, na publicação de 14 de janeiro de 1925, o subtítulo da sequência anunciava "a impressão de um jovem cearense", e divulgava o relato do escoteiro José de Lima Verde, que visitou São Paulo partindo em excursão da "terra de Iracema". Também no subtítulo, destacado, o que mais interessava das suas impressões sobre a terra dos bandeirantes em três palavras: "progresso, hospitalidade e patriotismo".

Em 9 de julho de 1929, é dada voz a outro cearense. Dessa feita, o governador do Estado, José Carlos de Matos Peixoto, em mais uma transcrição. São trechos de entrevista concedida por ele ao *Correio do Ceará*[69] após viagem realizada ao estado paulista. "São Paulo é, no Brasil, o centro para onde convergem todas as vistas do país" (p. 6) e constitui, segundo o próprio governador cearense, "o padrão de dinamismo, de atividade, de progresso e de civilização, que desperta o nosso orgulho, e estimula a outras unidades da Federação" (p. 6).

[69] O *Correio do Ceará* foi, conforme o site do *Jornal do Comércio do Ceará*, um importante jornal cearense, fundado no contexto da seca de 1915 e atuante até o século XX. O jornal desempenhou um papel significativo na divulgação de notícias e na formação de opinião pública na região (acesso em 26 de junho de 2024).

Como se vê, usavam pessoas do Nordeste para declarar positivamente sobre o "Sul", como meio de legitimação de poder, e pessoas do "Sul" para testemunhar negativamente sobre o Nordeste. Uma forma de influenciar a percepção pública sobre as diferentes regiões, criando narrativas tendenciosas tomadas por preconceitos regionais. Essa prática levou a uma compreensão distorcida da realidade, a começar pela presunção de que em um lugar só havia vantagens e no outro, apenas desvantagens, sem considerar a diversidade desses espaços e sobretudo das suas populações.

5.5.3. Comparações administrativas

Com relação ao aspecto estrutural e administrativo, nas impressões de Dionísio Cerqueira, de 28 de outubro de 1923, sobre "este grande Estado, o primeiro do Brasil", ele assegura que "observa-se no Estado de S. Paulo seguimento administrativo" (p. 4). Isso porque "seus governos levam a efeito programas que se encadeiam na decisiva obra de aperfeiçoamento coletivo" (p. 4).

Ainda de acordo com as palavras do general, político e engenheiro, "a capital paulista modernizou-se por maneira que o forasteiro se sente como em centro europeu, confortável e aprazível" (*OESP*, 28/10/1923, p. 4). Quer dizer: Cerqueira materializa no texto um anseio que permeava na sociedade.

Nas "Impressões de São Paulo" que têm como voz o governador do Ceará, de 9 de julho de 1929, o tom político é dado no final da entrevista de Matos Peixoto, quando ele é questionado sobre a administração pública local. Ao que ele responde: "Não há em São Paulo duas opiniões quanto à capacidade administrativa do sr. Júlio Prestes[70], que tem feito no grande Estado um governo progressista e modelar" (p. 4). E prossegue nas afirmações elogiosas ao realçar que a gestão é "de uma atividade intensa e de um dinamismo fora do comum" (p. 4).

Enquanto isso, na trama apresentada pela série "O banditismo no Nordeste", há uma sequência de acusações de negligência e ineficiência por parte dos governos locais e, de maneira mais grave, acusações de cumplicidade em crimes promovidos pelo cangaço. Já as "Impressões do Nordeste" pouco mencionam as administrações estaduais, tratando suas ações como não relevantes, e apontam na verdade para uma completa dependência da região em relação aos esforços da União.

[70] Júlio Prestes foi um político que exerceu o cargo de presidente do estado de São Paulo e, posteriormente, foi eleito presidente do Brasil em 1930, embora não tenha assumido o cargo devido à Revolução de 1930 (Napolitano, 2022).

5.6. (Des)necessidade de investimentos: “obras de Santa Engracia”

Ao longo das “Impressões do Nordeste”, embora em algumas passagens as grandes obras realizadas na região sejam reconhecidas como necessárias, em diversos outros momentos questiona-se tanto suas vantagens econômicas quanto humanitárias. Isso quando os trabalhos não são acusados de morosos, o que acontece reiteradas vezes, a exemplo da publicação de 19 de agosto de 1923, na qual as realizações são comparadas a “obras de Santa Engracia”.

Popular em Portugal, essa expressão é utilizada para fazer piada sobre algo que nunca é concluído. Sua origem remete ao caso de uma igreja de Lisboa que passou por várias reformas ao longo de três séculos sem ser finalizada. O suposto atraso é uma crítica frequente nas impressões em relação às grandes obras, levantando dúvidas sobre a seriedade e a competência empregadas na sua execução. As ações anunciadas em 1919 já eram motivo de piada em 1923, sendo comparadas a um episódio cômico que envolve uma espera de cerca de 300 anos.

Outra crítica recorrente diz respeito ao custo das intervenções. Na estreia, é afirmado de imediato que “tudo isso custa caro e muito caro, por ser feita em terra desprovida de recursos e, ainda mais, por ser, no caso, o Brasil o tesoureiro, isto é, o governo federal” (*OESP*, 10/08/1923, p. 3). No texto de 19 de agosto, fala-se em “imenso dispêndio” com grandes açudagens, que apenas “servirão de refúgio pra retirantes nas épocas calamitosas” (p. 4). Já na publicação do dia 23, quanto às estradas de rodagem, é feito o seguinte comentário: “chegam a ser exorbitantes os preços unitários quilométricos de algumas delas”, o que demanda, conforme o articulista, “explicações mais amplas” e urgentes (p. 4).

Sobre o “imenso dispêndio” em curso, Moraes Barros chega a lamentar que recursos tão valorosos sirvam a essa finalidade. “Manda a equidade que o nordestino seja assistido dentro do próprio Nordeste, ainda que tal assistência (...) se assemelhe um tanto à curatela de um grande asilo nacional” (*OESP*, 10/08/1923, p. 4). Na publicação de 19 de agosto, o enviado pergunta se “para poupar terrenos de cultivo tão precário, valeria a pena despender tanto dinheiro” (p. 4), o que ele mesmo responde, no texto do dia 24: “Esta alta cifra basta para justificar a afirmativa de que o objetivo econômico não será alcançado” (p. 2).

A crítica sobre os custos se desdobra no decorrer da série em uma acusação de falta de planejamento, que também inclui a ausência de estudos prévios sobre a geografia da região. No texto de 22 de agosto, para exemplificar, Moraes Barros pontua que “é de notar haverem sido muitas delas (as obras) atacadas sem orçamentos prévios, apenas algumas precedidas de cálculo global, cuja aproximação deixa muito a desejar” (p. 4). A falta de estudos anteriores seriam a

causa de existirem, naquele momento, a título de demonstração, "diversos poços não aproveitados em razão da impotabilidade da água" (p. 4).

A soma dos fatores morosidade, custos elevados e ausência de estudos preliminares leva à percepção de que as grandes obras eram, de certa forma, uma irresponsabilidade, seja pela falta de planejamento ou pelas dificuldades de se cumprir um calendário. Além disso, o componente migratório, ou seja, o deslocamento de trabalhadores, é usado como mais um adicional na construção narrativa que visa a mudar o status das obras de necessárias para desnecessárias.

> Tão edificante nota da indiferença nordestina, testemunhando a preferência de morrer a população à míngua, antes que se fixar onde a terra faculta trabalho permanente, garantidor da existência, implica a possibilidade de, em pura perda, estarem sendo construídas as custosas açudagens. (*OESP*, 18/08/1923, p. 4)

De modo quase que conclusivo, no artigo de 24 de agosto, os trabalhos são definidos como importantes, mas passíveis de serem aguardados. Com relação às estradas de ferro, "são necessárias", porém, "sem prejuízo poderiam esperar" (p. 4). Da mesma forma, os portos, pois "apesar da sua indiscutível necessidade", sua "construção avoluma consideravelmente o vulto das despesas" (p. 4). Para o correspondente, a quem coube o julgamento das grandes obras, a pedido do chefe maior da nação, "não haveria mal em esperar que o início do desenvolvimento econômico (...) reclamasse os respectivos melhoramentos" (p. 4).

Na publicação de 25 de agosto, que conta com a assinatura de André Veríssimo Rebouças, quase que um resumo sobre todo o exposto em pequenas doses nas "Impressões do Nordeste", com uma carga opinativa ainda mais incisiva e sem freios para acusar. Diz ele que o IFOCS, a inspetoria que cuidava das intervenções, trabalhava "atendendo não a conveniências gerais, mas às conveniências de uma política de campanário que reclama o açude que convém ao coronel" (p. 2). Todo o esforço era, e não passava disso, apenas um "regime dos paliativos, tão caro a todos nós", porque com as obras, o "grande flagelo do Nordeste" se tornou o "grande flagelo do Tesouro" também (p. 2).

Convém resgatar aqui o que já foi explorado no embasamento teórico, sobre o quanto a saída do paraibano Epitácio Pessoa da presidência da República, em 1922, e a extinção da "Caixa das Secas" desorganizaram as realizações federais no Nordeste. Conforme Souza (2008), na espoliação que sucedeu o corte às grandes obras, vários estados do "Sul" tiveram ganhos. Só para Minas Gerais, terra do novo presidente, Arthur Bernardes, "foram transferidos da Caixa das Secas 35.000 contos" (p. 270), usados para investimentos estruturantes. Todos necessários, claro, e diferentes dos que ocorriam no Nordeste, não poderiam esperar.

5.7. Resultados e discussão

As séries dos anos 1920 analisadas compartilham as mesmas páginas de jornal, mas também a repetição de temas, a abordagem do Nordeste já com essa denominação e os julgamentos relativos à sua gente. Além disso, oferecem, quase que como regra, narrativas favoráveis ao "Sul" e desfavoráveis ao "novo" recorte espacial estabelecido pela seca. É na interseção dessas narrativas, muitas vezes complementares, que a imagem da região recém-fabricada se define, assim como a daqueles que nascem em seus domínios, condicionados pelo ambiente geográfico a serem o que uma terra árida e seca é capaz de permitir.

As "Impressões do Nordeste" e as "Impressões de São Paulo", muito próximas no tempo, trataram de estabelecer os contrapontos necessários, pois é na comparação que as definições se firmam e se respaldam. Principalmente quando se bebe das fontes dos regionalismos de inferioridade e superioridade. Por mais que as séries "Joaseiro do Padre Cícero" e "O banditismo no Nordeste" pareçam dedicar-se apenas aos temas anunciados nos títulos, essas sequências também oferecem adjetivações determinantes e evidenciam contrastes.

O Nordeste era uma novidade para o "Sul" e o nordestino, também, pelo menos com essa identificação regional. A partir de caracterizações físicas e psicológicas detalhadas, que permeiam boa parte dos textos, foi possível concebê-lo e imaginá-lo. Resultado de uma construção que contou com a mão tendenciosa da imprensa, pautada pelos interesses que interferiam no seu ofício de reportar e pelas vontades incutidas no íntimo dos leitores.

A mestiçarem era tratada como uma raça impura, degenerada e atrasada e o nordestino tinha no caboclo, no mestiço, a sua representação mais proeminente. Na elite e na burocracia estatal, predominava uma visão de supremacia branca, com a importação de genes, e existia um desejo de que São Paulo e o Brasil refletissem uma essência europeia. O nordestino chega à vitrine nacional, portanto, como o produto que o país se recusava a ter.

Nas páginas que abriram espaço para apresentar a "nova" região, o Nordeste rural fracassado prevalece, sem qualquer sinal de prosperidade, litoralidade ou urbanidade, mesmo Recife e Salvador figurando entre as maiores cidades do Brasil. O Nordeste em absoluta redução, como lugar onde habita uma população "defeituosa", "indolente", "fanática" e "violenta", por vezes abordada com desumanidade. Como se percebe, em nenhum momento os articulistas se compadecem das pessoas e do seu sofrimento. Os "irmãos" agora invalidados. A depreciação, se não resultado de um projeto planejado, foi uma consequência inevitável.

O tempero dessa história um tanto maniqueísta era a disputa inter-regional que seguia em andamento, com o confronto bem aquecido entre as elites ascendentes do Sudeste e as que estavam em declínio no Nordeste, como os coronéis e os senhores de engenho, que viram o seu prestígio político encolher junto das economias do algodão e do açúcar. O Nordeste virou foco de atenção porque era uma região cujas elites ainda disputavam a hegemonia nacional e todo o investimento recente feito pela União com as grandes obras significava o remanejamento de recursos reivindicados pelo "Sul", que se afirmava como o novo centro de poder.

Não há como desassociar todas essas declarações de uma tentativa de frear a atenção do governo federal pelo Nordeste, renovada na gestão de Epitácio Pessoa, quando se questiona até a necessidade dos investimentos para socorrer a sua população. É fácil entender o esforço intelectual de alguns artigos como um argumento utilizado pela elite do "Sul" com o objetivo de evitar que recursos fossem direcionados para outra região do país.

As políticas em vigor encaravam a seca não como um fenômeno natural, mas como um problema a ser combatido. Sem uma atenção séria de convivência, que garantisse o acesso à água e a alimentos, levas de trabalhadores do Nordeste migraram principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro, mas também para o Norte do país, afastados não pela estiagem em si, mas por fatores socioeconômicos. Ao chegarem a seus destinos, deparavam-se com um contexto pós-abolição, no qual a discriminação da mão-de-obra negra limitava suas oportunidades, já que eram em maioria pretos e pardos, e os relegava a funções subalternas, muitas vezes relacionadas a serviços anteriormente realizados por pessoas escravizadas.

É importante ressaltar que, além do que foi apresentado nos artigos de 1920, deve-se considerar também o que já havia sido discutido sobre o "Norte" e a sua população antes da criação do recorte regional Nordeste. As impressões de Moraes Barros e a perspectiva lourenciana reproduzem cenas de *Os Sertões*, por exemplo, que aliás se tornou fonte de informação para todos que acessaram a região após o livro ser lançado. O termo "Norte", porém, ainda guardava uma associação à memória do apogeu da cana e ao ciclo da borracha[71], o Nordeste, por sua vez, já nasceu atrelado à seca e às suas dificuldades.

É justamente por essa razão que o material analisado significou tanto sobre esse espaço até então desconhecido e principalmente sobre o seu povo. Como se vê, trata-se de um marco na construção dos estereótipos do povo do Nordeste, profundamente atravessado por uma visão eugênica, a partir de uma

[71] O ciclo da borracha foi um período de grande desenvolvimento econômico na região amazônica, durante o final do século XIX e início do século XX. Foi impulsionado pela crescente demanda mundial por borracha natural para a produção de pneus e outros produtos industriais. A extração e exportação de látex da seringueira foram atividades econômicas dominantes nesse período, atraindo um grande fluxo migratório para a região e contribuindo para a formação de cidades como Belém e Manaus. (Adas, 1998; Sene e Moreira, 1998).

São Paulo dominada por um pensamento discriminatório e eurocentrista, do qual a imprensa nacional comungava com entusiasmo.

Essas palavras não ficaram restritas à década de 1920. O imaginário do Nordeste como região de seca, fome, retirantes, coronelismo, cangaço e messianismo foi amplamente difundido pela própria imprensa e pela produção cultural posterior e, por isso mesmo, esses elementos estão vivos até hoje. Cem anos depois, esse reducionismo segue ativo, com a reprodução do discurso firmado naquele tempo, acrescido de camadas de estereotipação sobrepostas ao longo do século transcorrido (Castro, 1992; Zaidan Filho, 2001; Albuquerque Jr., 2007).

A primeira imagem do nordestino foi moldada de forma estereotipada, marcada por exageros, generalismos e inferiorizações, tendo uma persistência notável. Se em relação ao Nordeste, Freyre (2004) afirma que o termo, quando foi difundido, era diretamente associado a obras contra as secas, a sua população, por sua vez, foi associada de imediato às primeiras impressões. O tipo nordestino, seguramente, ganhou uma "cara" em 1920, que não se desfez.

Uma dúvida, entretanto, permanece. Se passaram a não admitir o envio de recursos para ajudar a população do Nordeste, mas ao mesmo tempo preferia-se empregar imigrantes europeus no "Sul", qual seria então o destino dos nordestinos, já que não poderiam ser contemplados em qualquer uma das regiões? A subalternização social ou nem mesmo fazer parte dessa sociedade? "Devíamos fazer todo o possível para evitar a acumulação em nosso meio daquelas raças, que assim se revelarem pouco ricas de eugenismo" (*OESP*, 17/02/1924, p. 6). Oliveira Vianna parece ter a resposta.

6. A reação do Nordeste e novas camadas de estereotipação

As investidas do "Sul" provocaram reações, e a resposta do Nordeste teve início a partir de 1925, liderada por Gilberto Freyre. Ao tentar visibilizar o Nordeste remanescente do açúcar, o polímata pernambucano se empenhou no propósito de afirmar essa porção de Brasil como viável sob o ponto de vista econômico e berço da cultura nacional. Ou seja: um Nordeste próspero e intelectualmente ativo, em marcante contraste com a imagem que era apresentada do outro lado do país.

Mas as reações da elite nordestina não foram orquestradas e seguiram caminhos opostos. Conforme argumentado por Castro (1992), a classe política local enxergou na exposição das fragilidades causadas pelas secas uma oportunidade para construir um discurso conveniente, reforçando cenários de miséria e fome. Ela aponta ainda que a iniciativa do governo federal de unificar o espaço geográfico afetado pelo fenômeno, chamando-o de Nordeste, foi aproveitada por políticos que compreenderam que a soma de suas forças em torno de uma agenda comum poderia restabelecê-los no centro do poder.

Além disso, parte da produção cultural dos anos 1930 e subsequentes, quer fossem para denunciar negligências ou para explorar elementos tidos como regionais, contribuíram para reforçar a visão do Nordeste como uma região marcada pelo atraso absoluto. Tanto na literatura quanto no audiovisual, mesmo sem intenções depreciativas, as primeiras "Impressões do Nordeste" parecem persistir, perpetuando representações generalistas no tempo, acrescidas, de quando em quando, de novas camadas de estereotipação (Zaidan Filho, 2001; Albuquerque Jr., 2011; Sousa e Marcolino, 2016).

Após a investigação inicial, este capítulo visa aprofundar-se na perpetuação da ideia estereotipada do Nordeste e da sua população no decorrer do século XX e início do século XXI. O intento a seguir é explorar como essas concepções limitadas ganharam novas camadas e se mantiveram até o tempo presente. Serão examinadas as linhas de continuidade que evidenciam os percursos a partir da atribuição da denominação "Nordeste", quando as primeiras impressões sobre essa "nova" região e seus habitantes ganharam as ruas.

6.1. O *Livro do Nordeste* e a tentativa de Freyre

Em 1925, quando o Nordeste descrito pelo "Sul" já havia começado a ser difundido no país, Gilberto Freyre teve a iniciativa de reunir intelectuais para mostrar o que o recorte espacial recém-batizado com essa denominação tinha de melhor, nos campos social, cultural e econômico. Com esse movimento, a edição comemorativa do centenário do jornal *Diário de Pernambuco*, editado em Recife, transformou-se no

Livro do Nordeste, um contraponto editorial que pode ser entendido como a certidão de nascimento da região, emitida em 7 de novembro daquele ano.

O *Diário de Pernambuco* desempenhava um papel fundamental na disseminação das reivindicações locais e dos estados vizinhos. Era o principal veículo responsável por defender tanto as questões culturais quanto econômicas da mais "nova" região do Brasil. No conteúdo do *Livro do Nordeste*, são abordados elementos que apontam para a prosperidade da cultura da cana-de-açúcar; a arte de Manuel Bandeira; o pioneirismo da escritora feminista Nísia Floresta; e outros atributos do espaço que estava sob a mira de interesses.

No artigo "Vida social no Nordeste", presente na edição especial, que analisa os "aspectos de um século de transição", Freyre afirma que "comparando o Nordeste de 1825 com o de 1925 tem-se quase a impressão de serem países diversos" (p. 75). Esse recorte, não sendo uma ocorrência única, indica uma consciência de que o próprio Nordeste já se reconhecia como uma região separada do "Norte" e percebia essa condição como algo antigo, com o apontamento de vários elementos, e não somente a seca, que justificavam a unidade regional. São escritos, portanto, que servem como uma espécie de comprovação da identidade da região.

Nesse mesmo artigo, como é feito ao longo da edição especial, tem-se uma oposição ao que era apresentado em São Paulo. Freyre relata que a nova paisagem do Nordeste havia perdido o ar provincial de outrora para "adquirir o das modernas fotografias de usinas e avenidas novas", onde "beirando os canaviais e algodoais (...) correm linhas telegráficas, fios de telefone, vias férreas". Os trens, inclusive, de acordo com ele, agora integram a paisagem, assim como os automóveis, "em vez dos carros de boi". Um Nordeste próspero e moderno, em declarações que não ficam restritas ao ambiente rural e avançam sobre a zona urbana, inexistente nas impressões e outros artigos que circulavam no "Sul".

> As cidades muito se modificaram com a construção, sobre modelos europeus do século décimo nono, de gares, mercados, bancos; com a tração elétrica; com os novos tipos de residência de uma arquitetura de confeitaria; com a preocupação da linha reta à americana, que por completo alterou, em vários bairros do Recife, o à-vontade antigo das ruas. (*Livro do Nordeste*, 07/11/1925, p. 75)

Apesar de fazer o contraponto e colocar na vitrine qualidades que eram consideradas positivas, Freyre não esconde a existência de secas "das mais terríveis por que tem passado a região", que chegaram a levar "até os engenhos de cana os horrores da fome" (p. 75). É por causa do fenômeno da estiagem, "cheio de infortúnio e horrores", inclusive, segundo o pernambucano, que tem sofrido "a moral

social do Nordeste", com o deslocamento de famílias "em condição de humilhante inferioridade" (p. 75). A seca é abordada no *Livro do Nordeste* como um desafio que impacta a região, porém não é considerada um fator determinante da sua identidade.

As narrativas sobre a "Vida social no Nordeste", que mencionam momentos de escassez, também descrevem episódios de abundância, como "almoços em que os vinhos corriam dos barrilotes", com mulheres distintas elogiadas como "a very accomplished woman", isto é, muito realizadas, na tradução do inglês, ao som do piano, no qual eram tocadas valsas vienenses. Detalhes da vida privada da "aristocracia territorial do Nordeste", do passado e do presente, que o narrador parece conhecer bem, como todos os gostos "um tanto afrancesados" (p. 77).

Fica evidente aqui que a perspectiva de Freyre está acomodada em uma posição de privilégio, mais associada à "casa-grande" do que à "senzala", recorrendo ao antagonismo presente no título do seu famoso livro. Apesar desse elitismo, ao lançar luz sobre o Nordeste urbano e do litoral e, sobretudo, sobre a riqueza da produção cultural da região, negligenciada nos escritos do "Sul", ele desempenha um papel significativo para libertar o Nordeste de uma visão limitada e pessimista. Sua abordagem proporcionou um entendimento mais amplo e diversificado da região.

A estratégia de Freyre, presente não somente no *Livro do Nordeste*, mas em grande parte da sua obra, foi a de apresentar um outro Nordeste ao restante do país: o Nordeste ainda pautado pela cana-de-açúcar. Ele não retratava apenas uma região delimitada geograficamente, mas sim o Brasil que existia a partir de Pernambuco, um exemplo a ser seguido. Zaidan Filho (2001) argumenta que muito da produção de Freyre tinha esse propósito, no entanto, pois era "destinada a garantir uma sobrevida, no plano de uma economia simbólica-cultural, para as oligarquias decadentes de região" (p. 11), que tinham sido alijadas do poder.

Ao mobilizar intelectuais para colaborar com o conteúdo sobre os hábitos, costumes e artes regionais, Freyre contrapôs a imagem do Nordeste que era construída em São Paulo, bem como destacou a região como um lugar de "tradição", abrindo caminho para novas críticas e para que a terra dos bandeirantes se firmasse como polo de modernidade. Por mais que aceitasse as transformações em curso, ele manteve no protagonismo o que foi tomado como tradicional, a exemplo da renda de bilro e de outros produtos feitos à mão destacados na edição comemorativa, e tudo mais que pudesse ostentar o passado. Isso levou Zaidan Filho (2011) a descrever suas práticas como uma "estetização do atraso", capaz de oportunizar um uso negativo por parte de críticos da região.

Isso porque, é importante lembrar, a modernidade e o vanguardismo já eram argumentos de autoafirmação da São Paulo dos anos 1920, tendo como demonstração desse ambiente favorável ao

novo a Semana de Arte Moderna (Cochar Magalhães, 2000). Uma das propostas do movimento era justamente a ruptura com o passado, propondo uma renovação visual e conceitual. A busca de Freyre, no fim das contas, era o contraponto estético, porque politicamente e economicamente o Nordeste já havia perdido para o "Sul". Mas a narrativa modernista paulista findou vitoriosa.

De todo modo, o amplo resgate do que seriam as tradições, a história e a memória do Nordeste, como mencionado por Albuquerque Jr. (2011), antecipou o que iria ocorrer no Congresso Regionalista do Recife em 1926[72]. Esse evento reuniu artistas, intelectuais e políticos dos estados nordestinos em torno de uma espécie de patriotismo regional, fundamental para contestar as narrativas da imprensa paulista que, devido à sua influência e à ausência de contrapontos, poderiam ser consideradas verdades absolutas. No *Manifesto Regionalista*, datado do mesmo ano, Freyre adota uma postura semelhante, para buscar adesão às suas ideias.

> Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. (...) Como se explicaria, então, que nós, filhos de região tão criadora, é que fôssemos agora abandonar as fontes ou as raízes de valores e tradições (...)? (Freyre, 1926/1967. p. 34)

Até então, o Nordeste era meramente uma designação geográfica baseada em documentos do governo federal. Porém, a propaganda regionalista começou a moldar o seu conceito, dando-lhe forma, corpo e substância. O Nordeste foi ampliando o seu sentido, deixando de ser apenas o espaço das obras de convivência com a seca para ter identidade. Esse trabalho, de acordo com Albuquerque Jr. (2011), combinou elementos do modernismo e do regionalismo, resultando na idealização de costumes e tradições, o que abriu caminho para a construção do que se entende até hoje como "brasilidade nordestina".

Trata-se, portanto, de um processo de autorreconhecimento, que buscou apresentar uma narrativa justificadora para a maneira de ser dos nordestinos, ao mesmo tempo que reforçou aspectos conservadores, dando uma grande contribuição para a naturalização problemática de certos costumes já vencidos. Como afirma Albuquerque Jr. (2011), "o discurso regionalista não mascara a verdade da região, ele a institui" (p. 62).

Os contrapontos feitos no *Livro do Nordeste* também são desenvolvidos no *Manifesto Regionalista*, incluindo o tópico da formação étnica, explorado pelo "Sul". No documento assinado por Freyre,

[72] Conforme Albuquerque Jr. (2011), o Congresso Regionalista do Recife, realizado em 1926, foi um evento que reuniu intelectuais, artistas, políticos e líderes sociais para discutir questões relacionadas à identidade e às peculiaridades culturais das diferentes regiões do Brasil, especialmente do Nordeste. Promovido por Gilberto Freyre, o evento teve grande influência na formação de ideias sobre a cultura brasileira e no fortalecimento da identidade regional nordestina.

destaca-se o Brasil como uma "combinação, fusão, mistura", sendo o Nordeste, quiçá, "a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essa mistura de sangue e valores que ainda fervem" (Freyre, 1926/1967, p. 41). Ao contrário da "Babel de sangue" retratada pela imprensa em São Paulo, o Nordeste era, de acordo com essa perspectiva, um lugar onde a miscigenação ocorria de forma a enriquecer a população.

Em texto adicional incluído à publicação original do *Livro do Nordeste*, quando da sua reedição em fac-similar, nos anos 1970, assinado por Freyre e disponível para consulta na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, ele reconhece a motivação da iniciativa: "Não parece haver exagero em dizer-se que, de início, cumpriu aquela missão, considerada por críticos, dentre os mais idôneos, indispensável a todo esforço intelectual ou artístico, quer individual, quer coletivo: constituir-se numa mensagem". O objetivo, então, era produzir uma mensagem de afirmação, direcionada ao Nordeste e ao restante do país.

A abordagem sociológica de Freyre encontrou respaldo ficcional na literatura de José Lins do Rêgo, no que Albuquerque Jr. (2011) chama de "espaços da saudade", com a discrição de um Nordeste carregado de passado e de memórias, para onde sempre se quer retornar. Esse retrato literário é uma tentativa criativa de contrapor-se à dureza da seca, uma realidade da qual se busca fugir. A casa grande e as terras que a cercam emergem como uma espécie de oásis, um enclave do Nordeste de outrora, alheio às dificuldades do presente. Em *Menino de Engenho*, publicado em 1932, José Lins explora a região sob a perspectiva curiosa de Carlinhos. Mesmo que este questione as normas sociais vigentes, ele permanece seguro de sua identidade e das vantagens de pertencer àquele lugar.

Outro grande colaborador dessa frente, no campo das artes visuais, foi o pintor pernambucano Cícero Dias, que, conforme Albuquerque Jr. (2011), contribuiu para a "formação de um arquivo de imagens-símbolo da região" (p. 165). Seu trabalho voltado para retratar a sociedade açucareira e a plebe mestiça apresenta um Nordeste poético, livre de conflitos sociais, criando em cores vibrantes um acervo de imagens regionais, que mistura realidade social e imaginário lírico.

Dá para perceber que, mesmo sem compromisso com o que mais tarde passou a ser chamado de decolonialidade, isto é, a desconstrução de estruturas de opressão, esses esforços desempenharam um papel importante na resistência ao discurso midiático predominante do "Sul", que buscava fixar o pensamento de que São Paulo era superior, baseada na falsa premissa de que refletia a Europa. Embora se possa questionar as intenções por trás do empenho de Freyre, possivelmente ligados ao desejo de manter privilégios de elite, o fato é que essas iniciativas que surgiram ao longo da década de 1920 contribuíram para unir interesses e informar (Zaidan Filho, 2001).

Portanto, o *Livro do Nordeste* representou uma resposta intelectual, assim como o *Manifesto* e o Congresso Regionalista, que visavam a criar e disseminar a ideia de uma região formada por uma civilização remanescente da era do açúcar, não havendo "nenhuma mais criadora do que ela, de valores políticos, estéticos e intelectuais" (Freyre, 2004, p. 195). A questão é que isso significou reduzi-la a aspectos considerados ultrapassados, como os aristocráticos, nos quais prestígio e poder estavam ligados à posse de terras. A partir do "inquérito da vida nordestina", isto é, do *Livro do Nordeste*, conforme definido pelo próprio Freyre no editorial, a região já delineada em termos geográficos ganhou identidade. Tanto para o bem quanto para o mal.

6.2. A conveniência do discurso da seca

Enquanto São Paulo tentava segurar as rédeas do poder e adotava um regionalismo de superioridade para justificar a sua posição de privilégio, apontando de modo oportuno a suposta inferioridade do Nordeste e da sua população, uma reação letrada ganhava corpo. Como visto, parte da elite intelectual, liderada por Gilberto Freyre, empreendeu esforços para apresentar ao Brasil outras perspectivas da região. Porém, uma parcela da elite política local, na tentativa de reequilibrar a balança e recuperar a atenção pública, enxergou vantagem no discurso da seca e se uniu em torno da ideia de um Nordeste falido e demandante de socorro e assistência.

Castro (1992) realizou uma pesquisa sobre as estratégias dessa fração da elite política do Nordeste para preservar sua condição favorável e posição de poder. Elite que, segundo a sua análise, foi historicamente beneficiada pelas condições estruturais da região e persistiu nesse caminho, apenas ajustando-se aos novos contextos e desafios. Perder o controle em nível nacional já era uma questão indigesta, mas deixar que o mesmo acontecesse no âmbito local seria bem pior. Conforme apontado pela geógrafa política, o processo de manutenção do poder regional seguiu a sua lógica, muitas vezes sabotando o próprio entorno para se sobressair. Isso porque "as elites regionais possuem seus próprios interesses, e suas relações com o poder central orientam-se no sentido de preservá-los" (p. 18).

Em outras palavras, com base na análise de Castro (1992), ao enfrentarem a perda de poder no plano nacional, essa parcela da elite se apropriou do discurso do fatalismo e da falta de prosperidade para que a sua posição no cenário local não sofresse igual alteração. Ao se denominarem porta-vozes dos flagelos da seca, esses políticos, muitos dos quais ligados ao setor agropecuário, não apenas buscavam incutir a ideia de representatividade necessária, como também garantiam que os investimentos na região estivessem sob o seu controle.

Esse entendimento, argumenta ela, possibilita que se olhe para o Nordeste com mais profundidade, indo além da sua caracterização simplista como uma "questão", como tem sido repetidas vezes abordado desde o seu primeiro esboço. A concepção da região dentro do mote "a questão do Nordeste" é recorrente na literatura, tratando esse recorte espacial como um problema intrínseco. Castro (1992) contesta essa visão justificando que essa suposta problemática deve ser deslocada do campo geográfico para o político, pois aceitar o Nordeste como uma "questão" é legitimar um discurso oportunista. Para se opor a narrativa em foco, a população deve reconhecer que o regionalismo nordestino, em certa medida, é uma construção intelectual de uma elite conservadora e interesseira.

> Este regionalismo transparece na apropriação ideológica da região como uma questão que deve ser nacionalmente equacionada, sendo utilizado com sucesso como elemento de barganha nos pactos de alianças políticas com o governo central. (Castro, 1992, p. 19)

De acordo com essa perspectiva, o regionalismo foi moldado pelos detentores do poder, interessados apenas em conservar a sua posição de privilégio, possuindo um caráter político, vinculado a interesses territoriais nem sempre coletivos. Ou seja: um regionalismo elitista, tradicionalista e pouco democrático. Ainda segundo essa visão, no Nordeste, parte da elite política desempenhou um papel fundamental tanto na definição das características regionais quanto na projeção da sua imagem. Isso implica dizer que, além de um recorte geográfico, a região também aconteceu por "representação" e "estratégia ideológica" (Castro, 1992, p. 19).

> A imagem projetada da região era a caatinga ressequida, a indefectível carcaça de um boi e os retirantes, magros, com seus poucos pertences entrouxados e equilibrados sobre a cabeça. Eram as "vidas secas" de Graciliano Ramos, (...) a imagem de sofrimento era apropriada e usada politicamente. (Castro, 1992, p. 59)

A pesquisa realizada por Castro (1992) sobre o discurso regional nordestino se debruçou sobre 476 discursos feitos por 84 deputados federais da região no período entre 1946 e 1985. Uma das conclusões alcançadas é que essa abordagem foi refinada ao longo do tempo e, a partir da segunda metade da década de 1950, tornou-se dominante. Foi justamente nesse momento que a região, como uma área que demandava ações planejadas de desenvolvimento, entrou de novo na ordem do dia e ganhou destaque nos debates públicos, culminando na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, em 1959.

Conforme o estudo, durante os anos 1960, os discursos com foco regional superaram as agendas estaduais, uma tendência que se intensificou ainda mais nas décadas de 1970 e 1980. Isso significa

que, entre os anos de 1946 e 1985, houve uma transição da abordagem estadualista para a regionalista nos pronunciamentos analisados por ela.

Essa mudança estratégica, avança Castro (1992), fortaleceu os porta-vozes e promoveu uma maior coesão e influência ao criar uma frente unificada e poderosa: a bancada do Nordeste. Agrupamento parlamentar que se consolidou no Congresso Nacional em torno do discurso das dificuldades enfrentadas pela região e da necessidade de iniciativas do governo federal. As elites, que haviam perdido parte do poder no passado, uniram as forças remanescentes, diluídas nos nove estados nordestinos, para se firmarem como uma coisa só.

Pela análise de Castro (1992), mais de 50% das falas fazem referência a investimentos, reivindicações e atividades econômicas. O governo federal teria que se consolidar como fonte provedora de recursos para compensar o Nordeste pelos problemas climáticos enfrentados e pelo desequilíbrio na balança em favor do Centro-Sul, que recebia um tratamento diferenciado. Na recorrência de temas, a maior frequência é "agricultura", seguida da "seca". A pesquisadora conclui pela "forte imagem de carência regional e da responsabilidade da União" (p. 145) como prevalecentes nos discursos dos deputados.

Castro (1992) afirma ainda que "na Região Nordeste, a representação de interesses no Congresso é balizada pelas fontes e formas de recrutamento dos representantes, mais do que pelas demandas do eleitorado" (p. 167), isto é, os deputados e senadores nordestinos defendem mais causas próprias do que pautas coletivas. Difícil não é contestar essa afirmação, mas sim compreendê-la como exclusiva do Nordeste, como se nas outras regiões do Brasil, a conduta de parlamentares no Congresso fosse diferente, pautada sempre pelo interesse comum.

Olhar apenas para essa perspectiva seria responsabilizar o Nordeste pela sua própria depreciação. Como discutido na análise dos artigos dos anos 1920, a realidade não se desdobrou dessa maneira, especialmente quando se observa a ordem cronológica dos eventos. Soma-se a isso o fato de reivindicações fazerem parte da própria ação parlamentar. Embora uma parcela da elite política nordestina possa ter colaborado para essa construção, é preciso entender esse movimento como um aproveitamento de um quadro que já estava estabelecido no "Sul". O início desse processo, então, teve origem fora do Nordeste. Ainda que permanecer no lugar de inferiorização para negociar ajuda tenha contribuído com a derrocada, isso só aconteceu depois.

Souza (2008) acrescenta que pouco tempo após o início dos trabalhos para amenizar os efeitos da seca, começaram as críticas às grandes obras e aos investimentos no Nordeste. No entanto, não na esfera política propriamente, mas sim por intermédio da imprensa, "soprada por deputados nordestinos

como arma de oposição ao presidente da República" (p. 269). Quer dizer: além das disputas inter-regionais, existiam conflitos internos que levavam as oposições locais a nutrirem a mídia com argumentos contrários às iniciativas, muitas vezes carregados de acusações. É desse contexto acusatório que surge o termo controverso "indústria da seca", usado para generalizar condutas e nivelar todos os atores envolvidos no processo por baixo.

> A medida da suspensão destas obras foi tão violenta e seus efeitos tão drásticos, que tudo se fez telegraficamente num "pega-ladrão" injusto e inconcebível. Não foram poucos os caminhões que ficaram parados no meio das estradas durante muito tempo, com prejuízo do material que transportavam. Tudo foi obra da intriga e da perversidade. (Souza, 2008, p. 269 e 270)

As narrativas sobre a seca, portanto, estavam repletas de disputas, envolvendo acusações de discursos falsos para obter recursos e desvios de verbas destinadas ao socorro de vítimas. Essa desconfiança remonta à Grande Seca de 1877, conforme registros do Arquivo do Senado Federal, que mencionam a tentativa de proceder investigações no legislativo a respeito do assunto, nos moldes do que hoje se conhece como Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)[73]. Um desses registros é o pedido expresso do senador Silveira da Motta, de Goiás, que em 1880 solicitou a nomeação de uma comissão para se verificar as despesas feitas com socorros às províncias do "Norte", com a participação de auxiliares do governo imperial. A proposta não foi aprovada.

O Arquivo do Senado guarda ainda discursos como o do senador Mendes de Almeida, que afirmou que "o Paraguai está sendo substituído pelo Ceará", referindo-se à Guerra do Paraguai (1864-1870), que havia custado caro e, por isso mesmo, secado os cofres públicos do Império.

O ambiente acusatório persistiu no início do século XX, destacando-se 1919, quando a revista *Spartacus* denunciou "uma tremenda orgia à custa da nação"; 1923, ano cuidadosamente estudado nesta pesquisa, em razão da publicação das "Impressões do Nordeste", nas quais os trabalhos em curso são comparados a "obras de Santa Engracia"; e 1932, quando se deu a maior seca registrada até então em termos territoriais, com ampla repercussão, ao ponto de provocar mudanças até mesmo constitucionais.

À seca de 1932, marcada pela ampliação dos campos de concentração para a retenção de refugiados, é creditada a inclusão de dispositivo na *Constituição de 1934* destinando 4% dos recursos da União a obras de convívio com o fenômeno no Nordeste. Essa estiagem foi uma das maiores

[73] Conforme o site da Câmara dos Deputados, as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são instrumentos utilizados pelo Poder Legislativo para investigar questões de interesse público. Elas possuem poderes de investigação, como convocação de testemunhas e solicitação de documentos, e são compostas por parlamentares encarregados de conduzir as investigações e apresentar um relatório final com conclusões e recomendações (acesso em 10 de maio de 2024).

experienciadas no Brasil e teve um impacto significativo também na produção cultural, a exemplo do livro *Vidas Secas*, publicado em 1938 pelo escritor alagoano Graciliano Ramos[74]. A porcentagem criada em 1934 foi reduzida na *Constituição de 1946* e suprimida no contexto político do Brasil pós-1964.

Os ataques contra a condução dos trabalhos para amenizar os efeitos da seca seguiram ao longo do século XX, partindo não raras vezes de integrantes da própria elite política do Nordeste. Para ilustrar, conforme o Arquivo da Câmara dos Deputados, o deputado Pitanga Praxedes, da Paraíba, denunciou em 1958 "deformações e explorações que políticos pouco escrupulosos imprimem à assistência do governo federal às populações flageladas pela seca". O então deputado Miguel Arraes, de Pernambuco, expôs, em 1983, a "utilização da miséria como forma de pressão para conseguir recursos que, ressalvadas as poucas exceções, acabam nos bolsos dos poderosos". Já a deputada Cristina Tavares, de Pernambuco, pronunciou-se, em 1983, sobre "o sistema que descobriu que a miséria do Nordeste provoca fartos dividendos eleitorais", com a existência de parlamentares que conseguem "carrear dinheiro para projetos agropecuários falidos e fantasmas".

Do ponto de vista político, além das dúvidas sobre a necessidade dos investimentos e a gestão das obras, é importante ressaltar que o Nordeste das secas também foi caracterizado, inclusive pela produção cultural subsequente, como uma região dominada pelos coronéis, pelas oligarquias, pelas eleições fraudadas e pela violência política, onde o clientelismo e o paternalismo eram protagonistas das relações de poder.

A politização da seca, independentemente da intenção por trás de cada voz, aconteceu. O discurso de vitimização, defende Castro (1992), foi competentemente elaborado, divulgado e assimilado, impossibilitando que qualquer outra ideia de Nordeste fosse percebida. O uso do fenômeno para reivindicações políticas não pode ser negado, assim como a sua parcela de responsabilidade na construção imagética da região, como também não pode ser negado que todos esses apontamentos são convenientes para justificar depreciações, práticas excludentes e o represamento de recursos capazes de mudar a realidade local. A imagem captada pelos "olhos sulinos" nos artigos de 1920 se confirmou em uma autoimagem equivalente e/ou em novas acusações. A problemática do Nordeste foi conduzida sob formas estereotipadas, por interesses externos ou por filhos ilustres, com o objetivo de manter as estruturas da região no nível estreito dos seus respectivos interesses imediatos.

[74] Graciliano Ramos foi um renomado escritor brasileiro nascido em Alagoas, em 1892, e falecido em 1953. Conhecido por sua prosa realista e crítica social, Graciliano é autor de obras consagradas e atuou também como político. Com informações de Cereja e Cochar Magalhães (2000).

6.3. O romance regional e validações de estereótipos

Embora parte da elite intelectual tenha optado por destacar o Nordeste da cana-de-açúcar, como fizeram Gilberto Freyre e José Lins do Rego, para contrabalancear os reducionismos vindos do "Sul", essa abordagem não foi unânime entre os mais letrados nos primeiros anos após a definição da região. Seria imprudente afirmar que se tratou de um movimento coordenado, mas muito da produção literária desse período, ou pelo menos a que se destacou, contribuiu para perpetuar estereótipos, quando autores locais aprofundaram narrativas de miséria e fome.

Conforme visto no embasamento teórico, a literatura da seca nasceu ainda no contexto da grande estiagem de 1877-1879, quando José do Patrocínio iniciou a publicação de uma série, no estilo folhetim, que deu origem ao livro *Os Retirantes*, e reapareceu nos anos seguintes, relatando as dificuldades provocadas pelo fenômeno nas províncias do "Norte". Era também o momento em que se buscava uma literatura genuína, que já surgiu fortemente ligada à temática da seca.

Dessa conjuntura nasceu o romance regional, o romance de costumes, de acordo com Cereja e Cochar Magalhães (2000), com o propósito de explorar e enaltecer as distintas facetas étnicas, linguísticas, sociais e culturais que caracterizavam as diferentes porções do Brasil. No caso do "Norte", os aspectos relacionados à seca foram os que ficaram em evidência.

Em 1876, quando Franklin Távora lançou o livro *O Cabeleira*, sobre a vida do famoso cangaceiro José Gomes, ele foi categórico sobre a necessidade de criação de uma "literatura setentrional". Ainda no prefácio, o autor cearense afirma que "Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua" (p. 28). Isso porque, segundo Távora, abundam no "Norte" elementos para uma literatura propriamente brasileira, sob o argumento de que a região ainda não havia sido invadida pelo estrangeiro como o "Sul".

O entusiasmo de Távora pelo tema era tanto que ele chega a criticar o seu conterrâneo José de Alencar, motivado pela ideia de que o Brasil de cima deveria ter uma biblioteca verdadeiramente sua. "Por infelicidade do Norte, porém, dentre os muitos filhos seus que figuram com grande brilho nas letras pátrias, poucos têm seriamente cuidado de construir o edifício literário dessa parte do Império" (p. 27). A crítica foi dirigida especificamente ao autor de *Iracema*, *Senhora* e *O Gaúcho*.

Cereja e Cochar Magalhães (2000) descrevem que o regionalismo, iniciado com vigor pelos escritores românticos do século XIX, manteve-se forte no início do século XX. Um exemplo notável é a obra *Luzia-Homem*, publicado em 1903 por Domingos Olímpio, que retrata a história de uma jovem que "não era mulher como as outras" (p. 99) criada por um vaqueiro após testemunhar o assassinato da sua

família por jagunços[75]. A trama se desenrola entre a "afluência de retirantes", "famílias no extremo passo da miséria" e um "sertão tostado" (Olímpio, 1903/1973, p. 35).

A partir de 1920, porém, tem-se a produção literária que mais interessa a este estudo, por força principalmente do entendimento de que dentro do amplo "Norte" agora existia o Nordeste, um novo recorte espacial que despertava curiosidade e desconfiança. Também porque essa definição se dava justamente pela ocorrência da seca, em contraste com o entusiasmo econômico do "Sul" e a ideia de prosperidade advinda dos ganhos com a borracha no Norte, enquanto o Nordeste era reduzido a sofrimento intenso e calamidade.

Além disso, a Semana de Arte Moderna de 1922 marcou o início de uma intensa renovação na literatura brasileira, ao romper com uma forma tradicional de contar histórias e buscar uma linguagem mais nacional, voltada para o cotidiano e muitas vezes com um viés documental. De acordo com Cereja e Cochar Magalhães (2000), essa iniciativa preparou o terreno para o Romance de 30 acontecer e trilhar caminhos diferentes, sendo o regionalismo, especialmente o nordestino, com José Américo de Almeida[76], Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, o mais destacado entre eles.

Ainda seguindo as reflexões de Cereja e Cochar Magalhães (2000), o romance regional ressurge com toda a sua força para proporcionar ao Brasil uma visão mais ampla de si mesmo, especialmente em relação às regiões distantes do centro de poder, a exemplo do Nordeste, que figurou, segundo eles, entre os "espaços nacionais que despertaram maior interesse" (p. 218). O que muitos autores locais queriam, na verdade, era denunciar descasos e negligências, mas as tramas apresentadas acabaram por assentir, em grande medida, o que a imprensa já afirmava sobre a "nova" região.

O romance nordestino entrou nessa fase renovada com *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, lançado em 1928. O livro aborda a realidade dos retirantes, mostrando a sua luta pela sobrevivência em meio às adversidades climáticas e injustiças sociais. Segundo a narrativa do paraibano, desiludido pela fome, o povo do Nordeste passa a perambular em busca de água e comida, encontrando apenas mais miséria e desatenção governamental.

> Era o êxodo da seca de 1898. Uma ressurreição de cemitérios antigos – esqueletos redivivos, com o aspecto terroso e o fedor das covas podres. Os fantasmas estropiados como que iam dançando, de tão trôpegos e trêmulos. (...) Adelgaçados na magreira cômica. (...) E os braços afinados desciam-lhes aos joelhos, de mãos abanando. (...) Não tinham sexo, nem idade, nem condição nenhuma. Eram os retirantes. Nada mais. (Almeida, 1928/2017, p. 86)

[75] O dicionário *Michaelis* define "jagunço" como um matador contratado e remunerado para agir como guarda-costas de pessoas influentes no Nordeste do Brasil ou como um membro do grupo liderado por Antônio Conselheiro, durante a Guerra de Canudos.

[76] De acordo com a seção "Biografias" do portal *Uol*, José Américo de Almeida foi um importante escritor, político e intelectual brasileiro nascido em Areia, Paraíba, em 1887, e falecido em João Pessoa, em 1980 (acesso em 2 julho de 2024).

O livro *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, lançado em 1930, trouxe à tona importantes denúncias sobre a seca e, especialmente, sobre os campos de concentração que avizinhavam capitais do Nordeste, Fortaleza nesse caso, com a intenção de reter os retirantes vindos do interior. Com uma narrativa forte marcada pelo realismo social, ela impulsionou o romance regionalista, pavimentando o caminho para se tornar a primeira mulher a ingressar na ABL. Embora o foco da cearense fosse denunciativo, a autora criou imagens impactantes, como a de Chico Bento se deparando com migrantes que se alimentavam de uma novilha morta "de mal dos chifres". Imagens que transcenderam a mera denúncia.

> E depois de arriar as trouxas e aliviar a burra, reparou nos vizinhos. A rês estava quase esfolada. A cabeça inchada não tinha chifres. Só dois ocos podres, malcheirosos, donde escorria uma água purulenta. (...) – E vosmecês têm coragem de comer isso? Me ripuna só de olhar... O outro explicou calmamente: - Faz dois dias que a gente não bota um de-comer de panela na boca. (Queiroz, 1930/2023, p. 49)

Caso semelhante aconteceu no livro *Vidas Secas*, publicada por Graciliano Ramos em 1938. Com as mesmas pretensões denunciativas, a trama revela aspectos desumanizantes vivenciados pelo povo retirante do Nordeste, nas figuras de Fabiano e Sinhá Vitória. Eles são retratados como pessoas capazes de dar nome a uma cadela, Baleia, mas incapazes de nomear seus próprios filhos. A perspectiva dos personagens, descritos como "infelizes (...) cansados e famintos" (p. 7), aliada ao cenário de uma caatinga vermelha salpicada "de manchas brancas que eram ossadas" (p. 8) cria representação impactante do sofrimento humano em meio às adversidades da terra, escrita por um alagoano, ou seja, alguém que nasceu nesse lugar.

> (...) foram despertados por Baleia, que trazia nos dentes um preá. Levantaram-se todos gritando. O menino mais velho esfregou as pálpebras, afastando pedaços de sonho. Sinha Vitória beijava o focinho de Baleia, e como o focinho estava ensanguentado, lambia o sangue e tirava proveito do beijo. (Ramos, 1938/2020, p. 12)

Assim, parte da produção do movimento literário conhecido como Romance de 30 exerceu um papel fundamental na representação do nordestino. Zaidan Filho (2001) ressalta esse ponto ao argumentar que Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos retrataram, por meio de uma estética neo-naturalista, uma humanidade degradada pelas secas. O objetivo era o de denunciar ao restante do país uma realidade que era nacional, entretanto foram apresentados como protagonistas uma espécie de "homo nordestinus" (p. 50), em cujas veias correm a terra ressecada em vez de sangue, e marcados, sob o aspecto psicológico, pelo apego à terra, pelo fatalismo e pela solidão.

Os protagonistas, portanto, encaixam-se na figura do "homem telúrico" (p. 17), que é justamente o imaginário do nordestino das secas e sua relação íntima com a terra onde vive. Uma conexão permeada por um profundo apego e fatalismo, que reflete vestígios das teorias deterministas. O termo "telúrico" denota algo relacionado ao solo, implicando que o "homem telúrico" seja profundamente conectado ao ambiente ao seu redor, tomado por características relacionadas à terra, a exemplo da solidez e da rusticidade.

Soma-se a essa análise o olhar um tanto pessimista que parte dessas obras trazia em relação à cidade, aos grandes centros, ao que se entendia como moderno, criando uma dualidade entre o rural seguro, apesar das dificuldades, e o urbano de incertezas. A capital enxergada a partir da perspectiva do interior. O "Sul" também era "a capital". O destino que o Nordeste artesanal queria evitar. Em alguma medida, a resistência do passado em encontrar o presente. Ou o futuro.

Zaidan Filho (2001) explora também as razões por trás dessa construção. Ele afirma que, para entender a produção literária do Nordeste da década de 1930, é preciso analisá-la em termos histórico-políticos à luz do projeto ideológico implícito: o de criar e difundir o conceito de uma região. Nesse sentido, a obra de Rachel de Queiroz combina elementos do modernismo e do regionalismo para promover a ideia de uma cultura regional nordestina como fonte de uma identidade nacional. Entra em cena uma "brasilidade nordestina" (p. 17), na qual se firma um "ethos cultural (...) próprio, autêntico, avesso ao importado, estrangeiro, europeizante" (p. 18).

Nas Ciências Sociais, algumas publicações desse período merecem atenção, como *Os Africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues, a quem coube examinar a cabeça de Antônio Conselheiro após a derrota de Canudos, e *Raça e assimilação*, de Oliveira Vianna, uma das fontes das "Impressões de São Paulo", ambos lançados em 1932. Nesses estudos, a porção Nordeste é retratado como local de pouca civilização, propício à manutenção do mestiço e, por essa razão, uma ameaça. Porém, de acordo com esses escritos, nem tudo estava perdido, pois o país poderia contar com os préstimos do "Sul", a quem caberia o papel de reparação nacional.

Foi nos anos 1930 também, durante a Era Vargas[77], que o conceito de brasilidade ganhou destaque e a busca por um novo sentimento capaz de unir elites e classes populares acabou por transformar o "mestiço" em um símbolo nacional. Napolitano (2022) explica que no governo de Getúlio Vargas, houve uma busca junto aos intelectuais para "construir os valores da 'brasilidade', por causa do nacionalismo em curso, forjando uma nação-povo integrada e blindada contra os regionalismos desagregadores da

[77] Napolitano (2002) descreve a Era Vargas (1930-1945) como um período da história do Brasil durante o qual ele foi dominado pela liderança de Getúlio Vargas, iniciando como presidente provisório e estabelecendo posteriormente o Estado Novo (1937-1945). Seu governo foi marcado por mudanças políticas, sociais e econômicas significativas e com forte ênfase no nacionalismo.

Primeira República" (p. 136). Esse esforço tinha a intenção de promover uma unidade nacional. No entanto, a tarefa era bastante desafiadora, já que, até então, predominavam no debate intelectual as teorias pessimistas sobre a miscigenação da sociedade brasileira.

Foram os movimentos modernistas, segundo Napolitano (2022), que abriram novas perspectivas para se pensar a nacionalidade brasileira, destacando a valorização da mistura étnica e do ambiente tropical. Para tanto, "foi preciso reforçar a virtude do 'ser brasileiro', valorizando seus tipos humanos e sua cultura popular" (p. 137). Foi nesse contexto que elementos como o samba, a feijoada e o futebol viraram ícones nacionais. Ou seja: a aclamação não era dirigida ao mestiço em si, mas aos elementos culturais moldados pela miscigenação. Essa cultura mestiça, por ação do nacionalismo em curso, despontou como representação oficial do país, num esforço orquestrado para a produção de uma imagem alegre do Brasil. Foi durante os anos 1930 também que Nossa Senhora da Aparecida[78], uma figura mestiça, foi escolhida como padroeira do Brasil.

> Com Gilberto Freyre e Jorge Amado, surge uma interpretação paradisíaca da mestiçagem como 'confraternização das raças', 'laboratório da humanidade de amanhã', 'democracia racial'. A própria mestiçagem seria uma superação dos graves contrastes sociais, econômicos e políticos vividos no Brasil. (Hoornaert, 1993, p. 27)

A apropriação de elementos considerados periféricos não se traduziu, porém, em termos de políticas públicas, em uma valorização do mestiço. É importante lembrar que a *Constituição de 1934*, em seu artigo 138, propunha o estímulo à educação eugênica, para um suposto "melhoramento" racial. Além disso, ainda que a intenção fosse forjar uma identidade nacional em detrimento dos regionalismos, isso não aconteceu de modo absoluto. Os símbolos nacionais foram estabelecidos, no entanto os regionais não desapareceram. Pelo contrário, persistiram sob a alegação de representarem, do mesmo modo, a verdadeira essência do Brasil. Tudo com o "charme de uma cocada-preta em restaurante francês" (Zaidan Filho, 2001, p. 16).

Acrescentam-se a essa produção com viés regionalista, que permaneceu existindo nas décadas seguintes, com mudanças, porém, quanto à forma, os versos do pernambucano João Cabral de Melo Neto, o mais influente poeta da Geração de 45[79]. Sua obra célebre, *Morte e Vida Severina*, de 1955, é um poema dramático, um auto de Natal, que narra a fuga de Severino da seca em busca de trabalho na capital, Recife, seguindo o leito seco do rio Capibaribe. O nome "Severino", aliás, torna-se uma metáfora para os indivíduos,

[78] Nossa Senhora Aparecida é a padroeira do Brasil. Conforme o site oficial da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é venerada desde que sua imagem foi encontrada por pescadores no Rio Paraíba do Sul em 1717 (acesso em 17 de junho de 2024).

[79] A Geração de 45, como explica Cereja e Cochar Magalhães (2000), refere-se a um grupo de escritores brasileiros que emergiu após a Segunda Guerra Mundial, em busca por renovação estética e por uma abordagem crítica da realidade nacional. Seus membros incluem nomes como Clarice Lispector, João Cabral de Melo Neto e Guimarães Rosa.

"iguais em tudo e na sina" (Melo Neto, 1955/2016, p. 20), que padecem das mesmas condições de miséria, violência e exploração.

> E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia. (Melo Neto, 1955/2016, p. 20)

No mesmo ano, o paraibano Ariano Suassuna publica outro auto marcante, *O Auto da Compadecida*[80]. Nessa peça teatral, ele evoca a atmosfera dos dramas litúrgicos medievais, mesmo com um tom popular e cômico. Essa improvável conexão com a Idade Média se dá pelo fato de os autos e o cordel terem raízes nesse período histórico, apesar de o Nordeste não o ter vivenciado enquanto Nordeste. A trama reflete a realidade árida da região e os personagens são arquetípicos e folclóricos: o coronel, o cangaceiro, o padre, o bispo e o "herói picaresco", que se revela, na verdade, um "amarelo"[81] – como descreve Ariano – simpático, um anti-herói bastante cativante.

> Confessa Ariano que aquilo que seduz na literatura popular é o veio picaresco, malandro, irreverente e malicioso de seus heróis. A grandeza destes é sua capacidade de vencer "os grandes" (o militar, o clero, a burguesia, o diabo...) pelo poder da astúcia, do golpe, da esperteza. Daí sua predileção pelo gênero de heróis representados por João Grilo. (Zaidan Filho, 2001, p. 15)

O Auto da Compadecida talvez tenha sido o primeiro flerte do que, nos anos 1970, ganhou corpo e foi batizado de Movimento Armorial[82]. Em seu manifesto, publicado em 1974, Ariano Suassuna o define como uma iniciativa para resgatar e valorizar as raízes culturais do Nordeste, unindo de forma harmoniosa a cultura popular e erudita. Essa fusão representou uma ponte entre o rico universo da literatura de cordel, com suas narrativas populares voltadas para o rural e para o interior, e o refinamento dos versos do movimento literário trovadorismo.

> A Arte Armorial Brasileira é aquela que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos "folhetos" do Romanceiro Popular do Nordeste (Literatura de Cordel), com a música de viola, rabeca ou pífano que acompanha seus "cantares", e com a Xilogravura que ilustra suas capas, assim como com o espírito e a forma das Artes e espetáculos populares com esse mesmo Romanceiro relacionados. (Suassuna, 1974, p. 7)

---

[80] *O Auto da Compadecida* é uma peça teatral escrita por Ariano Suassuna, ambientada no Nordeste brasileiro. A história segue as aventuras de João Grilo e Chicó, dois pobres nordestinos que usam da esperteza para sobreviver em meio às dificuldades da vida. Com um tom humorístico, a peça aborda religiosidade, hipocrisia e justiça social.

[81] A palavra "amarelo" é usada em *O Auto da Compadecida* por Ariano Suassuna para se referir ao personagem João Grilo, o que é entendido como um termo genérico para designar pessoas comuns, geralmente pardas e sem grande instrução.

[82] O Movimento Armorial foi uma iniciativa cultural brasileira idealizada pelo escritor Ariano Suassuna na década de 1970, com o objetivo de valorizar e difundir o que foi entendido como cultura nordestina. Inspirado nas tradições do cordel, da literatura de cordel e da arte popular, o movimento buscava criar uma arte erudita a partir de elementos da cultura popular (Simões, 2016).

É preciso recorrer a Michel Foucault (1978, 1994) para compreender como a elite participa dessa construção da imagem do nordestino, conforme o seu conceito de subjetivação, segundo o qual as práticas sociais, as instituições e os discursos desempenham um papel decisivo na formação das identidades. Para Foucault, a subjetividade não é algo dado, mas sim um produto de práticas discursivas e de poder que moldam e regulam os modos de agir dos sujeitos. Isso porque a subjetivação é "o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito", ponto de partida para a "organização de uma consciência de si" (Foucault, 2004, p. 262) e "no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana" (Foucault, 1979, p. 131).

Nesse sentido, os próprios nordestinos são agentes ativos da lapidação dessa representação, resultando em um processo pelo qual o povo do Nordeste se "nordestiniza" à medida em que é "nordestinizado". Assim, essa identidade regional não é uma caracterização natural, mas sim uma construção mental pautada pelas interações sociais e pelas representações, que moldam a percepção coletiva sobre o Nordeste e a sua população.

Zaidan Filho (2001) destaca que um dos principais impulsionadores desse movimento percebido mais facilmente a partir dos anos 1930 foi justamente a Revolução de 1930[84]. Isso porque, como consequência desse evento, "o patriarcado rural nordestino nunca se refez do duro golpe desferido (...) contra suas oligarquias regionais" (p. 16). Com a queda dos pilares da velha ordem senhorial, os descendentes dessas elites trataram de garantir sua sobrevivência no plano da ficção literária. Ou seja: de acordo com ele, foi identificada na literatura uma oportunidade para preservar influências, ainda que apenas no campo simbólico, e assim:

> O maior deles, Gilberto Freyre, criou a ideia da "brasilidade nordestina"; Rachel de Queiroz, o "homem telúrico"; José Lins do Rego, o velho engenho desbaratado pela usina; e Ariano Suassuna, seu "sertão medieval". (Zaidan Filho, 2001, p. 16).

O valor estético das obras mencionadas é indiscutível. No entanto, por um longo período, a literatura regional ficou muito associada à temática da seca, uma ligação tão arraigada que ainda hoje é difícil desvincular essa ideia. Por isso, livros produzidos por autores nordestinos são reconhecidos como regionais se retratarem um cenário rural marcado pela aridez e pelo sofrimento. O Nordeste multifacetado, mesmo que seja explorado no âmbito da ficção, parece estar tão distante do Nordeste estereotipado

[84] Trindade (2021) descreve a Revolução de 1930 como um movimento político-militar que resultou na deposição do presidente Washington Luís e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder no Brasil, marcando o fim da República Velha (1889-1930) e o início da Era Vargas (1930-1945).

tomado como verdade absoluta que o leitor encontra dificuldade em identificar que ambos falam sobre a mesma região.

6.4. As contribuições do cinema, do rádio e da televisão

A chegada do século XX trouxe ao Brasil outra novidade marcante: o cinema. Assim como no jornalismo e na literatura, o interesse em retratar os diferentes Brasis também se fez presente nessa nova expressão artística. Um exemplo significativo é a produção do jornalista, escritor e folclorista Cornélio Pires[85], figura proeminente no estímulo ao regionalismo, que realizou algumas experiências cinematográficas, como no caso de *Brasil pitoresco: as viagens de Cornélio Pires*, lançado em 1925.

No jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 12 de fevereiro de 1926, um anúncio para promover o filme, ilustrado com uma caricatura do jornalista montado em um jumento, anuncia as "viagens de Cornélio Pires ao Norte do Brasil", com exibição a ser realizada naquele mesmo dia, no cinema Phenix, em São Paulo. O filme é descrito como "grandioso" e "o mais importante trabalho cinematográfico nacional", do qual é possível se extrair "ensinamentos" (p. 14).

Apesar do anúncio no jornal mencionar o "Norte", o título oficial e o conteúdo não confirmam essa limitação geográfica. Durante a viagem retratada, de São Paulo a Pernambuco, Cornélio Pires se dedicou a filmar aspectos que considerava pitorescos do Brasil, exibindo tipos humanos e costumes que ressaltam o exotismo do que é diferente, bem como os contrates entre as chaminés de São Paulo e rebanhos de gado e rinhas de galo do Nordeste. O relato inclui ainda episódios como o encontro com trabalhadores de Fortaleza, destacando que eles "carregam atestados de bom comportamento fornecidos por fazendeiros e pela polícia" (18'09").

Essa abordagem de exotização e contraste presente no vídeo era complementada por uma espécie de palestra com toques satíricos que acompanhava a exibição, apontando os não paulistanos como figuras propensas a caricaturização. Muito da produção cultural subsequente não fugiu dessa tendência caricatural, ou pelo menos desse olhar distintivo, não somente no cinema, mas também, à medida que foram acontecendo no Brasil, no rádio e na televisão.

No rádio, para aproveitar a deixa, merece destaque a construção do personagem "Rei do Baião", pelo cantor e compositor Luiz Gonzaga. Como observado por Dreyfus (2012), Gonzaga compreendia a importância de cativar o público e, na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, conheceu um sanfoneiro gaúcho

[85] De acordo com Dantas (1976), Cornélio Pires foi um escritor, folclorista e compositor brasileiro, nascido em 1884 e falecido em 1958. Conhecido por suas obras que retratam o folclore e a cultura popular do interior do Brasil, ele foi um dos pioneiros na divulgação de tradições consideradas regionais, especialmente por meio de suas músicas e textos humorísticos.

de nome Pedro Raimundo, que se caracterizava com elementos que remetiam ao Rio Grande do Sul. Foi desse encontro que o pernambucano tirou a inspiração para representar o Nordeste, incorporando às suas vestes o gibão do vaqueiro e o chapéu de Lampião. Portanto, ele criou um personagem para facilitar a identificação com a sua música, uma representação carregada de elementos dados como representativos de personagens nordestinos dessemelhantes. Essa combinação, distante da autenticidade, aproxima-se de uma estratégia comercial.

Em muitas das suas composições, Luiz Gonzaga trata da vida do nordestino que, como uma "Asa Branca", título da sua famosa canção, de 1947, não teve escolha e "bateu asas do sertão". Um nordestino nostálgico da terra que deixou para trás e desejoso de regresso para viver "sem rádio e sem notícia 'das terra civilizada'", como expresso em "Riacho do Navio" (1956). Gonzaga dedicava as suas canções aos nordestinos que viviam distantes do seu lugar de origem e que lhe ouviam por um radinho de pilha. O seu público imediato estava no "Sul".

Hoje longe, muitas légua
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim vortar pro meu sertão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim vortar pro meu sertão
Quando o verde dos teus óio
Se espaiar na prantação
Eu te asseguro, não chore, não, viu
Que eu vortarei, viu, meu coração
Eu te asseguro, não chore, não, viu
Que eu vortarei, viu, meu coração
(Gonzaga, 1947, "Asa Branca")

Essa caricatura criada por Luiz Gonzaga refletia o contexto da época, pós anos 1930, marcado pelo fortalecimento de símbolos e ícones regionais, bem como a dinâmica dualística de representações externas e internas à qual o Nordeste estava submetido. Enquanto o "Sul" frequentemente apresentava perspectivas estereotipadas e muitas vezes discriminatórias, a partir da iniciativa não rara de nordestinos, essas mesmas imagens eram reinterpretadas e valorizadas, transformando-se em elementos de orgulho e de afirmação da identidade da região.

O audiovisual foi determinante nesse processo ao agregar imagens a essas narrativas e facilitar a absorção de uma suposta identidade regional. No curta-metragem documental *A Edição do Nordeste*, lançado em 2023 por Pedro Fiuza, que passeia por produções realizadas entre 1938 e 1980, é possível ver (e rever) como a visão do Nordeste segundo o "Sul" foi retratada repetidas vezes. Essa representação ganhou

novas camadas ao longo dos anos, contando inclusive com contribuições de cineastas da própria região. Por meio do documentário, pode-se acompanhar como o cinema desse período agrupou as tramas e imagens que falaram, por mais de 40 anos, sobre esse espaço territorial e a sua população. De acordo com o letreiro inicial da produção, o Nordeste foi "editado" pelo cinema, que assumiu "um importante papel nessa construção cultural ao organizar intencionalmente as imagens da região" (0"28).

Nos filmes que compuseram a pesquisa, permeados por uma gente sofrida fincada em chão rachado, que resolve tudo na faca ou na bala, sob um sol escaldante, entre mandacarus e carcaças de bois, destacam-se: *O Canto do Mar* (1953), de Alberto Cavalcante, *O Cangaceiro* (1953), de Lima Barreto, *A Morte Comanda o Cangaço* (1960) e *Lampião, Rei do Cangaço* (1964), ambos de Carlos Coimbra, e *O Cangaceiro Sanguinário*, (1969), de Osvaldo de Oliveira, que exploram banditismo, violência e vingança, quase como um faroeste nordestino; *O Pagador de Promessas* (1962) – que conquistou a Palma de Ouro, no Festival de Cannes – e *Vereda da Salvação* (1965), dirigidos por Anselmo Duarte, sobre religiosidade fervorosa e fanatismo religioso, respectivamente; *Os Fuzis* (1965), com direção de Ruy Guerra e centrado nos conflitos sociais pautados pela fome; e *Boi de Prata* (1980), de Augusto Ribeiro Jr., que aborda a luta pela terra e o domínio dos coronéis.

Nota-se uma produção cinematográfica acentuada sobre o Nordeste nos anos 1960, período marcado pela efervescência do Cinema Novo[86], um movimento que se definia como uma reação ao estilo tradicional de se fazer filmes fortemente influenciado por Hollywood, como pontua a Academia Internacional de Cinema (AIC) em seu site oficial. Com o lema "uma câmera na mão e uma ideia na cabeça", o objetivo era criar uma arte engajada, impulsionada pelo que se estabeleceu como "estética da fome". Nesse cenário, evidencia-se o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), dirigido por Glauber Rocha, que abordava temas como seca, coronelismo, violência e fanatismo religioso na mesma trama.

É importante mencionar que alguns filmes desse cinema de meados do século XX eram, na verdade, adaptações de obras literárias, sobretudo aquelas incluídas no rol dos romances regionais. *Vidas Secas*, por exemplo, virou longa-metragem pelas mãos de Nelson Pereira dos Santos, em 1963. Ou as produções buscavam nesses livros suas imagens. Até *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, serviu de inspiração para a sétima arte, com *Nordeste Sangrento*, lançado naquele mesmo ano e

[86] Conforme o site oficial da Academia Internacional de Cinema (AIC), o Cinema Novo foi um movimento cinematográfico que surgiu como resposta ao cinema tradicional que fazia sucesso nas bilheterias brasileiras no final da década de 1950. Nesse contexto, um grupo de jovens cineastas, dispostos a combater o que eles caracterizavam como um cinema "de mau gosto" e "prostituído", dedicaram-se a produzir uma arte engajada, movida pela preocupação social e enraizada na cultura brasileira. A chamada "estética da fome" surgiu, então, para representar os temas da miséria e da violência em função da construção de um projeto cinematográfico. O movimento se tornou cada vez mais politizado e sintonizado com a realidade social do país, ao ponto de ter sido considerado o cinema mais político da América Latina (acesso em 2 julho de 2024).

dirigido por Wilson Silva. Mais tarde, em outro contexto, foi ponto de partida também para *Guerra de Canudos* (1996), com direção de Sérgio Rezende. Além disso, obras como *Morte e Vida Severina* e *O Auto da Compadecida* ganharam inúmeras montagens para o teatro, além de adaptações para o audiovisual.

O Cinema Novo e a sua "estética da fome", que explorava temas como miséria e violência, juntamente com produções documentais como *Maioria Absoluta* (1964), de Leon Hirszman, sobre trabalhadores rurais não alfabetizados, tiveram, portanto, um papel significativo na consolidação dos estereótipos nordestinos. Como apresentado em *A Edição do Nordeste*, esses filmes contribuíram para expor e massificar uma imagem que há muito tempo habitava o inconsciente coletivo, agora apresentada de maneira concreta, substituindo a imaginação pela representação visual direta.

Os temas abordados ecoam os encontrados nas "Impressões do Nordestes" e outros artigos da década de 1920: miséria, indolência, violência e fanatismo, corroborando com as descrições feitas pela imprensa logo após o Nordeste passar a existir para o país. Essa repetição e retroalimentação temática apontam para uma espécie de estereotipação recreativa, na qual a região e a sua população surgem sempre como predestinados apenas ao sofrimento e à privação. Uma recorrência que parece seguir uma fórmula facilmente acessada, sugerindo pouca criatividade ou a adoção de um modelo lucrativo de negócio.

Em *O homem que virou suco* (1981), João Batista de Andrade critica essa receita por meio do personagem Deraldo, um poeta recém-chegado a São Paulo, e do drama que ele enfrenta após ser confundido com outro operário, Severino, que assassinou o patrão. O filme aborda justamente a questão da homogeneização do povo do Nordeste ao tratar da confusão entre biotipos supostamente muito parecidos. A narrativa assume uma dimensão hiperbólica na cena que retrata um delírio no qual o personagem aparece vestido de cangaceiro em pleno centro da capital paulista, explorando alegorias para censurar essa percepção distorcida da realidade do nordestino, subjugado em um ambiente hostil e opressivo.

A teledramaturgia, por sua vez, isto é, a dramaturgia feita para a televisão, apurou os estereótipos ao criar o "nordestino de folhetim", personagem com sotaque inventado e o filtro insistente do atraso, que há muito persegue as narrativas sobre o Nordeste e a sua gente. O figurino, o cabelo e a maquiagem quase sempre à disposição de uma caracterização norteada pelo anseio de levar à tevê pessoas maltratadas pela vida. Essas representações, com frequência, apresentam exageros na linguagem, no vestuário e na interpretação, resultando em construções caricatas que se afastam da realidade, tão falaciosas quanto ofensivas.

Sousa e Marcolino (2016), em seu estudo sobre a representação da identidade regional do Nordeste nas telenovelas, identificaram características recorrentes nesses enredos. Em muitas das narrativas, o estereótipo do nordestino assume aspectos religiosos, ingênuos e cômicos. "Sobram para esses sujeitos, geralmente os papeis secundários que fazem uma composição ao cenário da trama, chegando a se assimilar com os bobos da corte" (p. 101), usados para aliviar o suspense e promover uma quebra proposital de seriedade.

Dentre as muitas obras que se propõe a apresentar o Nordeste da TV Globo, maior emissora do país, e pontuadas por Sousa e Marcolino (2016), destacam-se: *O Bem-Amado* (1973) e *Roque Santeiro* (1985) de Dias Gomes; a primeira versão de *Gabriela* (1975), de Walter George Durst, *Tieta* (1989), de Aguinaldo Silva, Ricardo Linhares e Ana Maria Moretzsohn, e *Porto dos Milagres* (2001), nova parceria de Silva com Linhares, todas adaptações da obra de Jorge Amado[87], tomadas por tipos urbanos e pela baianidade[88]; *A Indomada* (1997), de Silva e Linhares novamente; e *Renascer* (1993), de Benedito Ruy Barbosa.

Essas novelas apresentam uma estética própria, com estruturas narrativas semelhantes e um padrão recorrente de personagens, um tanto inspirados em *O Auto da Compadecida*, com tolos, coronéis, padres e beatas. Essa repetição de elementos estéticos, segundo eles, reflete não apenas uma continuidade na abordagem das tramas ambientadas no Nordeste, mas também uma estratégia de produção televisiva que busca a familiaridade e identificação do público com certos temas e personagens dados como típicos da região.

No estudo de Lopes, Borelli e Resende (2002), referente à novela *A Indomada*, percebe-se como a familiaridade e identificação são construídas por meio da utilização do "recurso de prosódia" e do uso "demasiado de hipérbole" (p. 355 e 356). Esses recursos não se limitam à construção dos personagens, mas também se estendem a um falacioso sotaque regional. Uma participante do grupo focal destacou: "O que pegava mesmo, o que eu dava risada, era que tinha o sotaque: era muito engraçado, era uma coisa bastante diferente" (p. 276). A trama explorava uma combinação peculiar entre um suposto "sotaque nordestino" e expressões idiomáticas do inglês.

Nas telenovelas sobre o Nordeste e/ou nordestinos mais recentes, como *Senhora do Destino* (2004), também de Aguinaldo Silva; *Flor do Caribe* (2013), de Walther Negrão; e *Segundo Sol* (2018), de João Emanuel Carneiro, avança Sousa e Marcolino (2016), há algumas atualizações de narrativas, mas sem superação de estereótipos, com sotaques genéricos, miséria e fatalismos.

[87] Conforme Cereja e Cochar Magalhães (2000), Jorge Amado foi um renomado escritor brasileiro do século XX, conhecido por suas obras que retratam a cultura e as questões sociais do estado da Bahia.

[88] A baianidade é uma expressão cultural criada a partir da rica diversidade étnica do estado da Bahia. O dicionário *Michaelis* apresenta a palavra como sinônima de baianismo, que engloba maneiras e atitudes próprias de um baiano, com aplicação em ritmos, culinária e estilo de vida.

> Esses tipos que a telenovela expõe limita o nordestino a um determinado comportamento modesto, ingênuo, classe social baixa, religião fervorosamente católico, pele queimada e suada ou então rico arrogante, de pouca cultura, bruto, de gestos exagerados, corrupto. (Sousa e Marcolino, 2016, p. 103)

Para ilustrar os aspectos mencionados na citação acima, é possível recorrer a personagens presentes nas telenovelas já citadas. Perpétua, de *Tieta*, por exemplo, representa a figura da religiosa fervorosa. No caso de *Roque Santeiro*, todo o enredo se desenvolve em torno de um suposto milagreiro. O filho de coronel Odorico Paraguaçu, de *O Bem-Amado*, por sua vez, personifica a corrupção. Já como sujeito ingênuo e ignorante, Candinho, em *Flor do Caribe*, é retratado sempre acompanhado por uma cabra, evocando Fabiano, de *Vidas Secas*, com a sua cachorra Baleia, e as referências dos artigos analisados dos anos 1920 sobre uma inseparável ligação existente entre o jumento e o homem nordestino.

Acrescenta-se a essas caracterizações habituais as camadas de penúria e primitivismo, em especial quando a trama se passa no interior da região. Mas há também a narrativa de um Nordeste mítico e idealizado, com um litoral deslumbrante, no qual os personagens se pautam exclusivamente pela maré. Nessa alternância entre praias paradisíacas e um sertão marcado pela pobreza e pela fome, sempre alheia à modernidade e à globalização, o "nordestino de folhetim" (re)aparece, atravessado pelo fatalismo e pela estigmatização.

Apesar de abordarem enredos que retratam aspectos maltratantes da vida no Nordeste, essas produções culturais que se concentram apenas em narrativas limitantes, ignorando a diversidade da região, acabam por perpetuar estereótipos prejudiciais que, na verdade, são o que mais maltratam o Nordeste e a sua população. A começar por essa insistência em enlatar nove estados e uma população de 60 milhões de pessoas como uma coisa só, sem considerar a diversidade de um recorte espacial de Brasil onde cabem três Américas Centrais e que abrange mais de 30% dos estados do país.

O sotaque falacioso, que ignora a vastidão do Nordeste e suas particularidades linguísticas, é incômodo, mas há coisa pior: a ideia de que esse lugar de origem é o que define quem o nordestino pode ser, na trama e na vida. E aí na hora de descrever o personagem, não importa a sua profissão, os seus sonhos ou o seu caráter. Ele é apresentado como nordestino e isso basta. Um determinismo que dialoga com os escritos do início do século XX, quando depreciavam e reduziam as pessoas do Nordeste por motivos de interesse, elitismo e racismo, que seguem visitados — ainda que "sem querer" — por produtos audiovisuais.

Quando a questão linguística avança pelo campo idiomático, podem surgir debates bastante interessantes. Na edição de 22 de setembro de 2013, o *Fantástico*, programa de prestígio da TV Globo, anunciava um filme nacional que usava tantas expressões regionais que precisava receber legenda. *Cine Holliúdy* (2012), de Halder Gomes, seria o primeiro filme falado em "cearencês" da história e, como grande parte do Brasil não entenderia as expressões, o longa-metragem foi legendado dentro do país. A exploração desse alegado dialeto cearense, que distancia em certa medida o estado dos demais, diverte por estar ligado a situações cômicas do dia a dia, mas também reforça uma representação caricata, principalmente porque, ao fazer uso de prosódias e hipérboles, torna-se difícil para o público distinguir o que é exagero humorístico e o que retrata a realidade.

A mesma dinâmica também se verifica na televisão, dando como exemplo programas de humor da TV Globo. O tipo de herói astuto, presente na obra de Suassuna, que usa a sua esperteza para sobreviver, ressurge no personagem Didi Mocó[89], em *Os Trapalhões* (1977-1995). Durante o período em que esteve no ar, com um estilo de comédia chaplinesco, Renato Aragão fazia graça de si mesmo e se autodeclarava "cabeça chata", concedendo quase como uma autorização para que os nordestinos pudessem ser referenciados desse modo. Assim como Zé Lezin da Paraíba[90], que passou a integrar o elenco do programa *Escolinha do Professor Raimundo* a partir de 1998, zombando de eventos inusitados apresentados como típicos da região, pela perspectiva de um "matuto sabido", e permitindo que não nordestinos se sentissem à vontade para também fazer piadas.

Esse humor sobre o povo do Nordeste, seja na televisão ou em conversas informais, é um meio para a legitimação social, ajudando a perpetuar estereótipos que reforçam a subalternização dessa população e contribuem para exclui-la de oportunidades profissionais e acadêmicas. Recorrendo ao que salienta Moreira (2023), esse tipo de "recreação" é prática que "almeja preservar um sistema de representações culturais que legitima a dominação (...) por meio da desqualificação sistémica de minorias" (p. 151). Sob essa perspectiva, quando pessoas de fora da região fazem piadas dessa natureza, estão contribuindo para manter o status quo, isto é, para deixar tudo como está, mantendo a dominação sobre os nordestinos. Portanto, trata-se de um meio para dar sobrevida a representações culturais que sustentam privilégios através da desqualificação. Assim, uma piada que parece inocente pode ter implicações prejudiciais e profundas.

Ferguson e Ford (2008) argumentam que o prazer gerado pela piada hostil está na sua capacidade de afirmar a ideia de que um indivíduo possui um valor superior ao de alguém pertencente ao grupo

[89] Segundo a página Memória Globo, vinculado à TV Globo, Didi Mocó é um personagem icônico do humor brasileiro interpretado pelo ator Renato Aragão. Integrante do programa humorístico *Os Trapalhões*, ele alcançou grande popularidade na televisão brasileira nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (acesso em 3 de julho de 2024).

[90] A página Memória Globo, da TV Globo, registra que Zé Lezin é um personagem humorístico criado pelo comediante paraibano Nairon Barreto. Ele ganhou fama por suas piadas e histórias divertidas, supostamente inspiradas em situações do cotidiano nordestino (acesso em 3 de julho de 2024).

discriminado. Esse sujeito é julgado com base em estereótipos ou a partir de infortúnios pelos quais tenha passado. Conforme esses teóricos, o humor muitas vezes existe por força de um sentimento de superioridade, por parte de quem faz a piada, claro, mas também daqueles que se divertem com ela.

Outro aspecto importante presente nessas mídias de massa é a produção jornalística, que sempre abriu espaço para noticiar eventos difíceis para a região. Uma das coberturas mais marcantes foi a prolongada seca que afetou o Nordeste de 1979 a 1984, que levou o então presidente, o general João Figueiredo, a declarar uma das suas frases mais controversas: "Só resta rezar". As imagens de animais mortos e crianças desnutridas se tornaram frequentes, assim como os relatos das "viúvas da seca", mulheres abandonadas pelos maridos durante a estiagem e obrigadas a cuidarem sozinhas dos filhos em condições precárias. Alguns desses casos foram apresentados pelo jornalista João Batista Olivi no *Fantástico*.

> Uma cena impactante, ao fim da reportagem, causou comoção, fazendo inclusive o repórter chorar: um dos filhos de Maria Rosa, José Clayton, brincava com ossinhos de animais mortos por causa da seca. Em sua imaginação, ele montava uma fazendinha, em que cada ossinho representava um bicho. Um deles tinha até nome: o touro Azulão. (Memória Globo, memoriaglobo.globo.com, acessado em 31 de março de 2024).

Essa exposição um tanto monotemática do Nordeste incomodou Rachel de Queiroz, a ponto de levá-la a escrever, na edição de 17 de junho de 1988 do jornal *O Estado de S. Paulo*, que a região vivia "sob os olhos tortos da mídia". Ela pontuou que parte dos órgãos de imprensa se empenhava tanto em realizar uma "cobertura completa" do fenômeno da seca, e em mostrar "a terra esturricada" e "o aspecto famélico da população", que repórteres chegavam a retirar da frente das câmeras "qualquer pessoa mais gordinha" ou "um canteiro de coentros" que pudesse contrariar a narrativa (p. 43). A escritora mencionou ainda que o rico inverno de águas daquele ano não foi noticiado, destacando que "se é bom, se é bonito, não dá notícia" (p. 43).

Apesar do alerta de Rachel de Queiroz, esse quadro pouco mudou. Malvezzi (2007) observa uma tendência da imprensa a optar por publicar imagens do chão seco e esturricado do sertão ao se referir ao Nordeste. Segundo o autor, as páginas dos jornais são frequentemente ilustradas com imagens de "fundos de lagoas secas" (p. 78), o que contribui para aprisionar a região em uma única narrativa. Costa (2005) compartilha dessa mesma visão, afirmando que a imprensa segue contribuindo de modo significativo para a reprodução de estigmas, ao retratar o Nordeste predominantemente em situações de miséria, secas e outras tragédias sociais.

Isso significa que as secas continuaram a receber mais atenção do que as cheias, e a improdutividade a ter mais espaço midiático que o Nordeste que produz. As imagens da região com chão rachado prevaleceram, na tevê e no papel. De acordo com Albuquerque Jr. (2001), a razão para esse fenômeno é que a produção jornalística não busca descobrir algo novo sobre a região, mas reafirmar imagens já estabelecidas.

Em 10 de novembro de 1991, apenas para ilustrar, a *Folha de São Paulo* apresentava ao Brasil o "homem-gabiru", sob o argumento de que o "Nordeste tem novas 'espécies humanas'". Com apenas 1,35 metro de altura, Amaro João da Silva, um trabalhador rural pernambucano, ganhava as páginas do jornal pelo fato do seu desenvolvimento corporal ter sido afetado pela fome. Ele também foi retratado em edições subsequentes da *Folha* e nas páginas amarelas da respeitada revista *Veja*, tornando-se um novo símbolo da miséria na região.

> São absolutamente chocantes as informações divulgadas anteontem por essa Folha acerca do surgimento quase que de novas "espécies humanas" no Nordeste brasileiro em função da miséria e da fome. Não apenas hábitos desesperados – como o de disputar com os ratos gabirus os restos de comida nos lixões das zonas urbanas – como mesmo uma nova configuração física vêm se consolidando. (...) Há grupos que se equiparam, nesse aspecto, aos pigmeus africanos. (...) esses indivíduos chegam a apresentar pronunciadas deficiências nas faculdades intelectuais. (*Folha de São Paulo*, 12/11/1991, p. 2)

As linguagens jornalísticas e artísticas muitas vezes favorecem reducionismos não simplesmente pela forma como abordam os temas, mas principalmente pela ausência de outras perspectivas. Isso não significa que estejam disseminando informações falsas; o problema está na inclinação para retratar esses eventos como únicos ou determinantes, transformando-os em algo absoluto ou até mesmo espetacular. Leitão e Santos (2012) argumentam que há uma discrepância evidente entre mudanças efetivas ocorridas em algumas regiões do país e a representação predominante que persiste, fazendo com que apenas um único e mesmo recorte da realidade seja visualizado. Embora seja importante reconhecer os desafios causados pela seca no Nordeste, não se pode ignorar a persistência dessa narrativa e de outros elementos negativos associados à região.

Apesar de ter sido explorado exaustivamente na produção cinematográfica dos anos 1960, o cangaço, por exemplo, continua a ser um tema recorrente nas chamadas narrativas regionais, ainda que de maneira reinventada. No filme *Baile Perfumado* (1997), dirigido por Lírio Ferreira e Paulo Caldas, há uma versão aburguesada de Lampião, apreciador de uísque e perfumes franceses, uma figura derrotada pela modernidade. Já na série *Cangaço Novo* (2023), Aly Muritiba apresenta um retrato de violência que vai além do Nordeste, abordando questões que dizem respeito ao Brasil, como os assaltos a bancos. O

resgate que é feito do cangaço é para legitimar a ideia de que uma gente justiceira e corajosa habita as terras áridas do sertão nordestino, já que não parece razoável dizer que o movimento findado em 1930 é capaz de justificar manifestações atuais de violência.

A persistência da imagem do cangaço, mesmo que simbolizada por um inocente chapéu de Lampião, usado até mesmo em fantasias, para reforçar uma suposta identidade nordestina, mantém viva uma parte complexa da história marcada por extrema violência. A manutenção de Virgulino Ferreira da Silva como um mito, seja para atestar resistência ou masculinidade, contribui para o atrelamento do Nordeste a temas carregados de significados, distantes da aparente inocência de um mero acessório. Identificar-se com o cangaço passou a ser quase um certificado de identidade nordestina, como se adotar os seus símbolos fosse uma prova irrefutável de pertencimento à região.

São esses medidores de nordestinidade que fazem "Asa Branca", de Luíz Gonzaga ser entendido como mais nordestino do que "Como nossos pais", de Belchior, mesmo ambos os compositores tendo origem no Nordeste: Pernambuco e Ceará, respectivamente. O mesmo acontece no cinema. O pernambucano Kleber Mendonça Filho dirigiu *O som ao redor* (2013), *Aquarius* (2016) e *Bacurau* (2019), todos filmados na região, porém, apenas o último, que ele realizou em parceria com Juliano Dornelles, é identificado como uma produção genuinamente nordestina.

A revista *Veja* exemplifica essa perspectiva ao cobrir a presença de *Aquarius* e *Bacurau* no Festival de Cannes, em 14 de abril de 2016 e 15 de maio de 2019, respectivamente, na sua página na internet. As manchetes revelam essa abordagem: "Filme *Aquarius* do brasileiro Kleber Mendonça Filho, concorre em Cannes" e "Cerebral e intrigante, *Bacurau* leva a Cannes uma ode ao Nordeste". O primeiro texto – não somente a manchete – omite a palavra "Nordeste", enquanto o segundo é iniciado assim: "Um Nordeste moderno e arcaico, violento e terno e que, acima de tudo, resiste é o cenário e o personagem principal de *Bacurau*". É como se a ausência de infraestrutura e urbanidade e a presença de caatinga e violência ainda fossem o que define a região.

O meio audiovisual colaborou no assentamento da percepção de que o Nordeste é seca, miséria e ignorância e terra de tipos pitorescos, ao retratar apenas essa faceta em imagem e som como representação fidedigna da região e da sua gente. Isso porque muito dessa produção não somente retratou a realidade, mas ajudou a institui-la. O "sertão", palavra que se tornou sinônimo de Nordeste, existe, só que com histórias múltiplas. É um lugar onde a estiagem pode castigar, mas também onde se colhe milho, tomate e melão. É onde se produz queijos premiados, inclusive de búfala. Onde se cultivam rosas e se faz vinho com uva e caju, conforme dados e informações do portal da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e da página oficial do Banco do Nordeste. O Nordeste rural que

prospera, assim como o Nordeste do conhecimento e da ciência, pode não interessar a audiência, mas ele é uma realidade.

6.5. Migrações, subalternizações e inversões contemporâneas

A descoberta do ouro no interior da colônia, quando o açúcar já começava a desencantar, no final do século XVII, conforme já destacado da pesquisa de Sampaio (2019), desencadeou o primeiro movimento migratório de pessoas que estavam estabelecidas no Nordeste de hoje rumo ao Centro-Sul. No século XIX, como ressaltam Alencastro e Renaux (2019), as estiagens de 1825 e 1846 foram acompanhadas de migrações para outras regiões do Império, mas foi a Grande Seca de 1877-1879 que causou o maior drama humano registrado no Brasil. Esta seca deslocou de modo substancial trabalhadores da região hoje conhecida como Nordeste para a exploração da borracha nos seringais da Amazônia e principalmente para o "Sul" do país.

Após a virada para o século XX, as desigualdades sociais agravadas pela seca seguiram a provocar o êxodo de pessoas do interior do Nordeste. Em 15 de outubro de 1924, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um artigo sobre "a colonização nacional" no estado paulista, no qual se buscava explicar as razões por trás da chegada dessa população que "mais se assemelha a um Mar Morto[91]". Segundo o texto, os migrantes "levam vida precária no absoluto desconforto de sertões inteiramente separados da civilização", tornando "natural que verdadeiras correntes migratórias agitassem" (p. 4). As declarações foram acompanhadas de dados oficiais.

De acordo com números do Departamento Estadual de Imigração mencionados no artigo, no ano de 1923, cerca de 14 mil brasileiros passaram pela Hospedaria de Imigrantes, dos quais sete mil eram provenientes da Bahia, 4.500 de Minas Gerais e menores parcelas de outros estados. Esse dado ressalta o protagonismo dos baianos nas migrações internas daquele período, motivados pelas crises do fumo, do cacau e do açúcar. É possível deduzir que esse fato tem relação direta com a persistente utilização do termo "baiano" para referenciar todas as pessoas com origem no Nordeste, sobretudo no estado de São Paulo.

Uma prova adicional dessa perspectiva pode ser encontrada na obra do pintor Cândido Portinari, em uma das suas interpretações de "Retirantes". A versão de 1936 se diferencia por retratar exclusivamente mulheres e crianças negras, vestindo túnicas, numa representação que espelhava a realidade demográfica

[91] Segundo matéria da revista *Superinteressante* de 22 de fevereiro de 2024, o Mar Morto é um lago salgado localizado entre Israel, Palestina e Jordânia, conhecido por ser o ponto mais baixo da Terra. Suas águas possuem altas concentrações de sal, criando condições ambientais extremas que limitam severamente a vida aquática.

da Bahia, onde a população negra era majoritária. Na pintura de 1944, a mais famosa sobre o tema, há uma retratação diferente, com uma família de pele mais clara. Os negros do "Norte" migraram para São Paulo em meio às políticas eugenistas, inclusive com fama de "negro mau", como lembra Azevedo (2004), em um contexto no qual se buscava destino para a população recém-libertada, já que o intento era branquear os brasileiros. Ampliar essa população estava completamente fora dos planos.

Adas (1998) destaca que, após o declínio da produção açucareira, o Nordeste se tornou um espaço geográfico de repulsão, e é Garcia (1999) quem pontua que esse deslocamento de mão-de-obra começou com a venda de pessoas escravizadas. "Nos últimos anos da escravatura, milhares de negros foram, em porões de navios, transferidos das plantações de cana do Nordeste para os cafezais do Centro-Sul, onde os escravos surgiram como mercadoria de muito valor" (p. 31).

A razão desse êxodo, é importante ressaltar, não está na seca propriamente, mas sim em desigualdades sociais intensificadas pela sua ocorrência. "Uma das causas que mais contribuem para agravar este problema é a estrutura fundiária dominante desde a colonização e que tende de forma sensível para a concentração da propriedade e a falta de garantias", argumenta Andrade (1973, p. 42). Essa análise antecede a discussão sobre a estiagem. De fato, não se observa na história migrações de latifundiários.

Mais tarde, no século XX, ocorre a fase dos "itas", conforme descrito por Garcia (1999), quando "milhares e milhares de nordestinos embarcavam nos navios da Companhia Nacional de Navegação Costeira (...) para trabalhar nas indústrias e serviços urbanos do Rio e São Paulo", (p. 31), inclusive em alguns casos contra a sua vontade. Esses navios tinham nomes iniciados com o prefixo "ita", que significa "pedra" em tupi, por isso ficaram tão marcados. Além disso, existem registros de deslocamento a pé até Juazeiro, na Bahia, onde, pelo rio São Francisco, chegava-se de barco a Pirapora, em Minas Gerais, para depois seguir de trem até o Rio ou São Paulo.

Após esse cenário de repulsão contrastante com o crescimento e a atração gerados pelo café, várias contingências históricas levaram à concentração da atividade industrial do Brasil no Sudeste. Esse movimento foi acompanhado por significativos investimentos públicos em infraestrutura e pelo influxo de grandes contingentes populacionais. Como resultado, conforme destaca Oliveira (1981), o Nordeste passou a ser uma importante fonte de mão-de-obra para o Centro-Sul, com a ocupação, pela sua população migrante, de posições subalternas, no âmbito doméstico e na indústria que se formava.

> A conversão da "região" do café em "região" da indústria começa a redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional. (...) As migrações Nordeste-São Paulo chegam a constituir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criados pela industrialização, e contribuir para manter baixos os níveis de salário real de toda a massa trabalhadora". (Oliveira, 1981, p. 37)

Era a vulnerabilidade dos trabalhadores que chegavam ao "Sul", reforçada pela baixa escolaridade consequente da negligência e da falta de acesso à educação, que os direcionava para funções de menor prestígio, muitas vezes relacionadas a atividades que antes eram desempenhadas por pessoas escravizadas. É por essa razão que não se pode ignorar o elitismo classista subjacente ao preconceito contra o povo do Nordeste, uma visão que parte de indivíduos de classes privilegiadas que se consideram superiores para justificar uma estrutura social vantajosa para elas, contribuindo para perpetuar desigualdades e exclusões.

Sob o argumento desse excedente de mão de obra, que se somava à estrangeira, e da crise provocada pela Grande Depressão[92], "o governo Getúlio Vargas criou a Lei de Cotas de Imigração[93] e passou a controlar a entrada de estrangeiros no país" (Sene e Moreira, 1998, p. 352), em favor dos trabalhadores nacionais. As restrições começaram em 1930, com o Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro daquele ano, que limitava "a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe" e dispunha "sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais". A terceira classe era definida pela ausência de bens ou de dois a três contos de réis no momento do desembarque.

A partir desse marco inicial, outros instrumentos normativos se sucederam, para regulamentar a proteção dos brasileiros e impor restrições aos estrangeiros. No primeiro caso, o Decreto nº 20.291, de 12 de agosto de 1931, exigia que todos que explorassem qualquer ramo do comércio ou indústria empregassem pelo menos dois terços de brasileiros natos. No segundo caso, o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, estabelecia um limite de ingresso de estrangeiros de 2% sobre os imigrantes de mesma nacionalidade admitidos no Brasil nos 50 anos anteriores, o que favorecia as maiores comunidades já estabelecidas, como portugueses e italianos.

Apesar dos argumentos sociais e econômicos apresentados nos decretos, a política em questão era essencialmente nacionalista, como destaca Sene e Moreira (1998), conferindo ao governo a possibilidade de veto ideológico. Caso o imigrante manifestasse "tendência anarco-sindicalista", era impedido de entrar no país, uma medida incluída nas restrições da lei, no artigo 2º, para imigrantes considerados "de conduta manifestamente nociva à ordem pública ou à segurança nacional". Essa medida ajudaria no controle social, levando em conta que muitos nordestinos chegavam a São Paulo sem envolvimento

[92] Segundo Blainey (2008), a Grande Depressão foi uma crise econômica mundial que ocorreu na década de 1930, iniciada nos Estados Unidos após o colapso da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, e que provocou desemprego em massa, deflação, colapso bancário e instabilidade política e econômica, afetando a economia global.

[93] O Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, estabeleceu que o número de estrangeiros admitidos anualmente no Brasil em caráter permanente não poderia exceder a quota de 2% do total de estrangeiros da mesma nacionalidade que ingressaram no país para residência permanente no período de 1º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933. A legislação previa também que 80% dessa quota anual de cada nacionalidade deveriam ser preenchidos por agricultores e suas famílias.

sindical, enquanto em várias cidades brasileiras, circulavam jornais anarquistas "muitos deles escritos em italiano" (Napolitano, 2022, p. 78).

É na década de 1930, também, durante o governo Vargas, que o IBGE é criado. Como explicado no site oficial do Instituto, após estudos regionais, chegou-se a uma proposta, em 1942, da primeira divisão regional oficial do país em sete regiões: Norte, Nordeste Oriental (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), Nordeste Ocidental (Piauí e Maranhão), Leste-Setentrional (Bahia e Sergipe), Leste-Meridional, Centro-Oeste e Sul. Foi nesse momento que o nome "Nordeste" foi oficializado, ainda que com subdivisão, como uma alteração cartorial para alguém que já utilizava um nome social desde 1919. Pouco tempo depois, em 1945, o antigo IFOCS se transformou no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), denominação que se mantém até os dias de hoje.

O reaquecimento da industrialização no Centro-Sul, consequência do Plano de Metas[94] implementado pelo presidente Juscelino Kubistchek nos anos 1950, "foi o grande fator de atração populacional para essa região" e "o maior fluxo migratório interno veio da Grande Região Nordeste" (Adas, 1998, p. 523). A política rodoviarista adotada por Juscelino nesse período, lembra o autor, facilitou a mobilidade da população por meio da construção de importantes rodovias, como a Rio-Bahia e a Belém-Brasília.

Com a melhoria das conexões rodoviárias, o deslocamento em direção às promessas do Eldorado do "Sul"[95] passou a acontecer em veículos conhecidos como paus-de-arara. Eram caminhões adaptados, com cobertura de lona na carroceria, no qual bancos de madeira acomodavam os trabalhadores no trajeto rumo ao destino incerto e distante. A viagem durava dias e impunha desconforto e sofrimento.

Os paus-de-arara, segundo Adas (1998), chegavam aos milhares ao Sudeste de hoje, e os trabalhadores eram desembarcados principalmente nos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro e nos seus arredores. Foi com esse deslocamento inclusive que São Paulo ultrapassou o Rio de Janeiro em termos populacionais. A forma de deslocamento foi superada com o tempo, mas o seu uso para denominar de modo inferiorizante pessoas da região, não.

Também na década de 1950, no governo de Juscelino, observa-se um fluxo migratório relevante para o Centro-Oeste, tendo como principal fator de atração populacional a construção de Brasília. "Para a futura nova capital do Brasil, dirigiram-se milhares de trabalhadores do Nordeste, que se empregaram

[94] O Plano de Metas foi um conjunto de iniciativas propostas pelo presidente Juscelino Kubitschek durante seu mandato (1956-1961), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil (Adas, 1998).

[95] "Eldorado" é uma referência à lendária cidade ou região da América do Sul, supostamente repleta de riquezas, especialmente ouro e prata. O termo é frequentemente usado de forma metafórica para descrever uma terra de prosperidade ou oportunidades.

principalmente na construção civil" (Adas, 1998, p. 523). Os "candangos" tornaram Brasília realidade, termo que nomeia os trabalhadores que construíram a nova capital e os seus primeiros habitantes.

Segundo informações disponíveis na página oficial do Memorial da Democracia, na origem, porém, o termo tinha uma conotação negativa: servia para identificar portugueses associados ao tráfico de pessoas escravizadas. Com o decorrer dos anos, passou a ser usado para designar os senhores de engenho e, posteriormente, mestiços de negros e indígenas. Euclides da Cunha também utilizou "candango" para descrever o sertanejo com aspecto triste e fatigado. Mais tarde, essa expressão foi adotada na nova capital federal para designar os nordestinos que lá chegavam.

Também data desse momento a criação da Sudene, em 1959, um marco importante por se apresentar como consequência do renascimento do debate público sobre a necessidade de ações planejadas para o desenvolvimento do Nordeste, colocando essa questão novamente no foco das discussões políticas. Surge então o "Nordeste da Sudene", que contempla todo o território da Bahia ao Maranhão. Andrade (1973) afirma que, apesar de a autarquia ter sido criada em hora oportuna, descuidou-se um pouco do problema humano, que deveria ser a prioridade, por não oferecer medidas diretas visando a melhorar em curto prazo as condições de vida da população rural da região.

As antigas problemáticas continuaram persistentes. Oliveira (1981) afirma que, por força do atraso e da distribuição desonesta de recursos, durante as secas subsequentes, os que não migravam, alistavam-se em frentes de trabalho de emergência. Nelas, homens, mulheres e até crianças eram empregados temporariamente para a realização de obras, fossem públicas ou em propriedades particulares. Um quadro que, segundo ele, só ajudou a fortalecer as oligarquias e acentuar disparidades sociais.

Souza (2008) argumentava que "é preciso, de uma vez por todas, fazer cessar o êxodo desta pobre gente. Impedir que se arrastem, sofrendo vergonhas e humilhações, hoje mais depressa do que ontem, em busca de um destino desconhecido" (p. 275). No entanto, o combate à seca, que sequer é possível, e não às desigualdades, como deveria ser, parece ter sido um erro deliberado de foco, mantendo sistemas convenientes e privilégios. A concentração secular de investimentos na porção Sul do Brasil aprofundou ainda mais os desequilíbrios regionais preexistentes e agravou as problemáticas internas que o Nordeste já enfrentava.

Devido aos fluxos migratórios registrados ao longo do século XX e suas particularidades, os termos "baiano", "paraíba" e "pau-de-arara" foram adotados para designar, de modo pejorativo e generalizador, todos os nordestinos. Essas designações, até mesmo quando se faz uso do simples gentílico, mas com a intenção de diminuir e homogeneizar, remetem, portanto, à depreciação da mão de obra migrante e sua reprodução além de xenofóbica, é elitista. O estereótipo reduz toda a diversidade cultural e regional a uma

única representação porque é assim que se nega a pluralidade de vozes e resistências. Recorrer a essas terminologias para depreciar se torna inútil, porém, quando se percebe que o próprio termo "nordestino" já impõe essa redução, ao definir dezenas de milhões de pessoas como um grupo só.

Do "baiano", foi feita a "baianada", utilizado no Centro-Sul para denotar comportamentos considerados inadequados, como uma infração de trânsito ou uma falha na execução de uma atividade, quando não incorre para designar um grupo de nordestinos de modo generalizante. No trânsito, existe ainda o "gelo baiano", expressão que se refere ao prisma de concreto, misturando preconceito com metáfora. O "gelo" vem da sua forma e cor branca, enquanto o "baiano" é associado a uma suposta preguiça – indolente, conforme os escritos de 1920 – que, de tão inerte, seria incapaz até mesmo de derreter.

As migrações continuam, com um aumento notável no retorno de nordestinos à sua região de origem, conforme dados do IBGE, e agora, desembarca no Sudeste uma gente "lá de cima" muito capacitada, que longe do caminho da subalternização, busca e consegue assumir grandes postos de trabalho. Realidade que deixa distante no retrovisor os versos de Patativa do Assaré[96], de "Triste Partida", escrita em 1964: "eu vendo meu burro, meu jegue e o cavalo, nóis vamo a São Paulo, viver e morrer". Isso marca uma mudança social significativa que pode ajudar a explicar certos comportamentos de rejeição. Um fato que dialoga com a aceitação da *nordestinidad*, tratada no capítulo um e sobre a qual, em 1988, já dava como "inadiável" Rachel de Queiroz.

Ao escrever sobre a presença do povo do Nordeste na Paulicéia como "irreversível", na edição de 25 de novembro de 1988 do jornal *O Estado de S. Paulo*, a escritora cearense declarou que os nordestinos "já queimaram essas etapas" da "mão de obra barata" e "agora brigam pelas lideranças" (p. 40). A prefeita eleita da capital paulista, naquele momento, era a paraibana Luiza Erundina. Rachel apresentou uma nova geração, desprendida dos muitos símbolos de miséria excessivamente explorados pela mídia e por produtos culturais. Uma geração que não se cala, que não se curva e que tem os meios para fazer acontecer.

No filme *Que Horas Ela Volta?* (2015), dirigido por Anna Muylaert, Val, uma pernambucana que deixou sua filha para trabalhar como empregada doméstica em São Paulo, recebe a própria filha, Jéssica, anos depois, quando ela vem para prestar vestibular na capital paulista. Jéssica intenciona cursar arquitetura e reúne condições para alcançar esse objetivo, em uma trama que aborda a transformação do perfil do migrante nordestino e sua busca por ocupar novos espaços, uma perspectiva que dialoga com os escritos de 1988 de Rachel de Queiroz.

[96] Patativa do Assaré era o pseudônimo de Antônio Gonçalves da Silva, um importante poeta popular e compositor brasileiro, nascido em 1909 e falecido em 2002. Ele é reconhecido por retratar a vida e a cultura do interior nordestino (Andrade, 2004).

O nordestino, que um dia chegou retirante da seca, hoje ocupa posições de destaque e é até mesmo empregador. Para aqueles que cresceram ouvindo depreciações sobre essa população, com questionamentos inclusive sobre a sua capacidade de trabalho, não parece fácil se imaginar competindo com eles pelos mesmos espaços no mercado. Ou o que soa ainda mais desafiador: subordinar-se a nordestinos na condição de seu empregado.

6.6. Xenofobia no espaço virtual e novo enquadramento jurídico

Quando se discute a discriminação contra o povo do Nordeste, a expansão do uso da internet representa um ponto relevante, pois trouxe consigo a descentralização das fontes de informação, dando voz ativa a todos na expressão de opiniões. Além disso, como destaca Campos Mello (2020), as redes sociais digitais criaram um espaço público onde ofensas anteriormente confinadas ao privado passaram a ser expostas, devido à noção equivocada de ambiente "sem lei" e à sensação de distância segura em ralação aos alvos. A xenofobia no espaço virtual se intensifica a cada período eleitoral, pois encontra na adversidade política uma oportunidade para se fortalecer e ganhar impulso (Souza, 2018).

Inicialmente, houve a expectativa de que as redes sociais permitiriam apenas uma maior participação das pessoas no processo democrático. No entanto, após o entusiasmo inicial com essa perspectiva, ficou claro que elas também tendem a ser palco de manifestações de polarização e são propícias a incivilidades, como a disseminação de desinformação e a propagação de discursos de ódio (Orlandini e Maia, 2023; Santos, 2019). O desarranjo de visibilidade nesses espaços virtuais contribui diretamente para a divisão extrema, como aponta Alves (2019), especialmente por meio da rede social X (antigo Twitter), na qual predominam a circulação e a repercussão de notícias.

Gomes (2008) contribui com o tema com uma observação importante. Na visão dele, ao procurarem ativamente por informações, as pessoas muitas vezes não encontram a verdade, mas sim reforçam um ambiente superficial de estereótipos nos quais já acreditam. Mesmo que quisessem a verdade, o processo de busca do conhecimento passa pelos filtros dos conjuntos de estereótipos que receberam e acumularam, o que compromete a possibilidade de acesso à informação fidedigna.

O cenário de polarização das eleições presidenciais de 2022, para exemplificar, evidenciou não somente uma disputa no campo ideológico, mas também uma intensa expressão de preconceito contra a população do Nordeste, tanto nos aplicativos de troca de mensagens quanto nas redes sociais. A discriminação percebida nesse período não se limitou à desvalorização da cultura da região; ela assumiu

uma conotação agressiva, levando o discurso pautado pela falsa ideia de hierarquização regional à manifestação do extremo ódio.

Segundo um levantamento realizado pela Safernet, organização não governamental que acolhe denúncias de crimes cibernéticos contra os direitos humanos no Brasil, em 2022 houve um aumento alarmante de 874% nos casos de xenofobia em comparação a 2021. O percentual foi divulgado em sua plataforma online, baseado nos dados registrados pela Central Nacional de Denúncias. Esse crescimento foi mais expressivo do que os casos de intolerância religiosa, que aumentaram 456%, e de misoginia, que tiveram um acréscimo de 251%. A Safernet aponta a elevação nos casos de xenofobia como uma tendência crescente do discurso de ódio nos últimos anos eleitorais, uma percepção que também é sentida pela população, nas ruas e nas redes, e que tem sido amplamente abordada pela imprensa.

A revista eletrônica *Consultor Jurídico (ConJur)*, em 3 de outubro de 2022, noticiou as consequências de uma frase publicada na internet por um personal trainer: "O Nordeste merece voltar a carregar água em balde mesmo. Aí depois vem esse bando de 'cabeça redonda de bagre' procurar emprego nas cidades grandes". Em uma matéria publicada em 05 de outubro de 2022, o portal de notícias *G1* repercutiu um vídeo compartilhado em uma rede social no qual uma advogada afirma que "a gente não vai mais alimentar quem vive de migalhas". O jornal *O Globo*, em 20 de outubro de 2022, expôs o caso de uma empresária que também compartilhou um vídeo xenofóbico na internet, pedindo para não contratarem nordestinos em Santa Catarina. Um boicote, nas palavras dela, aos "desgraçados que passam fome e vêm vender rede na praia".

Como é possível observar, essas declarações remontam a outubro de 2022, mês no qual ocorreram o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano. As frases contra os nordestinos partiram de eleitores declarados do ex-presidente Jair Bolsonaro, que se mostravam à vontade em adotar a postura discriminatória, como reação à vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva na região Nordeste. No intuito de desmerecer a decisão política dos nordestinos, foram abertas as comportas de uma reserva de depreciações, muitas delas carregadas de hostilidade. Essa reserva incluía termos pejorativos que foram utilizados pelo próprio Bolsonaro durante o seu mandato, como "paraíbas", "paus de arara" e "cabeças chatas".

Seguindo o fio da análise da Safernet sobre a crescente tendência do discurso de ódio durante os anos eleitorais, a busca por notícias veiculadas pela imprensa sobre declarações xenofóbicas no contexto das disputas políticas revela até mesmo manifestações de desejo por extermínio. Um caso marcante é a declaração reportada pelo *El País*, em 9 de outubro de 2014, feita por uma auditora do trabalho: "Essa região do Brasil merecia uma bomba como em Nagasaki, pra nunca mais nascer uma flor sequer por

70 anos". A mesma matéria menciona ainda uma comunidade em uma rede social formada por membros da classe médica que propunha "castrações químicas" contra nordestinos, sugerindo a promoção de um "holocausto[97]" na região.

Ao examinar a violência contra o outro expressa nesses discursos, Souza (2018) chama a atenção para o desejo declarado de impor uma punição. Ela observa que, nesse contexto, instaura-se um discurso punitivo baseado na culpabilização já estabelecida pelo resultado eleitoral. Essa punição pretendida muitas vezes flerta com o que seria mais grave e irreversível: a morte. Na tentativa de desumanizar os nordestinos, sugerindo que as suas vidas podem ser ceifadas sem prejuízos morais ou legais – com menções, não raras vezes, a Deus e à Bíblia, – esses agressores acabam por perder sua própria humanidade ao expressarem desejos de violência extrema.

> Desejo do fundo do coração que sejam tomados pela desnutrição, que seus bebês nasçam acéfalos, que suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não consigam tratar, que o ebola chegue no Brasil pelo Nordeste e mate a todos! Só outra arca de Noé pra dar jeito! (publicação no Facebook analisada por Souza, 2018, p. 940)

Menezes (2019) evidencia de forma contundente a normalização do discurso de extermínio ao analisar mais de 120 mil postagens nas redes sociais que mencionavam a palavra "nordestino" durante as eleições de 2014. Sua pesquisa revelou a recorrência do desejo e da incitação à morte dessa população. Um exemplo marcante é o relato de uma estudante que afirmou: "Nordestino não é gente, faça um favor a São Paulo, mate um nordestino afogado!" (p. 11). A pesquisadora ressalta, desde as primeiras linhas, que o ódio tem origem no preconceito, o qual, por sua vez, é alimentado por estereótipos e generalizações historicamente enraizados.

> O desejo de extermínio como efeito do ódio; ódio como efeito do preconceito; preconceito como efeito da estereotipação e das diferenças; estereotipação e diferenças como efeito das relações de forças antagônicas (políticas, sociais e ideológicas). Dentro deste círculo, o discurso de ódio ao nordestino produz o efeito, por fim, de reforçar as diferenças dentro de um país historicamente dividido e de estabelecer uma relação litigiosa. (Menezes, 2019, Resumo)

Tanto as declarações sobre extermínio de 2014 quanto as que instigam um boicote a trabalhadores nordestinos de 2022 estão impregnadas de níveis de ódio similares, pois são impulsionadas pelas

[97] Em consonância com Blainey (2008), "holocausto" tornou-se a descrição mais simplificada do projeto de liquidação dos judeus promovido pela Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Um genocídio "aterrorizador devido à proporção dos massacres", no qual "pelo menos 5 milhões (de judeus) foram mortos" (p. 314).

mesmas motivações. O que se percebe, na verdade, é que a exposição midiática de uma ocorrência em um ano cria filtros para as próximas eleições, resultando em um ajuste na forma como essa discriminação é expressa. Entretanto, o conteúdo e as razões por trás desses comentários permanecem inalterados, inclusive com um aumento expressivo em termos quantitativos, como atestam os números. O que pode parecer uma suavização do discurso se encaixa melhor como uma tentativa de evitar consequências negativas e retaliações.

É importante considerar que o discurso de ódio pode se manifestar de maneira direta ou indireta, seja de forma explícita ou velada (e.g. Moreira, 2023), isto é, as declarações podem apresentar hostilidade de forma escancarada ou por meio de referências sutis relacionadas à identidade social dos membros do grupo atingido, mas mesmo adquirindo essas nuances, elas não subtraem o seu efeito nocivo. Essas mensagens hostis, seja qual for a sua forma, refletem e reforçam as relações hierárquicas presentes na sociedade, posicionando indivíduos de maneira desigual nas estruturas sociais.

O que não se pode afastar dessas afirmações xenofóbicas é a presença de uma mentalidade colonizadora em relação aos nordestinos, retratando-os como um povo inferior, atrasado e destinado apenas a servir. Prova disso é que a atenção direcionada pelo governo federal à região parece ser um dos principais motivos das queixas apresentadas, o que permite paralelo pertinente com a reação da imprensa em 1920 diante das intervenções estruturais promovidas pela União no Nordeste. Essa recorrência durante os períodos eleitorais, por mais que pareçam refletir uma disputa política, reincide mesmo na ideia de uma hierarquia regional dentro do país e na visão dos nordestinos como um povo subalternizado.

Algumas respostas aos ataques virtuais, mesmo bem-intencionadas, acabam por reforçar estereótipos. Na linha reativa do "nordestino com orgulho", muitos internautas agarram símbolos ditos regionais, a exemplo do chapéu de couro, do cuscuz e do "oxente" – seguindo um discurso de enaltecimento da nordestinidade lapidado por intelectuais como Ariano Suassuna –, que parecerem indicar um caminho seguro a seguir. Entretanto, vale a pena questionar se ao refutar uma crítica negativa com a valorização do que foi censurado, não se está desviando o foco da discussão sobre o quanto a simplificação e a generalização fazem parte de um projeto de diminuição da diversidade e complexidade da região. Afinal, ao se afirmarem como "cabras machos do sertão", por exemplo, os nordestinos apenas confirmam uma sentença discriminatória, na tentativa de que seja compreendida por uma perspectiva positiva. O discurso de resistência, muitas vezes, contribui para o apagamento da pluralidade.

Merece nota, nessa discussão que permeia a tomada de símbolos e o campo político, a insistência de pré-candidatos e de candidatos, em visita eleitoreira ao Nordeste, de se apropriarem de símbolos como os chapéus de couro, de vaqueiro ou de Lampião, para buscar proximidade. Uma

prática que se tornou comum aos presidenciáveis, comparável a comer pastel em feira livre, numa demagogia simplista capaz de secundarizar as questões que realmente interessam à região. Fernando Henrique Cardoso, na corrida pela Presidência em 1994, quando esteve em Alagoas, não somente usou um chapéu de vaqueiro, como decidiu posar para a foto montado em um cavalo, que foi divulgado pela imprensa como jegue.

As manifestações xenofóbicas mais agressivas contra nordestinos não se limitam à internet ou aos períodos eleitorais. Conforme relatado pelo portal *Uol* em 24 de fevereiro de 2016, com base em informações da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância de São Paulo (Decradi), a discriminação contra pessoas do Nordeste foi a segunda maior causa de abertura de boletins de ocorrência nos anos de 2015 e 2016 no Estado, ficando atrás apenas das denúncias envolvendo a população negra.

Além disso, casos como o de Sirlei dos Santos, relatado pelo portal *Terra* em 27 de abril de 2013, ilustram como as agressões verbais podem eventualmente escalar para agressões físicas. Sirlei foi agredido por um grupo de neonazistas no centro de Niterói simplesmente por ser nordestino, evidenciando a gravidade e a escalada de violência associada à xenofobia. Em 28 de julho de 2022, o portal *G1* noticiou o caso de Paulo Vítor, um trabalhador nordestino que foi agredido e sofreu traumatismo craniano enquanto voltava para casa no metrô, no Rio de Janeiro. As autoridades policiais trataram o incidente como um caso de preconceito contra a origem do indivíduo.

Nos últimos anos, a Justiça tem aplicado condenações mais duras contra aqueles que proferem ofensas contra pessoas do Nordeste, reconhecendo essa conduta como racismo. Em novembro de 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) passou a considerar como crime de racismo os atos que discriminam brasileiros com origem no Nordeste. Esse entendimento encontra previsão no artigo 20 da Lei nº 7.716, de 1989, editado pela Lei nº 9.459, de 1997, que prevê pena de reclusão e multa para quem "praticar, induzir, ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional". A decisão foi uma resposta às manifestações que ocorreram no decorrer da campanha eleitoral de 2022, resultando na tipificação da xenofobia como crime de racismo pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro.

Com base no embasamento teórico deste estudo e nas declarações de caráter racial encontradas no material jornalístico dos anos 1920, especialmente aquelas que refletem a conjuntura eugenista e a tentativa de branqueamento da população do país, não é difícil chegar à conclusão do STJ. De fato, o preconceito contra o povo do Nordeste está profundamente enraizado no racismo estrutural do Brasil, uma vez que a desvalorização do nordestino, isto é, do "mestiço acaboclado" das "Impressões do Nordeste", conecta-se diretamente com a desvalorização do sujeito não branco.

Da mesma forma, a desvalorização do trabalhador nordestino migrante se alinha com a desvalorização da mão de obra negra.

Uma revisão da literatura sobre racismo – incluindo os trabalhos de Silveira (2007) e Salvador Netto (2010) – aponta para uma definição. Ele se manifesta como atos ou falas de caráter discriminatório baseados no pressuposto de que todos pertencentes a uma minoria racial compartilham os mesmos traços, considerados inferiores e inalteráveis, além de hereditários. Nesse sentido, é relevante resgatar a descrição do homem nordestino padrão, de esqueleto defeituoso, quase um Quasimodo de Victor Hugo, marcado por uma indolência da qual não se pode desvencilhar, que preencheu páginas jornalísticas como meio para apresentar o povo do Nordeste ao Brasil. Essa relação intrínseca entre aspectos físicos e morais, outra característica marcante do racismo, também se faz presente no que se entende como a gênese do preconceito contra essa população.

Os escritos de 1920 e as camadas subsequentes retrataram as pessoas do Nordeste com um estigma de incapacidade, rotulando-as com base em características físicas e assumindo que essas definições se aplicavam de forma homogênea. O nordestino foi descrito como alguém associado à miséria, à miscigenação considerada excessiva e à condição de retirante, migrando para São Paulo para se unir a outros trabalhadores pobres, enquanto encontrava uma elite que se considerava branca e superior. As menções à degeneração e ao apuro racial nesses textos e em outras produções jornalísticas e culturais evidenciam que a discriminação tem uma base racista, sem perder o entrelaço com a questão da pobreza. É um racismo fundamentalmente enraizado, sobre o qual se assentou o preconceito de classe.

Na perspectiva de Santos (2002), a miscigenação, frequentemente defendida como forma de minimizar acusações de racismo, não resulta na ausência de discriminação racial, como proposto pela lógica luso-tropicalista, carregada de colonialismo, mas sim dá origem a um tipo distinto de racismo, no qual a cultura mestiça interessa, para fins de apropriação, mas o mestiço em si, não. Como o nordestino e a cultura que lhe é atribuída passam exatamente por essa experiência, tem-se mais um argumento de que um dos elementos centrais na articulação da xenofobia contra o povo do Nordeste é o racismo estrutural arraigado no Brasil.

Se o entendimento sobre a origem racista não é suficiente para convencer, mesmo considerando as perspectivas das “Impressões do Nordeste” e outras ofensivas registradas depois, as manifestações atuais podem facilitar a compreensão. Conforme a definição de Moreira (2023), o racismo se manifesta para preservar e legitimar um sistema de privilégios, o que depende da circulação contínua de estereótipos que retratam as minorias raciais como incapazes de atuar de forma competente na esfera pública. É no encontro entre o trabalhador rural do “pavoroso sertão”, que não servia para laborar no campo, o “nordestino de folhetim”,

quase sempre parvo e incapaz, e os “burros” e “jumentos” recorrentes nas xenofobias manifestadas no ambiente virtual em tempos de disputas políticas, que se dissipa qualquer dúvida insistente.

É claro que muitas vezes as queixas de quem sofre essa discriminação são invalidadas. No que pese, o Brasil tem uma sociedade com um passado escravocrata recente e que ainda não internalizou completamente a ideia de igualdade. Ainda que a passos lentos, existe um processo de perda de privilégios em curso, o que é difícil para os seus detentores, que resistem em abrir mão dessas vantagens. Moreira (2023) ressalta que o racismo é uma forma de dominação social que busca manter o poder nas mãos do grupo dominante. Esses favorecidos se empenham em defender o sistema vigente, com argumentos, neste caso, embasados pela suposta superioridade gentílica e hierarquização regional, na busca por perpetuar as oportunidades sociais em suas mãos. Como observou Ribeiro (2019), “o racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de vontade de um indivíduo” (p. 16).

7. Vivências: o passado se faz presente

Quando a pesquisa científica encontra vivências que também são próprias do investigador, os sujeitos da linguagem acadêmica deixam de ser indeterminados e se tornam conhecidos, assumindo inclusive a primeira pessoa do plural ou singular. É nesse momento que o pesquisador abandona a mera observância para tratar também de si. E, assim, "o povo do Nordeste", que poderia parecer distante nos enunciados até aqui, ganha o status de "nós", numa relação não só próxima como pessoal.

Popularizado nos debates sociais brasileiros, o conceito de lugar de fala ultrapassou as fronteiras do ativismo e dos movimentos sociais e se faz presente em diferentes áreas do conhecimento, para designar uma legitimidade de discurso explicada por Ribeiro (2017). Segundo ela, "o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas" (p. 13), considerando "de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum" (Ribeiro, 2019, p. 35).

Ao tornar o conceito conhecido, originariamente utilizado por autores como Bourdieu e Foucault, mesmo que em um contexto diferente, Ribeiro (2017) oferece um ponto de vista estruturalista da sociedade acompanhado de um panorama histórico sobre vozes que foram silenciadas ou interrompidas ao longo do tempo. Com base nisso, ela defende o "deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe" (p. 21), possibilitando fala a pessoas consideradas emudecidas.

Dar voz ao povo do Nordeste foi justamente o que se buscou com esta fase da pesquisa. O preconceito contra nós, nordestinos, segue presente e se manifesta tanto em abordagens sutis quanto em gestos escancarados. Essa discriminação é permeada por estereótipos antigos que são acessados com ou sem consciência, e que contribuem com a nossa inferiorização. Mesmo minimizado pelos que têm interesse na conservação de normatizações hegemônicas ou pela falta de empatia, sua ocorrência provoca danos, e só quem os sofre é capaz de contar.

Dentro da pesquisa acadêmica, o lugar de fala do pesquisador deve expressar justamente quais são as suas influências epistemológicas e o quanto elas podem impactar sobre a produção acadêmica, encontrando pleno diálogo com investigações exploratórias como esta. Natural de Natal, capital do Rio Grande do Norte, um dos nove estados que integra a região Nordeste, eu mesmo já fui vítima do preconceito de origem de lugar que é objeto desta investigação e, assim como milhares de nordestinos, fui obrigado a silenciar diante de insultos proferidos por pessoas protegidas por relações hierárquicas construídas e reforçadas ao longo dos anos.

Com base nisso, eu parti para a coleta de vivências de outras pessoas dos nove estados do Nordeste – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia –, adotando orientações de uma metodologia de interpretação de dados que permitisse valorizar esses testemunhos, além do que inicialmente eu poderia oferecer. A análise temática de conteúdo dos depoimentos, a escolhida, flertou com a escrevivência, por esta fazer uso das vivências para viabilizar uma produção de conhecimento que diz respeito à experiência coletiva. Ao desenrolar fios múltiplos, foi possível fazer do próprio estudo uma forma de resistir.

Neste capítulo, serão partilhadas as vivências obtidas a partir das repostas às nove perguntas formuladas sobre percepções coletivas e experiências individuais, conforme presente no questionário elaborado. Além disso, serão divididos os aprofundamentos obtidos a partir de reuniões virtuais com parte dos participantes realizadas pelo Google Meet. As informações serão disponibilizadas de acordo com cinco guarda-chuvas temáticos comuns nas experiências, norteados por afirmações recorrentes, de modo a mapear padrões, estabelecer relações entre as experiências compartilhadas e responder a uma das perguntas de investigação, sobre qual é a relação entre a estereotipação difundida de modo documentado a partir dos anos 1920 e a discriminação perpetuada ao longo do tempo e sentida ainda hoje.

Durante o processo, revisitei os conceitos teóricos que compõem o referencial do estudo, buscando uma compreensão mais profunda à medida que avançava na avaliação das vivências. Além disso, realizei novas pesquisas bibliográficas para fortalecer e validar os entendimentos emergentes. Essa abordagem permitiu acessar novas camadas de conhecimento e desvendar questões que anteriormente estavam além da minha percepção.

Todas essas experiências individuais, que muitas vezes são subestimadas, representam apenas uma pequena parte de um padrão discriminatório muito mais amplo. Ao investigarmos mais a fundo, deparamo-nos com situações ainda mais graves e excludentes. Os questionários e as entrevistas virtuais em questão foram realizados com o intuito preciso de ampliar a compreensão das manifestações de preconceito enfrentadas pelas pessoas do Nordeste, visando a entender como ele persiste, e estabelecer possíveis conexões entre falas contemporâneas e a produção jornalística estigmatizante de 1920, considerada, neste estudo, como o seu ponto inicial.

O que há aqui, portanto, é um investigador com disposição genuína para ligar os pontos e analisar o papel desempenhado pela imprensa no início do século passado na formação dessa discriminação social. Utilizando a minha própria experiência como nordestino vítima de discriminação no ambiente de trabalho na cidade de Brasília, capital federal, em mais de uma oportunidade, nos anos de 2015 e 2016, busquei construir uma narrativa que, apesar de pessoal, aponta para uma experiência coletiva. Ao

assumir esse papel arriscado de porta-voz de um "nós" compartilhado, tratei de construir uma abordagem que busca promover uma compreensão facilitada das questões enfrentadas pelo povo do Nordeste, com o cruzamento entre o passado e o presente.

7.1. Padrão físico: "Ah, mas você não tem cara de nordestino"

Imaginar um Sudeste onde paulistas, capixabas, mineiros e fluminenses compartilham uma única aparência física parece ser um exercício criativo complexo. No entanto, reducionismo similar segue recorrente em relação às quase 60 milhões de pessoas que habitam os nove estados do Nordeste. Um pensamento que se manifesta em frases aparentemente inocentes, algumas até mesmo com a pretensão de serem elogiosas, mas que demandam urgente superação.

Esse entendimento limitado sobre a nossa aparência, que é uma das formas mais insidiosas de expressão do preconceito contra nós, ocorre abertamente, e se materializa em declarações aparentemente inofensivas como "Ah, mas você não tem cara de nordestino". Outras variações, como "nem parece nordestino" ou "não tem quem diga que é nordestino", também contribuem para a ideia de que possuímos uma única identidade física reconhecível, e qualquer um que desvie desse padrão é prontamente notificado, conforme observado nas vivências compartilhadas:

"Nem cara de nordestina você tem." (compartilhada por Eusenda, cearense)
"Quando tá calado, não tem quem diga que é nordestino, né?" (compartilhada por Ramón, alagoano)
"Eu jurava que você era daqui. Não parece o pessoal do Nordeste." (compartilhada por Lívia, alagoana)

A presença dessas afirmações evidencia uma negação, mesmo que inconsciente, da miscigenação inerente à história do Nordeste e do Brasil. Primeiramente, por deixar de considerar as múltiplas contribuições étnicas registradas na porção nordestina do país: as populações indígenas que já habitavam a região; a ocupação portuguesa; as pessoas escravizadas trazidas da Guiné, do Congo e de outras partes da África; além da incursão holandesa no século XVII. O Nordeste emergiu como um espaço habitado por uma população diversificada, com diferentes origens, portanto incapaz de ser resumida a uma única feição.

Ademais, essas mesmas afirmações omitem que interação étnica similar ocorreu em todo o país, numa tentativa de isentar outras regiões do processo de miscigenação, como se houvesse algo desabonador naquilo que, em teoria, é orgulho nacional. Uma investida que invalida a possibilidade de

nordestinos e os demais brasileiros terem a mesma pluralidade ou pior: tenta hierarquizar essas misturas. Nesse caso, não se pode ignorar as manifestações nos escritos de 1920 que propunham uma nova colonização no Nordeste e a introdução de sangue europeu, com o intento de promover uma espécie de revitalização populacional na região.

Do mesmo modo, buscar um rosto comum em todos os nordestinos revela a internalização profunda de estereótipos, como se a nossa imagem estivesse firmemente enraizada no imaginário dessas pessoas, desde quando Euclides da Cunha destaca uma suposta "uniformidade notável" entre os sertanejos do "Norte" ao dizer que "o homem do sertão parece feito por um molde único" (1902/1973, p. 122). Porém, não se trata apenas de qualquer imagem, e sim de uma imagem construída a partir de percepções depreciativas, a ponto de ser manifestado como uma qualidade quando esse padrão é contrariado: "não tem quem diga que é nordestino". É importante destacar que a ideia de que o povo do Nordeste tem uma aparência específica é completamente infundada, sendo uma construção repleta de camadas e camadas de estereotipação.

Agora, é preciso ressaltar que a presença europeia no Nordeste não se presta como argumento para sugerir que o nordestino é mais ou menos digno com base em sua ascendência ou características físicas. Essa abordagem apenas conduziria a discussão aos mesmos padrões racistas que alimentam a discriminação em questão. As passagens relativas à participação dos europeus sevem apenas para ilustrar a falta de conhecimento em relação à formação étnica da população do Nordeste, como também sobre a história da região e do país.

O eco do pensamento eugenista, que influenciou as políticas de branqueamento da população brasileira entre meados do século XIX e o início do século XX, ressoou nas primeiras impressões na imprensa sobre os nordestinos, com a decretação do mestiço como um obstáculo para a evolução nacional. Esse entendimento já se fazia presente em obras como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, nas quais a mistura excessiva era vista como um problema, e o sertanejo do "Norte" ou Nordeste era considerado um produto indesejado dessa miscigenação. No entanto, é intrigante notar que o mesmo julgamento que rotula o nordestino como excessivamente miscigenado, e, portanto, diverso, é precisamente o que o aprisiona em um suposto padrão. Em outras palavras, a questão não é tanto sobre a miscigenação em si, mas sim sobre a não prevalência de traços entendidos como europeus.

Conforme abordado no capítulo cinco, as primeiras representações físicas dos nordestinos surgiram na década de 1920, logo após o termo "Nordeste" se tornar amplamente utilizado pela burocracia estatal. Essas descrições retratavam o homem como "pequeno e descarnado, com tendência à fixação de esqueleto defeituoso", acompanhado quase sempre de um rifle ou de um jumento; a mulher aparece

como “raramente atraente” e “desgrenhada”; enquanto as crianças estavam mais para “peraltas maltrapilhas”, que de tão sujos, tinham “insetos à cabeça”. Com o tempo, essas primeiras impressões foram sendo aprofundadas.

Os encontros subsequentes entre nordestinos e “sulistas”, mediados pela imprensa e por produtos culturais, também foram marcados pela presença de tipos que evocavam a imagem do mestiço rude do sertão, afligido por questões sociais agravadas pela seca, numa representação tomada como absoluta sobre os indivíduos da região. Isso se deu em algumas obras do Romance de 30, em figuras como as de Chico Bento e Fabiano. Da mesma forma, na sequência, pelo discurso político, que buscava reforçar a homogeneidade social dos flagelados como meio para se obter vantagens. Essa imagem também foi amparada pelo audiovisual, como evidenciado em *O homem que virou suco*, que aborda a própria questão do padrão físico com os personagens Deraldo e Severino, confundidos pela sociedade e pela mídia, sob o argumento de que, no Nordeste, “é tudo a mesma coisa”, o que ilustra o forte efeito de homogeneização.

Como explorado no capítulo três, é comum simplificar informações para facilitar entendimentos, ainda mais quando esse processo é dirigido por interesses e motivações, o que leva a categorização de pessoas com base em características superficiais, associando, por exemplo, aparência física ao lugar de origem. Somado a isso, a exposição do Nordeste de hoje ao antigo “Sul” era limitada, devido à falta de integração por rodovias e ferrovias e à monotematização relativa à seca e aos seus flagelos. Como consequência, a população dependia da imprensa e da produção cultural para formar suas ideias e apenas um recorte da região foi bastante explorado e isso inevitavelmente moldou percepções. A persistência dessas percepções sugere que os interesses e motivações não ficaram para trás.

O entendimento de padrão físico a que a população nordestina é submetida, apesar de abrigar aproximadamente 27% da população brasileira, já seria um equívoco se atestasse somente desinteresse ou desconhecimento pela história dessa porção de Brasil. Suas raízes, porém, de acordo com este estudo, têm origens profundas que vão muito além da simples distração.

7.2. Inferiorização: “Comedor de cuscuz”, “preguiçoso”, “pau de arara”

Uma outra leva de expressões que atravessam o nosso caminho são aquelas que têm a intenção explícita de nos inferiorizar, quer seja por meio de comparações sociais ou pela visão simplista (e cômoda para quem enxerga assim) de que estamos em posição de desvantagem. De acordo com as vivências coletadas, essas manifestações podem assumir três formas principais recorrentes: a

desvalorização cultural, a desqualificação da mão de obra e a designação de indivíduos e grupos com termos genéricos com a intenção de serem depreciativos. Geralmente, esses comentários surgem em contextos mais agressivos, nos quais o objetivo é ofender e subjugar.

O primeiro tipo de inferiorização desse grupo de declarações está relacionado à desvalorização do que foi rotulado como cultura nordestina, incluindo sua música, dança, culinária e tradições, algumas vezes desvalorizada ou considerada de menor prestígio em comparação ao que provém de outras regiões. Essa postura é o que perpetua a noção de que o que é nosso é oposto ao que é moderno e urbano, numa relação em que é difícil distinguir causa e consequência. Isso resulta em uma leitura superficial e distorcida do Nordeste, que ignora sua diversidade e complexidade, tentando enxergá-lo num único frame.

Foi o filósofo Montaigne, como vimos antes, quem disse: "cada qual considera bárbaro o que não pratica em sua terra". Essa ideia de que a verdade e a razão residem no lugar de origem de cada indivíduo, em contraposição ao que é observado no outro, transcende para o âmbito da arte e da cultura. Numa perspectiva nacional, foi esse pensamento que fez os costumes do "Sul" serem tomados como nacionais e os costumes de outras áreas, como regionais. Ao associar esse conceito à noção de poder central, surge a distinção entre uma cultura principal e aquela considerada periférica. A associação de certas práticas culturais aos primeiros migrantes do Nordeste, frequentemente em situação socialmente vulnerável, reforça essa noção, criando uma divisão social classista que categoriza e rotula cada aspecto com base em seu status social.

Nesse contexto, as tradições religiosas surgem como alvo de declarações carregadas de preconceito, que rotulam nossas práticas e preces como pitorescas. Isso pode aparecer em situações constrangedoras, com a tentativa de impor padrões culturais considerados mais aceitáveis ou valorizados pela população dominante, em detrimento do que é dado como rudimentar. Um dos participantes, o cearense Odair, relatou ter ouvido de um colega, quando realizou especialização em São Paulo, a frase "tem que estudar, não adianta pedir para Padre Cícero, não", que ecoa as impressões de Lourenço Filho, em cujos escritos é atribuído o "atraso do povo" do Nordeste às suas "ideias delirantes", incluindo a fé no padre cearense. Foi Lourenço quem atualizou a suposta relação entre a ignorância e o aspecto supersticioso do "caboclo" nordestino.

Não custa lembrar que as comparações sociais podem pavimentar o caminho para a inferiorização, ao passo que possibilitam o fortalecimento da união entre aqueles que exercem a crítica, conforme visto a partir das contribuições de Tajfel (1974) e Cabecinhas (2012). A alegação de que os não membros de um determinado grupo compartilham de um defeito comum absolve aqueles que fazem parte do outro

grupo de possuí-lo. Essas percepções sobre si mesmos, derivadas do que está presente ou ausente nos outros geram e validam a oposição entre o "nós" e o "eles", legitimando tanto a autopercepção quanto o próprio preconceito.

A segunda forma de inferiorização está relacionada à desqualificação profissional, na qual nossa mão de obra é menosprezada e chegamos a ser privados de oportunidades. Essas ofensas são frequentes no ambiente de trabalho, com comentários sobre nossa capacidade intelectual e disposição para a labuta. Essa percepção nos remete diretamente às impressões do Nordeste dos anos 1920, quando fomos retratados como uma população "fatalista" e "indolente", que "vegeta por contemplação", "com o espírito sempre voltado para o seu pequenino mundo desolador".

O preconceito que associa o povo do Nordeste à preguiça, especialmente por meio de uma representação exagerada, com a imagem de um nordestino prostrado em uma rede, tem consequências profundas que vão além da estigmatização e discriminação. Essa manifestação tem um impacto econômico significativo, podendo prejudicar as perspectivas de emprego e ascensão profissional, o que por sua vez perpetua ciclos de pobreza e desigualdade socioeconômica. Uma ideia falaciosa que limita chances de crescimento e de desenvolvimento pessoal, muitas vezes em conjunto com mais fatores, como cor da pele, gênero e outras características que, devido às estruturas sociais, podem nos afastar de oportunidades.

Em uma conversa sobre produtividade, enquanto eu compartilhava como havia me organizado para "zerar a pauta", um colega em Brasília, cidade conhecida por sua história ligada aos candangos, mas não isenta de preconceitos, fez um comentário que vale como exemplo. Ele disse: "É porque você é mais do Norte, então pensa diferente. Se fosse da Bahia, estaria relaxando numa rede, de boa". E acrescentou: "Lá no gabinete, a gente não contrata ninguém da Bahia". Foi dito com a naturalidade de quem apresenta a cultura organizacional, sem qualquer sinal de constrangimento. Esse episódio evidencia como estereótipos são empregados para categorizar e limitar indivíduos, mesmo em ambientes profissionais aparentemente neutros.

Uma das participantes, a paraibana Ana Rayssa, que trabalhava como auxiliar no setor de vendas de uma concessionária de automóveis de luxo em São Paulo, relatou que se empenhou fortemente para conseguir uma promoção, apresentando os melhores resultados entre os concorrentes. No entanto, ela não foi promovida, e sim colegas contratados posteriormente e que apresentaram produções inferiores à dela. Ana Rayssa decidiu então conversar com seu superior, buscando entender os motivos da decisão e foi surpreendida ao ouvir que, como o automóvel vendido era sofisticado, havia o receio na empresa de que uma nordestina não fosse capaz de transmitir a ideia de sofisticação ao cliente. Em outras

palavras, a explicação dada foi que a promoção não foi possível porque sua origem poderia dificultar as vendas. Um caso no qual se pode entender explicativamente como os estereótipos são capazes de afetar as oportunidades de ascensão profissional.

Essa afetação pode exigir até mesmo uma suposta mudança de endereço. O piauiense Elias, outro participante, compartilhou sua experiência de trabalhar em uma empresa de serviços de tecnologia remota, que, devido aos obstáculos enfrentados por ser do Nordeste, teve que adquirir uma caixa postal em São Paulo. Essa mudança aparente de endereço, incluindo a alteração do DDD (Discagem Direta à Distância), tornou-se uma estratégia para se reposicionar, evidenciando entraves enfrentados simplesmente por serem originários do Nordeste. Após essas adaptações, o endereço em São Paulo e o código de área 11, mesmo com toda a equipe sendo nordestina, ajudaram a empresa a ganhar mais credibilidade e, consequentemente, a conquistar novos clientes.

Moreira (2023) aborda essa questão ao explicar que os estereótipos possuem tanto uma dimensão descritiva quanto uma dimensão prescritiva. Na primeira, são atribuídas supostas características aos grupos minoritários, presumivelmente presentes em todos os membros e consideradas imutáveis. Já na segunda dimensão, delineia-se o lugar que os indivíduos pertencentes a esses grupos devem ocupar, o que nos leva diretamente à essa inferiorização da mão de obra nordestina, com condições de limitar o acesso a oportunidades sociais.

Nos artigos de 1920, a imagem hiperbólica da preguiça já se fazia presente, quando se afirma os nordestinos como pessoas que “se embalam na rede, à espera que o verão passe”. Os trabalhadores do Nordeste eram descritos como cumpridores do mínimo necessário, “contentando-se em ganhar o suficiente para não morrer de fome”. Isso sem falar no “serviço precário”, já que eram considerados incapazes até mesmo para realizar atividades básicas na agricultura, ao ponto de os articulistas sugerirem a entrada de “gente mais aperfeiçoada” como uma solução para o suposto fracasso dos nordestinos e da região.

O terceiro grupo de declarações com intenção de inferiorizar contempla frases que recorrem a termos considerados ultrapassados devido à carga depreciativa que possuem, como “paraíbas”, “baianada” e “paus de arara”. Essas expressões, como discutido no capítulo seis, sobre novas camadas de estereotipação, remontam a um passado de desvalorização dos trabalhadores com origem no Nordeste, especialmente em meados do século XX, isto é, de depreciação da mão de obra migrante. São expressões que lembram períodos em que as pessoas e suas histórias de vida eram diminuídas diante do contexto social, reduzidas a uma massa de trabalhadores e nada mais. Ao reproduzi-las, revela-se mais

sobre quem as profere do que sobre os próprios nordestinos, uma vez que essas expressões carregam consigo conotações históricas e culturais impregnadas de preconceito.

A discriminação pode se manifestar de maneira física e intimidatória. Victor, paraibano, compartilhou, por meio de contato virtual, detalhes de um incidente perturbador que lhe aconteceu durante uma viagem a São Paulo. O empresário relatou que ele, seu pai e seu sócio estavam em um prédio próximo à Avenida Paulista em um sábado de manhã, indo em direção a uma padaria, quando foram abordados por dois jovens aparentemente na casa dos 20 anos, cada um segurando uma garrafa de vinho. Sem interação prévia, os jovens começaram a fazer comentários provocativos como "Tá me tirando, Ceará?". Apesar dos três tentarem entender o que estava acontecendo, foram seguidos pelos jovens com ameaças verbais e intimidações, insinuando até mesmo que iriam quebrar as garrafas neles. Depois de minutos desconfortáveis e alarmantes, eles conseguirem entrar na garagem de um prédio para pedir ajuda aos seguranças.

A perpetuação dessa inferiorização não parece fruto de inconsciência quando se percebe que ela nos aprisiona a uma suposta subordinação e ignorância, criando obstáculos para que revisemos essa ordem social e assumamos papéis de destaque na sociedade. "É patente a sua degeneração, que se afirma em taxa progressiva, quer considerada pelo lado físico, quer pelo intelectual", diz um dos artigos de 1920. Reincidir é como uma tentativa de nos manter presos à série "Retirantes", de Portinari, que por mais que retrate um capítulo, não determina a história de todos os outros nordestinos, incluindo os que estão por vir. A perpetuação é, no fundo, um meio eficaz para impedir que uma população subalternizada ascenda e assuma posições de liderança. As frases ouvidas pelos participantes, presentes nas suas vivências, corroboram com esse pensamento:

"Lá vem o comedor de cuscuz achando que é gente." (compartilhada por Ivan, baiano)

"Mas esses nordestinos são muito preguiçosos mesmo, não são?" (compartilhada por Gabriela, pernambucana)

"Tem algum pau de arara aí no meio? Deve ter, sempre tem." (compartilhada por Galdino, sergipano)

7.3. Exotização: "Esse seu 'sotaque nordestino' é muito (...)"

Engraçado, fofo, sensual, gostoso? Complete a frase se você, do Nordeste, já ouviu comentários a respeito do suposto "sotaque nordestino" que, pela lógica linguística de quem nos observa, corresponde a um jeito comum de falar que perpassa toda a região. Complete a frase também se você, não nordestino,

já a pronunciou. Longe de questionar as intenções por trás desses comentários, é importante entender o que eles de fato refletem.

Assim como no Nordeste há uma diversidade de rostos, também há uma diversidade de sotaques. Quem é de Recife não fala como quem é de Salvador, que por sua vez não fala como quem é de Fortaleza. Portanto, qualquer menção a um "sotaque nordestino" carece de sentido, pois esse suposto acento abrangente simplesmente não existe. Da mesma forma, os belo-horizontinos e cariocas não se refletem na forma de falar, assim como os curitibanos e porto-alegrenses têm suas próprias nuances linguísticas.

Essa ideia de homogeneidade na fala encontra respaldo no discurso padronizador que nos cerca, e principalmente na nossa representação no audiovisual. É verdade que esse falar nordestino começou a ser inventado pela literatura, como pontuado anteriormente, mas foi com o "nordestino de folhetim" da televisão que a ideia de um Nordeste enlatado se estabeleceu. Na qual todos falam da mesma maneira, usando expressões muitas vezes ultrapassadas, mas consideradas típicas de um suposto "nordestinês". Uma prática que desconsidera as diversas culturas e geografias da região e exagera nas entonações para criar caricaturas, principalmente quando o gênero é comédia.

Lopes, Borelli e Resende (2002) discutiram a telenovela *A Indomada*, destacando que desde a sinopse se apresenta a ideia de um sotaque "nordestês" estereotipado e generalizante, que incorpora expressões ingleses para criticar tanto o "deslumbramento do brasileiro" quanto à "americanização do país" (p. 355). Esse suposto sotaque uniforme é percebido por uma das colaboradoras que contribuíram com a análise das pesquisadoras como uma mistura do "caipira" com o "abaianado" (p. 356), sendo o segundo termo uma referência ao que provém do estado nordestino da Bahia.

Essa questão nos leva a outra discussão importante, especialmente na indústria do cinema e da televisão. Frequentemente, atores de fora do Nordeste são escalados para interpretar personagens nordestinos, resultando em representações caricatas e muitas vezes até ofensivas. O oposto, porém, não se vê acontecer. Além disso, a construção de personagens nordestinos muitas vezes é tão pautada pelo determinismo que conflitos e traços de personalidade ficam secundários, e aí não se tem uma pessoa na trama que por acaso é do Nordeste, mas sim "um nordestino" e essa caracterização parece bastar.

Henrique, ator e dramaturgo potiguar, afirmou que "ao fazer testes, sobretudo para produções audiovisuais, ou você tem 'sotaque demais' ou 'não é nordestino suficiente'". Essa vivência compartilhada por ele revela dois aspectos importantes: em primeiro lugar, como um sotaque pode comprometer a adequação do personagem à narrativa planejada, já que a existência de "'sotaque demais'" pode desviar o papel do que foi originalmente concebido na trama; e em segundo lugar, como existe uma expectativa por um tipo específico de nordestino que se encaixe nos estereótipos existentes, a ponto de

um ator nordestino perder um papel devido a não ser considerado "suficiente" da sua região para preencher esse ideal pré-concebido.

Como os estereótipos sobre aparência e comportamento se revelam desmedidos, constituindo apenas exageros que não correspondem à realidade, os sotaques têm, com efeito, a condição de atestar a origem do indivíduo, e por isso mesmo ele é tão reincidente em comentários discriminatórios. Bagno (2015) diz o seguinte: "os sotaques são as manifestações mais imediatas da identidade linguística dos falantes. Ao abrir a boca para falar, todo e qualquer falante (...) exibe os traços prosódicos característicos de sua variedade linguística" (p. 276 e 277). Ou seja: enquanto a verdade costuma desmentir os estereótipos, os sotaques tendem a afirmar as origens.

Essa identificação imediata pode levar a constrangimentos, às vezes acompanhados de elitismos e outras mentalidades de superioridade, a exemplo do caso de um professor nordestino docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR), relatado por um participante. Na primeira aula do semestre, o professor foi interrompido por um aluno que decidiu abandonar a disciplina, argumentando que só admitia um sotaque semelhante ao do professor em locais como na "cozinha" da sua casa ou na "portaria do prédio" onde morava.

No ambiente de trabalho, inclusive, o preconceito linguístico se manifesta com frequência, conforme as vivências partilhadas. Eu mesmo, em uma ocasião em que precisei questionar sobre um processo legislativo, no Congresso Nacional, em Brasília, uma colega servidora me disse ter dificuldades em entender os números que eu pronunciava. Segundo ela, a consoante "t", falada da maneira como é escrita (como em "sete") no Rio Grande do Norte, deveria ser substituída por mim por sons chiados não usuais na minha região de origem (como na pronúncia "setche"). É claro que ela compreendia os números que eu falava, mas sua fala tinha o objetivo de constranger e pressionar por uma adaptação linguística.

A ideia do falacioso "sotaque nordestino" não raras vezes vem acompanhada pela noção de que o uso incorreto do português é próprio da região, como se todos falassem como Luiz Gonzaga em "Assum Preto", sobre um pássaro que "veve sorto, mas num pode avuá". "Tarvez" isso aconteça "por ignorança". Esse estereótipo de "caipirismo" segue pautando a retratação do nordestino, perpetuando a ideia de que falar de maneira não padrão ou "errada" é uma característica intrínseca à sua identidade. Na construção de personagens da região, parece que a representação só está completa se lhe faltarem a gramática, isto é, o desvio das normas gramaticais estabelecidas.

Não por acaso, uma das vivências compartilhadas e aprofundadas em encontro virtual pela professora potiguar Nayana ilustra a confusão entre sotaque e respeito à linguagem formal. Um dos seus

alunos do Ensino Fundamental I contou a ela que o pai havia ficado "chateado" no dia anterior pelo fato de o garoto de 10 anos ter falado com o mesmo sotaque da professora em sua casa. Ela quis saber então qual palavra ou expressão o aluno tinha reproduzido com tons e inflexões similares, apenas por curiosidade. "Meu pai falou que a gente iria para o cinema e aí eu perguntei: 'Nós vai ver qual filme?' Aí ele disse que 'nós vai' não existe, que isso era coisa de nordestino e que eu estava aprendendo essas coisas com a minha professora do Nordeste". Pacientemente, ela explicou se tratar de um erro de concordância verbal, sem qualquer relação com pronúncia regional.

"Falar errado é coisa de nordestino." (compartilhada por Nayana, potiguar)
"O jeito que vocês falam é muito engraçado." (compartilhada por Mirna, baiana)
"Você tem que maneirar esse 'sotaque nordestino'." (compartilhada por Camila, maranhense)

Outro aspecto relevante é a imposição de um sotaque "neutro", especialmente no jornalismo. A maranhense Camila, repórter de TV que respondeu ao questionário, por exemplo, foi orientada pelo chefe a "neutralizar" seu sotaque antes de aparecer diante das câmeras, acrescentando chiados que não são comuns em seu modo de falar. Esse sotaque alegadamente neutro é comumente imposto aos não cariocas e paulistas que conseguem chegar a uma grande emissora de rádio ou de televisão. Bagno (2015) lembra que, no Brasil, a pronúncia dada como padrão é aquela resultante de uma síntese de falas dos mais letradas das grandes cidades do Sudeste, evidenciando o caráter elitista dessas atitudes e afirmações.

O "sotaque nordestino", portanto, é um dos elementos que contribuem para a estereotipação do variado povo da região. Não vemos esse reducionismo quando se trata de paulistas, cariocas e mineiros, cujos sotaques nunca são simplificados em um único padrão. São múltiplas formas de falar e não apenas uma. Exotizar os "sotaques nordestinos" é não os compreender. É internalizar a noção de que há uma maneira "correta" de pronunciar, quando na realidade todos possuem algum tipo de sotaque, inclusive você, que está lendo este texto, mesmo que em silêncio. Apesar de o sotaque exercer um papel significativo nas avaliações socioculturais, a suposta hierarquia entre as diferentes variações da entonação do português é uma construção que serve apenas para legitimar relações de poder e estatutos sociais. Estes dizem respeito ao status que indivíduos ocupam dentro de uma estrutura social, refletindo no modo em que são percebidos e nos privilégios aos quais têm acesso.

A homogeneização quase sempre vem acompanhada da exotização, isto é, além de sermos ouvidos como iguais, também há uma percepção de algo peculiar em nossa maneira de falar. Esse

entendimento de que somos exóticos e pitorescos é um flerte com o naturalismo, o mesmo que dizia que erámos produto do meio. Nesse contexto, os adjetivos entram em cena para garantir mais uma categorização: comicidade, encantamento e sensualidade. Embora tudo pareça inocente à primeira vista, e às vezes pode até ser, imaginar um falante de português europeu descrevendo a pronúncia brasileira como engraçada, fofa ou até mesmo erótica não parece, pelo menos enquanto exercício imaginativo, algo que será aceito com naturalidade.

Com base no estudo de Brasil e Cabecinhas (2018) sobre a relação entre imigrantes latinos-americanos e europeus, que também se aplica à realidade interna do país, percebe-se uma (des)união em relação à linguagem. Se por um lado ela pode funcionar como um fator de aproximação, por outro, é uma das questões mais visadas nas práticas discriminatórias, o que evidencia a manutenção de relações assimétricas e sublinha o que Macedo, Martins e Cabecinhas (2011) chamam de "o uso da língua como instrumento de dominação" (p. 125). São essas dinâmicas que permitem aos centros de poder definir e classificar o outro, determinando quem está certo e quem está errado.

7.4. Apagamento: "Apesar de você ser do Nordeste, você..."

Ao longo dos anos, a redução do Nordeste à miséria e à ignorância foi tão eficaz que contribuições intelectuais e científicas provenientes da região são constantemente omitidas. Ou, pelo menos, não se estabelece a associação entre o feito e seu lugar de origem. Embora o Nordeste tenha fornecido ao Brasil juristas, médicos, cientistas, músicos, pintores e escritores renomados, é comum que a sua população seja subestimada e até mesmo marginalizada. Longe de querer oferecer um argumento de defesa para provar a dignidade intelectual nordestina, é preciso saber que esse apagamento atravessa as experiências discriminatórias do presente.

A tendência de ignorar nossas contribuições, ideias e realizações tem relação direta com a subvalorização do espaço Nordeste e da sua gente, cuja história por trás desse enunciado já foi amplamente contada até aqui. O apagamento, portanto, está associado a processos de exclusão social e cultural e reflete desinteresse e desconhecimento, além de preconceito. Mesmo com colaborações significativas para a cultura e a ciência nacional, o Nordeste é comumente visto como periférico em relação ao Sudeste, numa perspectiva tão engessada que feitos antigos e novos seguem despercebidos, como que não pudessem ser admitidos no lugar impróspero e a partir da população indolente que habitam o imaginário nacional.

Não há como tratar dessa ocultação da produção social, cultural e científica nordestina sem repassar o conceito de epistemicídio (Moreira, 2023; Ribeiro, 2019), previamente explorado no capítulo um, por referir-se justamente ao apagamento sistêmico de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos. Essa dinâmica se torna evidente quando as ofensas se estruturam em argumentos intelectuais que negam qualquer contribuição advinda do povo do Nordeste ao saber nacional.

Isso se manifesta de forma flagrante em expressões como "burros" e "jumentos", frequentemente encontradas em discursos xenofóbicos nas redes sociais, mas também pode se apresentar de maneira mais sutil, disfarçada sob a forma de um pretenso elogio, ao promover o interlocutor à condição de exceção: "Apesar de você ser do Nordeste, você se mostrou muito competente". Nesse contexto, elogia-se a realização de um indivíduo, mas é ressaltado que esse feito é uma excepcionalidade considerando seus semelhantes e o lugar de onde ele provém.

São expressões frequentes, que recorrem a conjunções e locuções perigosas, neste caso, como "embora" e "apesar de", para destacar uma qualidade de um indivíduo do Nordeste. Afirmar que uma característica elogiosa de uma pessoa é inesperada em razão da sua procedência geográfica é menosprezar todos os seus conterrâneos, como se um insulto a familiares e amigos fosse possível de dignificar alguém. Ao enaltecer a qualidade de uma pessoa e criar um contraste com os demais, como fator surpresa ou quebra de expectativa, o apagamento se soma ao fatalismo ao qual estamos condenados. Assim, nada do passado ou do presente parece se relacionar com essa qualidade inesperada, que surge como um oásis em meio a defeitos e reprovações, como observado nas vivências compartilhadas:

"Mesmo sendo do Nordeste, ela se revelou uma grata surpresa." (compartilhado por Mariana, potiguar)

"Hum... Do Nordeste. Mas você tem conhecimento sobre isso?" (compartilhado por Thais, sergipana)

"Ele é diferente, viu? É muito competente, apesar de não ser daqui." (compartilhado por Carlos, paraibano)

É essa perspectiva que apaga a origem cearense da primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, Rachel de Queiroz; que ignora que nomes da MPB como Maria Bethânia e Gal Costa têm suas raízes na Bahia; que anula conquistas significativas no campo médico e acadêmico, como os estudos avançados em astrofísica e neurociência realizados em nossas universidades; e que se espanta quando descobre um Nordeste de vales verdejantes e generosos mananciais. Ao buscar contrapontos, as vítimas de discriminação muitas vezes recorrem à lembrança daquilo que foi "esquecido" pela ignorância alheia. No entanto, mais do que uma simples estratégia defensiva, esse resgate

evidencia a persistência da desinformação, seja por uma tentativa deliberada de manter o status quo ou por falta de conhecimento.

O apagamento se estende, não raras vezes, ao ambiente, engessando o "Nordeste" como uma terra estagnada e improdutiva. Essa perspectiva muitas vezes serve como justificativa para desconsiderar as realizações intelectuais e culturais da região. Nesse contexto, a ideia de um espaço sem atividade econômica significativa e sem produção relevante acaba criando uma relação de causa e consequência ambígua, onde não fica claro o que é causa e o que é consequência. Um exemplo ilustrativo foi dado pelo paraibano Gustavo, que compartilhou suas vivências de como algumas pessoas acreditam que "a Paraíba não é desenvolvida ao ponto de não ter internet ou Coca-Cola".

Nos artigos veiculados ao longo da década de 1920, não havia qualquer menção à produção intelectual e científica do Nordeste ou a indícios de desenvolvimento e progresso, como se isso não existisse de fato. O foco estava no recorte da seca, na violência e no fanatismo, e quando o nordestino surgia nas linhas descritivas era com as depreciações já conhecidas. A ponto de Gilberto Freyre tentar uma contraposição com o *Livro do Nordeste*, em 1925, tópico do capítulo seis, buscando reunir a produção em diversas áreas de conhecimento para mostrar a região que estava sendo excluída das páginas dos jornais. Ele buscava restabelecer um Nordeste que estava sendo apagado, quase como uma metáfora do próprio processo político e econômico em curso.

Tudo o que contraria essa narrativa conveniente surpreende, pois desmonta um arcabouço de ideias que dá sentido à vida daqueles que o reproduzem. Qualquer coisa que fuja desse padrão torna-se motivo de espanto e até um elogio só pode ser feito se em forma de concessão. Como observado por Lippmann (1922/2008), essa resistência à mudança de percepções, mesmo diante de novas informações que as contradigam, como discutido no capítulo três, revela a forte influência dessas percepções arraigadas em nossas conclusões e julgamentos. Essa resistência é impulsionada tanto pela defesa de interesses quanto pela necessidade individual de definição. Um dos motivos pelos quais os estereótipos persistem é, segundo Cabecinhas (2012), "precisamente a necessidade do indivíduo de proteger a sua definição de realidade" (p. 153), na qual se encaixam e prevalecem seus próprios interesses.

Desafiar esses estereótipos é essencial e implica reconhecer a complexidade e diversidade inerente à região. Negar o talento e a contribuição do Nordeste é, em última instância, negar a própria capacidade nacional. A verdadeira riqueza do Brasil reside na vasta gama de suas culturas e nas contribuições de todos os seus habitantes, incluindo os nordestinos. Ao negar o reconhecimento do povo do Nordeste como protagonista do conhecimento, a parcela do país que o faz fortalece barreiras erguidas em cima de um

equívoco, que só serve para engessar ainda mais a sociedade e favorecer a exclusão social. A questão é que aquilo que parece urgente e necessário para alguns pode ser exatamente o que outros não querem que aconteça.

7.5. Reducionismo como convergência: "Eu conheço outra pessoa do Nordeste"

O Nordeste, quando não seca, praias. O nordestino, quando não bobo, um sofredor. Essas simplificações exageradas permeiam as narrativas sobre a região e seu povo, remontando aos escritos de 1920, às primeiras impressões, nas quais predominavam retratos de miséria, violência, ignorância e alucinação. Todos são um só e se são apenas isso, logo, não podem ser outra coisa. Esse quadro caricato, fatalista, com tipos simplórios, entretanto, não reflete à diversidade e à riqueza que o Nordeste oferece com a sua população, geografia e cultura.

Todos os caminhos, porém, levam ao reducionismo. No final das contas, seja com intenção de depreciar ou não, a simplificação excessiva é o que permeia as discriminações recorrentes, é o ponto de convergência que une todas as manifestações de preconceito. A ideia de que o Nordeste e os nordestinos possuem um roteiro comum: um passado como retirante, um presente marcado pela desconfiança e exotização e um futuro de possibilidades limitadas. Maranhão ou Sergipe, Bahia ou Ceará, paraibano ou pernambucano, alagoano ou piauiense, pouco importa porque, em geral, pouco caso faz quem não é da região. E assim, as nuances e diversidades dentro do Nordeste são ignoradas, reforçando generalizações.

Essa simplificação excessiva que reduz a complexidade das identidades nordestinas, numa verdadeira anulação da sua pluralidade, é justamente o que alimenta os estereótipos, sobre um suposto padrão físico, a desqualificação da mão de obra, a estranheza do sotaque ou o apagamento intelectual e científico. E quando se trata da criação de estereótipos e da sua manutenção, não há como não acessar o que foi entendido desde o capítulo três: eles sempre favorecem um lado. Ou seja: os estereótipos existem para cumprir um propósito e é no seu espectro bastante limitado que reside a manutenção do preconceito.

De tão reduzido, o Nordeste é relegado, por vezes, a narrativas provincianas. "Eu conheço outra pessoa do Nordeste. Você sabe quem é?"**.** Eis outra frase recorrente nas experiências compartilhadas. Não é porque uma pessoa é de Natal que ela conhece todos os residentes do sul da Bahia ou um sergipano do interior sabe identificar por nome os moradores das ilhas do Maranhão. Esse questionamento puxa de novo o reducionismo para o diálogo, com o reforço do caráter exótico que não é bem-vindo e que acessa diretamente a pasta da cisão entre "nós", quem não é do Nordeste, e "eles", os

nordestinos. Esse tipo de abordagem não é isolada e se manifesta de várias formas, tanto em relação às pessoas e suas histórias quanto aos lugares, conforme as vivências acessadas:

"Veio procurando emprego, né? Tem muita gente que trabalha aqui que é do Nordeste." (compartilhado por Virgínia, maranhense)

"Eu não sei como vocês aguentam aquela seca toda lá." (compartilhado por Hiran, cearense)

"Ele também é do Nordeste, talvez vocês se conheçam." (compartilhado por Marlos, pernambucano)

Quando não é expresso de forma explícita e repetida, o preconceito pode se manifestar por meio de microinsultos. Segundo a explicação de Moreira (2023), são formas de comunicação que evidenciam uma falta de sensibilidade em relação à experiência, tradição ou identidade cultural de um grupo de pessoas, podendo ser diretos ou velados. Eles também podem assumir a forma de mensagens ou representações culturais derrogatórias. Esses microinsultos, muitas vezes não intencionais, refletem a superioridade percebida de um grupo dominante sobre grupos minoritários, contribuindo para a manutenção de hierarquias sociais.

É importante destacar que o reducionismo não se limita apenas às ofensas e aos microinsultos, mas também pode surgir nas formas de autodefesa. Na ânsia por se protegerem de estereótipos, muitos nordestinos acabam por reproduzi-los inadvertidamente, ao tentar conferir uma conotação positiva a aspectos exageradamente interpretados como negativos. Essa prática pode, na verdade, fortalecer estereótipos e contribuir com a própria redução. Parece ingênuo pensar que é possível combater o preconceito ao afirmar como positivo o que é percebido como negativo. Pelo contrário, essa postura tem força para perpetuar estigmas e reforçar hierarquias sociais.

Tajfel e Turner (1986), porém, colaboram com essa discussão ao apresentar o conceito de "criatividade social", que envolve esforços de um grupo para melhorar a sua avaliação na sociedade. Um dos caminhos possíveis citados por eles é justamente a aceitação de características que os definem como categoria social, mudando, entretanto, o seu sistema de valores, de modo que se promova uma reavaliação positiva de uma característica que era tida como negativa. Conforme Tajfel e Turner (1986), a "criatividade social" contempla a reinterpretação da posição do grupo na sociedade de uma maneira mais positiva pelo próprio grupo, o que abriria portas para uma mudança social, isto é, uma alteração na estrutura social existente.

De todo modo, seja provocando mudanças externas ou fortalecendo a autoestima dos membros de um grupo, Tajfel (1974) já alertava para o fato de que a ligação emocional com uma determinada

geografia, história ou cultura desempenha um papel fundamental na formação da identidade individual, influenciando na maneira como cada um se percebe. Visão que confirma que as ideias de identidade e pertencimento trabalham em cooperação e podem provocar sentimentos de pertença que parecem justificar-se mais pela subjetividade do que por termos objetivos.

O Nordeste não é sequer um, disse Garcia (1999). O Nordeste não é uma entidade homogênea. Existem vários Nordestes, com características climáticas, humanas e culturais diferenciadas entre si. Como destacado por Freyre (1937/2004), "dentro da unidade essencial, que nos une, há diferenças às vezes profundas" (p. 46). Isso não se reflete apenas na culinária e na música, mas também nas práticas sociais. O frevo, o baião, o forró, o xaxado, o axé, o maracatu... Nem mesmo no Carnaval, há consenso quanto ao ritmo e à dança. Essa diversidade não é apenas cultural, mas também social. É essa mesma perspectiva que insiste em tratar o Nordeste como uma questão, invisibilizando conflitos sociais internos e perpetuando a ideia de que os problemas considerados regionais são vivenciados por todos de maneira uniforme.

O preconceito contra pessoas do Nordeste, mesmo disfarçado de piadas ou elogios, persiste em diversos ambientes, incluindo o de trabalho, muitas vezes com a participação ou aceitação dos próprios empregadores. Essas categorizações movidas pela limitação da capacidade humana de apreender reproduzem elementos presentes nos textos produzidos na década de 1920. Naquela época, pregava-se a hierarquização de raças e o apagamento social e cultural, o que servia para legitimar as hierarquias raciais e manter o status quo. Essa dinâmica reforça exatamente o que Lippmann (1922/2008) apontava sobre os estereótipos: o conceito que "conta-nos sobre o mundo antes de nós o vermos" (p. 91), e de posse dele, "podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos" (p. 97).

Os artigos de 1920 e grande parte das representações subsequentes retratam o Nordeste como uma entidade social homogênea, na qual toda a sua população enfrenta de forma igual as adversidades da seca. Essa homogeneização faz parte de um projeto reducionista que ignora as diferenças internas e simplifica a complexidade da região, reduzindo-a ao fenômeno da estiagem. As nuances e diversidades são apagadas em prol de uma visão superficial de grupo. A análise das discriminações sofridas pelos participantes que compartilharam vivências aponta que essas atitudes preservam muitos dos elementos presentes nos textos já centenários. Ao reproduzir essas narrativas, apenas se legitima as hierarquias raciais ainda existentes na sociedade, mantendo as oportunidades sociais concentradas nas mãos de grupos privilegiados.

Não por acaso, quando foi solicitado aos participantes que identificassem os cinco temas que eles entendiam como determinantes para a construção da imagem do nordestino, os mais recorrentes foram:

seca, migração, sotaque, corrupção e os festejos de São João. No entendimento de boa parte dos participantes, essas temáticas tiveram um papel fundamental na moldagem e na percepção que o Brasil possui hoje do Nordeste e da sua população.

A baiana Ingride, participante da pesquisa, identifica uma dicotomia clara no imaginário nacional sobre o Nordeste e seus habitantes. Para ela, existem duas representações distintas da região: uma sob o aspecto do trabalho, no qual a mão de obra é associada à "lentidão" e à "morosidade"; e outra relacionada ao turismo, na qual o nordestino é visto como alegre e receptivo. Ainda de acordo com o raciocínio apresentado por Ingride, esses dois Nordestes só abrem espaço para uma terceira representação em momentos adversos como durante as secas, quando o Nordeste de "'um povo que precisa de ajuda'" entra em cena.

É interessante observar também como todos os participantes se percebem nordestinos, isto é, parte de um mesmo grupo. No geral, os participantes se sentem integrantes por meio de vínculos com a cultura, história e identidade da região. Esses vínculos são expressos pelo orgulho nas raízes interioranas, na preservação de alimentos típicos como o cuscuz e a tapioca, na valorização dos sotaques e das gírias locais e de características como a resiliência e a hospitalidade, assim como na admiração por artistas da região. Além disso, a maioria revela uma forte conexão emocional com as tradições familiares. Essas perspectivas coletivas refletem um sentimento de identidade cultural compartilhado, capaz de transcender fronteiras geográficas e se manter como elo entre indivíduos.

Merece destaque, entretanto, a vivência compartilhada por Eusenda, natural do Ceará. Após uma reflexão profunda, em nosso contato virtual, ela revelou encontrar dificuldade em responder à questão sobre identidade regional. Para ela, antes de se considerar nordestina, identifica-se primeiramente como cearense. Eusenda expressou seu vínculo com o Ceará em suas falas e expressões, que carregam nuances da cultura local, e nas tradições que ainda preserva, aprendidas especialmente com sua mãe. Em sua visão, até mesmo observar o céu nublado e dizer "que está bonito para chover" é um traço que reforça seu pertencimento enquanto cearense.

Haverá, certamente, aqueles que discordem do que está sendo abordado nesta investigação, especialmente os que não têm origem no Nordeste, mas que não desejam ser tratados da mesma forma que muitos nordestinos são. Inclusive, esses mesmos discordantes podem apresentar queixas parecidas quando se trata da visão do brasileiro a partir do exterior. O reducionismo e os estereótipos enfrentados por todo o país são incômodos, porém aparentemente não o bastante para impedir que os oprimidos também perpetuem opressões internamente.

Todos são retratados com uma única face, um único modo de falar, como se o Nordeste fosse uma pequena vila onde as poucas ruas levam à mesma praça e todos se conhecem. E todos dançam forró enquanto saboreiam comidas à base de milho, alternando entre praias paradisíacas e um sertão árido e morto. Nessa visão, os trabalhadores, preguiçosos, gastam seu tempo em redes e raramente se levantam, exceto talvez para se ajoelhar e fazer uma prece. Essa é a imagem do nordestino moldada pela conveniência, pois a persistência dos estereótipos, ao serem repetidos, é o que garante que as desigualdades permaneçam como estão.

Em todas as frentes, temos a redução. Reduzir o Nordeste e a nossa população é justamente a estratégia do passado que parece muito viva no presente. Uma estratégia eficaz para encolher-nos. O preconceito e os estereótipos, então, alinham-se como uma maneira de desqualificar, de sobrepor-se, a partir do rebaixamento social. Como se vê, Cabecinhas (2012) acertou em confirmar que não há neutralidade nos estereótipos, ecoando o alerta feito por Lippmann (1922/2008), de que estes são "a projeção sobre o mundo de nosso sentido" e estão "altamente carregados com os sentimentos que estão presos a eles" (p. 97). Os estereótipos, portanto, não surgem do nada, como também não permanecem por acaso.

8. Considerações finais

O preconceito contra os nordestinos persiste e continua a marcar a vida das pessoas por meio de atos discriminatórios. Diante disso, esta investigação se propôs a conhecer a sua origem: quando, como e onde começou, quem foram os responsáveis por sua disseminação e quais interesses foram servidos. O estudo teve como recorte o momento em que o conceito de Nordeste passou a ser adotado pelo governo federal, desencadeando as primeiras impressões jornalísticas, predominantemente paulistas, e o impacto amplificado dessas narrativas. Além disso, analisou-se as vivências daqueles que são alvo de gestos discriminatórios no tempo presente, muitas vezes sem saber as verdadeiras motivações, visando compreender a relação entre passado e presente.

Os estereótipos surgiram nesse contexto inicial e foram se consolidando ao longo do tempo. O preconceito contra o povo do Nordeste, portanto, remonta ao próprio nascimento do Nordeste enquanto recorte espacial definido pela seca, e depois encorpado por vários discursos regionais utilizados para dar sentido a essa delimitação. O nordestino passou a existir como personagem de uma trama cujos protagonistas eram a miséria, o atraso e a degeneração social. O nordestino surge como exemplar de uma raça indesejada, que assentia os argumentos de superioridade do "Sul" por contrariar os desejos europeizantes que pautavam a nação.

É claro que as narrativas que descrevem a ruína do "Norte" diante da prosperidade do "Sul", especialmente evidentes no século XIX com eventos como a Grande Seca de 1877 e o levante de Canudos, contribuíram para estabelecer uma dicotomia entre um Brasil associado à prosperidade e outro à adversidade. Essa divisão foi reforçada por teorias eugenistas e conflitos de poder. Foi nesse contexto, de fome e fanatismo religioso, que o sertanejo da porção Norte do Brasil foi tratado, na literatura de Euclides da Cunha, como um "mestiço decaído", "sem energia" e "altitude intelectual" (1902/1973, p. 123).

O novo espaço que se firmava na estrutura da burocracia estatal, com mais força a partir de 1919, pensado para delimitar uma parte do "Norte" onde havia incidência da seca, dava uma falsa fronteira ao fenômeno e direcionava, sob o ponto de vista geográfico – e político –, para a associação direta entre o termo "Nordeste" e tudo o que estava relacionado ao flagelo, incluindo os flagelados.

O reconhecimento desse novo recorte espacial, delineado pelas adversidades, foi acompanhado pelo direcionamento de recursos substanciais para amenizar seus efeitos. De certa forma, aquilo que maculava o Nordeste também poderia ser responsável pela sua redenção. A iniciativa de Epitácio Pessoa, que rompeu com a política do "Café com Leite", tanto no rodízio presidencial quanto na atenção

governamental ao tema das secas, fez crescer a tensão político-econômica, que nunca cessou. O surgimento do conceito de "Nordeste", ainda sem lugar no imaginário nacional, despertou uma série de sentimentos e a imprensa se fez meio para expressá-los.

A recepção midiática a essa atualização regional feita pela União foi justamente o que moveu esta investigação, de quando o "Sul" passou a perceber o Nordeste enquanto entidade distinta e de quando os próprios nordestinos começaram a internalizar a ideia de pertencer a uma geografia e cultura compartilhadas. As primeiras impressões públicas sobre o Nordeste e a sua população guiaram a investigação à gênese desse preconceito ao indicarem o momento em que o país passou a acessar, nas imagens formadas por textos publicados nos anos 1920, cenas e personagens do novo enredo que se desenvolvia.

A década de 1920, portanto, principalmente pela mão da imprensa, foi definidora na construção da imagem do Nordeste e dos seus habitantes, também pela pouca integração entre os Brasis de cima e de baixo, isto é, entre o "Norte" e o "Sul", devido à limitada infraestrutura de transporte e comunicação. Os artigos analisados, quase como resultado de expedições exploratórias, proporcionavam aos leitores uma visão da região e da sua população que eles nunca haviam experimentado nem teriam, a maioria, a oportunidade de vivenciar. Por meio dessas publicações, tem-se de maneira documentada as manifestações públicas preliminares do que viria a ser percebido até os dias de hoje como preconceito contra o povo do Nordeste, a partir de comparativos desproporcionais e adjetivações pejorativas sobre lugares e pessoas, dando passagem a estereótipos e estigmas.

No que diz respeito à população, são retratações que homogeneízam os nordestinos à medida que os desqualificam, com relação a características físicas e comportamentais. O povo do Nordeste retratado como disforme, indolente, rude e até mesmo violento. Como uma gente que refletia o primitivo, o arcaico, a barbárie e que, por isso mesmo, demandava urgente melhoramento racial. Palavras sobre os nordestinos imersos na seca, mas que serviam também para carimbar os migrantes que desembarcavam no "Sul", afastados pelas desigualdades sociais. Esses, concorrentes dos braços europeus trazidos às custas do Estado para ocupar os espaços que os nordestinos buscavam, já chegavam rotulados pela preguiça e pela inadequação.

Claramente afetada pelo naturalismo euclidiano, a redação desses artigos estabelece a relação de determinismo entre "a terra e o homem", aponta o outro como antítese e faz valer um regionalismo de superioridade e de inferioridade. Nos textos, indivíduos de "uma raça exuberantemente fértil" comentam traços e comportamentos dos "bípedes" que habitavam o "pavoroso sertão". Trata-se da primeira vez na imprensa em que jornalistas e intelectuais do "Sul" expressam em séries, portanto de modo repetitivo,

juízos de valor sobre a região e sua população, podendo assim ser considerado como um marco na formação dos estereótipos e preconceitos que perduram até os dias atuais.

Essas impressões foram tão definidoras que contaminaram as produções jornalísticas e culturais das décadas seguintes, tornando o Nordeste das secas, sua gente e seus costumes enunciados seguros aos quais se recorria sempre que a região era abordada. Os discursos políticos, assim como a literatura, a música, o cinema, a televisão e outras formas de expressão artística se encarregaram de manter na vitrine essa região decadente habitada por tipos primitivos, pitorescos e curiosos. É essa monotematização engessadora que não permite enxergar a diversidade e complexidade das vidas e identidades dos nordestinos e que os predestina a serem nada além de mais um "Severino de Maria do finado Zacarias", conforme os versos de João Cabral.

À medida que essas camadas posteriores de estereótipos são desvendadas, torna-se evidente como o Nordeste, mesmo que pela sua própria elite, foi moldado por uma noção de nordestinidade muitas vezes conveniente, criada nos campos político e artístico para preservar interesses e privilégios. Essa abordagem distancia esse trabalho da tentativa de contrapor o preconceito ao afirmar como positivo aquilo que é rotulado como negativo. O intento, na verdade, foi o de lançar luz sobre essa origem, a fim de promover uma reflexão sobre o que originou e sustenta essa forma de discriminação, que é perpetuada consciente ou inconscientemente, e sobre como os próprios nordestinos internalizaram essa imagem estereotipada e a usam ao tentarem se defender dela.

O pensamento decolonial, ao questionar narrativas históricas e (maus) costumes dominantes , revela cada vez mais como muito do que se dá como certo não passa de construções forjadas. O conhecimento desses arranjos é capaz de libertar para atualizações necessárias, permitindo, neste caso, finalmente abrir a caixa limitada na qual o nordestino foi colocado na mentalidade do povo brasileiro, inclusive na dos próprios habitantes da região. É importante compreender que o povo do Nordeste é vasto e plural demais para ser contido em limites tão estreitos.

A seca, a miséria e a fome definiram o Nordeste e o nordestino perante os olhos do "Sul", com grande colaboração da imprensa e esforços da elite local, fosse para compreendê-los, explorá-los ou denunciá-los. O "homem telúrico", comedor de farinha e rapadura e que cuja única alegria, de quando em quando, era a cheia de um açude no sertão, depreciado nos jornais, foi romantizado pelas artes. O quadro de horrores desenhado pelos de fora para desmerecer politicamente foi aproveitado pelos de dentro para preservar espaços de poder. E assim a região terminou de ser embalada. Nesse contexto, fica claro que a sua redução emerge como estratégia de contenção e dominação, com a qual não se pode corroborar.

De todo modo, mesmo reconhecendo a contribuição da elite nordestina nesse processo, em seu caráter lapidador, torna-se evidente que a inferiorização do povo do Nordeste surgiu primariamente como resultado das ações do "Sul". Essa conclusão é possível pela própria sequência temporal dos fatos. Embora não se possa ignorar o envolvimento local nessa construção, ainda presente até os dias atuais, atribuir-lhe responsabilidade absoluta é ignorar essa origem e alimentar outro despropósito também insistente: a ideia de que a culpa por qualquer adversidade no Nordeste recai sempre sobre o próprio povo nordestino.

Essa constatação, contudo, não deve justificar a adoção de uma posição de vitimização. Não é o lugar de vítima que cabe ao nordestino. Isso não somente devido à contribuição intelectual oferecida pelos conterrâneos, mas também pela importância de se questionar e rejeitar essa posição de inferioridade imposta, que só contribui para que tudo permaneça como está. Assim como Macabéa, que permaneceu em silêncio por anos devido ao desinteresse por sua própria vida, a virada de chave passa pelo encontro de voz, pelo lugar de fala. Esse processo requer atualizações e questionamentos, até mesmo nas estruturas educacionais, que ensinam sobre os elementos comuns ao povo do Nordeste, sem jamais considerar suas diversas particularidades.

O verdadeiro lugar do nordestino é o da autoconsciência, que não pode ser confundido com a simples autodefinição. Mais do que se apegar a elementos culturais em busca de identidade e pertencimento, como o cangaço ou o baião, é fundamental compreender a pluralidade que permeia a região e a sua gente. Há tantos aspectos nordestinizantes que não é incomum o nordestino se perceber mais como tal quando está fora do Nordeste do que quando está em casa. É por meio desse autoconhecimento que se compreende que não existe um único tipo de nordestino, mas uma multiplicidade, assim como existem vários tipos de brasileiros. Nessa pluralidade, todos se encontram e se misturam. Qualquer argumento que busque dividir ou separar parece destituído de lógica ou pertinência.

Este estudo também proporcionou um olhar comparativo entre vivências atuais permeadas pela discriminação e as declarações presentes nos escritos da década de 1920. Esse paralelo revelou uma continuidade na disseminação de estereótipos que se manifestam em cinco categorias frequentes entre os nordestinos: padronização, inferiorização, exotização, apagamento e reducionismo. Essas afirmações depreciativas e simplificadoras refletem expectativas arraigadas em relação às características físicas e comportamentais das pessoas do Nordeste. Mesmo diante de altas taxas de analfabetismo do início do século XX, que ultrapassavam os 70%, conforme o IBGE, as publicações na imprensa exerciam uma influência dominante na formação da opinião pública, contribuindo para moldar uma percepção desfavorável que persiste até os dias atuais.

A atualização de entendimento necessária, como já ocorreu com outros grupos populacionais, passa pela disseminação dessas informações, a vigilância coletiva, a compreensão de que se trata de racismo, a revisão das percepções sobre o Nordeste e a sua população. Passa também por enxergar a região como polo de desenvolvimento científico, tecnológico, comercial e cultural e compreender que as disparidades observadas tanto nas áreas urbanas quanto rurais do Nordeste são igualmente encontradas em outras regiões do país. A produção de conteúdo e a expressão artística, por meio da música, do cinema e de outras artes, oferece outra via possível, como já fez Chico Science com o Manguebeat[98] e Karim AÏnouz em *Praia do Futuro* (2014), assim como a reinterpretação da história do Brasil a partir de uma abordagem decolonial, liberando-a de reducionismos e simplificações. Os nove estados nordestinos, quando são percebidos como unidades distintas, revelam uma multiplicidade de narrativas que vão muito além da visão unificada de Nordeste.

A realidade de pobreza na região por força da seca é inegável, mas limitá-la a esse único aspecto é ignorar todas as outras características que a compõem, as quais não são insignificantes, incluindo até mesmo a pobreza urbana, que se mantém invisível na concorrência com o chão rachado e as ossadas de boi. É ainda mais injusto quando se entende que essa simplificação é resultado da política de esquecimento do Brasil que lhe impôs condições adversas. É uma forma de culpar o Nordeste e puni-lo pela sua própria fragilidade. Segue sendo mais conveniente rotular o outro como incapaz do que admitir a própria responsabilidade no processo de exploração.

Assim, a gênese do preconceito contra o povo do Nordeste remonta à própria gênese da região. Um preconceito que se revela presente desde quando o recorte espacial era ainda um projeto embrionário, que retratava essa população como indigna até mesmo de contemplação governamental. O surgimento do Nordeste como região e do nordestino como sua causa e consequência é permeado por uma narrativa moldada por artigos publicados no Sudeste e, em parte, legitimada por intelectuais e políticos locais. Quando se trata de preconceito, nada é gerado espontaneamente; tudo tem uma origem. E é sobre diferentes particularidades dessa discriminação que outras pesquisas devem se debruçar. Na visão apresentada pelo jornalismo da década de 1920, o Nordeste é apresentado como um espaço fracassado habitado por uma população tão inferior que não merece outro lugar além de um distante "fim do mundo", afastada da verdadeira civilização.

Se declarações como essas têm efeitos devastadores do ponto de vista humano e reputacional nos dias de hoje, quais não terão sido as consequências desses textos em uma época em que poucos

[98] Calábria (2019) explica que o Manguebeat foi um movimento cultural surgido em Recife, na década de 1990, que combinava elementos da música tida como nordestina com influências do rock, hip-hop, funk e outros estilos musicais. Liderado por bandas como Chico Science & Nação Zumbi e Mundo Livre S/A, o Manguebeat promoveu, segundo ela, uma renovação na cena musical brasileira.

podiam falar? Durante todo o século que se passou desde então, o povo do Nordeste foi rotulado repetidamente como inferior, submetido a piadas e gracejos, enquanto a região em si, tão diversa em sua composição, foi tratada de forma homogênea como a terra dos "esquálidos retirantes". São cem anos de rejeição a uma parte do Brasil e de seu povo.

Esta pesquisa, no entanto, teve limitações. Uma das principais reside no acesso aos arquivos de jornais que estavam em circulação durante a década de 1920. Muitos desses impressos fecharam ao longo do tempo, resultando na indisponibilidade de acervos ou na dispersão do que restou dos originais. Isso comprometeu a capacidade de examinar como o tema do nordestino foi tratado de maneira sistemática ao longo de séries ou reportagens específicas num número maior de publicações. A falta de acesso a esses documentos históricos impediu uma análise mais abrangente da representação midiática da época, limitando o escopo da pesquisa a fontes que ainda estão acessíveis e preservadas.

De todo modo, a pesquisa em questão representa uma significativa contribuição para as ciências da comunicação ao revisitar conceitos fundamentais como identidade, pertencimento, estereótipos e estigmas. Com o foco no exemplo do nordestino e como essa figura é percebida na sociedade brasileira a partir da imprensa, o estudo oferece uma análise profunda sobre como esses conceitos dialogam com a prática jornalística. A investigação revela não apenas a existência de estereótipos arraigados e estigmas associados à identidade nordestina, mas também examina como tais representações foram construídas pela mídia e perpetuadas até hoje. Sua contribuição se dá ainda no campo da educação crítica, em conformidade com Lippmann (1922/2008), para permitir que os indivíduos tomem consciência "do caráter diferido e subjetivo da respectiva apreensão da realidade social" (Cabecinhas, 2012, p. 154).

Além de oferecer uma visão crítica sobre o impacto desses conceitos na sociedade, a pesquisa também traz à tona a análise de uma produção jornalística específica que, até então, não havia sido explorada em sua completude academicamente. Isso não apenas enriquece o entendimento acadêmico sobre a construção da imagem do nordestino na mídia, mas também proporciona uma base para futuras consultas e estudos que buscam entender como o jornalismo pode tanto confrontar quanto reforçar estereótipos culturais. Assim, a pesquisa não só amplia o conhecimento teórico sobre comunicação e identidade, mas também abre caminho para aplicações práticas que buscam observar a representação na mídia, assim como a construção de estereótipos.

Sugere-se, ainda assim, uma série de direções promissoras para futuras pesquisas a partir desta investigação, com destaque para as camadas de estereótipos exploradas no capítulo seis. Primeiramente, investigar a tentativa de Gilberto Freyre de exaltar o Nordeste açucareiro, explorando como suas ideias influenciaram a construção identitária regional. Além disso, analisar os discursos políticos que exploram

a vitimização em busca de ganhos eleitoreiros e pessoais. Aprofundar o estudo sobre personagens e tramas da literatura produzida nos anos 1930, que podem oferecer repertório sobre representações culturais da região. Investigar o papel do audiovisual na consolidação da imagem do nordestino ou como novos fluxos migratórios, exemplificados pela aparição do termo "pau de arara", influenciaram essas representações ao longo do século 20. Por fim, explorar a xenofobia no ambiente virtual, especialmente em períodos eleitorais, destacando como esses contextos contribuem para a complexidade do preconceito contra o povo do Nordeste. Essas possibilidades surgem como frentes interessantes para ampliar e enriquecer o entendimento sobre o tema, dando ainda mais força aos debates.

Afinal, o sertanejo do "Norte", hoje Nordeste, pode até ser um forte, mas sua verdadeira força deve residir na sua capacidade de questionar e não se conformar. Na sua capacidade de romper o silêncio e dar voz à sua Macabéa. Essa qualidade é o que vai fazê-lo abandonar o gibão e outros elementos utilizados na tentativa de sustentar orgulho e superioridade, para que ele enfim se liberte de uma narrativa fatalista e caricata que o define de forma inflexível. O intuito não é buscar uma nova representação, e sim enxergar sem os filtros da nordestinidade. O esforço, na verdade, é para interromper a perpetuação de uma ordem social pouco democrática, concebida por interesses políticos e fortalecida por diferentes razões. É preciso reconhecer que o espaço em que se vive estabelece com seus habitantes seus laços, moldando vínculos e identidades, mas até quando o povo do Nordeste permitirá que essas circunstâncias e sobretudo os outros o definam completamente? Até quando seremos retirantes de nós mesmos?

Referências bibliográficas

Abreu, J. C. de. (1998). *Capítulos da história colonial*. Brasília: Senado Federal. Original de 1907.

Adas, M. (1998). *Panorama geográfico do Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Moderna.

Albuquerque Jr., D. M. (2007). *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez.

Albuquerque Jr., D. M. (2011). *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª edição. São Paulo: Cortez.

Alencastro, L. F. de. & Renaux, M. L. (2019). *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*. In *História da Vida Privada no Brasil 2 (Império: a corte e a modernidade nacional)*. São Paulo: Companhia de Bolso.

Almeida, J. A. de. (1928/2017). *A Bagaceira*. 45ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.

Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen.

Alsina, M. R. (1996). *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós.

Alves, M. (2019). *Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018*. Tese de doutoramento. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Andrade, C. H. S. (2004). *Patativa do Assaré: as razões da emoção (capítulos de uma política sertaneja)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

Andrade, J. M. F. de. & Logatto, R. (1994). *Imagens da Seca de 1877-78 – Uma contribuição para o conhecimento do fotojornalismo na imprensa brasileira*. Volume 114. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional.

Andrade, M. C. de. (1993). *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Ática.

Andrade, M C. de. (1973). *A terra e o homem no Nordeste*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense.

Arenas, F. (2003). *Utopias of Otherness – Nationhood and Subjectivity in Portugal and Brazil*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Azevedo, C. M. M. de. (2004). *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume.

Ballestrin, L. (2013). *A América Latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11, p. 89-117. Recuperado de https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069.

Bagno, M. (2015). *Preconceito linguístico*. 56ª edição. São Paulo: Parábola Editorial.

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barroso, G. (1956). *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Livraria São José.

Berelson, B. (1971). *Content analysis in communication research*. New York: Hafner.

Berger, P. L. & Luckmann, T. (2014). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes.

Blainey, G. (2008). *Uma breve história do mundo*. 2ª edição. Fundamento: São Paulo.

Bourdieu, P. (2010). *O poder simbólico*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Boxer, C. R. (1961). *Os holandeses no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.

Brasil, J. A. (2016). *América Latina em foco: processos identitários e representações sociais entre latino-americanos migrantes e não migrantes*. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

Brasil, J. A. & Cabecinhas, R. (2018). *Laços que (des)unem? O caso de latino-americanos em Portugal e Espanha*. Revista del CESLA/ Universidade de Varsóvia.

Braun, V. & Clarke, V. (2006). *Using thematic analysis in psychology*. Qualitative Research in Psychology, 3:2, p. 77-101. Recuperado de http://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Brito, L. M. T. de. (2024). *Pioneiras sim, protagonistas, também!: discussões sobre a inserção das mulheres na política potiguar*. São Paulo: Dialética.

Brown, M. (2004). *Racialization*. In *Racism*. 2ª edição. Londres: Routledge.

Bucci, E. (2008). *Sobre Ética e Imprensa*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.

Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.

Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Dissertação. Braga: Universidade do Minho.

Cabecinhas, R. (2012). *Estereótipos sociais, processos cognitivos e normas sociais*. In M. C., Silva & J. M. Sobral (Eds.), *Etnicidade, nacionalismo e racismo: migrações, minorias étnicas e contextos escolares*, p. 151-165. Porto: Edições Afrontamento.

Cabecinhas, R. (2020). *Crise, migrações e desumanização*. In M. Oliveira; H. Machado; J. Sarmento & M. do C. Ribeiro (Eds.), *Sociedade e crise(s)*. Braga: UMinho Editora.

Calábria, L. (2019). *Da lama ao caos: Chico Science e & Nação Zumbi*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Campos Mello, P. (2020). *A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras.

Cardim, F. (1978). *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.

Castro, I. E. de. (1992). *O Mito da Necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Cereja, W. R. & Cochar Magalhães, T. (2000). *Literatura brasileira*. São Paulo: Atual.

Charaudeau, P. (2012). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.

Connell, R. (2016). *Gênero em termos reais*. São Paulo: Editora nVersos.

Constant, R. L. M. da S. M. (2022). *Belchior e as articulações da nordestinidade na MPB: uma análise a partir de sons e letras*. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Costa, L. F. A. (2005). *O sertão não virou mar: Nordeste, globalização e imagem pública da nova elite cearense*. São Paulo: Anablume.

Cunha, E. (1973). *Os Sertões*. Volumes I e II. São Paulo: Três. Original de 1902.

Dantas, M. (1976). *Cornélio Pires: Criação e Riso*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

D'ávila, A. (1970). *O Mestre das Américas: Lourenço Filho (1897-1970)*. São Paulo: Centro de Estudos Roberto Mange.

Deslandes, S. F. (1994). *A Construção do projeto de pesquisa*. In Minayo, M. C. (Org.) *Pesquisa Social*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes.

Del Cont, V. (2008). *Francis Galton: eugenia e hereditariedade*. Volume 6. São Paulo: Scientiae Studia.

Dreyfus, D. (2012). *Vida do Viajante: a Saga de Luiz Gonzaga*. 3ª edição. São Paulo: Editora 34.

Erbolato, M. L. (1991). *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. 5ª edição. São Paulo: Ática.

Evaristo, C. (2007). *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. In *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Marcos Antônio Alexandre (org). Belo Horizonte: Mazza.

Evaristo, C. (2014). *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Pallas.

Facó, R. (1980). *Cangaceiros e Fanáticos*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Farhat, S. (1992). *O fator opinião pública, como se lida com ele*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Ferguson, M. A. & Ford, T. E. (2008). *Disparagement humor: A theoretical and empirical review of psychoanalytic, superiority, and social identity theories*. Volume 21, nº 3, p. 283-312. International Journal of Humor Research.

Ferreira, L. de F. G. (sem data). *A seca como manifestação político-social: oligarquias e cangaço*. João Pessoa: Mimeog.

Ferreira, L. de F. G. (1982). *Estrutura de poder e secas na Paraíba (1877-1922)*. In *Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

Festinger, L. (1954). *A theory of social comparison processes*. Human Relations.

Folha de São Paulo (2001). *Manual de Redação*. São Paulo: Publifolha.

Fonseca, J. J. S. (2002) *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.

Freyre, G. (2003). *Casa-Grande & Senzala*. 48ª edição. Recife: Global. Original de 1933.

Freyre, G. (1967). *Manifesto Regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Original de 1926.

Freyre, G. (2004). *Nordeste*. 7ª edição. Recife: Global. Original de 1937.

Foucault, M. (2004). *Ética, sexualidade, política.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Galber, N. (2020). *Walt Disney: o triunfo da imaginação americana*. 3ª Edição. São Paulo: Novo Século.

Galtung, J. & Ruge, M. H. (1965). *The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises.* In *Four Norwegian Newspapers*. Volume 2, p. 64-90. Journal of Peace Research. Recuperado de http://doi.org/10.1177/002234336500200104.

Gândavo, P. de M. (2008). *Tratado da Terra do Brasil*. Brasília: Senado Federal.

Garcia. C. (1999). *O que é Nordeste brasileiro*. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense.

Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª edição. São Paulo: Atlas.

Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras.

Godoy, A. S. (1995). *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. In *Revista de Administração de Empresas*. Volume 35, p. 20-29. Artigo. São Paulo.

Gomes, A. M. de A. (2009). *O conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto*. São Paulo: Revista USP. Número 82.

Gomes, W. (2008). *Mapeando a audioesfera política brasileira: os soundbites políticos no Jornal Nacional*. Paper. São Paulo: PUC.

Groth, O. (2011). *O poder cultural desconhecido*. Fundamentos da ciência dos jornais. Tradução Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes.

Guaracy, T. (2015). *A conquista do Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Planeta.

Guaracy, T. (2018). *A criação do Brasil*. São Paulo: Planeta.

Guimarães, A. S. A. (1997). *Racismo e antirracismo no Brasil*. Dissertação de livre-docência. São Paulo: USP.

Hall, S., Chritcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. & Roberts, B. (1999). *A produção social das notícias: o mugging nos média*. In N. Traquina (Ed.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2ª edição. Lisboa: Vega.

Herôncio, P. (2015). *Os holandeses no Rio Grande*. Natal: Bons Costumes.

Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.

Hoornaert, E. (1993). *A questão do corpo nos documentos da primeira evangelização*. In Maria Luiza Marício (org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.

Jancsó, I. (1994). *Cronologia de história do Brasil colonial: (1500-1831)*. São Paulo: USP.

Jodelet, D. (2018). *Ciências Sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global*. Revista Sociedade e Estado. Volume 33, p. 423-442. Recuperado de https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302007.

Jodelet, D. (2002). *Representações sociais: um domínio em expansão*. In *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj.

Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes.

Lage, N. (1985). *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática.

Lanza, A. L. (2021). *De braços para a lavoura a proprietários rurais: imigrantes e acesso à terra em São Paulo (1886-1920)*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP.

Leitão, J. A. & Santos, M. S. T. (2012). *Imagem jornalística e representações sociais: a imagem dos Sertões*. Volume 35. São Paulo: Intercom – RBCC.

Levine, R. M. (1980). *A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia Social do Preconceito e do Racismo*. São Paulo: Blucher.

Lippmann, W. (2008). *Public Opinion*. Nova Iorque: Free Press. Original de 1922.

Lispector, C. (1998). *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro: Rocco. Original de 1977.

Lopes, M. I. V. de; Borelli, S. H. S. & Resende, V. da R. (2002). *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade*. São Paulo: Summus Editorial.

Lourenço, M. B. L. (2002). *Juazeiro do Padre Cícero*. 4ª edição aumentada. Brasília: Inep/MEC.

Macedo, L., Martins, M . L. & Cabecinhas, R. (2011). *Blogando a lusofonia: experiências em três países de língua oficial portuguesa*. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, volume 9, p. 121-14.

Martins, M. F. V. M. (2019). *Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa*. In Coleção *O Brasil Colonial 1720-1821*, volume 3. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mattoso, K. M. de Q. (2019). *A opulência na província da Bahia*. In *História da Vida Privada no Brasil 2 (Império: a corte e a modernidade nacional)*. São Paulo: Companhia de Bolso.

Malvezzi, R. (2007). *Semi-árido: uma visão holística*. In *Pensar Brasil 1*. Brasília: Confea.

McIntosh, M. J. & Morse, J. M. (2015). *Situating and Constructing Diversity in Semi-Structured Interviews*. In *Global Qualitative Nursing Research*. Volume 2. Recuperado de https://doi.org/10.1177/2333393615597674.

Mello e Souza, C. (1986). *Impressões do Brasil: a Imprensa Brasileira Através dos Tempos*. Manaus: Grupo Machline.

Melo, H. F. & Godoy, M. C. (2017). *(Re)tecendo os espaços de ser: sobre a escrevivência de Conceição Evaristo como recurso emancipatório do povo afro-brasileiros*. In *Atas do V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, p. 1285-1304. Recuperado de http://siba-ese.unisalento.it/index.php/dvaf/article/view/17900/15252.

Melo Neto, J. C. de. (2016). *Morte e Vida Severina*. Edição comemorativa. São Paulo: Companhia das Letras. Original de 1955.

Menezes, A. V. de. (2019). *Nordestino na rede: discurso de ódio e disputa de sentidos no Twitter nas eleições 2014*. Dissertação. Campinas: Unicamp.

Minayo, M.C. de S. (1992). *Fase de trabalho de campo*. In *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.

Monarcha, C. (2010). *Lourenço Filho*. Recife: Massangana.

Moreira, A. (2023). *Racismo recreativo*. São Paulo: Jandaíra.

Moreira, A. & Venâncio, J. C. (org). (2000). *Luso-tropicalismo: uma teoria social em questão*. Lisboa: Veja.

Moreira, D. (2021). *Catorze camelos para o Ceará*. São Paulo: Todavia.

Müller, M. (2021). *A cobertura jornalística da cultura na Folha de São Paulo e no Público (2012-2018): um olhar cruzado entre Brasil e Portugal*. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

Napolitano, M. (2016). *História do Brasil República*. São Paulo: Contexto.

Neuendorf, K. A. (2002). *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks: Sage.

Nobre, E. dos S. (2014). *Incêndio da Alma: a beata Maria de Araújo e a experiência mística no Brasil do oitocentos*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.

Nóbrega, R. & Daflon, V. T. *Da escravidão às migrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil*. Paper. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas.

Oliveira, F. (1981). *Elegia para uma re(li)gião*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Olímpio, D. (1973). *Luzia-Homem*. São Paulo: Três. Original de 1903.

Orlandini, M. & Maia, R. (2023). *(Des)politização do ativismo: uma proposta metodológica das dinâmicas comunicacionais em ambientes digitais*. Artigo. São Paulo: USP.

Patrocínio, J. (2018). *Os Retirantes*. Joinville: Clube de Autores. Original de 1879.

Pena, F. (2005). *1000 Perguntas sobre Jornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Rio.

Pita, S. da R. (1976). *História da América Portuguesa, desde o ano do seu descobrimento até o de 1724*. São Paulo: São Paulo: Editora da USP.

Queiroz, M. I. P. de (2003). *O messianismo no Brasil e no mundo*. 3ª edição. São Paulo: Alfa-Omega.

Queiroz, M. I. P. de (1992). *O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões*. In *Reflexões sobre a pesquisa sociológica,* Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (org). São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

Queiroz, R. (2023). *O Quinze*. 119ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio. Original de 1930.

Quijano A. (2005). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas*, Edgardo Lander (org). Buenos Aires: Clacso.

Ramos, G. (2020). *Vidas Secas*. 147ª edição. Rio de Janeiro: Record. Original de 1938.

Rego, J. L. do. (2010). *Menino de engenho*. 110ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio. Original de 1932.

Ribeiro, B. (2016). *Jornal do Brasil: História e memória*. Rio de Janeiro: Record.

Ribeiro, D. (2001). *O processo civilizatório*: *Etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.

Ribeiro, D. (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, G. L. (2011). *Why (post)colonialism and (de)coloniality are not enough: a post-imperialist perspective.* In *Postcolonial Studies,* volume 14, p. 285-297. Recuperado de http://doi.org/10.1080/13688790.2011.613107.

Rodrigues, M. F. (2015). *Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX*. Paper. Rio de Janeiro: UERJ.

Rojas Soriano, R. (2004). *Manuel de pesquisa social*. Petrópolis: Vozes.

Said, E. W. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras.

Sampaio, A. C. J. de. (2019). *A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII*. In *Coleção O Brasil Colonial 1720-1821, volume 3*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, B. S. (2002). *Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Interidentity*. In *Luso-Brazilian Review. Volume 39*, p. 9-43. Recuperado de https://www.jstor.org/stable/3513784?seq-1.

Santos, N. (2019). *The reconfiguration of the communication environment: Twitter in the 2013 Brazilian protests*. Paris: Université Panthéon-Assas.

Schwarcz, L. M. (2012). *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwarcz, L. M. & Starling, H. M. (2015). *Brasil, uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sene, E. de. & Moreira, J. C. (1998). *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*. São Paulo: Scipione.

Silva, G. (2009). *Sobre a imaterialidade do objeto de estudos do jornalismo*. E-Compós, volume 12, nº 2. Recuperado de https://doi.org/10.30962/ec.372.

Silva, S. M. de M. (2011). *A operação midiográfica: A produção de acontecimentos históricos através dos meios de comunicação*. Tese. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Silveira, F. A. M. (2007). *Da criminalização do racismo: aspectos jurídicos e criminológicos*. 2ª edição. Belo Horizonte: Del Rey.

Simões, E. S. (2016). *O universo emblemático das iluminogravuras de Ariano Suassuna*. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE.

Singleton, R. S. & Conrad, J. A. (2000). *Filmmaker's Dictionary*. 2ª edição. Nova Iorque: Lone Eagle.

Sodré, N. W. (1966). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Sousa, E. P. de. & Marcolino, R. R. S. (2016). *A representação da identidade regional do Nordeste na telenovela*. In *Revista Temática*. Artigo. João Pessoa: UFPB. Recuperado de http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica.

Souza, E. de. (2008). *Memórias*. 2ª edição. Brasília: Senado Federal.

Souza, M. J. (2018). *Discurso de ódio e dignidade humana: Uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014*. Pelotas: IFSul/ Universidade Católica de Pelotas.

Suassuna, A. (2015). *O Auto da Compadecida*. Edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Original de 1955.

Suassuna, A. (1974). *O Movimento Armorial*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

Tajfel, H. (1963). *Stereotypes*. In *Race*. Volume *5*, p. 3-14. Recuperado de https://doi.org/10.1177/030639686300500201.

Tajfel, H. (1974). *Social identity and intergroup behaviour*. In *Social Science Information. Volume 13*, nº 2, p. 65-93. Recuperado de https://doi.org/10.1177/053901847401300204.

Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. Tradução de L. Amâncio. Volume 1. Lisboa: Livros Horizonte.

Távora, F. (1973). *O Cabeleira*. São Paulo: Três. Original de 1876.

Teófilo, R. (1979). *A Fome – Violação*. Rio de Janeiro: José Olympio. Original de 1890.

Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos.

Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.

Trindade, S. (2021). *A Revolta do Juazeiro – Guerra no Sertão*. Natal: Escribas.

Trindade, S. (2023). História do Rio Grande do Norte. São Paulo: Dialética.

Vasconcelos Sobrinho, J. (1982). *Processos de desertificação no Nordeste do Brasil: sua gênese e sua contenção*. Recife: Sudene.

Venâncio, R. D. O. (2009). *Jornalismo e Linha Editorial: Construção das notícias na imprensa partidária e comercial*. Rio de Janeiro: E-papers.

Vianna, H. (1994). *História do Brasil: período colonial, monarquia e república*. 15ª edição. São Paulo: Melhoramentos.

Vieira, H. C., Castro, A. E. & Schuch Júnior, V. F. (2010). *O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes*. In *Anais, XIII Seminários de Administração*. São Paulo: Semead.

Villafañe Santo, L. C. (2021). *Euclides da Cunha: uma biografia*. São Paulo: Todavia.

Wolf, M. (1987). *Teorias da Comunicação*. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença.

Xavier, L. B. (1991). *Revivendo O Brasil-Império*. São Paulo: Artpress.

Zaidan Filho, M. (2001). *O Fim do Nordeste & Outros Mitos*. São Paulo: Cortez.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Grelha de análise dos artigos

Jornal:	Data de publicação:
Título:	Faz parte de uma série: ( ) Sim ( ) Não
Autoria:	
Patrocínio:	
Gênero jornalístico:	
Abordagem:	( ) Positiva ( ) Negativa
Orientação geográfica:	( ) Norte ( ) Nordeste ( ) Norte e Nordeste
Equilíbrio na cobertura:	( ) Há equilíbrio ( ) Não há equilíbrio
Reprodução de padrões:	
Interesse:	
Caracterização da população nordestina:	Aspectos físicos: Aspectos comportamentais:
Racialização do povo nordestino:	
Comparações sociais:	
Temas:	Seca/migração: Obras de convivência: Violência: Fanatismo:

APÊNDICE B – Instruções sobre a grelha de análise dos artigos

Jornal: *Preencher o nome do jornal*	Data de publicação: *Preencher a data de publicação do texto*
Título: *Preencher o título do texto*	Faz parte de uma série: ( ) Sim ( ) Não *Assinalar se o texto faz parte de uma série formal*
Autoria:	*Identificar o autor do texto*
Patrocínio:	*Identificar o patrocinador da publicação, se houver*
Gênero jornalístico:	*Identificar o gênero jornalístico do texto (frequentemente indicado pelo próprio autor)*
Abordagem:	( ) Positiva ( ) Negativa *Classificar a perspectiva da abordagem*
Orientação geográfica:	( ) Norte ( ) Nordeste ( ) Norte e Nordeste *Assinalar como a região é identificada*
Equilíbrio na cobertura:	( ) Houve equilíbrio ( ) Não houve equilíbrio *Classificar se foi realizada uma cobertura imparcial e equilibrada*
Reprodução de padrões:	*Identificar trechos que são reproduções de outros materiais analisados*
Interesse:	*Identificar manifestação expressa ou subliminar de interesse político, social e/ou econômico*
Caracterização da população nordestina:	Aspectos físicos: *Identificar aspectos físicos da população nordestina apresentados* Aspectos comportamentais: *Identificar aspectos comportamentais da população nordestina apresentados*
Racialização do povo nordestino:	*Identificar trechos que afirmem ou sugestionem a população nordestina como outra "raça" de brasileiros*
Comparações sociais:	*Identificar trechos que afirmem ou sugestionem a comparação entre brasileiros do "Sul" e do Nordeste*

Temas:	Seca/migração: *Identificar trechos que tratem de seca, de miséria e de migração*
	Obras de convivência: *Identificar trechos que questionem a realização das obras e sugestionem inviabilidade/desonestidade*
	Violência: *Identificar trechos sobre o banditismo social e uso da violência*
	Fanatismo: *Identificar trechos que questionem racionalidade e discriminem a fé*

APÊNDICE C – Termo de Consentimento

Você foi convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa acadêmica sobre a origem do preconceito contra o povo do Nordeste.
Após ser esclarecido(a) sobre o projeto e, no caso de aceitar participar deste estudo, você deve assinar ao final deste documento, em duas vias, sendo uma sua e a outra dos pesquisadores.
Informações sobre a pesquisa: tese de doutoramento da Universidade do Minho (Uminho), em Ciências da Comunicação, focada na cobertura jornalística da imprensa brasileira dos anos 1920 e como essa cobertura colaborou com a construção social, o preconceito e os estereótipos do povo do Nordeste.
A etapa que prevê a coleta de vivências com nordestinos sobre eventuais experiências discriminatórias tem como objetivo compreender como se deram esses episódios e quais relações podem ser estabelecidas entre as suas ocorrências.
Serão feitas perguntas sobre a autopercepção como pessoa do Nordeste, o entendimento sobre o papel da mídia na construção de preconceitos e experiências particulares de discriminação.
Pesquisadores responsáveis: Octávio Santiago, Rosa Cabecinhas
E-mail para contato: octaviosantiagoneto@hotmail.com

Eu, _____, portador do CPF de número _____, concordo com a minha participação neste estudo na condição de depoente. Atesto que fui devidamente informado(a) sobre a pesquisa e seus procedimentos. Autorizo, portanto, o meu depoimento para fins acadêmicos.

_____, _____ de _____ de _____

_____

Assinatura

APÊNDICE D – Roteiro do questionário

- Breve apresentação da pesquisa com lembrete sobre a necessidade de assinatura do Termo de Consentimento.

Perfil do(a) entrevistado(a):
- Qual é o seu nome?
- Qual é a sua idade?
- Com qual gênero você se identifica?
- Como você percebe a cor da sua pele?
- Qual é a sua ocupação?
- Qual é a sua renda individual?
- Onde você nasceu?
- Onde reside atualmente?

Percepções:
- Como você entende que o povo do Nordeste é percebido pelo restante do país?
- Você considera que a visão de fora sobre o Nordeste é reducionista ou as diferenças internas da região são contempladas por essa perspectiva? Comente.
- Cite cinco temas que você entende como determinantes na construção da ideia de Nordeste e da sua população na imaginação dos brasileiros?
- Você já ouviu relato(s) de discriminação social/racial vivido(s) por outro(s) nordestino(s)? Se sim, qual/quais característica(s) física(s) e/ou psicológica(s) e/ou comportamental(is) foi/foram objeto de apontamento(s) contra essa pessoa?
- Se sim, quais razões você acredita que motivam discriminações como essa(s)?

Vivências:
- Como você se reconhece parte do grupo nordestino?
- Você já sofreu discriminação social/racial por ser do Nordeste? Se sim, quando, onde e como ocorreu/ocorreram esse(s) episódio(s)?
- Se sim, qual/quais característica(s) física(s) e/ou psicológica(s) e/ou comportamental(is) foi/foram objeto de apontamento(s) contra você?
- Ainda se a resposta for sim, você identificou a presença de algum desses elementos (pode marcar mais de uma opção ou nenhuma) no(s) episódio(s) vivenciado(s)?
( ) confusão entre os espaços geográficos “Norte” e “Nordeste”
( ) racialização do povo do Nordeste (categorização do nordestino como uma raça)
( ) superioridade do “Sul” (regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste)
( ) apagamento da produção intelectual da população nordestina

- Agradecimento pela participação após a submissão do formulário.

APÊNDICE E – Grelha de análise das vivências

<table>
<tr><td colspan="2">Perfil do(a) participante:</td></tr>
<tr><td>Nome:</td><td>Idade:</td></tr>
<tr><td>Gênero com o qual se identifica:</td><td>Cor da pele:</td></tr>
<tr><td>Ocupação:</td><td>Renda individual:</td></tr>
<tr><td>Local de nascimento:</td><td>Local de residência:</td></tr>
<tr><td>Percepções coletivas:</td><td></td></tr>
<tr><td>Temas definidores:</td><td></td></tr>
<tr><td>Experiência discriminatória:</td><td>Atribuições físicas:
Atribuições psicológicas/ comportamentais:
Frases marcantes:</td></tr>
<tr><td>Elementos em comum:</td><td>( ) padronização
( ) inferiorização
( ) exotização
( ) apagamento
( ) reducionismo</td></tr>
<tr><td>Ideia de pertencimento:</td><td></td></tr>
</table>